UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

LUCIANA MORETTI FERNÁNDEZ

**Mente firme e coração blindado:
uma teoria da presentificação social na prática
comunicacional de representar o crime no proibido**

SÃO PAULO
2017

LUCIANA MORETTI FERNÁNDEZ

**Mente firme e coração blindado:
uma teoria da presentificação social na prática
comunicacional de representar o crime no proibido**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação.

Área de Concentração:

Interfaces Sociais da Comunicação.

Linha de Pesquisa:

Políticas e Estratégias de Comunicação.

Orientação:

Prof^a Dr^a Heloiza Helena Matos e Nobre

SÃO PAULO

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Fernández, Luciana Moretti

Mente firme e coração blindado: uma teoria da presentificação social na prática comunicacional de representar o crime no proibido / Luciana, Moretti Fernández. São Paulo: L. M. Fernández, 2017.

1 v. : il.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Orientadora: Heloiza Helena Matos e Nobre

Bibliografia

1. prática comunicacional 2. dispositivos interacionais 3. análise situacional 4. representar o crime 5. funk proibido - I. Matos e Nobre, Heloiza Helena. II. Título.

CDD 21. ed. - 302.2

Nome: FERNÁNDEZ, Luciana Moretti.

Título: Mente firme e coração blindado: uma teoria da presentificação social na prática comunicacional de representar o crime no proibido

Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciências da Comunicação.

Aprovada em: _____

Banca examinadora:

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____
Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____
Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____
Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____
Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Ao Pablo, Samuel, Guilherme e Alba, que me aguardaram pacientemente.

*Aos meus pais, Manuel e Ana Zaíra, que me deram tudo
e sempre acreditaram em mim.*

AGRADECIMENTOS

A Heloíza, sempre presente.

A Daniella, pelo apoio técnico e pela amizade paciente.

A Dirce, por me fazer as perguntas que me levavam de volta para mim mesma.

Ao Francisco, por compartilhar tempo e entusiasmo em conversas metodológicas.

A Patricia, pelas trocas teóricas e conversas enquanto remávamos nossos barcos.

Aos colegas integrantes do grupo de pesquisa ***Comunicação Pública e Comunicação Política*** COMPOL, coordenado pela Profa. Dra. Heloiza Helena Matos e Nobre, cujas reuniões foram espaços de discussão importantes para avanços teóricos e metodológicos.

À Universidade de São Paulo, e em especial à sua Escola de Comunicações e Artes e ao seu Instituto de Psicologia, pelo acolhimento. Agradeço aos professores que me acompanharam em minha trajetória com dedicação e carinho.

A todos os meus amigos e familiares que tiveram que esperar, esperar, esperar...

RESUMO

FERNÁNDEZ, Luciana Moretti. **Mente firme e coração blindado: uma teoria da presentificação social na prática comunicacional de representar o crime no proibido.** 2017. São Paulo – Tese (Doutorado). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Esta tese trata da prática comunicacional de *representar o crime* no funk proibido, uma prática complexa que implica processos disposicionais e identitários e que está inscrita em territórios submetidos à influência das regras que regem o mundo do crime, operando no plano intersubjetivo como um jogo de linguagem adaptativo e no plano social como uma prática coletiva. *Representar* implica reiterar a vontade para ratificar o compromisso com o crime ou para mostrar consideração e conviver com seus efeitos. A ratificação da disposição para *representar*, para ganhar potência e funcionar como uma estratégia de sobrevivência, precisa estar sempre atualizada. Reiterando-se ao longo do tempo, cada manifestação da *disposição* para *representar o crime* recupera o momento anterior e a expectativa de futuro, atualizando o gesto no momento presente. A *disposição* para *representar o crime* opera como uma presentificação no plano social, que contribui para a manutenção da subjetivação no crime e ao mesmo tempo entranha a potência de transformação através da constituição de um sujeito político cujo lugar de enunciação é o *mundo do crime*. A tese foi construída a partir da análise de letras de música de funk proibido artesanal que circulam no YouTube (totalizando 303 minutos de áudio), adotando como metodologia a Análise Situacional, uma refundamentação da Teoria Fundamentada nos Dados (Grounded Theory). As letras foram submetidas à codificação aberta no programa NVivo Pro 11, o que possibilitou a formulação da categoria central *representar o crime*. A categoria central foi analisada com as ferramentas cartográficas propostas pela metodologia Análise Situacional, conduzindo à formulação de uma teoria da presentificação social sobre a construção da subjetividade na prática comunicativa. O método de inferência adotado foi o método abductivo, e a coleta e a análise foram guiadas por amostragem teórica. O funk proibido foi teorizado como um dispositivo interacional estético a partir do qual é possível observar o fenômeno comunicacional como processo tentativo e probabilístico em uma concepção pragmatista das teorias da comunicação.

Palavras-chave: prática comunicacional; dispositivos interacionais; análise situacional; representar o crime; funk proibido

ABSTRACT

FERNÁNDEZ, Luciana Moretti. **Strong mind and armored heart: a theory of social presentification in the communicational practice of representing crime in funk “proibido” music.** 2017. São Paulo – Thesis (Doctorate). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

This thesis object is the communicational practice of *representing crime* in funk “proibido” music, a complex practice that involves dispositional and identitary processes inscribed in territories under the influence of the world of crime rules, and that operates on the intersubjective level as an adaptive language game and on the social level as a collective practice. *Representing* implies reiterating the will to ratify the commitment to crime or to show consideration to it and coexist with its effects. In order to gain power and function as a survival strategy, the ratification of the *disposition* has to be always up to date. Over time, each manifestation of the *disposition* to *represent crime* recalls the previous moment and the expectation of future, updating the gesture in the present moment. The *disposition* to *represent crime* operates as a presentification on the social level, which contributes to the maintenance of subjectivation in crime and at the same time carries the power of transformation through the constitution of a political subject whose voice emanates from the world of crime. The thesis was constructed from the analysis of lyrics of funk “proibido” music pieces that circulate on YouTube (totaling 303 minutes of audio), following Situational Analysis (a re-foundation of Grounded Theory) as methodology. The lyrics were submitted to open coding using NVivo Pro 11 software, which led to the formulation of *representing crime* as the central category. The central category was analyzed using Situational Analysis cartographic tools, leading to the formulation of a theory of social presentification on the construction of subjectivity in communicational practice. The inference method followed was abduction, and the collection and analysis were guided by theoretical sampling. The funk “proibido” music itself was theorized as an aesthetic interactional device in which it is possible to observe the communicational phenomenon as a tentative and probabilistic process, understood under a pragmatist tradition in the field of communication theory.

Keywords: communicational practice; interactional devices; situational analysis; representing crime; funk “proibido”

CONTEÚDO

Introdução	13
Encaminhamento dos capítulos	20
Capítulo 1 - O percurso de construção da sensibilidade teórica	22
1.1 Análise Situacional: uma alternativa metodológica	26
1.2. Decisões e efeitos da condução pela sensibilidade teórica	38
1.3. Esclarecimentos sobre o mapa situacional	53
Capítulo 2 - O proibido como dispositivo interacional	57
2.1. O que há de proibido no proibido?	60
2.3. Por que o proibido aponta a arma para a sua cara?	68
2.4. Serpenteando como peixe ensaboado: ambiguidade e inferência	74
2.5. O proibido como dispositivo interacional	79
2.6. Oitava tradição ou metateoria?	85
Capítulo 3 - Mente firme e coração blindado: o sujeito no mundo do crime	92
3.1. A história do couraçado	93
3.2. Mundos em interação no proibido	98
3.2.1. O mundo do crime	108
3.2.2. O certo pelo certo	113
3.2.3. Da caverna para a geral: paz, justiça, liberdade, igualdade e união	118
3.2.4 A paz armada na comunidade	128
3.3. Hipérbole: a guerra	135
Capítulo 4 – Representar o crime: tornar presente a disposição e o compromisso... 143	
4.1. Reiteração: a condição de eficácia das tentativas do proibido	145
4.2. Representar para responder a problemas de ordem relacional	148
4.3. Um jogo de linguagem adaptativo baseado na tripla contingência	152
4.4. Tornar-se sujeito no crime	160
4.5. O gesto estético para romper a incomunicabilidade	168
4.5.1. A voz que ultrapassa as muralhas	172
4.5.2. O salve geral em forma de canção	176
4.5.3. A voz do crime como guardião de valores justos	182
4.6. O caminho da vontade de subjetivação política	190
Notas finais.....	197
Notas do Caderno de Viagem	197
Notas sobre a teoria fundamentada	204
Referências.....	222

INTRODUÇÃO

Esta tese trata de um conjunto de práticas complexas que podem ser observadas na música conhecida como “proibido”, subgênero do funk cujas letras celebram e exaltam o *mundo do crime*¹, e que são denominadas *representar* por seus autores. Tendo a música como vetor estético, a prática de *representar o crime*² desenvolve-se como prática comunicativa, sendo tentativa na medida em que possibilita aproximações entre mundos sociais situados em lados opostos no que diz respeito à lei e a valores socialmente legitimados, e constitutiva na medida em que incide sobre a configuração dos modos de vida e estratégias de sobrevivência que descreve.

A partir da análise de letras de proibido, formulei a tese de que *representar o crime* na música configura uma prática comunicativa imbricada em uma metodologia de sobrevivência estabelecida para lidar com o *crime*, entendido como movimento que atravessa vidas e territórios. A prática de *representar o crime* opera no plano micro das relações intersubjetivas e no plano intermediário das relações sociais e coletivas, e está informada pelo *proceder*, conjunto de enunciações que estabelecem as regras no *mundo do crime*.

Na música, *representar o crime* constitui uma forma de presentificação que torna manifesta, uma e outra vez, a *disposição* para fazer valer o *compromisso* ou para mostrar *consideração* com o *mundo do crime*, aumentando em cada (re)apresentação a probabilidade de eficácia, tanto para elevar a voz do crime como voz qualificada no plano político quanto para lidar com os efeitos do crime no plano intersubjetivo local. Em outras palavras, operando como uma presentificação no nível social, a ação de *representar* reúne no momento presente a rememoração de ocorrências anteriores e a expectativa de futuro, permitindo construir ao longo do tempo um posicionamento que pode servir para fortalecer e também para proteger, garantindo a sobrevivência quando é preciso conviver com os efeitos do crime, dentro dele ou lado a lado.

Dizer que uma prática comunicativa é tentativa equivale a dizer que é **probabilística** na medida em que entranha certo grau de previsibilidade, e **aproximativa** na medida em que se faz em movimentos sucessivos, com maior ou menor precisão. Entendida como prática orientada a reduzir o isolamento, a comunicação ocorre, durante as interações, em algum

¹ Grafei em itálico os termos nativos, extraídos das letras de músicas e de outros documentos e referências contendo depoimentos de pessoas, sejam letristas, artistas da periferia ou pessoas que compartilham suas vivências no crime e no encarceramento.

² As expressões *mundo do crime* e *crime* são utilizadas neste texto como sinônimos, sendo *crime* uma forma abreviada para designar o mundo social que corresponde à instância de onde emanam as normas éticas e de conduta que configuram uma metodologia de vida.

ponto entre o total sucesso e o total fracasso como resultado de um trabalho humano e social para produzir algo que não estava inteiramente dado nos momentos prévios (BRAGA, 2010b). A comunicação é sempre uma ação, e por isso é performativa, agindo sobre e nas configurações sociais.

A prática de *representar o crime* na música situa-se em um lugar de fala problemático, pois o proibido em si mesmo não cabe no campo dos valores socialmente validados que resguardam a vida em comunidade e nem no campo da reivindicação dos movimentos sociais sob a lógica democrática (SALLES, 2015). Esse é o lugar escorregadio no qual estão ancoradas as vozes do proibido que celebram o crime, lugar fronteiro que se presta à exaltação da *igualdade* e da *união*, à expressão de vivências pessoais, à demonstração de adesão às regras do crime, expressas naquilo que no *mundo do crime* é denominado *proceder*.

Nas periferias das grandes cidades brasileiras, o *mundo do crime* constitui-se atualmente como uma instância da qual emanam valores éticos e normas de conduta. Essa condição, no estado de São Paulo, está associada à configuração do Primeiro Comando da Capital (PCC) como uma instância de poder instituinte (FELTRAN, 2013) cuja origem localiza-se no sistema prisional, mas que se estendeu para além das *muralhas*, termo utilizado em algumas músicas e documentos do PCC para fazer referência ao mundo carcerário. A palavra *representar*, no vocabulário do *mundo do crime* associado ao PCC, refere-se à adesão ao Comando³ (BIONDI, 2010), adesão que é descrita como voluntária, mas que ocorre no seio das condições de encarceramento ou das racionalidades do crime, e que implica contrair um compromisso com uma ética específica, local, nomeada como *o certo*, o *proceder* (MARQUES, 2007; 2010).

O compromisso com o crime envolve processos disposicionais e identitários. Os sujeitos válidos e valorizados no *mundo do crime* são os sujeitos *de proceder* (DIAS, 2011; MARQUES, 2010; BIONDI, 2010), sujeitos com *disposição* e apetite para agir com e pelo Comando, com e pelo crime, em qualquer momento, em qualquer lugar, em qualquer situação. É preciso ressaltar que a palavra “crime”, aqui, ganha uma conotação muito mais ampla do que o sentido recolhido na tipificação de delitos no Código Penal, sendo utilizada para fazer referência à vida que se constroi em torno dos negócios ilícitos, incluindo as dimensões subjetiva, econômica, social e política. O *mundo do crime* configura-se como uma forma de vida, um espaço de sociabilidade no qual praticam-se uma ética e uma conduta

³ Emprego a palavra comando ao longo do texto para designar as formações criminosas que operam como organizadores sociais no sistema carcerário e no mundo do crime. O termo comando é usado nas ruas e nos centros prisionais também como sinônimo do PCC. Usei Comando (com maiúscula) para fazer referência ao sinônimo do PCC.

prescritas (BIONDI, 2010; BIONDI; MARQUES, 2010; 2009), uma forma de vida que se assemelha a uma metodologia para lidar com as contingências.

O *proceder*, que estabelece as normas para o *mundo do crime*, surge nas prisões mas não permanece limitado aos interior dos muros. Está também nas ruas, como sinaliza Marques (2009), estabelecendo divisões entre aqueles que *correm lado a lado* com o crime, mesmo sem fazer parte de negócios ilícitos, e aqueles que não o fazem, inimigos em potência. A existência de regras locais oriundas do *mundo do crime* e que influenciam o cotidiano das regiões afetadas em São Paulo é sinalizada ainda por outros autores (FELTRAN, 2011; BIONDI, 2010; MISSE, 2010; DIAS, 2011; TELLES, 2011), sendo narradas também por rappers e funkeiros em suas músicas.

A prática de *representar* em músicas que exaltam o PCC e o *mundo do crime* configura-se como um jogo recorrente que encontra correlato com práticas cotidianas inscritas no *mundo do crime* relatadas em estudos etnográficos, documentos atribuídos ao PCC e em entrevistas com artistas da periferia. De minha parte, observo a prática de *representar o crime* no proibido desde uma perspectiva que compreende a comunicação como processo basilar na constituição da vida social. As trocas e processos comunicativos que envolvem o *mundo do crime* deixam-se entrever no proibido que, como vetor estético, configura-se como um dispositivo de interação construído e acionado socialmente, atualizado para diferentes usos, em tentativas sociais reiteradas do crime de interagir e comunicar (sobre dispositivos interacionais, ver BRAGA, 2011; 2016).

Meu objetivo, ao olhar para o proibido, não é verificar empiricamente a veracidade do que é narrado nas músicas e nem realizar uma interpretação de seus conteúdos. Procuro, com minha análise, captar uma prática que expressa uma tentativa social aproximativa na medida em que realiza uma expressão pública de vivências locais, nomeadamente as vivências no *mundo do crime* e suas adjacências, e constitutiva na medida em que pode reconfigurar o lugar do sujeito em sua dimensão intersubjetiva (WITTGENSTEIN, 1999 [1953], RORTY, 1989), mas também social e política (RANCIÈRE, 1996; 2009).

Esta tese se constrói, assim, sobre a experiência estética que situa a si mesma como vetor de vozes que se posicionam como qualificadas para falar do *mundo do crime*, assim como para falar para o crime e pelo crime, vozes que reivindicam o lugar de fala de ser a voz do discurso que produzem, com a responsabilidade ética sobre seus relatos, proporcionando ao mesmo tempo um espaço para expressão e também de vivência a partir da experiência do Outro. O proibido carrega as vozes do crime, e as vozes de quem *corre com o crime lado a*

lado, em estratégias de sobrevivência para lidar com os efeitos da presença do crime. A estética, mais do que produto, opera neste caso como um vetor que possibilita a expressão da experiência vivida orientada por uma expectativa de escuta, atuando como um vetor de interações possíveis “entre o gesto da elaboração e o gesto da fruição” (BRAGA, 2010c, p. 85)⁴.

Assumo que as vozes que circulam no proibido expressam, em si mesmas, a realidade em que estão inscritas incidindo, ao mesmo tempo, sobre essa mesma realidade. Confiro a elas, portanto, status epistemológico para falar de si nesta tese. A linguagem e a comunicação operam como processos constitutivos do sujeito e da vida social. As descrições que formulamos de nós mesmos e do Outro a partir das experiências vividas são pontos de partida para o entendimento que construímos do mundo que nos rodeia. Como forma expressiva, a celebração do crime através de um produto estético permite ao *mundo do crime* reivindicar para si o lugar de mundo social legitimado localmente. Creio que suas vozes podem ser ouvidas, portanto, como fruto das contingências e ironias que lhe proporcionam possibilidades e limitações de existência (RORTY, 1989), inscritas na intersecção entre padecer e agir (DEWEY, 2005).

A legitimação do *mundo do crime* nas periferias está associada a um processo de expansão que ultrapassa a questão da execução, em si, de atos tipificados no Código Penal. É possível entrever essa abrangência nos usos da palavra *crime* e também na circulação das vozes do crime em vetores como o proibido. Essa expansão simbólica do *mundo do crime* foi descrita por Feltran (2011) como uma expansão resultante de movimentos endógenos e exógenos produzidos nas interações sociais com as periferias em fronteiras comunicantes entre mundos sociais. De um lado, está o movimento exógeno que nomeia e produz figurações sobre as periferias e suas populações “perigosas”. Do outro lado, o movimento endógeno pelo qual os habitantes das regiões imersas nas lógicas de sociabilidade no crime reivindicam sua voz e legitimidade.

Um dos efeitos dos movimentos aproximativos do proibido é a produção de fendas a partir de um lugar de fala definido como clandestino e ao mesmo tempo protegido pelo registro das práticas estéticas, entre as quais se inclui a música e concretamente o funk, declarado patrimônio cultural do Rio de Janeiro em 2009. A politicidade inscrita no acionamento do proibido como vetor da experiência no *mundo do crime* pode ser

⁴ O produto estético, diz Schollhammer (2013), penetra na violência de uma maneira que outros discursos, como o científico, jurídico ou o jornalístico, não podem penetrar.

compreendida então com Rancière (2009) como um choque dissensual. A criação do dissenso, da disjunção e da ruptura, configura no âmbito da política uma estética que possibilita a reconfiguração, pelo sujeito dotado de voz e força enunciativa, daquilo que é dado no sensível, concebido como âmbito em que se reconfigura o que é considerado comum em uma comunidade (RANCIÈRE, 2009). O dissenso cria uma fenda no tecido do sensível, permitindo a reconfiguração do sistema de partilhas, ressitando o sujeito, dotando-o de novas capacidades, o que lhe pode conferir potência política.

Sobre a expansão simbólica do *mundo do crime*, Feltran (2013) formula o argumento de que o crime, usualmente figurado no pólo oposto à lei e à ordem, bem como dos valores que amparam a vida em comunidade, configura-se ao mesmo tempo como guardião dos valores *paz, justiça, liberdade e igualdade*, constituindo um ideal normativo para a legislação e ordem nas periferias. Esse ideal, que corresponde ao lema do PCC, não equivale ao seu correlato homônimo republicano, mas antes configura-se nas margens do social, articulado em torno da objeção às expressões de desigualdade “nas interações face a face, ainda que tolerada noutros planos” (FELTRAN, 2013, p. 65).

No mapeamento situacional que realizei a partir do proibido, a constituição do *mundo do crime* como guardião de valores políticos legitimados está associada à configuração de um *proceder* (MARQUES, 2010) que se estende para além do ambiente prisional para estabelecer uma forma de agir e de estar em relação aos iguais, que o PCC nomeia como “os ladrões, os pretos, os da periferia” (FELTRAN, 2013, p. 65). O *proceder* entranha contradições intestinas em meio às quais o que era para ser o errado faz o certo, já que o que era para ser o certo faz o errado. Em meio a contradições profundas, o *mundo do crime* valoriza a *disposição* para fazer valer o *certo* em qualquer circunstância, o que implica ter coragem, apetite, mente firme, coração blindado.

*Nesse conflito tá tudo mudado
O errado tá agindo pelo certo
E o que era para ser certo tá agindo errado
(FAIXA DE GAZA 2, 2015⁵)*

Contradições como esta, sobre o lugar do certo e do errado, criam aberturas e espaços de inferência nos quais os códigos que estão cristalizados ou previamente compartilhados não são suficientes para apreender o fenômeno social em sua complexidade (BRAGA, 2010b). Uma forma simplificada de compreender a celebração do crime no proibido situa, de um lado,

⁵ Com exceção dos casos nos quais pude identificar a data da gravação das músicas (esses casos estão explicitados no texto ou em notas de rodapé), usei nas citações as datas de postagem no YouTube mais antigas que pude rastrear.

as vozes de um *mundo do crime* que assumem o lugar moral de crítica social e defesa de valores justos; de outro lado, a “glamourização” ou apologia do crime (FELTRAN, 2013, p. 47). O próprio proibido assume a descrição de si mesmo como apologético a partir das pressões impostas pela perseguição das músicas que celebram o crime pela polícia. Sobre isso escrevi artigos que iniciavam uma descrição e uma discussão do processo de subjetivação implicado na apologia desde a perspectiva do falante (FERNÁNDEZ, 2015a; 2015b; 2015c).

O lugar do pesquisador que se propõe a abrir a própria escuta para a fala que celebra publicamente o *mundo do crime* como representante legitimado dos valores *paz, justiça, liberdade e igualdade* implica impasses. Mexer no botão de volume, como diz Clarke (2005), para amplificar vozes silenciadas e vetadas, neste caso vozes que legitimam valores de ordem e paz com o respaldo do universo do crime, pode facilmente gerar acusações de ser, a pesquisa mesma, apologética. Ou, no lado oposto, a acusação de contribuir para um silenciamento validado desde o discurso científico.

Um fato significativo a esse respeito foi que meu percurso de pesquisa ocorreu sob certo grau de silêncio em meu âmbito pessoal. Mesmo entre as pessoas mais próximas, incluindo colegas pesquisadores, era complicado explicar toda a problemática do lugar complexo de tratar deste assunto. Em várias ocasiões, compartilhar que eu estava “escutando a voz do crime” gerou discussões acirradas entre as pessoas que estavam presentes. É fácil que as pessoas se posicionem em dois lados opostos com respeito a este assunto, ou simplesmente contra abrir a escuta para essas vozes. No Brasil, é comum que em uma reunião informal entre amigos vários dos presentes tenham vivido episódios de violência, com ameaças por armas de fogo em assaltos, ou sequestros relâmpago e sequestros em cativeiro. Pessoas que foram ameaçadas com armas de fogo podem tender a fechar-se em defesa quando se fala sobre criminalidade. É natural. Blindados, fica mais difícil pensar no “ser” do Outro, principalmente desse Outro armado.

Encontrei na tradição pragmatista das Teorias da Comunicação (CRAIG, 1999; 2006; CRAIG; MULLER, 2007; RUSSIL, 2004; 2005; BRAGA, 2010; 2016) e na Análise Situacional (CLARKE, 2005), uma revisão da Teoria Fundamentada nos Dados⁶ que resgata suas origens pragmatistas, suporte para abordar as vozes do crime no proibido desde uma perspectiva aberta que possibilita uma análise situada do problema com uma metodologia robusta, amparada por posições epistemológicas, métodos e técnicas coerentes entre si para o

⁶ Uso a forma traduzida Teoria Fundamentada nos Dados para referir-me à Grounded Theory (GT). As duas formas são usadas na literatura em português sobre esta metodologia, possivelmente com predomínio da expressão em inglês.

propósito de observar fenômenos sociais em sua complexidade. Essa abordagem possibilitou o mapeamento e a localização da prática de *representar* na conexão basilar entre mundos e processos sociais.

Com minha formação e atuação tanto em Comunicação quanto em Psicologia, acredito que as bases sobre as quais damos sentido às coisas e a nós mesmos são construídas nas experiências da vida cotidiana (RORTY, 1989; COSTA, 1997; BEZERRA, 1994; WINNICOTT; 1990; JAMES, 1976 [1912]; MEAD, 1934). Essas bases, geradas a partir de experiências de ensaio e erro em uma relação empírica entre sujeito e meio, proporcionam terrenos específicos para o uso das palavras, para a construção de crenças e valores, para a formulação de desejos. Daí que a pesquisa que pretende abrir a escuta para vozes que encontram legitimação em lados opostos à lei e à ordem tenha que ter em mente as condições do sujeito, condições que não são somente materiais ou territoriais, mas principalmente e primariamente cognitivas e afetivas (SOUZA, 2009; MARQUES; BIONDI, 2016).

Apresento nesta tese uma análise situada de *representar o crime* na música como uma prática complexa que se inscreve no proibido como dispositivo que possibilita interações comunicativas tentativas. Não me ocupo, portanto, da prática de *representar o crime* como retrato de uma realidade ou de suas formulações conceituais. Compreendo a prática de *representar* mais como a repetição de um jogo recorrente de tornar presente, uma e outra vez, o fenômeno enraizado na clandestinidade e na invisibilidade geradas pelas rupturas que o ingresso no crime produz com campos sociais legítimos, com seus efeitos em ambientes circundantes. Situo-o como um processo aproximativo e tentativo, de um mundo social em interação com outros mundos. Um processo que apresenta uma e outra vez, tornando o jogo presente, manifesto, atualizado e presentificado na linha do tempo.

Várias repetições captaram minha atenção no proibido, em meio a contrastes, rupturas e contradições. Tais repetições pareciam expressar a vontade e a coragem para reiterar publicamente posições, crenças, desejos. Repetições que expressam o desejo de existir no Outro, de ser capaz de influenciar e, talvez até mesmo, *invadir* outras mentes. Repetições que expressam também o desejo de demonstrar uma *disposição* para agir de acordo com a regra local, o *proceder*. A interação comunicativa é possível assim: quando há transformações na linguagem posta em uso conjuntamente pelas partes, alteradas e transformadas, e que transformam, um “invadindo” o outro.

A partir da codificação das letras de proibido seguindo os princípios da Teoria Fundamentada nos Dados para uma análise situada através da Análise Situacional (CLARKE, 2005), a prática de *representar o crime* foi formulada nesta tese como categoria analítica central. Decidi manter o termo *representar* para permanecer próxima do uso nativo, *in vivo*, e assim possibilitar que o espaço de inferência se configure também no leitor, já que o sentido dado à palavra não corresponde ao sentido documentado nos dicionários da língua portuguesa e nem nos debates acadêmicos habituais sobre filosofia da linguagem. Mantive a palavra *representar* para que possa fazer aqui, também, aquilo que faz no uso: tornar presente, atualizar.

Encaminhamento dos capítulos

Organizei o desenvolvimento desta tese em duas partes principais, seguidas pelas notas finais. Na primeira parte, descrevi as articulações conduzidas através do acionamento e desenvolvimento da sensibilidade teórica, indicando as decisões metodológicas e teóricas derivadas da análise experimental e da amostragem inicial na qual as primeiras escolhas foram testadas.

No **Capítulo 1 - O percurso de construção da sensibilidade teórica**, exponho o caminho que me levou a adotar como metodologia a Teoria Fundamentada nos Dados e, posteriormente, a Análise Situacional como uma modalidade da primeira, desenhada para a análise situada da ação no plano social. No **Capítulo 2 - O proibido como dispositivo interacional**, discorro sobre o proibido como subgênero do funk, para finalmente situá-lo em minha pesquisa como um dispositivo interacional, isto é, como um espaço-sistema construído socialmente no qual observar processos comunicativos entre mundos sociais. Essa escolha solicitou outras decisões sobre conceitos teóricos, principalmente em torno da comunicação como processo basilar na constituição da vida social.

A segunda parte está dedicada à Análise Situacional dos materiais selecionados para compor o corpus de dados da pesquisa e à formulação de hipóteses heurísticas. No **Capítulo 3 - Mente firme e coração blindado: o sujeito no mundo** do crime apresento o mapa situacional construído a partir dos dados, com a prática comunicacional de *representar o crime* situada no centro do mapa, na posição de interface entre mundos sociais. A porta de entrada para a análise apresentada é o sujeito couraçado, sujeito do crime, anônimo, que experimenta processos de sujeição criminal e de redescrição identitária decorrentes de sua inscrição no *mundo do crime*.

Dediquei o **Capítulo 4 - Representar o crime: tornar presente a disposição e o compromisso** aos desenvolvimentos em torno da categoria central, *representar o crime* no proibido. A prática de *representar o crime* constitui um Jogo de Linguagem configurado muito próximo das regras impostas pelo *proceder*, configurando-se como uma estratégia adaptativa para lidar com o crime e seus efeitos. A prática continuada do Jogo de Linguagem *representar* constitui uma metodologia de sobrevivência e está imbricada em processos disposicionais e identitários, portanto, próxima de processos de subjetivação que conduzem o sujeito primeiramente à redescritção de si mesmo estruturado nos comandos, e posteriormente à vontade de transcendência, expressa na música. Descrevo então o gesto estético de *representar o crime* na música como um gesto, no plano social, que busca romper a incomunicabilidade e que sinaliza a vontade de subjetivação política.

As **Notas finais**, que compõem a terceira e última parte, estão divididas em dois momentos. Primeiramente, apresento as **Notas do Caderno de Viagem**, onde retomo a sensibilidade teórica para que seja ela também, como processo articulador, o eixo que permite tecer conclusões sobre como a pesquisa foi conduzida e como esse processo produziu transformações em mim. Finalmente, nas **Notas sobre a teoria fundamentada**, dedico espaço a reflexões e teorizações sobre o gesto de *representar o crime* como objeto temporal, usando como fio condutor a metáfora da fuga musical, na qual as vozes em contratempo reiteram seus motivos em movimentos paralelos, contrários ou divergentes, correndo todas elas, lado a lado, em uma composição polifônica.

CAPÍTULO 1 - O PERCURSO DE CONSTRUÇÃO DA SENSIBILIDADE TEÓRICA

O resultado final do pensamento é o exercício da volição, da qual o pensamento deixa de fazer parte; mas a crença é tão somente um estágio da ação mental, um efeito sobre nossa natureza produzido pelo pensamento, que influenciará o pensamento futuro. (PEIRCE, 1878)

Trabalhar sobre materiais humanos entranha sempre uma oportunidade de autoconhecimento. Minha atenção para o que depois ganhou a forma de objeto de estudo foi capturada por uma reação visceral que veio da música das periferias. Desde que me debrucei sobre o terrorismo político no mestrado, minhas antenas estavam atentas ao aspecto social e político do crime no Brasil. Embora sejam fenômenos totalmente diferentes, eu estava interessada em compreender as pessoas, não as causas políticas. Gosto de confiar. Quando não podemos confiar, tudo fica ruim. E eu confio nas pessoas. Quando ouvia sobre o crime ou sobre o terrorismo, eu pensava: o que terá levado essa pessoa a esse ponto? Nunca achei que ninguém nascesse “assim”. E me perguntava: e se a violência social encravada historicamente no Brasil conduzisse o crime para uma dimensão política? O que ocorreria?

Passei muitos anos fora sem sequer visitar o Brasil, quando a Internet para as pessoas comuns ainda nem engatinhava e as linhas telefônicas em minha terra eram propriedades que se concentravam nas mãos de quem podia mais. Se quisesse saber alguma coisa sobre o país, tinha que levantar às 4 da manhã para ir até uma banca de jornal no centro de Madri que recebia alguns exemplares insuficientes da Folha de São Paulo e do Estadão. Eu, que sou notívaga e morava longe do centro da cidade, nunca consegui chegar à tal banca de jornal a tempo de pegar meu exemplar da imprensa. Quando falava com meus amigos e família esporadicamente por telefone, depois de muitas complicações para marcar data e hora para que eles pudessem esperar minha ligação de poucos minutos em algum lugar onde houvesse uma linha telefônica, eles me contavam coisas terríveis sobre o Brasil. Eu imaginava cenas de degradação, mas não acreditava que pudesse ser tão ruim.

Voltei ao Brasil para morar em 1998. Um dos primeiros grandes acontecimentos ao que assisti foi a megarrebelião de 2001 no Carandiru. Aquilo me pareceu absolutamente surrealista. Na época eu morava em Santos e via muitas pichações e cartazes com a estética do funk proibido, enaltecendo as armas, o sexo, a ostentação. Eu não sabia muito bem o que era. Foi em uma época na qual eu tinha dois corações. Eu queria ficar feliz por estar de volta, mas havia feiuras por todas as partes que me faziam duvidar. Seria fácil se eu não fosse dali. Mas eu era.... Eu podia até escolher ser de outro lugar: eu tinha outra nacionalidade. Mas eu não podia apagar minha história.... e os pontos da minha rede sempre se comunicavam, como é normal, convocados por acontecimentos cotidianos.

Com o tempo, o bairro onde eu fui morar em Santos, que era um bairro tradicional muito próximo à orla do mar, mudou. Foi ficando feio. Houve uma execução na esquina da minha casa, ao meio dia. Eu não vi a vítima, só o sangue. Houve outra execução no café onde eu ia desfrutar de momentos agradáveis. A vítima foi executada com tiros na cabeça. Houve mais execuções: ocorriam explícitas, diretas. As coisas começaram a mudar de cor. Diziam que era o tráfico. Diziam que era o PCC na Baixada. Eu não desconfiava das pessoas, mas houve uma sucessão de episódios, alguns mais distantes, outros mais próximos de mim, que fizeram com que as coisas perdessem a graça.

Então eu me mudei para “um lugar bom”. Monitorado, vigiado. Fui morar em condomínio fechado no alto de uma montanha. Em 2006, lembro de ver certa vez polícia para tudo quanto é lado no mato. Às vezes eu passava por muito mato para chegar à minha casa, e circulava muito pelas bordas da cidade, pelas bordas mesmo. No dia em que vi tantos policiais no mato, meu telefone tocou à noite. Era um “agente da Polícia Federal”. Uma voz agradável, bonita, calma. Ele falava bem. Começou a me contar uma história estranha pedindo que eu acudisse ou ajudasse porque havia ocorrido um acidente. Não me lembro mais dos detalhes. Desliguei o telefone. Ligações como essa ocorreram naqueles dias, e foram noticiadas na mídia como ligações que faziam parte das ações do PCC.

Nos dias que se seguiram escutei pessoas contarem desiludidas que o irmão, o primo ou o filho tinham decidido entrar para o PCC. Eram pessoas que moravam nas periferias. “Entrar para o PCC”... Parecia que entrar para o PCC era uma coisa glamourosa, romântica, e que qualquer um poderia fazer se quisesse e se fosse valente. Parecia que havia uma luta e que alguns decidiam “se alistar”. O sistema prisional havia “gritado” de novo em 2006: rebeliões simultâneas em mais de oitenta centros prisionais. Desta vez, somados a ataques coordenados nas ruas. Em uma única noite, dezenas de policiais foram assassinados. Mas a resposta “oficial” foi brutal: 495 homicídios foram cometidos por policiais nas periferias, em uma semana. Nas semanas seguintes, outros 500 assassinatos foram cometidos (ADORNO; SALLA, 2007; JUSTIÇA GLOBAL, 2015).

Durante o tempo em que morei na Europa, não havia para mim “o crime”. Isso não significa que não ocorressem crimes. De fato, as duas vezes em que tive minha casa invadida, tendo encontrado cara a cara com o invasor dentro, ocorreram na Inglaterra e na Espanha. Mas não havia “o crime” perverso, que atravessa e arrasa. Que sequestra e mata. Na Europa eu convivi, de perto, e em algumas ocasiões até muito perto demais, com o terrorismo. Nunca senti medo. Mas o medo que as pessoas na Europa sentem do terrorismo e de certos grupos sociais

é parecido ao medo que no Brasil as pessoas que moram em “lugares bons” sentem do crime e de certos grupos sociais. O medo pode chegar a produzir um fosso social. E fossos sociais podem produzir raiva prévia e até ódio.

Eu decidi deixar meu país novamente porque o crime e a desconfiança continuaram se aproximando de mim e da minha família. Com o tempo, fui sentindo o dilema, principalmente depois de alguns episódios que fizeram com que eu também pudesse colecionar histórias de violência de primeira mão. O problema era que eu tinha escolha. Eu podia pegar o passaporte e levar meus filhos para outro lugar. Se acontecesse algo realmente ruim, eu seria responsável, porque eu tinha escolha. Era ainda mais contundente porque meu marido não é brasileiro. Ficar, então, era uma escolha vinculada a mim.

Eu saí, então. Não sem dor no coração, até porque decisões tomadas dessa forma não são decisões livres. Por isso, mesmo que o terror político e o terror do crime sejam fenômenos tão diferentes, para mim despertavam questionamentos com pontos em comum sobre a trama social na qual essas estratégias e metodologias de vida são construídas. Quando eu tenho que sair por causa do crime, vejo-me em uma condição política e social para a qual não há exílios. Eu podia fazê-lo porque tinha passaporte, falo outras línguas, tenho até diploma universitário que pode ser usado em outro país e conhecia o caminho. Tudo era viável. Mesmo assim, eu me senti empurrada, e embora eu tenha nascido com dupla nacionalidade, porque meus pais são de países diferentes, um desses países estava me obrigando a renunciar. E eu me comparava com aqueles que estavam realmente expostos, gravemente expostos aos efeitos perniciosos do crime, e que não dispunham de meios para superar sua condição.

“Violência é aquilo que nos faz perder a confiança no Outro” (COSTA, 2007). Pode-se dizer que a violência, nesse modo de compreendê-la, é resultado do alheamento com relação ao Outro e da irresponsabilidade consigo mesmo. O alheamento implica uma atitude de distanciamento a partir da qual a desconfiança conduz à desqualificação do sujeito como ser moral. Desqualificado, o Outro não é visto mais como Igual, como parceiro, e pode ser usado como suporte para necessidades (COSTA, 1997). A desigualdade social no Brasil é mãe da violência, e o alheamento com relação ao Outro, assim como a desconfiança, se instalam tanto nas classes abastadas quanto nas classes sociais menos desfavorecidas. Os corajosos são filhos do Brasil.

Como corpo tem memória, meu percurso se inicia, como eu disse, nas vísceras. Por isso, para começar, eu precisava de uma metodologia que desse conta também dos meus processos. Não porque estivesse tudo misturado. Precisava de uma metodologia robusta porque eu sabia,

entre outras coisas, que o objeto que estava começando a ter em minhas mãos era um objeto comunicacional. Se o objeto é comunicacional, eu iria me comunicar com ele. Precisava, então, ser uma espécie de sonda. E para sondar, precisava delimitar o terreno. E para isso, precisava captá-lo de alguma forma. As próximas páginas descrevem, assim, o processo de construção da sensibilidade teórica, processo contínuo que transforma, e não finaliza com a conclusão da pesquisa.

Organizei este capítulo em três partes. Na primeira, descrevo como decidi adotar como metodologia a Análise Situacional, uma refundamentação da Teoria Fundamentada nos Dados proposta por Adele Clarke (2005) para análise da ação situada no nível social. Na segunda parte, discorro sobre a sensibilidade teórica propriamente dita, como processo de articulação que permite conduzir a pesquisa vislumbrando possibilidades, estabelecendo conexões e formulando perguntas. Na terceira parte, faço alguns esclarecimentos sobre o mapa situacional construído a partir dos dados, apresentado no **Capítulo 3 - Mente firme e coração blindado: o sujeito no mundo** do crime, propondo formas de usá-lo.

1.1 Análise Situacional: uma alternativa metodológica

A Análise Situacional ocupa uma posição sólida no campo das revisões da Teoria Fundamentada nos Dados (Grounded Theory), metodologia com longa tradição na Sociologia e na Psicologia Social (GLASER; STRAUSS, 1967; STRAUSS; CORBIN, 1998; GLASER, 2002), ao lado da formulação Construcionista proposta por Charmaz (2001; 2014). Apesar de sua adequação para análise de práticas sociais no nível intermediário das interações sociais (e, portanto, de sua adequação para a produção de teorizações de nível intermediário⁷), a Análise Situacional não é comumente empregada no campo da Comunicação⁸. Por essa razão, procuro esclarecer nesta seção seus princípios e bases epistemológicas e metodológicas, bem como o caminho que me conduziu a adotá-la a partir da análise exploratória feita com a amostra inicial.

A constatação de que a música das periferias não tem a intenção de passar despercebida materializou-se no conhecido refrão de Som de Preto (Amilcka e Chocolate): "É som de preto / De favelado / Mas quando toca ninguém fica parado". O aspecto dinamogêneo do som, que

⁷ As teorias de nível intermediário consistem em grupos limitados de suposições das quais são derivadas pela lógica hipóteses específicas para serem confirmadas pela pesquisa empírica. A noção de teoria de nível intermediário como intersecção entre a teoria e a pesquisa empírica foi uma das grandes contribuições de Robert K. Merton para as Ciências Sociais.

⁸ Para um exemplo de pesquisa em comunicação que empregou a Teoria Fundamentada nos Dados como metodologia, ver LEITE, Francisco Vanildo. Experiência de interação de mulheres brasileiras com publicidade contraintuitiva: um estudo em Grounded Theory. São Paulo: F. V. Leite, 2015, 319 pp.

diz respeito à exaltação funcional de um órgão sob o influxo de uma excitação, é apenas um dos eixos nos quais o proibido mostra sua potência. Para além do efeito cinestésico produzido pelo batidão, o proibido no qual se faz exaltação do crime apresenta-se como um espaço comunicativo marcado pelo alto grau de ambiguidade, pelos relatos crus e pela carga afetiva (sonora, visual e linguística), muitas vezes agressiva, podendo resultar violenta. É nesses aspectos, como discutirei mais adiante, que reside o potencial comunicativo do funk, especificamente do proibido.

O proibido inscreve-se como produto cultural e estético no cenário musical do funk e, de maneira mais abrangente, no cenário do funk como movimento social ao lado dos movimentos rap e hip-hop. Sua configuração como segmento clandestino e transgressor dentro do funk está relacionada às condições nas quais vai se constituindo e encontrando caminhos por onde circular. A linha do tempo do funk situa a configuração do proibido num ponto no qual o distanciamento do funk do espaço público e da legalidade ocorrem por associação dos bailes à desordem e aos circuitos do tráfico de drogas unidos a processos de criminalização.

A prática de celebrar o crime encontra no proibido um espaço e lugar para sua configuração, expressão e circulação. As expressões de exaltação do crime no proibido não são homogêneas: nesse espaço, é possível observar segmentos de mundos em interação. Um desses segmentos está associado ao PCC, e é nesse segmento que situo minha análise da prática de *representar o crime* no proibido. Defini esse foco durante a análise exploratória, que inicialmente incluiu peças de exaltação dos dois principais comandos que operam no Brasil: o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital.

O foco no segmento do proibido associado ao PCC foi uma decisão baseada no impacto que algumas músicas produziram em mim durante a análise exploratória. O impacto inicial, que agora posso nomear como um choque entre mundos, fez com que eu repetisse muitas vezes a visualização de certos clipes porque me produziam um intenso nó na garganta. Não era a crítica social. Não era apenas a defesa de um modo de vida. Havia algo indefinido, situado em um lugar fronteiro, agressivo e doído, que fazia referência especialmente ao processo de conversão em *bandido estruturado* no Comando. Havia também o tom político no discurso do crime, e que eu posteriormente pude encaminhar como uma experiência dissensual e estética da política à luz das teorias de Rancière (2009). Eu já vinha atenta ao posicionamento público do PCC desde os ataques de 2006 e decidi aceitar a abertura que aquele choque produziu em mim através da música.

Já na análise exploratória das primeiras peças de proibido senti necessidade de seguir um caminho que me permitisse situar jogos de sentido complexos e vivos; éticas entrelaçadas em forças emocionais opostas que buscam conexão afetiva e destruição; histórias de vidas interrompidas correndo paralelas à vida no fio da navalha; ambientes urbanos deteriorados e condições precárias; a realidade da morte prematura; fé em Deus e no Comando; expressões de raiva, ódio, dor, revolta, desejo de vingança; vozes confinadas em celas; a arma apontada para a cara do espectador nas mãos de meninos que caminham com pés desprotegidos e peito nu; a experiência da amizade; a vontade de viver e de ser feliz. Estas são algumas das forças, na miríade do proibido, que compõem o cenário no qual o compromisso firmado com o *mundo do crime* abre-se explícito em forma de celebração.

Minha imersão no terreno discursivo da exaltação do crime no proibido sinalizou práticas comunicativas que se pouco a pouco foram constituindo o fio condutor da pesquisa. A comunicação, sinaliza Braga, "não se realiza em estado puro, mas como processo pertinente e incidente sobre seus contextos, e é aí que tem que ser inferida" (BRAGA, 2016, p. 131). A Análise Situacional oferece um lugar no qual situar a empiria da pesquisa em comunicação ao propor uma metodologia para a formulação de teorizações de nível intermediário. Tais teorizações não são excludentes na medida em que não têm a pretensão de ser abrangentes, mas sim de apreender ângulos possíveis, e nem explicativas, constituindo conjecturas articuladas que abrem caminhos possíveis. São necessárias para situar o conhecimento entre a teorias gerais e o acúmulo de dados pontuais, e cruciais para a definição de novos campos.

O proibido é ele mesmo fronteiroço, como disse na introdução, pois ele mesmo se configura com uma natureza transgressora, ocupando um lugar de fala problemático que não cabe no campo dos movimentos sociais sob a lógica democrática e nem no campo dos valores que resguardam a vida em comunidade. Além disso, o proibido em si atua como um vetor e como um lugar no qual é posta em cena e em funcionamento a celebração do crime. Em outras palavras, o proibido é empregado para exaltar e *representar* o crime, assim como para celebrar a sexualidade, por exemplo. Pude situar o proibido como lugar onde ocorre a ação que eu pretendia observar através do conceito de dispositivos interacionais, que me levou à articulação entre as teorizações de Braga sobre a comunicação como processo (2010a; 2010b; 2016) e a Análise Situacional de Clarke (2005) como metodologia.

Assumindo a forma de pacote metodológico que combina um corpo epistemológico com métodos e técnicas, a Análise Situacional foi proposta por Clarke (2003, 2005) como uma refundamentação da Teoria Fundamentada nos Dados, representando ao mesmo tempo

uma atualização metodológica e um giro discursivo à metodologia originalmente desenvolvida por Glaser e Strauss (1967). Através da complementação das bases fundadas no Interacionismo Simbólico, na Ecologia da Escola de Chicago e na Filosofia Pragmatista com o pensamento de Foucault, a Análise Situacional incorpora a dimensão discursiva das interações sociais ao quadro metodológico sólido da Teoria Fundamentada nos Dados.

Partindo da teoria de mundos e arenas sociais de Strauss (STRAUSS, 1978⁹, apud CLARKE, 2005), que os concebe como universos discursivos seguindo a tradição interacionista iniciada por Mead e Blumer, Clarke (2005) propõe o nível social como encontro entre micro e macro, oferecendo ferramentas analíticas e técnicas cartográficas para a integração sem prejuízo da complexidade. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que incorpora no aspecto discursivo o pensamento de Foucault, a Análise Situacional o desafia na medida em que assume como unidade de análise a situação em sua totalidade, abrindo-a para registro da pluralidade de pontos de vista, discursos minoritários, vozes silenciadas e perspectivas marginalizadas. Diferencia-se, assim, da Análise do Discurso (não é esse o objetivo da Análise Situacional), e soma à Teoria Fundamentada nos Dados conceitos e ferramentas para lidar com o motor discursivo na vida social.

De que maneira, então, a Análise Situacional poderia possibilitar a construção de um terreno no qual situar a celebração do crime no proibido? Que mundos sociais poderiam conectar-se através do proibido, facilitado por seu potencial de conectividade? Não seria mais produtiva, no caso da análise da celebração do crime, uma abordagem pluralista que não estivesse guiada por princípios normativos ou teorias norteadoras, como poderia ocorrer, por exemplo, na Análise do Discurso, mesmo que se tratasse de uma análise crítica? Eu precisava de instrumentos para situar o problema de uma maneira que possibilitasse a inclusão de qualquer ponto de vista já que, para começar, o proibido ocupa um lugar de fala fronteiro.

Um dos objetivos da Análise Situacional de materiais discursivos é mapear e representar graficamente os discursos e mundos sociais que circulam em arenas, amplificando o silêncio e os silenciados, especificando atores implicados, e buscando seus discursos (CLARKE, 2005). Tal projeto de análise pluralista associado ao pensamento de Dewey (1927) encerra certos riscos. Ao "mexer no botão de volume" através da representação do silêncio e do que foi silenciado, o pesquisador fica exposto a possíveis acusações de apoiar ou atacar certos grupos. Este aspecto é especialmente relevante neste estudo da exaltação do crime no proibido, já que

⁹ STRAUSS, Anselm Leonard. A Social Worlds Perspective. *Studies in Symbolic Interaction*, n. 1, p. 119-128, 1978. Disponível em: <https://www.uzh.ch/cmsssl/suz/dam/jcr:fffff9ac6-46e7-ffff-ffffdf1b114/04.22_strauss_78.pdf>. Acesso em 30 de dez. de 2016.

um mapeamento inicial permite entrever que a própria nomeação das vozes do crime como vozes de apologia ou de facção, assim como a adoção do termo proibido, não são independentes do processo de criminalização de tais práticas. A configuração do proibido como espaço clandestino é discutida no **Capítulo 2 - O proibido como dispositivo interacional**.

A Teoria Fundamentada nos Dados surgiu na década de 1960 como uma crítica à ênfase que as Ciências Sociais, nos caminhos do cientificismo moderno de meados do século XX, depositou sobre as etapas de validação de hipóteses e teorias, deixando em segundo plano etapas anteriores do processo nas quais os problemas são articulados e as hipóteses formuladas (GLASER; STRAUSS, 1967). Seus princípios norteadores foram estabelecidos por Glaser e Strauss em 1967 no texto inaugural *The Discovery of Grounded Theory*, reunindo a perspectiva interacionista de Strauss, que havia sido aluno de Blumer, com as contribuições materializadas no método das comparações sistemáticas por Glaser, que havia estudado com Lazarsfeld¹⁰.

Pensada como um método geral de análise comparativa e um conjunto de procedimentos capazes de gerar [sistematicamente] uma teoria enraizada (GLASER; STRAUSS, 1967), o procedimento da Teoria Fundamentada nos Dados deveria gerar "um conjunto de conceitos cuidadosamente fundamentados e organizados em torno de uma categoria central, integrados em uma hipótese" (GLASER, 2004). Buscava-se, assim, a neutralidade do pesquisador e a emergência conceitual e de uma teoria substantiva. Minhas incursões iniciais na análise exploratória tinham deixado claro que a neutralidade diante do problema que eu tinha em mãos não só era impossível, mas, caso fosse, terminaria impedindo que meus nós na garganta abrissem portas para me aproximar ao problema. A neutralidade era um problema para mim, assim como foi para a Teoria Fundamentada nos Dados clássica, que tentou resolvê-lo através da formulação de princípios norteadores.

Para que o pesquisador pudesse conduzir a pesquisa com neutralidade, era necessário observar alguns princípios, entre os quais estavam a suspensão das concepções prévias, a amostragem teórica guiada pelo problema e não por critérios técnicos de aleatoriedade e representatividade, o método das comparações sistemáticas e codificação aberta, a indução categórica guiada pela saturação, o adiamento da revisão da literatura até a articulação teórica,

¹⁰ Apesar de não ser habitualmente usada na pesquisa em comunicação, a Teoria Fundamentada nos Dados como pacote metodológico e as Teorias da Comunicação encontram-se através das escolas e tradições da pesquisa em ciências sociais aplicadas. Paul Lazarsfeld (1901-1976), sociólogo, dedicou-se à pesquisa da influência dos meios de comunicação de massas nos públicos. É considerado um dos iniciadores da corrente funcionalista e um dos fundadores da pesquisa em comunicação.

e a teorização articulada (e não descritiva). A abordagem inicial deu origem a reformulações entre as quais se destacam a vertente purista conhecida como Clássica por Glaser (2002); o viés interacionista formulado por Strauss e Corbin (1998); a revisão Construcionista elaborada por Charmaz (2006, 2014) e a refundamentação pós-moderna proposta por Clarke (2005).

Buscando afastar-se das reminiscências positivistas presentes na versão clássica de Glaser e Strauss (1967) e na revisão de Strauss e Corbin (1998), Charmaz (2001) levou o problema da relatividade e da subjetividade às discussões epistemológicas, propondo um Giro Construcionista na Teoria Fundamentada. As noções clássicas de emergência conceitual e teórica foram substituídas pela ideia de construção, o critério de saturação abriu-se para incluir o critério de suficiência¹¹ (DEY, 1999¹², apud CHARMAZ, 2014, p. 215), e a neutralidade cedeu espaço ao papel do pesquisador como fio condutor na interação com o problema. O pensamento de Blumer (1954; 1969) sobre as formulações conceituais como instrumentos sensibilizadores foi incorporado ao corpo epistemológico da Teoria Fundamentada nos Dados, de forma que as concepções e experiências prévias do pesquisador passaram a ser entendidas como instrumentos-guia, e não como prescrições fechadas.

Durante o trabalho com a Teoria Fundamentada nos Dados, a condução da análise e teorizações ocorrem através do que Glaser descreveu como sensibilidade teórica (GLASER, 1978). O produto da Teoria Fundamentada nos Dados (e também da Análise Situacional) é a teorização fundamentada, compreendida como uma formulação interpretativa (não descritiva) que surge da interação contínua entre a postura ativa do pesquisador em relação ao problema e aos dados. O que finalmente define a proposta metodológica da Teoria Fundamentada nos Dados é "uma postura filosófica específica, uma lógica de investigação particular e um conjunto de procedimentos ou orientações flexíveis" (CHARMAZ, 2014), ou seja, uma postura e uma constelação de métodos.

As diferenças entre a Teoria Fundamentada nos Dados clássica e as revisões posteriores situam-se nas diferentes perspectivas sobre a inferência. No tronco Construcionista, do qual a Análise Situacional faz parte, o método de inferência é a abdução. Este é, de fato, um dos pontos no qual as raízes pragmatistas são resgatadas e potencializadas nas revisões à versão

¹¹ Para Dey (1999), o termo saturação é impreciso porque não é congruente com um método que confia nas conjecturas do pesquisador para determinar se as propriedades de uma categoria atingiram o nível de saturação. Segundo a leitura realizada por Charmaz (2014, p. 215) da crítica de Dey, ao invés de gerar categorias saturadas pelos dados, o pesquisador que segue os métodos da Teoria Fundamentada nos Dados obtém categorias "sugeridas" pelos dados. A crítica de Dey gerou discussões relevantes sobre a possibilidade e legitimação do uso do termo "saturação", questionando inclusive os efeitos de que o pesquisador que trabalha com a Teoria Fundamentada nos Dados siga os métodos como roteiros fechados, podendo comprometer o aspecto inovador e criativo inerente a essa metodologia. Seguir os conceitos e métodos da Teoria Fundamentada nos Dados de forma prescritiva pode reduzir e minar o valor e a legitimidade das análises do pesquisador.

¹² DEY, Ian. **Grounding Grounded Theory**. San Diego, CA: Academic Press, 1999.

clássica. A abdução foi formulada por Peirce (1878) a partir do método aristotélico, e pode ser descrita como uma interação na qual as informações presentes na situação produzem efeitos no pesquisador, possibilitando inferências e conjecturas fundamentadas no contexto (ver PEIRCE, 1878; CHARMAZ, 2014; FERNÁNDEZ, 2014). Havia, então, um lugar metodológico para os meus nós na garganta e afetações.

Ao propor a refundamentação da Teoria Fundamentada nos Dados através da Análise Situacional, Clarke (2003, 2005) vai ao reencontro dos princípios pragmatistas para depois ampliá-los. Há, nesse processo, pontos de contato com teorias e formulações caras ao campo da Comunicação. De uma maneira resumida, a Análise Situacional de Clarke resgata nas bases da Teoria Fundamentada a abdução de Charles S. Peirce (1839-1914), o pluralismo de John Dewey baseado em sua teoria dos públicos (1859-1952), o perspectivismo baseado na ideia de incomensurabilidade formulada por William James (1814-1910) e a ideia de mundos sociais com origens em George H. Mead (1863-1931). A ideia de olhar em Foucault (1926-1984) e a natureza discursiva da vida social também são incorporadas por Clarke.

O entendimento da comunicação como processo probabilístico e situado encontra no pensamento pragmatista um terreno sólido que em si mesmo contém uma perspectiva única do problema da comunicação, que Russil situou no que nomeou como "tradição pragmatista das teorias da comunicação" (RUSSIL, 2004; 2005), tradição a ser somada à matriz proposta por Craig em sua matriz constitutiva do campo comunicacional (CRAIG, 1999; 2006; 2007).

A base do pensamento pragmatista está em que o valor das teorias ou crenças descansa na aplicação prática e efetiva (PEIRCE, 1878). A ideia de que toda ação é situada no tempo e no espaço não produz desdobramentos apenas sobre as considerações sobre o objeto de conhecimento, mas também sobre o sujeito que conhece. A importância das questões em torno do lugar do pesquisador com suas concepções prévias, bem como os riscos da aplicação de conceitos como prescritores ficou evidente para mim desde o primeiro momento, já na fase de análise exploratória. A própria linguagem usada no proibido, rica em metáforas colocadas em circulação em um espaço que ultrapassa os seus limites locais de produção, impunha o desafio de lidar com metáforas vivas, muitas vezes vinculadas a processos de redescrição identitária, enraizadas num contexto camuflado, como o da clandestinidade. Esta foi a primeira razão pela qual eu fui buscar uma metodologia densa, que oferecesse métodos e técnicas, mas também coerência teórica e epistemológica.

Todo o processo de condução da análise e de teorização foi, para mim, um processo de transformações. Expressei essa vivência em artigo que trata da articulação entre a ideia de

subjetividade-rede em Rorty (1989) e o fluxo do pensamento como sucessão congruente de mudanças de estado em Peirce (1878), buscando reflexões sobre a maneira como o pesquisador, inserido na situação-problema e em comunicação com os dados, pode tornar-se sujeito condutor do processo empírico e interpretativo que lhe permitirá formular teorizações fundamentadas:

Retomemos de Peirce a ideia de pensamento como congruência na sucessão de sensações, onde o pensamento se apresenta com começo, meio e fim, e as sensações são mudanças de estados pontuais. Consideremos ainda, como Peirce tomou de Bain, que crenças são regras para a ação na medida em que supõem hábitos. E consideremos que, diante dos efeitos que qualquer evento ou incidente produza em nós, os sujeitos-rede de crenças e desejos de Rorty, tenhamos que aplicar crenças previamente elaboradas, ou elaborar novas crenças a partir de novos processos de pensamento. Esse movimento recursivo, baseado nos efeitos produzidos e não em regras apriorísticas, nos dá pistas para o uso refinado da sensibilidade teórica. (FERNÁNDEZ, 2014, p. 42)

No texto *How To Make Our Ideas Clear* (1878), texto fundacional que contém a formulação da máxima do pensamento pragmatista¹³, Peirce utiliza a ideia de fio melódico como metáfora para o pensamento. O pensamento, propõe Peirce, é um sistema uno cujo motivo e função é produzir crenças. As crenças, continua, são as semicadências¹⁴ que fecham as frases musicais na sinfonia intelectual. Entendendo que a concepção que construímos a partir dos objetos está associada à concepção que fazemos dos efeitos que podem ter repercussões práticas, propõe que as crenças surgem quando "nos vemos decididos a agir de determinada forma sob circunstâncias tais como as que nos fizeram hesitar" (PEIRCE, 1878, tradução minha).

As crenças, diferentemente de outros produtos, são coisas das quais temos consciência e que surgem como resultado das irritações produzidas pela dúvida, e implicam, em nossa natureza humana, o estabelecimento de hábitos que funcionam como regras para a ação (BAIN, 1865). A aplicação de tais hábitos "envolve novas dúvidas e mais pensamento, ao mesmo tempo em que é ponto de chegada, e também novo ponto de partida para o pensamento" (PEIRCE, 1878, tradução minha). A lógica da abdução, esboçada nessas ideias, está intimamente relacionada com a máxima pragmática.

As repercussões desta discussão para as reflexões sobre a sensibilidade teórica residem no fato de que as irritações (ou mudanças no estado de coisas) que o pesquisador experimenta

¹³ Parece, então, que a regra para alcançar o terceiro grau de clareza na compreensão é a seguinte: consideremos quais efeitos, que possam ter repercussões práticas concebíveis, concebemos que terá o objeto de nossa concepção. Então, nossa concepção desses efeitos será a totalidade de nossa concepção do objeto (PEIRCE, 1878).

¹⁴ Na harmonia musical, as semicadências são cadências de passagem, que não se prestam à definição inequívoca de uma tonalidade.

diante de estranhamentos aciona o processo de pensamento consciente, abrindo direcionamentos para novas buscas:

Assim, a menos que seja possível agir a partir de algum hábito previamente adquirido na matéria em questão (em outras palavras, com base em uma crença sobre como são e como se devem conduzir as coisas), a alteração produzida pela dúvida desencadeará um processo de decisão. As crenças distinguem-se, assim, pelos diferentes modos de ação a que dão origem. (FERNÁNDEZ, 2014, p. 39)

Para Rorty, aquilo que chamamos de "sujeito" é um efeito das descrições que fazemos de nós mesmos a partir de interações nas quais estabelecemos, com o ambiente, relações de causa e efeito. Apoiando-se na concepção holística proposta por Davidson (1982) de que ser uma pessoa é ser um conjunto coerente e plausível de crenças e desejos (RORTY, 1989; 2002), Rorty utiliza a ideia de rede para teorizar um sujeito que se redescreve continuamente, enriquecendo-se (e não revelando-se) nas interações. Crenças são tomadas em Rorty como regras para ação (BAIN, 1865), e desejos como motores da conduta propositiva, equivalentes à intenção.

Crenças e desejos operam em pacotes (DAVIDSON, 1982), e nem sempre o pacote que nos parece familiar é o que opera como causas de nossas ações. O sujeito, propõe Rorty, é "a parte da rede de crenças e desejos que deve ser postulada como causa interior do comportamento linguístico de um organismo singular" (RORTY, 1991, p. 123). O comportamento linguístico, derivado de uma habilidade natural da espécie humana, é o que nos ajuda a dar sentido às coisas e conduzir as ações. Desde seu Naturalismo Pragmático (RAMBERG, 2004), Rorty situa o conhecimento que o homem constroi de si mesmo em uma empiria radical herdeira de James 1912 [1976], propondo uma teoria do conhecimento sem intermediários metafísicos. Crenças e propósitos dos quais somos conscientes operam como razões das nossas ações. Os feixes de crenças e desejos dos quais não somos conscientes podem operar como causas do comportamento sem ser razões.

Ao longo de um processo analítico guiado pelo método abdutivo, pode-se esperar que o pesquisador seja sujeito das decisões e ações que se desencadeiam a partir dos efeitos de sua interação com os dados. Pode-se esperar também que as crenças e os propósitos que operam no alinhavar da sensibilidade teórica de que falavam Glaser e Strauss (2006 [1967]) sejam causas e razões, e não causas que não são razões. Em outras palavras, espera-se que o pesquisador seja consciente de suas razões¹⁵. Minha sensibilidade teórica desenvolveu-se nas

¹⁵ Do ponto de vista metodológico, a Análise Situacional proporciona a possibilidade de incluir nos mapeamentos, de forma explícita ou apenas para fins de documentação, os operadores do pesquisador que podem funcionar como razões.

minhas interações durante o processo de coleta, análise e teorização, incorporando-se à rede de crenças e direcionamentos que me constituíram como condutora de minha pesquisa, incorporando-se como uma parte constitutiva, e não como um apêndice ou prótese acoplada. A sensibilidade teórica pode ser compreendida como parte do processo de redescritção contínuo no qual, em interação com o problema, a rede que é o pesquisador se atualiza.

Algumas "irritações" (mudanças de estado) originaram as perguntas-guia que me conduziram pela amostragem teórica. Essas mudanças de estado expressaram em alguns casos efeitos emocionais em mim ou a necessidade de reproduzir várias vezes a mesma peça ao longo de meses, em um processo de sintonizar a escuta. Optei por atender a essas "irritações" intensas compreendendo seu possível valor como portas de entrada para que eu pudesse acessar o problema de pesquisa através de minha escuta alterada. Ao longo do processo analítico, essas irritações originaram perguntas e reflexões importantes. A tabela abaixo oferece alguns exemplos:

Irritação (mudança de estado)	Pergunta ou caminho derivado
<p>Sentir raiva, ativação e agressividade</p> <p>O que significa que algumas peças de proibido me levem a experimentar raiva e agressividade?</p>	<p>A experimentação de emoções destrutivas no proibido mantém correlação com as categorias geradas na análise?</p> <p>A categoria "expressar emoções destrutivas" é uma das categorias que mais saturou na codificação aberta.</p> <p>Investigar a disposição para o confronto e para o ataque.</p>
<p>O que faz com que uma sessão de análise produza uma espécie de euforia ou energização?</p>	<p>Efeitos dinamogêneos da música e possível efeito de energização retroalimentando a exaltação.</p> <p>A pancada, a percussão, o fio melódico simples são especialmente dinamogêneos. Produzem ativação fisiológica? Quais são os efeitos emocionais decorrentes e que podem interferir na codificação, análise e teorização?</p> <p>Como o aspecto dinamogêneo do proibido pode contribuir para a energização para o mundo do crime?</p> <p>Explorar categorias “fortalecer” e “invadir a mente”,</p>

	<p>presentes por exemplo em “o funk das três letras invadindo a sua mente para fortalecer”.</p>
<p>Por que preciso assistir ou ouvir uma e outra vez algumas peças apesar de conhecê-las de cor?</p>	<p>No proibido o espaço de inferência é grande.</p> <p>Teorização baseada em Braga (2010, 2016) sobre o processo tentativo e aproximativo.</p> <p>Teorização sobre a transformação do código e a inferência como processos inerentes à comunicação.</p> <p>O proibido entranha alto valor comunicacional.</p> <p>Qual é minha relação com o sujeito da fala? O que o sujeito anônimo do proibido pede ao interlocutor? O que quer esse sujeito quando reivindica o lugar de voz do crime?</p>
<p>O que há nas peças que produzem um intenso nó na garganta ou no peito, mas me obrigam a continuar assistindo-as e escutando-as repetidamente?</p>	<p>Que dor é essa? De quem é a dor?</p> <p>Para além das emoções destrutivas e orientadas para fora, que emoções são essas que produzem esses nós? Qual a relação entre esses nós em mim e as descrições de blindagem (de coração e mente) deles?</p> <p>A exaltação do crime no proibido é uma ponte entre algo que não é dito e uma figuração pública? O que é esse compromisso?</p> <p>A categoria "descrições de si mesmo" e "representar o comando/o crime" estão entre as que mais saturaram na codificação aberta.</p> <p>Investigar sobre o compromisso firmado com o crime enlaçando a subjetividade e a disposição.</p> <p>A adesão não é explicável apenas de uma perspectiva racional. Investigar a blindagem.</p>
<p>Raiva, revolta, ódio, blindagem</p>	<p>O que quer a blindagem?</p> <p>Por que a transmutação das descrições negativas de si mesmo (monstro, antissocial) se dá através de valores baseados na lealdade e na amizade (humano verdadeiro, sangue bom)?</p> <p>Investigar conexão social x sociabilidade. Investigar</p>

	<p>marcadores de vergonha. Ver modelo biopsicossocial da psicologia da vergonha (GUILBERT, 2010).</p> <p>Teorização baseada na noção de sujeição criminal (MISSE, 2010), sujeito rede de crenças e desejos (RORTY, 1989), tornar-se sujeito e vontade de subjetivação política (RANCIÈRE, 1995; 2006; 2009).</p>
<p>Sensação de angústia ao ver imagens de paisagens urbanas interrompidas, inacabadas e deterioradas.</p>	<p>Por que algumas pessoas não podem desfrutar do privilégio de habitar lugares agradáveis?</p> <p>Lembranças da infância: o sacrifício para subir uma ladeira de barro em dia de chuva segurando-me em um corrimão construído na rua. A incomodidade de passar a noite nos barracos. Banheiros precários. Bairros chiques e ruas de lama.</p> <p>Elementos situacionais. Exclusão social. Higienismos.</p> <p>Conceitos e teorizações sobre a humilhação social (GONÇALVES FILHO, 1998; 2007).</p>
<p>Pés vestindo chinelos, peito nu, rosto coberto, fuzil na mão.</p>	<p>Como mãe de três crianças pequenas, protejo meus filhos. Crianças "do asfalto" não podem assistir a filmes violentos. Muitas crianças brasileiras seguram armas de alto calibre.</p> <p>Efeitos do trauma. Por que nem todas as crianças do Brasil merecem proteção?</p>

Tabela 1: Irritações e perguntas elicitadas durante as aproximações iniciais (dados do autor)

Ao lado dessas e outras perguntas iniciais formuladas em bruto, foram constantes as indagações e reflexões sobre o que a pesquisa poderia produzir e para quem; que efeitos e riscos há na amplificação das vozes do proibido; que consequências há em destacar os aspectos humanos da conexão e apego no *mundo do crime*; que enlaces esses caminhos podem produzir com os processos de criminalização, especialmente através da tipificação do crime de apologia.

Os caminhos percorridos durante todo o processo de coleta, análise e teorização em minha jornada de pesquisa foram abertos e guiados pelas necessidades com as quais fui me deparando momento a momento, passo a passo. Com formação em Comunicação e em Psicologia, acompanhavam-me na porta de entrada ideias sobre a construção do ser humano,

como indivíduo e como ser social, a partir de suas vivências em meios complexos. Cada um de nós, em sua linha da vida, nos deparamos com aquilo que Rorty (1989) nomeia como ironia e contingências do sujeito. Voltarei sobre isso mais adiante. Por ora, considero necessário apenas pontuar que a trama construída nestas decisões sobre articulações metodológicas é fruto, ela mesma, da ironia e contingências do meu próprio processo de interação com o objeto.

1.2. Decisões e efeitos da condução pela sensibilidade teórica

A decisão de adotar a Análise Situacional (CLARKE, 2005) em combinação com a Teoria dos Jogos de Linguagem (WITTGENSTEIN, 1999 [1953]) e com a formulação de Dispositivos Interacionais (BRAGA, 2016) foi uma alternativa construída ao longo do percurso da pesquisa. As contínuas transformações no código e na linguagem do proibido, o ritmo e a sonoridade hipnótica do batidão, as imagens impactantes e com forte carga afetiva, bem como os conteúdos das letras que narram situações violentas solicitaram desde o princípio uma metodologia capaz de lidar com a complexidade mantendo a escuta aberta, bem como conceitos teóricos para dar sustentação e fluidez à análise e à teorização, sem encerrá-las em definições prévias.

Uma vez que o corpo metodológico proposto por Clarke (2005) satisfazia as necessidades identificadas para uma teorização fundamentada a partir do proibido, era preciso tomar decisões sobre os caminhos a seguir. Atendendo aos princípios epistemológicos vinculados ao pluralismo fundamentado nas ideias de Dewey (1859-1952), a Análise Situacional prevê uma amostragem teórica não focada, sensível à multiplicidade de vozes e pontos de vista, direcionada à captação da variabilidade nas fontes relevantes, em diferentes lugares, ampliando a inclusão de informações significativas. A amostragem teórica é um dos princípios norteadores da metodologia e está intimamente relacionado a outro princípio não menos importante, a diversidade de dados. Seguindo os mesmos princípios da Teoria Fundamentada nos Dados, tudo são dados.

Diferentemente da amostragem definida por critérios estatísticos de aleatoriedade e representatividade, a amostragem teórica guia o processo e os caminhos a serem seguidos em busca da elaboração conceitual e teorização fundamentadas (CHARMAZ, 2014). Sua utilização implica que já foram geradas construções preliminares sobre o que está sendo

investigado durante a amostragem inicial, possibilitando a formulação de ideias e comparações com novos dados empíricos.

A imersão inicial no proibido de exaltação do crime permitiu identificar a existência de diferentes mundos sociais em interação, o que implica a existência de diferentes pontos de vista e vivências. Além disso, permitiu também observar a existência de ambiguidades e transformações contínuas no código linguístico, com usos variados guiados também por expectativas de escuta por parte da própria comunidade linguística à que está vinculado, dos inimigos e oponentes, e da sociedade.

As peças de proibido analisadas foram selecionadas, assim, identificando-se elementos recorrentes e a necessidade de mais informação. A imersão inicial nos proibidos de exaltação do crime conduziu à identificação de metáforas de formas de vida em processos de redescritção identitária vinculados à vida no crime. Possibilitou também a identificação de um fio condutor com certa unidade em torno da estruturação no crime, vinculada à ideia de adesão a um código de conduta e de *disposição* para atender ao chamado dos comandos. Nesse viés, um caminho específico conduziu ao PCC e à reafirmação de fazer valer a adesão através da prática de *representar* o Comando em qualquer lugar e em qualquer situação, incluindo na música.

A Análise Situacional assume como metáfora base a ideia da "ação situada" e propõe a teorização fundamentada no terreno analítico construído empiricamente a partir dos dados. As ferramentas e técnicas propostas por Clarke permitem construir a situação empírica a partir de materiais discursivos que circulam na situação-problema. Mostrou-se útil, assim, para a delimitação do terreno analítico em minha pesquisa em torno da exaltação do crime no proibido. A identificação da *disposição* para *representar o crime* no proibido como uma prática comunicacional foi resultado do registro e articulação dos elementos situacionais nos mapas construídos durante o trabalho analítico, como está detalhado no **Capítulo 3 - Mente firme e coração blindado: o sujeito no mundo do crime** e no **Capítulo 4 - Representar o crime: tornar presente a disposição e o compromisso**.

A noção de situação para Clarke (2005) não equivale à ideia de moldura, mas a uma totalidade. De acordo com o Teorema de Thomas, "Se uma pessoa define uma situação como real, esta será real em suas consequências" (THOMAS, 1928, tradução minha). A essa concepção holística da situação, somam-se as ideias de perspectiva em Mead, de ação local em Mills, e de conhecimento situado e personificado, em Haraway. A ideia de ação situada tem suas bases na concepção desenvolvida por Strauss (1978) de mundos

sociais/arenas/negociações enquadradas em uma dada situação. Ampliando e desdobrando as bases estabelecidas por Strauss, Clarke propõe uma aproximação cartográfica ao problema a partir de três registros:

1. **Mapas situacionais**, que integram os principais elementos humanos, materiais, discursivos e outros que de alguma maneira possam afetar a situação-problema;
2. **Mapas de mundos sociais/arenas**, que recolhem os atores coletivos, elementos não humanos e arenas de compromissos e discursos nos quais os mundos sociais se engajam em negociações (nível analítico intermediário);
3. **Mapas posicionais**, que registram as principais posições adotadas (e não adotadas) com relação a eixos particulares de diferenças, controvérsias, preocupações em torno de temas que circulam na situação de pesquisa.*

(* extraído de Clarke, 2005, p. xxii, tradução minha)

Como ferramentas analíticas, esses mapas são usados durante o processo de análise e teorização como lugares onde elucidar os elementos principais, materiais, discursos, estruturas e condições que caracterizam a situação. Assim como os mapas de uma cidade ou os mapas geográficos, os mapas construídos na Análise Situacional permitem transitar por diferentes rotas que conectam diferentes pontos, sem a pretensão de serem exaustivos, possibilitando sempre o registro de novos elementos e caminhos.

Durante o trabalho analítico, os elementos relevantes para o problema são mapeados e interrelacionados uma e outra vez através do traçado de linhas que conectam os elementos em diferentes combinações, criando um registro transparente da multiplicidade de caminhos possíveis e das decisões tomadas no processo. As combinações entre os elementos registrados nos mapas permitem contar diferentes histórias. Os descentramentos, a movimentação analítica ágil, a abertura à reinterpretação e a capacidade para representar a multiplicidade estão entre as principais contribuições dos mapeamentos utilizados na Análise Situacional (Clarke, 2005).

Nos mapas construídos inicialmente a partir do proibido de exaltação do crime, alguns caminhos fizeram-se explícitos: o posicionamento político do PCC como ator dentro do sistema carcerário; o crime de apologia associado à criminalização do funk proibido nas áreas de exclusão social; a atuação violenta da polícia nas comunidades; as figurações sobre a polícia como vermes e braço opressor do governo nas comunidades; a ausência do Estado nos

cuidados dos cidadãos; a infância exposta aos mecanismos do crime; o tráfico de drogas e suas conexões; as narrativas programáticas do *mundo do crime* circulando em formas de violência, entre outras possibilidades.

A Análise Situacional segue os mesmos princípios metodológicos que as revisões da Teoria Fundamentada nos Dados situadas no tronco construcionista. Todos os elementos, humanos e não humanos, materiais e discursivos, que de alguma maneira podem afetar a situação, podem ser incorporados à situação analítica (CLARKE, 2005), possibilitando um registro cartográfico complexo, aberto e multideterminado. Seguindo com o método abduutivo, parte-se da vivência empírica para situar o pesquisador no interior da situação como parte do processo de teorização, num contínuo que permite documentar e tornar transparente a condução do estudo, incluindo os operadores silenciosos, como mudanças de estado diante do material ou concepções prévias.

A figura a seguir apresenta o mapa inicial, provisório, não exaustivo, construído durante a análise exploratória e as primeiras incursões na análise fundamentada. Esse mapa foi modificado ao longo do processo analítico, depois da codificação das letras de proibido que *representam* o crime, mas serve aqui como exemplo de um mapa situacional aberto e provisório, criado no início do processo analítico, antes de iniciar a amostragem teórica focada:

Para construir os mapas, Clarke (2005) recomenda que sejam utilizados dados previamente codificados seguindo-se os princípios norteadores da Teoria Fundamentada nos Dados ou ao menos dados suficientemente digeridos. A codificação nos moldes clássicos não é um pré-requisito para realizar a Análise Situacional, mas é recomendável quando o material é discursivo. Assim, os mapas criados a partir do proibido de exaltação do crime depois da análise exploratória foram construídos a partir de letras de proibido codificadas usando codificação aberta baseada em verbos, linha por linha, respeitando-se na medida do possível as nomeações nativas (códigos *in vivo*). A codificação foi realizada com o programa NVivo Pro 11.

Figura 2 – Captura da tela de codificação no NVivo Pro 11

O trecho a seguir oferece um exemplo de codificação aberta baseada em verbos de letras de proibido em torno da categoria *ser disposição*:

Linhas de letras de músicas	Codificação aberta
nós somos disposição	ser disposição
forte disposição, firmeza total	estar sempre disposto estar disposto e firme
assim que é bom, ter consideração na pura calma, mostrar disposição	mostrar disposição com calma
tá ligado meu mano, tem que ter disposição	expectativa de ter disposição
maior disposição, calibre na mão	ter disposição para o confronto

As diferentes circunstâncias vinculadas à ideia de *disposição* foram aglutinadas durante a codificação aberta na expressão *ser disposição*. Essa expressão é também uma forma nativa, que faz referência a uma postura, a uma forma de ser e de estar. Trata-se de um estado de alerta, de uma preparação para a ação vinculada a uma tendência de agir de uma forma determinada, associada ao apetite e à vontade de fazer valer o compromisso com o crime.

Charmaz (2014) define códigos *in vivo* como aqueles que o pesquisador adota diretamente dos dados e que refletem a linguagem em uso. São marcadores simbólicos, característicos dos mundos sociais nos quais são gerados e usados. Seu uso na construção da teorização fundamentada requer que sejam tratados analiticamente como qualquer outro código e, para tanto, Charmaz sugere que sejam desempacotados. No caso do proibido, que utiliza linguagem metafórica vinculada ao *mundo do crime*, "traduzir" os códigos *in vivo* produziria uma codificação desviada, com o risco de esvaziar o sentido.

Como abrir os códigos *in vivo* sem desmontar seu mecanismo? Uma maneira de incorporar os códigos nativos de uma forma aberta e sem perder sua articulação (usá-los com a embalagem não lacrada) é tratá-los com apoio na Teoria dos Jogos de Linguagem (WITTGENSTEIN, 1999 [1947]). Os Jogos de Linguagem, para Wittgenstein, são conjuntos formados pela linguagem e as ações nas quais a linguagem em si mesma está imbricada. O sentido das palavras se dá no uso, e as palavras são usadas como ferramentas para fazer coisas. Em suas investigações, Wittgenstein propôs que os jogos de linguagem fossem usados

como heurísticos. Como atalhos, podem ser compreendidos como heurísticos para acessar as junções onde as interações e as condições se articulam, combinando elementos materiais e simbólicos nas práticas cotidianas (SAVICKEY, 2002; FERNÁNDEZ, 2015d).

Dessa forma, o termo *representar* foi mantido no registro da codificação e teorizado a partir do heurístico Jogos de Linguagem explorando-se, ao desempacotá-lo, o lugar de fala, as negociações de sentido, a expectativa de escuta, os compromissos, as descrições identitárias, a disposição para a ação articuladas em seu interior. A Teoria dos Jogos de Linguagem ofereceu, assim, uma perspectiva para compreender de uma forma aberta, móvel e local os jogos de sentido no interior do proibido de exaltação do crime.

Alguns Jogos de Linguagem são jogados repetidamente porque são eficazes. Assim como a seleção natural opera sobre os organismos, há também uma seleção natural para as práticas sociais que servem para determinados fins. Os jogos recorrentes correspondem ao que Wittgenstein (1999 [1953]) nomeou como formas de vida, que sinalizam maneiras de estar no mundo. Meu direcionamento não estava no proibido como produto cultural, nem no problema da criminalização do proibido. Meu direcionamento foi guiado por duas práticas que se repetiam nas peças que analisei: a preparação e *disposição* para o confronto e a *disposição* para posicionar-se como voz do crime. Esses dois aspectos disposicionais estavam vinculados à descrição de si mesmo como parte dos comandos, em uma teia de nós estruturais, afetivos, cognitivos. Meu direcionamento estava orientado a uma prática comunicativa dentro de um sistema complexo, o proibido de exaltação do crime.

As teorizações de Braga sobre a comunicação como processo e a formulação heurística sobre dispositivos interacionais proporcionou a sustentação conceitual e teórica para o fenômeno que eu estava investigando. O proibido de exaltação do crime foi teorizado então nos termos propostos por Braga (2010a; 2010b; 2016) como um Dispositivo Interacional, ou seja, como um espaço-sistema produzido socialmente no qual é possível observar as práticas comunicacionais. No cerne do processo que transforma os códigos e as instituições sociais, a comunicação opera articulando elementos como o imaginário, incluindo subjetividades e discursos circulantes, o real percebido e as racionalidades locais em interação (YAMAMOTO, 2013). Na formulação de Braga (2011; 2016), tais elementos situacionais são postos em relação através de sistemas de interação gerados pela sociedade, que ele denomina "dispositivos interacionais" para efeitos de operacionalização na pesquisa em comunicação.

Os aspectos teóricos derivados desta condução serão abordados ao longo dos capítulos. Em coerência com a metodologia adotada, não realizei uma revisão prévia da literatura. As

teorias e conceitos utilizados e de teorização foram acionados durante o processo analítico e serão discutidos nos momentos oportunos. As teorias e conceitos relevantes foram revisados e articulados com a pesquisa conforme foram sendo solicitados durante a coleta, análise e teorização. Os quadros a seguir oferecem um resumo do desenho do projeto e do processo de decisões metodológicas.

Quadro-resumo do projeto

Objeto		
Letras de músicas de funk proibido de produção artesanal que exaltam o crime, com menção explícita ao PCC, e que circulam no YouTube.		
Objetivo		
Teorização fundamentada em dados da prática de <i>representar o crime</i> no funk no proibido.		
Ferramentas teórico-metodológicas		
Análise Situacional (CLARKE, 2005)	Dispositivos Interacionais como instrumento heurístico e Comunicação como processo tentativo e probabilístico (BRAGA, 2011)	Jogos de Linguagem como instrumento heurístico (WITTGENSTEIN, 1953)
Métodos e técnicas		
Mapa Situacional (análise cartográfica)	Amostragem teórica Corpus: peças de proibido que circulam no YouTube ¹⁶ , totalizando 303 minutos de áudio.	Codificação Codificação aberta, linha por linha, das letras das músicas e outros documentos incluídos na amostra com Nvivo 11.
Coleta, Codificação, Comparações, Análise		
Teorização Fundamentada		
Sujeição criminal e subjetivação no mundo do crime		Subjetivação política
Categoria Central <i>representar o crime</i> ação temporal, reiteração, presentificação		
Teorias e conceitos acionados		
Teoria dos Jogos de Linguagem (WITTGENSTEIN, 1953). Naturalismo Pragmático e sujeito-rede (RORTY, 1989). Sujeição criminal (MISSE, 2010). Subjetivação política (RANCIÈRE, 2009). Comunicação (BRAGA, 2010; 2011; 2015). Mundo do crime (FELTRAN, 2011; MARQUES, 2009). PCC (BIONDI, 2010; DIAS, 2013; FELTRAN, 2013). Humilhação social (GONÇALVES FILHO, 1998; 2007). Presentificação (HUSSERL, 1900, 1901).		

¹⁶ Foram analisados áudios e clipes de músicas postadas no YouTube por seus próprios autores e também por pessoas que fizeram montagens dessas músicas para postá-las em listas de reprodução e canais. Todas as peças analisadas estão publicadas. Como não é possível estabelecer a autoria de todas as peças, as referências em trechos citados estão identificadas pelo nome da música que é postado no YouTube.

Quadro-resumo das decisões metodológicas

Descrição resumida das etapas

Etapa 1 - Análise exploratória: condução, achados e decisões

- Amostragem por caminhada aleatória (n=20)
- Vídeos de peças de proibido que exaltam o crime no YouTube
- Palavras de busca: proibidão, Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho

A análise exploratória foi realizada a partir de vídeos selecionados no YouTube (n=20) por caminhada aleatória (STEINER, 2012), técnica de amostragem caracterizada por uma sequência de passos discretos a partir de um ponto de origem conhecido, distância constante entre cada passo e aleatoriedade na direção de cada movimento. Para localizar as primeiras peças relacionadas à voz do *mundo do crime* foram utilizadas como palavras-chave os nomes dos dois principais comandos que operam no país: o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), juntamente com a palavra proibido.

A captura de tela abaixo ilustra a página no YouTube obtida a partir da busca com as palavras “proibido PCC + comando vermelho”. Na lateral direita estão os vídeos e listas de reprodução que a busca localiza. A partir dessa lista realizei os movimentos de caminhada aleatória clicando em uma das músicas e, na tela seguinte, escolhendo outra.

Fonte: Captura de tela obtida do YouTube

Achados e decisões

A partir da análise exploratória identifiquei metáforas de formas de vida vinculadas a processos de descrição identitária no proibido. Exemplos de metáforas identitárias foram “Bonde 157”, “Vida Paralela”, “Essa Guerra”. Analisei as metáforas de formas de vida recorrentes a partir da Teoria dos Jogos de Linguagem (WITTGENSTEIN, 1999 [1953]).

Os 20 vídeos analisados na fase exploratória serviram como pontos de partida para identificar caminhos para a Amostragem Inicial, me levou à decisão de adotar como metodologia a Teoria Fundamentada nos Dados (GLASER; STRAUSS, 1967).

Etapas 2 – Amostragem inicial guiada pela Teoria Fundamentada nos Dados

- Amostragem inicial conduzida pela técnica de Amostragem Teórica
- Vídeos de peças de proibido que exaltam o crime no YouTube
- Em vez de palavras de busca, parti de dois vídeos selecionados como sementes na etapa exploratória, nomeados como hinos do PCC
- Codificação piloto das letras e decisão por usar a Análise Situacional
- Comparações sistemáticas
- Construção do mapa situacional provisório apresentado neste capítulo

Sementes:

HINO PCC; Mc Smith (clipe). 3min33. Disponível em
<<https://www.youtube.com/watch?v=PiUIL6VrxRc>>. Acesso em 19 Jun 2014.

HINO DO PCC; Claudio e Ratinho (clipe). 2min11. Disponível em
<<https://www.youtube.com/watch?v=T3VAWPYXBdc>>. Acesso em 19 Jun 2014.

Exemplo de peça que sinaliza caminho de amostragem teórica diferente, e que eu optei por não trilhar:

SE BROTAR no Manguinho, nós vai matar polícia (clipe). 2min10. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=KNqiXiL8fMc>>.

Achados e decisões

A amostragem inicial permitiu identificar alguns caminhos claramente diferentes para a amostragem teórica. Optei por seguir a trilha das peças associadas ao PCC porque sinalizavam o uso da música que permitia entrever uma compreensão da comunicação que inclui uma expectativa de escuta ampliada, para além da interação entre sujeitos ou entre grupos específicos. Pareceu-me um caminho produtivo para compreender o uso do proibido pelo mundo do crime.

A partir da análise inicial decidi então o foco da amostragem teórica, procurando por vídeos que fizessem menção explícita ao PCC e que celebrassem o *partido* e também o crime.

Analisei vídeos soltos e também dois discos gravados antes que o YouTube estivesse disponível para os internautas, que circularam pelos circuitos de pirataria e que atualmente estão disponíveis em playlists e canais de YouTube.

Álbuns analisados:

Parque dos Monstros. Renatinho e Alemão. 2002. Disponível no canal de Renatinho e Alemão no YouTube: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLdspdB4oNp9wa40BUUY6aNEYCAojdNzxJ>>. Acesso em: 23 Jun 2016.

Fonte: Captura de tela obtida do YouTube

Não há Vitória sem Luta. Claudio e Ratinho. 10min15. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=LWs9bXANbaI>>. Acesso em: 23 Jun 2016.

Fonte: Captura de tela obtida do YouTube

Nesta etapa testei a codificação das letras guiada pelos métodos da Teoria Fundamentada nos Dados. Dada a complexidade do problema e do fato de lidar com vozes vetadas ou sujeitas a criminalização, optei por utilizar a Análise Situacional como modalidade da Teoria Fundamentada nos Dados para uma análise da ação situada.

<p>Etapa 3 – Análise situacional</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Amostragem teórica guiada pelas músicas que celebram o crime e o PCC • Codificação aberta das letras das músicas com o software NVivo Pro 11 • Método de inferência abdução • Inclusão na amostra e codificação de documentos atribuídos ao PCC • Processo recursivo de coleta, codificação, análise e construção do mapa situacional • Análise e teorização <p><u>Amostragem teórica</u></p> <p>Não foram incluídas peças de proibido orientadas unicamente à transgressão e nem peças de proibido orientadas à exaltação da sexualidade.</p> <p>Foram incluídas e codificadas as peças orientadas à exaltação do <i>mundo do crime</i> nas quais há menção explícita à disposição para <i>representar</i> o Comando e o crime vinculadas ao PCC, referido também como 1533, comando, partido, irmandade.</p> <p>Foram também codificadas três peças de rap que representam um acionamento específico do proibido para envio de salves do PCC em forma de canção. Embora não se tratem de peças de proibido, a codificação dessas músicas foi registrada no mapa situacional como um eixo analítico específico (Guerra para a Paz).</p> <p>Outras peças de proibido de exaltação do crime vinculadas a outros comandos como o Comando Vermelho e a Família do Norte foram também analisadas, embora não tenham sido codificadas. A análise comparada de peças que celebram explicitamente diferentes comandos criminais é um caminho analítico produtivo, mas ultrapassava os objetivos desta pesquisa. Fazendo comparações sistemáticas, analisei peças de proibido vinculadas ao Comando Vermelho, que indicaram um caminho analítico específico.</p> <p>Foram codificados e analisados documentos atribuídos ao PCC como o estatuto fundacional, cartas enviadas à imprensa, o comunicado emitido durante os ataques de 2006, trechos da cartilha e salves. Ainda que não seja possível verificar a autoria de todos esses documentos, são relevantes para compor as vozes da violência no <i>mundo do crime</i>. Foram analisados um total de 303 minutos de áudio.</p> <p><u>Codificação aberta e focada conforme os princípios da Teoria Fundamentada nos Dados</u></p> <p>Embora a codificação aberta não seja um pré-requisito metodológico na Análise Situacional, segui a recomendação de Clarke (2005) para codificação de materiais discursivos. Os documentos e letras de proibido foram submetidos a codificação aberta linha por linha baseada em verbos no infinitivo seguindo-se os princípios de codificação propostos na Teoria Fundamentada nos Dados (CHARMAZ, 2014; CLARKE, 2005; GLASER; STRAUSS, 2006 [1967]).</p>
<p>Achados e decisões</p> <p>Nesta etapa a amostragem teórica foi conduzida rastreando o que nomeei na etapa anterior como “violência programática”. Essa categoria provisória empacotava o aspecto prescritivo que posteriormente identifiquei com o <i>proceder</i> do crime. Continha elementos políticos, posicionais, identitários e</p>

prescritivos. Esse ponto que estava situado no centro do mapa inicial provisório gerou os seguintes caminhos de amostragem teórica:

1. Celebração do crime e do PCC, com foco no *compromisso*
2. Redescritção identitária em torno da categoria *Ser disposição*
3. *Representar o crime* no proibido como ação situada

Nesta etapa realizei a coleta, codificação e análise seguindo os princípios da Teoria Fundamentada nos Dados. Adotei o critério de suficiência para interromper a amostragem quando a codificação me permitiu construir a categoria *Representar*, categoria central em minha análise, e o critério de saturação quando meus movimentos no mapa situacional mostraram que diferentes caminhos analíticos se organizavam em torno do jogo *representar* (no sistema prisional, no crime nas ruas, na estratégia de convivência com o crime, no funk que é conduto para a voz do crime, nos ataques do PCC em 2006, no projeto de guerra contra a opressão e contra o sistema). A categoria *Representar* está associada ao compromisso com o crime, que por sua vez implica um processo identitário e disposicional. Está enlaçada, portanto, com o outro caminho perseguido na amostragem teórica, *Ser disposição*. Estas duas categorias estão situadas em planos diferentes, e ambas possuem uma dimensão comunicacional.

Minha sintonia com a suficiência como ideia-guia, não sem perder de vista a necessidade de comparar os dados e seguir em movimentos analíticos que faziam revisitar os dados, teve como finalidade evitar interrupções bruscas e cortes impostos por regras externas ao meu problema de pesquisa¹⁷. A categoria *Representar* cumpria os critérios que possibilitavam sua elevação como conceito (CHARMAZ, 2014, p. 247; CLARKE, 2005) porque possui alcance e centralidade teórica, potência incisiva e de generalização, e mantém relação com as outras categorias também mapeadas. Essas propriedades, que podem ser apreciadas nos capítulos dedicados à análise e nas notas finais, eram “suficientes” para justificar o foco trilhado na pesquisa.

A formulação sobre a *disposição* para *representar* constituiu a porta de entrada para a teorização fundamentada na situação empírica construída a partir dos dados, representada no mapa situacional.

1.3. Esclarecimentos sobre o mapa situacional

O mapa situacional que apresento no **Capítulo 3 - Mente firme e coração blindado: o sujeito no mundo do crime** é o mapa situacional organizado, resultado da articulação de elementos situacionais identificados durante da codificação das letras das músicas analisadas agrupados em torno dos mundos sociais cantados nas músicas. É resultado de diferentes experimentos de organização dos dados. A diferença entre o mapa caótico inicial proposto por Clarke na Análise Situacional e o mapa que eu apresentei está no fato de que os nós estão conectados entre si e organizados espacialmente, contendo nós secundários.

¹⁷ Urquhart (2003, apud CHARMAZ, 2014, p. 247) discute o efeito da interrupção da análise quando fatores subjetivos interferem no processo. Ela identifica essa disjuntiva quando a codificação no plano descritivo não é seguida de comparações analíticas, dificultando a passagem da teorização local e descritiva para a teorização em níveis maiores de abstração.

Clarke propõe que os mapas caóticos sejam organizados em eixos. Trata-se de uma sugestão sobre os tipos de elementos que podem compor um mapa situacional. Essa estrutura flexível está orientada ao campo sociológico e pode incluir elementos humanos (coletivos humanos, indivíduos, elementos discursivos) e não humanos (elementos materiais, tecnológicos, estruturais). As categorias a seguir propostas por Clarke (2005, p. 90; 101) oferecem uma possível organização para os elementos no mapa situacional:

Representação organizada da situação de ação

Elementos humanos e atores individuais

Elementos humanos e atores coletivos

Construções discursivas de elementos humanos

Elementos políticos e econômicos

Elementos cronológicos

Principais debates e temas de interesse

Elementos e atores não humanos

Atores e elementos implicados e em silêncio

Construções discursivas de elementos não humanos

Elementos socioculturais e simbólicos

Elementos espaciais

Optei por não seguir esta sugestão para organizar o mapa depois de experimentá-la com os meus dados. Apesar de ser útil para compreender os elementos que compõem a situação e que afetam sua constituição, essa forma de organização mostrou limitações para abordar a prática de *representar o crime* como prática comunicacional. A natureza do fenômeno comunicacional é de interface, de articulação. A organização dos elementos articulados na prática de *representar o crime* usando uma estrutura como esta desmontaria a articulação em si. Este é um ponto de disjuntiva - e de articulação - entre método e dados. Se o fenômeno em análise é um fenômeno articulador, desmontá-lo permitira ver as peças dispostas umas ao lado das outras, mas não vê-las como são postas em uso na prática.

Recolocar as peças soltas e dispersas implica o risco de desmontar um elemento vivo para reorganizá-lo, talvez alterando sua natureza. Seria algo assim como correr o risco de desmontar um relógio para depois construir um temporizador. Isto poderia ser útil para a desconstrução de práticas cristalizadas e hegemônicas, mas para compreender fenômenos com pouca potência enunciativa ou silenciados, é preciso observar seu comportamento, muitas

vezes capilar. Por isso optei por utilizar um único mapa situacional que reúne mundos em interação e não trabalhei, por exemplo, sobre os mapas de posicionamento discursivo também propostos por Clarke (2005), que poderiam ser realizados como uma continuidade desta pesquisa. Há vários caminhos analíticos possíveis e produtivos a serem seguidos a partir do mapa situacional.

Por outro lado, o fenômeno comunicacional é basilar na constituição dos mundos sociais, que por sua vez se constituem também na interação com outros mundos. A prática de *representar o crime*, tomada como prática comunicacional, é aproximativa de mundos sociais: a fala está ancorada no pólo da escuta; o desejo de redescrição de si, repetido, reiterado, expressa-se no reposicionamento contínuo das vozes e no jogo de linguagem recorrente; o vetor estético permite a circulação de elementos afetivos inscritos na experiência. Por essa razão, construir o mapa incluindo os mundos sociais implicados e os elementos situacionais relevantes em cada um deles pareceu-me mais eficaz. Utilizei essa forma de mapeamento por resultar produtiva para tratar o problema de uma perspectiva comunicacional.

Considero este ponto importante porque a Análise Situacional é uma metodologia potente e sólida para a análise da ação situada. A natureza processual da comunicação, que é uma forma de ação, contudo, mostra-se como tal no momento em que não se deixa capturar em algo prévio, como por exemplo em uma organização estrutural dos mapas caóticos. Esta constatação pode alinhar-se a uma diferenciação que Braga (2010; 2016) faz ao propor que desentranhar o comunicacional implica observar a comunicação como processo basilar e não como epifenômeno que pode ser capturado sob a perspectiva de outras ciências humanas.

Por outro lado, a Análise Situacional propõe olhar para a situação empírica em sua totalidade como unidade de análise, o que permite situar o processo em seu interior precisamente para poder captar nela sua natureza articuladora. Isso inclui as decisões do pesquisador, baseada nas suas interações com os dados. O nó *Ser disposição*, registrado no mapa, é para mim a porta de entrada para a situação analítica, uma vez que foi o processo que produziu em mim afetações que, com Rancière (2009), posso nomear como choque de sensibilidades, e que com Wittgenstein (1999 [1953]) posso identificar como convite para jogar um jogo de linguagem intersubjetivo.

Com isso em mente, construí o mapa que apresento no **Capítulo 3**. O mapa organizado graficamente, preservando a percepção de mundos sociais e termos nativos, implica a aceitação da flexibilidade que esta metodologia possibilita, colocando o foco no processo articulador e de interface que é o processo comunicacional. Procurei organizar os elementos

respeitando seus mundos sociais de origem, deixando soltos os elementos que não são exclusivos de submundos sociais específicos, como por exemplo a corrupção na política e os crimes de colarinho branco, agrupando os elementos articulados em proximidade.

O mapa apresentado é, assim, um híbrido entre os mapas situacionais e os mapas de mundos sociais propostos por Clarke (2005). A Análise Situacional incluindo os três mapas (situacional, mundos sociais e posicionamentos discursivos) poderá ser realizada como uma continuidade em minha pesquisa, a partir de núcleos, regiões ou itens registrados no mapa situacional.

CAPÍTULO 2 - O PROIBIDO COMO DISPOSITIVO INTERACIONAL

*tá sintonizado? tá me escutando?
essa é a voz do Primeiro Comando,
a todo momento fazendo o que posso
tô envolvido até os ossos
não tem compaixão, coban nato, firmeza
deixa de caô, é panico em cena...
o bonde é dos crazy
é anti-herói, tô na correria
quem pilota é nois
pra todas cadeias do nosso Brasil
liberdade já
um salve de fuzil...
organização de terrorista
sou taliban da Baixada Santista
(TALIBAN da Baixada Santista)*

Representar o crime, entendendo o crime não como acontecimento singular ou como ação imputável pelo Código Penal, mas como uma metodologia de vida, é uma prática comunicativa situada no espaço simbólico que conecta o universo prisional e o mundo das ruas em áreas influenciadas pelas racionalidades do crime. Em outras palavras, conecta o *mundo do crime* nas ruas aos seus pedaços no mundo prisional das *muralhas*. Este capítulo está dedicado à caracterização do proibido como subgênero do funk, ao mapeamento dos principais processos que conduziram à sua configuração como “proibido”, e à teorização do proibido como um dispositivo interacional acionado para conectar mundos sociais e para levar a voz do crime ao espaço público, situando esta discussão no campo das teorias da comunicação.

A exaltação do crime expressa-se no proibido como celebração do *mundo do crime* através do enaltecimento dos comandos, com seus feitos e ícones; do engrandecimento e destaque do poder bélico e territorial; do enaltecimento da identidade e valores associados ao crime como forma de vida. É também espaço para a descrição das relações com os inimigos, como grupos rivais e a polícia. No proibido, a celebração do crime está relacionada à *disposição* para *representar o crime* e os comandos, expressando socialmente o *compromisso* firmado, e também à *disposição* para ter *consideração* com o crime, o que permite conviver lado a lado, sem necessariamente se envolver em negócios ilícitos. A exaltação do crime propõe uma aproximação com expectativa de escuta no pólo da recepção, evocada explicitamente em saudações, chamados, ameaças.

Nem o funk nem o subgênero proibido constituem, em si mesmos, o objeto desta tese. Além disso, o acionamento do proibido como dispositivo de interação para *representar o crime* em si corresponde apenas a uma parcela pequena do funk proibido. O proibido se configura como subgênero no universo funk em tensionamentos entre a constituição do funk como patrimônio cultural e a criminalização dos bailes e das músicas acusadas de apologéticas. Seu lugar de fala transgressor, o hiperrealismo de suas narrativas e sua circulação restringida, somadas ao alto valor comunicacional que reside na ambiguidade e mobilidade de seus conteúdos, são facilitadores de sua configuração como dispositivo interacional para a comunicação do *mundo do crime*.

A amostra que analisei nas fases exploratória e de amostragem inicial estava composta por peças de proibido de exaltação do crime gravadas no início da década de 2000 para distribuição em CDs piratas, antes do surgimento do YouTube em 2005. A partir dessas peças, nas quais foi possível identificar a *disposição para representar o crime* associada ao Primeiro Comando da Capital (PCC), segui com a coleta e análise por amostragem teórica através de três eixos principais: (a) *representar o crime* como prática comunicativa; (b) *ser disposição* como resultado do processo de redescrição do sujeito no Comando; (c) a celebração do *mundo do crime* e do *compromisso com o crime* (e com o Comando) como resultado de processos disposicionais e identitários.

No recorte das músicas analisadas, que celebram explicitamente o crime, os valores *paz, justiça, liberdade e igualdade* cantados nas letras correspondem nada mais nada menos do que ao lema do Primeiro Comando da Capital, principal organização criminal que opera atualmente no país, ativa desde inícios da década de 1990, e que hoje conecta o *mundo do crime* no *mundão* (liberdade) e nas *muralhas* (sistema prisional). Os valores, princípios, códigos de ética e de conduta do PCC são cantados no rap, no hip-hop, no funk e mesmo no pagode.

A associação de valores morais baseados na justiça e na igualdade não é nova: em ensaio sobre letras de músicas dos rappers Racionais MC's, Feltran (2013) sugere que a história da relação entre o crime e esses valores correspondem a uma tradição da expressões surgidas ao menos desde o início do século XX na música dos pobres (ver também SALLES, 2015), incluindo o samba e a musicalidade religiosa afro-brasileira. A matriz para essa tradição que Feltran situa entre a *black music* nascida com Jorge Ben e Tim Maia, e retomada anos depois pelo rap nacional, é uma matriz cristã, com referências à religiosidade afro-brasileira e, hoje, também evangélica (FELTRAN, 2013, p. 49, 53).

A religiosidade como matriz para valores como igualdade, humildade e justiça estão presentes no proibido que celebra o crime, formulando inclusive um paralelo entre a proteção do Comando e de Deus, a irmandade de fé em Deus e no Partido, a justiça divina e a do Comando. A igualdade está presente no proibido que *representa* o crime na exaltação da irmandade e da união como formas de sobreviver à adversidade no crime e no encarceramento. Vejamos então como o proibido se constitui como subgênero situado no lugar da transgressão e como dispositivo para interações comunicativas.

2.1. O que há de proibido no proibido?

O proibido, ou *proibidão*, é considerado um subgênero do funk carioca, surgido no Rio de Janeiro. Sua circulação não está restringida ao seu ponto de origem, tendo circulado inicialmente através dos circuitos de pirataria (CDs e rádios piratas), e posteriormente de forma mais abrangente a partir do surgimento do YouTube e de outras plataformas digitais, como os serviços de armazenamento em nuvens que permitem guardar e disponibilizar vídeos, áudios, imagens e textos em servidores abertos ao público internauta.

O proibido caracteriza-se pela circulação restringida intencional, pelo hiperrealismo de seus conteúdos e pela vontade de subversão e transgressão. Em registro etnográfico, Mizrahi (2014) sinaliza que a nomeação "proibido" poderia ter sido alcunhada inicialmente pela polícia, uma vez que os conteúdos de exaltação do crime, dos comandos e de chefes do narcotráfico foram acusados de apologéticos e perseguidos legalmente sob o amparo dos artigos 286 da lei de incitação ao crime e 287 da lei de apologia de crime do Código Penal brasileiro.

Entre os temas comumente tratados no proibido estão a violência no cotidiano das favelas, o universo do tráfico de drogas, a exaltação do *mundo do crime* e do poder bélico de alguns territórios do tráfico, dos feitos de traficantes e de grupos como o Comando Vermelho, Terceiro Comando e Primeiro Comando da Capital, por citar os principais, as relações de conflito com a polícia contra a qual se opõem, os conflitos entre grupos rivais e também temas do mundo carcerário, como é frequente nos proibidos associados ao PCC.

Desde o trabalho inaugural de Vianna (1987), o funk vem sendo estudado por cientistas sociais e o tema está longe de ser esgotado, despertando debates em torno de assuntos delicados como a violência, tráfico de drogas, racismo, sexismo. A primeira Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o funk foi criada em 1995 em meio aos debates sobre a associação entre funk e violência que circularam na década de 1990. Os registros etnográficos sugerem que o proibido passou a configurar-se como subgênero do funk carioca à época da proibição dos bailes, com a Lei do Funk (Lei nº 3410, de 29 de maio de 2000, resultado da CPI do Funk).

Para o grande público, o gênero tornou-se conhecido em 1999 quando o Rap do Comando Vermelho, que descreve a execução de um delator, chegou à imprensa (ESSINGER, 2005; SALLES, 2015).

*"Cheiro de pneu queimado/ carburador furado/ e o X-9 foi torrado/ quero
contenção do lado/ tem tiro no miolo/ e o meu fuzil está destravado"
(RAP do Comando Vermelho)*

O funk como gênero musical ou produto cultural não é o objeto desta tese. Contudo, conhecer sua história e circunstâncias nos ajuda a compreender como o proibido apresenta-se como espaço-sistema no qual a disposição para *representar o crime* circula. Apesar de compartilhar o nome com o gênero originário dos Estados Unidos que chegou ao Brasil na década de 1970 com os "bailes da pesada", o funk carioca trilhou seu próprio caminho, transformando-se e criando identidade própria, desdobrando-se ao mesmo tempo como festa, gênero musical, produto cultural, movimento social. No baile, o efeito do "pancadão" ou "batidão" chega a ser hipnótico, inscrevendo o gênero no universo da música eletrônica que inclui também as *raves*.

No cenário carioca, a palavra funk é em primeiro lugar sinônimo da festa. Durante a década de 1980 os bailes, que antes eram realizadas em clubes no subúrbio do Rio de Janeiro, conquistaram o céu aberto, reunindo multidões em disputas entre DJs pelo melhor som e equipamento mais potente, pelo público mais fiel, pelo lugar de melhor DJ. É preciso lembrar que a década de 1980 foi também década de crescimento das favelas, e frequentar os bailes da zona sul empoderada da cidade era proibitivo para as camadas sociais mais baixas (VIANNA, 1987). Com o tempo, os bailes ganharam popularidade nas regiões mais pobres da cidade e suas letras passaram a refletir o cotidiano das comunidades e favelas, além de exaltá-las.

O Rap das Armas, de Cidinho e Doca, pode ser considerado um precursor do que viria a ser chamado de proibido posteriormente (SALLES, 2015). A música relata com um tom jocoso e bem humorado o cotidiano marcado pelas operações policiais e pela guerra do tráfico, pelos conflitos entre grupos rivais, pela circulação de armas de alto calibre que ajudam a compor o ambiente bélico. A primeira versão do Rap das Armas foi composta pelos MCs Júnior e Leonardo em 1995 para narrar as belezas do Rio de Janeiro e depois incorporar o cotidiano violento. A segunda versão, composta posteriormente por Cidinho e Doca, destacava o poder de fogo do tráfico e causou problemas para Júnior e Leonardo, que tiveram que depor à polícia. A música de Cidinho e Doca não chegou a ser gravada e distribuída comercialmente, qualificando-se como "proibida". O Rap das Armas tornou-se finalmente conhecido ao tornar-se tema do filme *Tropa de Elite*, chegando a obter êxito em alguns países da Europa.

Morro do Dendê é ruim de invadir/ Nois, com os alemão, vamo se diverti/ Porque no Dendê eu vo dizer como é que é/ Aqui não tem mole nem pra DRE/ Pra subir aqui no morro até a BOPE treme/ Não tem mole pro exército civil nem pra PM/ Eu dou o maior conceito para os amigos meus/ Mas morro do Dendê também é terra de Deus (RAP das armas, MC Cidinho e Doca)

É preciso em primeiro lugar, portanto, separar o proibido de outros subgêneros do funk, e também separar o espaço do proibido como lugar de fala da festa e do baile. Na década de 1990, o funk avançou ganhando espaço no cenário pop e na mídia principalmente através do subgênero *melody* com letras românticas e som adocicado. Os bailes nas periferias conquistaram popularidade e passaram a ser alvo de críticas e contenção. Em parte, isso se deu pela ocorrência em alguns desses bailes dos chamados *corredores*, nos quais grupos rivais, denominados Lado B e Lado A se enfrentavam, em alguns casos com mortes.

A historiografia do funk situa na década de 1990 a ascensão dos bailes de *corredor*. Segundo os relatos historiográficos, as pessoas que chegavam ao baile nessa época organizavam-se entre o Lado B e o Lado A, dependendo da comunidade à que pertenciam. A separação era organizada pela divisão geográfica das áreas das quais as pessoas provinham, mas também pela divisão territorial por áreas de influência de grupos como o Comando Vermelho e o Terceiro Comando. A territorialização de áreas no tráfico implica processos de apropriação e controle inscritos num campo de poder físico e simbólico, bem como laços identitários com o comando que tenta homogeneizar e demarcar o território (RODRIGUES, A.; FERREIRA, R.; ARRUDA, A., 2011).

A cultura funk e a festa popular manifesta nos bailes são um fenômeno amplo com tons de movimento social e não pode ser associada diretamente à criminalidade. De fato, o funk foi declarado patrimônio cultural do Rio de Janeiro em 2009 (Lei nº 5543 que dispõe sobre o funk como patrimônio cultural), em uma reação ao enrijecimento da Lei nº 3410 de 29 de maio de 2000, que proibia as *raves* e bailes no estado do Rio, e à associação comum entre o funk e o tráfico de drogas, em parte nos bailes de *corredor*.

A criminalização do funk e seu distanciamento do espaço público e da legalidade deram-se pela associação que se fez dos bailes à desordem, sinônimo de brigas, vandalismo e mortes, e pelas acusações de apologia do crime e aliciamento de jovens para o tráfico através das letras das músicas (VIANNA, 2006). Há certo consenso entre os antropólogos situando o ano de 1992 como marco no processo de criminalização do funk, quando a reprodução de um baile típico do morro na cidade foi narrada pela mídia como uma ação violenta que ficou conhecida como "arrastão". A partir de 1995, as operações Rio I e II, que tinham como

objetivo interditar os bailes, redundaram na criminalização do funk através de sua vinculação com o crime organizado (HERSCHMANN, 2002).

Após analisar a jurisprudência dos Tribunais de Justiça do Rio de Janeiro e de São Paulo, Cymrot (2015) conclui que cantar e escutar proibido é mencionado como um dos indícios da prática de tráfico de drogas, desvirtuador da juventude e falta disciplinar grave. A criminalização do proibido, para Cymrot, não ocorre apenas por parte da imprensa e da polícia, mas também por parte do Ministério Público e do Poder Judiciário. Considero que abrir a escuta para o proibido, e abrir a escuta para aquilo que vem celebrar e exaltar permite, como propõe Clarke (2005), registrar vozes e processos sociais que talvez estejam fora da escuta.

Essinger (2005) aponta para o problema das precondições que criam o caldo de cultura para que associações instrumentais entre o funk e o crime possam prosperar. O trecho a seguir foi extraído do depoimento de um MC do Borel, no Rio de Janeiro, e publicado por Essinger:

Eu moro na comunidade, tenho família lá. O cara (traficante) escreveu uma letra em cima da nossa letra e perguntou se dava para gente gravar dentro da nossa comunidade para eles escutarem. E aí gravamos. Não foi uma coisa forçada, foi um pedido. A gente respeitava eles, respeita até hoje. Mas não chegamos a passar a música para fora, cantar em clube. Só que ela foi gravada se espalhou. E acabou que foi parar na mão da mídia, e eles acharam que o original dela era esse.
(ESSINGER, 2005, p. 238)

A fronteira entre o proibido de transgressão e o funk de protesto social não é clara. No universo do funk, rap e hip-hop, entendidos como movimentos sociais, a arma do MC é seu microfone. No funk, o conteúdo associado à violência é nomeado pelos MCs como "funk de contexto" ou "proibido com ideologia" (MIZRAHI, 2014). Apesar disso, parte dessas vozes assume a nomeação "proibido" ou "proibidão", e posteriormente as nomeações "funk de apologia", "funk de facção" e "funk ousadia", como é possível observar em canais no YouTube nos quais essas músicas circulam. Esse posicionamento da fala em negociação com o dispositivo legal ressalta o aspecto da oposição/transgressão mas, também, a interação entre dispositivos sociais.

A expressão "funk de contexto", por exemplo, refere-se à música que descreve a realidade em um contexto dado, como pode ser a favela ou a própria vida no crime. Essa nomeação, em alguns casos, busca diferenciação da nomeação "funk proibido", habitualmente descrito como músicas que exaltam o crime e chefes do narcotráfico, descrevem relações com os inimigos, entre eles a polícia (inimigo comum) e grupos rivais. Essa disputa por uma

nomeação está assentada em tensionamentos identitários e no processo de assumir um lugar de fala, que inclui expectativas de escuta e constrangimentos legais.

Alguns funkeiros explicam que o proibido que cantam é ideológico e procura produzir mudanças sociais, enquanto outros aceitam a nomeação como proibido assumindo o lugar de fala do transgressor. Em ambos os casos, o proibido tem a ancoragem da fala no pólo da escuta. A ancoragem no pólo da escuta é uma das características das interações que têm como referência para as relações a lógica midiática (BRAGA, 2010c). Uma parte significativa da nossa vida cotidiana se organiza em torno de produtos mediatizados, inscritos em uma processualidade interacional abrangente que caminha para suplantiar a escrita como principal referência para as interações sociais. Para Braga, quando a mediatização se torna o processo social de referência, o esforço de aproximação situa-se no pólo criador, que procura sintonizar a escuta.

Alguns MCs que antes cantavam proibido deixaram de fazê-lo em reação às pressões de criminalização do funk. De acordo com o estudo feito por Mizrahi, em alguns casos, o aspecto transgressor passou a seguir caminho através do "funk de putaria" (MIZRAHI, 2014), enquanto que a reivindicação social poderia ter seguido pelo caminho do "funk de contexto". Inicialmente, cantar proibido era uma forma de conseguir sucesso. Ao mesmo tempo em que narrava fatos do cotidiano violento, exaltava a celebrava a comunidade. Um acompanhamento de fanpages de funkeiros que cantaram proibido no início de suas carreiras permite ver que os proibidos, muitas vezes chamados de *reliíquias*, estão entre as preferidas de seus fãs.

Vianna (1988) conta como o funk, ao sofrer a pressão da criminalização, refugiou-se nas favelas e nos morros cariocas, onde os funkeiros tiveram que pedir autorização a traficantes locais para fazer seus bailes. O palco, lugar de destaque, era ocupado muitas vezes por pessoas com prestígio na favela, entre elas por aqueles que exaltavam o crime. O proibido fez parte do início de carreira de alguns MCs que posteriormente seguiram caminho através de outros subgêneros, como o *melody* ou cantando músicas com temas evangélicos.

As páginas no Facebook mantidas por MCs que no início de suas carreiras cantaram proibido permitem ver como as músicas desse subgênero estão em alguns casos entre as preferidas de seus seguidores, fazendo parte de sua história no cenário cotidiano. Ainda que seja talvez em menor medida que nas décadas de 1990-2000, o proibido continua circulando, e há no YouTube canais criados recentemente, dedicados unicamente a esse segmento, como é o caso do Canal Apologia Funk, criado em 2014, com 16.419 seguidores e 3.627.142

visualizações à época em que este texto estava sendo escrito, com página também no Facebook¹⁸.

No campo discursivo, o proibido situa-se num espaço que não cabe no campo do poder do discurso oficial instaurado e nem no campo da reivindicação social dos movimentos sociais amparados pela lógica democrática. Isso é assim porque, apesar da atmosfera de reivindicação social que pode haver quando o proibido se dispõe a realizar a crônica da favela, o proibido em si mesmo cria uma cisão ao assumir o lugar da subversão e da transgressão, ficando fora também do campo compartilhado com outros movimentos reivindicatórios que assumem uma faceta pacífica, artística, comprometidos com a legalidade.

¹⁸ O número de assinantes praticamente duplicou em dois meses durante o período em que observei o canal, passando de 9323 seguidores e 1.952.452 visualizações em agosto de 2016 para 16.419 seguidores e 3.627.142 visualizações.

Figura 3 - Mapa do cenário funk

Salles (2015) destaca o aspecto do lugar de fala problemático no qual o proibido está inscrito:

Porque, aparentemente, é expresso por aqueles que não têm (ou não deveriam ter, segundo uma lógica a que designo como a “confluência de lugares de fala conservadores”) a possibilidade de expressão. De certa forma, o funk proibidão representa a redenção de um “lugar de fala” que deveria permanecer no silêncio.
(SALLES, 2015)

Participar ou não do comum está associado à visibilidade, o que constitui um problema político. A sociedade estabelece continuamente regras para os diferentes lugares de fala possíveis. Alguns lugares de fala têm maior peso do que outros, contando com legitimidade para fazer circular suas vozes. Quem executa o funk proibido compartilha um lugar de praticamente total invisibilidade, imobilidade e impossibilidade de fala (SALLES, 2015), muito próximo da imobilidade e incomunicabilidade do sujeito do crime. Isto traz desdobramentos importantes no que diz respeito à prática de *representar o crime* e os comandos no proibido.

O bandido que conquista status e dinheiro na favela, apesar de permanecer inserido na lógica da sociedade de consumo, não desfruta dos privilégios que esta pode proporcionar. Além de não poder usufruir plenamente de bens de consumo, vive em ameaça permanente de morte. Seus bens e dinheiro podem ser expropriados em qualquer momento por policiais corruptos ou por grupos rivais (SALLES, 2015). Seu lugar de poder é clandestino. Seu lugar de segurança e de afiliação é confinado. Quando convicto, tem a voz como detento vetada.

O proibido é um terreno complexo. Cada peça que circula na Internet é um momento, um ponto de chegada de processos sociais nos quais sua produção está imbricada. A expectativa de escuta está presente de forma explícita na forma do protesto social, quando os MCs anunciam que utilizam o microfone como arma. O mesmo pode-se dizer do lugar de fala na transgressão: quem anuncia publicamente que está transgredindo está preocupado com a escuta. *Representar o Comando e o crime* no proibido cumpre essa função, mas poderia cumprir também outra: materializar o cumprimento de um *compromisso* assumido com o Comando. Vejamos como o formato estético abre possibilidades nestas duas frentes.

2.3. *Por que o proibido aponta a arma para a sua cara?*

As sessões de codificação e análise do proibido não transcorreram sem que eu me visse afetada pelo material que tinha em mãos. Utilizo o verbo "afetar" aqui para expressar minha vivência de alterações de estado. Houve ocasiões em que essa afetação se deu pelo desejo de aproximação. Era o caso, por exemplo, quando os conteúdos tratavam da vontade de viver e da experiência de amizade, ou mesmo expressões de revolta. Em outros casos, a afetação se deu pelo desejo de afastamento. Ocorria quando via uma arma apontada para mim, enquanto visualizava os vídeos. Ocorria também quando ouvia as expressões de raiva e revolta nas promessas de vingança e na prontidão para o confronto e morte. A afetação se deu também por euforia, em algumas sessões, e por mal estar, em outras.

Esse jogo inicial de aproximação e afastamento originou curiosidade. Algumas peças me capturaram. Assisti uma e outra vez algumas delas no mesmo dia, ao longo de semanas, ao longo de meses. Percebi que isso acontecia mais quando a carga de afetividade destrutiva era maior. Nomeio aqui como destrutiva a afetividade derivada das emoções enraizadas no sistema primitivo da autodefesa, como ódio, revolta, desejo de vingança. Emoções primitivas no sentido neurológico e evolutivo, como o medo e a ira, residem no campo da defesa para garantir a segurança. São necessárias e úteis quando há perigo real. São as emoções que nos levam a construir barreiras e blindagens quando permanecemos tempo demais protegendo-nos, seja porque há perigo real ou porque simplesmente nos sentimos ameaçados. Há duas respostas básicas para esse estado: ação e inibição. Defender-se e fingir de morto. Em ambos os casos, lutar pela sobrevivência.

Eu não precisava me proteger. Não havia para mim perigo que ameaçasse minha integridade, mas sim mudanças de afeto consideráveis. Essas mudanças interfeririam na minha análise e ao mesmo tempo eram suficientemente potentes para não serem ignoradas, pois podiam sinalizar portas analíticas importantes. Era necessário compreendê-las, então. Estar atenta à sua apresentação e ser consciente dos caminhos para os quais poderiam me conduzir. Decidi então que, nos dois casos, tanto se meu desejo era de aproximação através da experimentação de valores de conexão (amizade, lealdade, proteção), quanto quando meu desejo era de afastamento (agressividade, ameaça, ódio), estava diante do fenômeno humano. Isso é óbvio. Mas era necessário tê-lo presente e encontrar uma forma de que essa constatação primitiva fosse operacionalizada.

A primeira questão que surge aqui, então, diz respeito à natureza da subjetividade humana. Quem é o sujeito do crime? Como se constitui essa subjetividade? Por que algumas crianças do Brasil não podem ser protegidas da violência? Enquanto algumas não podem ver filmes violentos e às vezes nem brincar com revólveres de plástico, por que outras podem manusear armas de verdade desde tão pequenas e ver de perto a interrupção precoce de outras vidas? O que acontece conosco quando a exposição à vigilância e ao trauma cotidiano é contínua e silenciosa?

Para Rorty (1989), aprendemos a ser quem somos através de relações de causa e efeito que estabelecemos nas interações com o ambiente e com as outras pessoas. Esse processo de experiência direta constitui nosso entendimento das coisas e também nossas vivências. Herdeiro do empirismo radical de James (1878), Rorty propõe uma teoria causal do conhecimento segundo a qual nos constituímos empiricamente em nossas contingências. Conhecer é lidar com as informações no ambiente que afetam o organismo, e lidar é alterar o estado anterior ao momento de afetação (COSTA, 1997). O conhecimento é "causado" portanto pela interação com o meio, e nosso entendimento de nós mesmos e dos outros é um efeito dessas interações.

A ideia de um sujeito que é ao mesmo tempo livre e determinado é um dos desdobramentos dessa postura. Quem empunha uma arma o faz com suas próprias mãos, embora isso não signifique que seja fruto de uma postura reflexiva, articulada e integrada, e nem de uma essência anterior ao meio. Agimos com uma liberdade de escolha situada em contingências, ou seja, em um conjunto de possibilidades e limitações. E nessas contingências, sujeitos à ironia de cada momento e circunstância (RORTY, 1989; 1996; 2002).

Tanto as interpretações puramente deterministas quanto as interpretações baseadas unicamente no livre arbítrio são insuficientes. Essa é uma questão relevante para as ciências sociais. A diferenciação entre o evento natural e a ação social é o que guiou a distinção entre o corpo das ciências naturais e das ciências sociais (COUTINHO, 1994). O ser humano é um organismo complexo. Seu desenvolvimento depende das potencialidades biológicas que se realizam na interação com o meio. O meio, incluindo a comunidade linguística que recebe o bebê quando nasce, é anterior ao organismo. A constituição da subjetividade no crime não pode ser formulada nem no extremo da intencionalidade e nem no extremo do determinismo.

A noção de subjetividade em Rorty é complexa e voltarei sobre ela quando for oportuno. Por ora é suficiente manter em mente que sua concepção de sujeito como rede de

crenças e desejos e como efeito da linguagem possibilita a articulação e integração dos aspectos íntimos da psique, da predisposição biopsicossocial, e dos aspectos ambientais. No cruzamento entre a ironia e as contingências de cada um, resta o sujeito moral que não é uma encarnação de uma ética previamente determinada, mas a causa interna do comportamento, incluindo o comportamento linguístico que seleciona pontualmente regras para a ação baseadas em crenças e desejos. A causa do comportamento, vale lembrar, nem sempre é aquela com a que estamos familiarizados, ou seja, nem sempre é aquela da que somos conscientes. Considero a formulação de Rorty facilitadora para pensar o *compromisso* e a *disposição para representar o crime* no proibido.

A segunda questão importante é que minha vivência emocional através da expressão de outros exigira lidar com o fato de que o proibido, ao assumir a forma de música, está inscrito no terreno da estética. Mas quais eram as implicações disso? Ao mesmo tempo em que esses relatos não podiam ser considerados puramente testemunhais na medida em que estavam estetizados, eram reais na medida em que narravam experiências que coincidiam com depoimentos acessíveis em documentos que pude consultar, bem como em documentários e trabalhos de outros pesquisadores. Os conteúdos do proibido têm que ser considerados ficcionais? Um tipo de ficção perseguida pela polícia? Um vetor para um processo de interação baseada em conflitos sociais? Qual seria meu lugar, para além da posição acadêmica, nessa condição? Em que "outro" eu me transformava quando recebia a arma apontada para mim ao lado das expressões de agressividade e de amizade?

Para além da questão do hiperrealismo de seus conteúdos, o que há de real no proibido? As histórias narradas fazem referência a acontecimentos cotidianos que se repetem em diferentes lugares e momentos nas regiões periféricas às grandes cidades brasileiras. Fazem referência também a situações e práticas que se repetem no sistema carcerário e no *mundo do crime* de forma estendida. As imagens usadas nos vídeos reciclam e misturam imagens veiculadas em documentários, em obras de ficção e fotos de cenas reais, como fotos de santinhos de adolescentes falecidos e fotos de meninos e meninas das favelas vestindo roupas de marca dentro de um contexto narrativo associado ao crime. Os próprios MCs posicionam-se como cronistas da comunidade e da favela, e às vezes como *primo* leal, aquele que é aceito pelo crime, pelo Comando, mas sem afiliar-se a ele. Posicionam-se também como pontes entre as *muralhas* e o *mundão*. Esclarecem seu lugar de fala: falam por si mesmos e também como artista e cronista. Posicionam-se como a voz do que vivem, do que vêm e do que ocorre

à sua volta, em forma de canção. Posicionam-se também como corpos através dos quais a voz do crime pode falar.

*Eu não sou um profeta, não sou um poeta, e nem mago da rima
Simplesmente um artista do funk, a voz da periferia
(O RETORNO é cruel)*

Em discussão sobre experiência estética e mediatização, Braga (2010c) sugere que a experiência, a vivência, só se desenvolve e se realiza finalmente na expressão. A experiência psicológica íntima, em ocasiões, não é suficiente, não basta. Busca o interlocutor e o compartilhamento. No âmbito psicológico, damos sentido à experiência através de processos narrativos. De fato, a narrativa fragmentada, repleta de lagunas, desorganizada, incoerente expressa, na forma discursiva, a existência de trauma (SIEGEL; HARTZELL, 2014). Os estudos no campo do apego e da segurança adquirida proporcionam dados relevantes a esse respeito.

A expressão da experiência é, também, experiência vivida. O próprio momento psicológico da vivência emocional em si mesmo não é puro: já está "marcado pelo ambiente de impregnação estética" (BRAGA, 2010c, p. 83). O contexto, as vivências anteriores, as memórias, estão guiados pela experiência afetiva, que continua guiando experiências e vivências posteriores. Quando a vivência íntima não basta, quando se busca o interlocutor para expressar algo mais do que o relato asséptico, com a consciência do desdobramento que deseja expressar também os afetos, busca-se a sintonia da experiência com a escuta.

Em sua dimensão de expressão estética, o proibido faz um esforço por compartilhar, pois sua produção em forma de música implica um desdobramento no qual a experiência vivida ganha forma de experiência da qual se é consciente para poder ser colocada em palavras, em sons, em imagens, com uma estrutura narrativa, em um meio pensado para chegar ao Outro. Trata-se de falar para o Outro, falar socialmente. No YouTube, a experiência estética expressada no proibido passa então a circular socialmente.

A violência é um barulho de fundo com o qual a sociedade brasileira convive diariamente. Esse barulho de fundo, que "nunca se dissipa por completo" (SCHOLLHAMMER, 2013, p. 7), se impõe como um elemento permanente do cotidiano dos brasileiros (em diferentes níveis e instâncias), e está presente nas expressões artísticas e literárias. Para Schollhammer, é o elemento fugidio e enigmático da violência, que não é facilmente apreendido por outros discursos, entre eles o da justiça, do jornalismo ou da

psiquiatria, que faz com que ela penetre no terreno da estética. Talvez porque no terreno da expressão estética a violência possa comunicar de uma maneira diferente.

O proibido faz um esforço de aproximação e o faz colocando a arma na cara do receptor. Em termos probabilísticos, quanto melhor o criador ou produtor puder contar sua experiência, maior a possibilidade de que possa continuar contando e de ser ouvido. Braga (2010c) propõe que a experiência estética seja pensada nesses termos. Se por um lado a experiência estética é aquela que tenta expressar os afetos para além do vínculo emocional vivido de forma imediata em uma dada situação, por outro lado, sua expressão é em si mesma uma tentativa de aproximação da escuta.

Qual é a experiência vivenciada e contada no proibido de exaltação do crime? O que é celebrado nessa exaltação? Em minha codificação identifiquei várias constelações celebradas. Uma delas é o vínculo do *compromisso*: *compromisso* com os *irmãos*, com o crime, com o Comando. Compromisso que implica uma redescritção identitária no crime e uma *disposição* para aderir e reproduzir. Outra constelação identificada foi a de *fortalecimento*: proteção nas armas, proteção na irmandade, proteção de pertencer a um lugar.

A tentativa de sintonização do proibido se dá através de um produto midiático: através da música que se faz circular na Internet. Em muitos casos, fazem-se chamamentos explícitos à *sociedade* (sociedade como o outro lado, todos aqueles que não pertencem ao crime), à comunidade, à polícia, ao governo. A reafirmação continuada de que o que narram é real está muito presente no proibido, valendo-se de expressões como *bate de frente* (comigo), *vem ver se sou de verdade*, *não é brincadeira*, *não*. Nas peças posteriores às Leis do Funk (Lei nº 3410 de 2000 que proíbe os bailes e Lei nº 5543 de 2009 que declara o funk patrimônio cultural), o MC toma o cuidado de situar o seu lugar de fala. No trecho abaixo de uma peça de rap, o lugar de fala do artista é igualado ao lugar de fala do cronista:

*Tá ligado, morô, nêgo, qual que é meu proceder
Tô ciente que assim que essa música for pro ar
A polícia, o sistema vai mal interpretar
Mas aí, vou repetir: sou cantor e não o crime
Eu sou tipo o artista, lá do filme Super Cine
Eu não posso ser culpado dos problema social (sic)
Sou cronista de favela, eu só narro a real
(FALA que é nós, 2012)*

Em muitos casos, simplesmente narram feitos, situações, vivências. Pensar o proibido como experiência estética significa pensar que a forma que assume é um passo para tornar presente e compartilhar uma experiência íntima (BRAGA, 2010c; CARDOSO FILHO, 2016).

O produto em si, a música, passa a funcionar como ponto de chegada de outros processos, incluindo os processos sociais nos quais a experiência individual está imbricada. Contar a história especificando o lugar de fala é um aprimoramento do proibido, um aprimoramento que surge da necessidade de se proteger do aparelho legal.

Como o proibido, como produto estético, pode estimular a fruição da experiência no outro? Em primeiro lugar, pela ancoragem no pólo da escuta. O proibido não quer passar despercebido: no proibido há chamados para a *sociedade*, para a *comunidade*, para a política e para o governo, para os *irmãos*. Para a sociedade, para que veja e escute; para a polícia e para o governo, ameaças e provocações, junto às demonstrações de força; para a comunidade, ser sua voz, reivindicando respeito e dignidade; para os irmãos, reforçar e tornar publicamente explícito o *compromisso*.

Em segundo lugar, o proibido pode estimular a fruição estética pela carga afetiva. Em minha codificação, as expressões emocionais concentram-se em dois conglomerados principalmente: emoções que evocam segurança vinculadas ao campo da afiliação e emoções destrutivas vinculadas ao campo da autodefesa. Essas vivências são expressadas de forma intensa. Para Braga (2010c), o produto estético, como ponto de chegada de processos vividos no pólo do criador, entranha em si mesmo a probabilidade de que no pólo receptor possam-se vivenciar as mesmas emoções, em um processo de sintonização.

Em terceiro lugar, o proibido tenta comunicar através da violência. A violência faz parte do cotidiano no qual o proibido se constitui. Está nas imagens selecionadas e utilizadas nos vídeos (cenas de guerra, arsenal bélico, crianças portando armamento pesado, cenas do cotidiano das favelas, cenas de morte, entre outras coisas), nos feitos narrados, nas histórias de vida. A violência, ao mesmo tempo em que pode ser concebida como ponto de esgotamento no qual há ausência da comunicação, onde o diálogo se rende ao silêncio da força, pode também ser ponto de início da comunicação na medida em que rompe o que está cristalizado, abrindo novas possibilidades (SCHOLLHAMMER, 2013).

Essa foi uma das razões pelas quais algumas peças de proibido me capturaram. Algo não encaixava facilmente quando durante a codificação eu me via ancorada. Às vezes, um intenso nó na garganta. Outras vezes, a busca por nomear aquilo, com a sombra da sensação de que meu vocabulário não era suficiente. Outras vezes ainda, necessidade de parar de ver e ouvir a peça, mas com algum conteúdo cravado em mim. Quando algo vem com força e não cabe nos nossos esquemas, às vezes ocorrem fraturas. Essa poderia ser uma descrição de

violento: algo que golpeia, podendo romper. Essa repetição minha, meus círculos quase fechados, levam-me para o terreno de compreender o espaço de inferência.

2.4. *Serpenteando como peixe ensaboado: ambiguidade e inferência*

O movimento dinâmico e mutante do código é marcante no proibido. Em parte, esse movimento, caracterizado pela ambiguidade, expressa a vida na clandestinidade. A metáfora que dá título a esta seção é empregada no disco Lado B, Lado A (1999) do grupo O Rappa, que trata desde diferentes perspectivas da vida que se ajusta em torno do crime. A música na qual a metáfora aparece, "Nó de fumaça", conta a história de um bandido que termina morto. A metáfora da fuga escorregadia é autoexplicativa. Peixe ensaboado, liso, escorrendo-se por caminhos sinuosos, escapando. Descreve a pessoa esquiva, difícil de capturar ou segurar. Descreve o movimento que confunde, imprevisível. Uma busca na Internet sugere que o uso da expressão está vinculado ao comportamento dos políticos e também à bandidagem.

Em ocasiões, a codificação do proibido de exaltação do crime fez-me sentir como se corresse atrás de um peixe ensaboado. Não pela associação à bandidagem ou ao crime, mas por sua característica escorregadia e serpenteante, pegando caminho depois de outro, virando nas quebradas, apreendendo e perseguindo códigos que vão se transformando em movimentos de dentro para fora e de fora para dentro. A própria nomeação *proibido* é reflexo disso: a descrição assumida poderia ter sido sugerida pela polícia quando o funk passou a ser perseguido por suas letras consideradas apologéticas e incitadoras do crime (MIZRAHI, 2014). Não encontrei registro exato de que as coisas tenham ocorrido nesta ordem. Se foi na ordem inversa, não importa: a nomeação *proibido* passa a circular e a se transformar, serpenteando pelas suas próprias quebradas, criando ramificações e diferenciações.

Detenho-me um pouco aqui porque esta questão, a meu ver, é central para compreender o proibido desde uma perspectiva preocupada com a comunicação. Mencionei anteriormente que houve ocasiões em que permaneci por bastante tempo ouvindo e estudando as mesmas peças. Algumas delas. Não se tratava de não compreendê-las. A linguagem, apesar de metafórica e muito próxima do contexto de produção, não era o problema. Era possível dar sentido às palavras no uso e também me apoiar em registros de termos chave realizados por outros pesquisadores para me certificar de que estava no caminho correto. A questão é que

parecia haver algo móvel dentro do proibido de exaltação do crime. E, ao mesmo tempo, algo se repetia continuamente.

Essa sensação escorregadia e de mobilidade pode ser pensada nos termos de uma dificuldade de apreensão do conteúdo violento, como sinalizado por Schollhammer (2013). Primeiro, porque eu mesma me vi envolvida em processos afetivos com direções opostas ou ao menos concorrentes. A sensação de mobilidade não me permitia assumir uma única direção como caminho certo. Impunha certa vigilância, certo grau de tensão porque a maneira como me afetava sinalizava às vezes vários caminhos possíveis. Em segundo lugar, não era como não ver o peixe que serpenteava pelas quebradas. Era a sensação de ter que segui-lo sem saber onde ia virar, qual ia ser a próxima quebrada. Era a sensação de ter que parar de vez em quando para respirar antes de continuar correndo.

Para especificar, nomeio aqui como conteúdo violento simplesmente o conteúdo que trata das condições de violência cotidiana que envolvem risco para a vida, para a integridade física, para a liberdade. E tomo a liberdade no sentido aberto, de poder circular livre porque não se cometeu nenhum crime e também de poder circular livre porque caminhar pelas ruas é seguro. Liberdade de poder se mover por diferentes lugares sem correr riscos determinados pela procedência, e não circunscrevo isso a uma classe social em especial. Resgato aqui outra metáfora também usada pelo grupo O Rappa no disco Lado B Lado A: circular sem ter que passar oculto, "feito santo preto em igreja errada".

Quero especificar também que não me refiro a questões de gosto quando nomeio os conteúdos do proibido como violentos. Aliás, nas peças que *representam* o crime que eu analisei não há palavrões, expressões ou cenas que pudessem ser classificadas como "atentado ao pudor" no sentido comum da expressão. Cuidar a linguagem é um aspecto relevante no código de conduta do PCC, que condena o uso de palavrões entre os irmãos (BIONDI, 2013; MARQUES, 2009; MANSO, 2009) e procura usar um discurso de legitimação (DIAS, 2011). Mas, por outro lado há, sim, no proibido de exaltação do crime, agressividade. Há, sim, raiva e revolta. Há violência na maneira como se faz referência ao desejo de matar. Em alguns casos há menções expressas de ódio contra a sociedade e contra as classes sociais mais abastadas, mas em peças de proibido que exaltam o mundo dos roubos. Em Bonde Nervoso 157, por exemplo, a descrição identitária que se faz circular é *Ser 157*, usando o artigo 157 do Código Penal brasileiro que tipifica o crime de roubo.

*A intenção é má
Se pego madame de carro importado
Jogo na cara dela meu pistolão cromado
minha sede de vingança já não tem limite
(BONDE nervoso 157)*

Braga propõe que a transformação que a comunicação pode operar nas interações reside justamente no espaço de inferência, ali onde o código não está cristalizado, ou onde aparece uma nova quebrada. A comunicação, se pensada como processo de trocas voltado para a redução do isolamento, se dá em um espaço no qual "alguma coisa relativamente previsível pode acontecer" (BRAGA, 2010b, p. 70). Eu poderia descrever minha sensação como a percepção de que, probabilisticamente, o código e a estratégia iriam se transformar a qualquer momento, embora eu soubesse que estava perseguindo a voz que *representa o crime*. Porque era assim que ia acontecendo. Uma amostra disso poderia ser a variedade de uso dos verbos *ter*, *estar* e *ser* nas mesmas formas identitárias, como a categoria *Ser disposição*, que foi um dos eixos de minha amostragem teórica.

A concepção de comunicação tentativa proposta por Braga (2010a, 2010b) é suficientemente flexível e abrangente para pensar a *disposição para representar* no proibido de exaltação do crime. Unido aos processos tentativos, Braga chama a atenção para o efeito performativo dos processos comunicacionais, pois transformam o estado de coisas anterior à interação. No nível social, as tentativas sucessivas se manifestam na configuração local de dispositivos interacionais cuja utilidade é viabilizar as tentativas sociais de ajustar as regras a seus objetivos e vice-versa (BRAGA, 2011).

Um dos aspectos da sensação de movimento que descrevo acima está relacionada aos diferentes ensaios de aproximação que ultrapassam o limite do desejo individual no proibido. Isso fica evidente se observamos as variações, às vezes sutis ou mesmo contraditórias, em torno do lugar de fala ao longo do tempo, necessárias para lidar com as restrições impostas pela pressão da criminalização do funk e o possível enquadramento sob os artigos 286 e 287 do Código Penal. As peças gravadas no início da década de 2000, por exemplo, são muitas vezes explícitas no posicionamento do lugar do crime e na intenção de *representar o crime* e, no nosso caso aqui, o PCC. Posteriormente o lugar de fala vai sendo especificado como artista, cronista da comunidade, serviço de informação para a sociedade e conscientização da comunidade. Em meio a essas especificações continua-se deixando clara a função de *representar o crime*, como se não pudesse ou não devesse ser esquecida.

Numa sucessão de tentativas, a comunicação vai ocorrendo no proibido, como propõe Braga (2016), através do acionamento de dois elementos básicos presentes em todo episódio interacional: códigos e processos inferenciais. O aspecto referente aos códigos, especifica Braga, é frequentemente destacado na pesquisa por suas especificidades e assumido como se os códigos fossem variáveis independentes no processo: a comunicação dependeria, assim, das linguagens, gramáticas, regras, cultura, ética etc. O aspecto inferencial, ao contrário, reforça sempre o aspecto probabilístico: chama a atenção para aquilo que não foi codificado ou que não foi previamente compartilhado.

É lógico que uma análise "estrangeira" do proibido conta com aspectos que não foram previamente compartilhados com o pesquisador. Nem códigos, nem vivências e nem intenções. Mas a mobilidade à que eu me refiro é também a mobilidade de uma linguagem da camuflagem, do jogo linguístico útil e necessário no contexto clandestino, no aspecto das diferenciações e especificações necessárias para deixar claro o que está em jogo. A lógica de apropriação do funk é sinalizada por Mizrahi (2014) como uma característica do gênero, que é capaz de apreender e transformar o código. A descrição que oferece Mizrahi atende ao uso para a produção cultural e conectividade social, especificando por exemplo que o fato de que um MC se aproprie das letras de outro não só é autorizado como esperado para a constituição das trocas no funk. Aqui me refiro a outro aspecto, associado à constituição da linguagem em uso nas interações comunicativas.

Para abordar o jogo entre código e inferência, Braga (2010b) recorre à Teoria da Relevância formulada por Sperber e Wilson em 1986 (2004). A teoria de Sperber e Wilson parte da proposta inferencial de Grice, para quem toda comunicação implica a decodificação do aspecto intencional. A Teoria da Relevância é uma teoria pragmática que representa um momento importante nas ciências cognitivas e considera que um conteúdo é relevante quando aciona no ouvinte alguma informação prévia disponível para ele. A distância entre a intenção e as representações semânticas é preenchida pelos processos de inferência.

Braga interpreta as palavras de Sperber e Wilson afirmando que, no processo de produção e reconhecimento de sentido, os participantes produzem hipóteses tentativas para, através de inferências, relacionar os enunciados com o que provavelmente será a intenção do falante. Entre o código e seu uso, diz Braga, "incidem as condições extralinguísticas do mundo, do pensamento, das relações entre os participantes da interação, das conjecturas do episódio" (BRAGA, 2010b, p. 75). Tais condições exigem processos ativos (inferenciais) para completar a ação.

Nas tradições da filosofia da linguagem, Ludvig Wittgenstein foi quem se preocupou pelos aspectos extralinguísticos (COUTINHO, 1994). Sua Teoria dos Jogos de Linguagem foi apresentada na obra póstuma *Investigações filosóficas* (1953), na qual Wittgenstein se distancia da ideia de linguagem representacional para pensá-la em termos de jogos em uso. Wittgenstein propõe que as palavras são ferramentas para fazer coisas e construir mundos, e que o significado das palavras se dá no uso, no interior de Jogos de Linguagem.

Os Jogos de Linguagem são pensados por Wittgenstein como formas relacionais formadas pela linguagem em si mesma e pelas ações nas quais a própria linguagem está imbricada. Os Jogos de Linguagem, na medida em que se repetem, podem se constituir em verdadeiras formas de vida. Falar uma linguagem é fazer parte de uma forma de vida (WITTGENSTEIN, 1999 [1953]), que se expressa na prática de jogos recorrentes. Para o trabalho investigativo, os Jogos de Linguagem servem como heurísticos (SAVICKEY, 2002).

Seguindo com esta ideia, poderíamos dizer que no proibido há um Jogo de Linguagem que nomeio aqui como Jogo de Camuflagem. Se entendermos os jogos como famílias, tal como propunha Wittgenstein, podemos observar que nesse jogo de camuflagem há outros que guardam com ele parentesco, como jogos de desinformação, despiste, ambiguação. Também há jogos que propõem uma miríade de lugares de fala: o lugar da dor, o lugar do empoderamento, o lugar da transgressão, o lugar do desejo, o lugar da proteção, entre outros. Todos eles imbricados nas condições das quais são produto e nas quais incidem, recursivamente.

Mas a questão aqui não é a desambiguação do código. Daí a utilidade de se pensar o código do proibido em termos de Jogos de Linguagem. Ao invés de observar apenas os sentidos, podemos observar os movimentos. Afinal, o código em si se apresenta em movimento constante no proibido, assim como as estratégias locais. No nível das interações sociais, os processos comunicacionais procuram atender a necessidades, e buscam, antes que desambiguação ou rigor, soluções para problemas práticos:

Os processos estéticos, como também os afetivos e os comportamentais práticos, tendem diversamente a procurar outros âmbitos de passagem comunicacional - apostando antes em transações complexas e difusas, jogando justamente com a tentativa e a imprecisão na expectativa de gerar sintonias não baseadas na univocidade e sim na potencialidade de acordes compostos entre os participantes.
(BRAGA, 2010b, p. 75-76)

Na busca de acordes (ou, se preferirmos, da formulação de significados comuns temporários), o processo tentativo e aproximativo da prática comunicacional requer a

formulação contínua de hipóteses. E na formulação de hipóteses para a melhor explicação no espaço de inferência, comparecem dados como o acervo dos participantes, as condições impostas pelo contexto da interação dependendo do dispositivo interacional acionado, e até mesmo o tensionamento entre diferentes dispositivos imbricados (BRAGA, 2010b). No nível intersubjetivo, os Jogos de Linguagem organizam esses elementos.

Braga avança em suas teorizações para além da interação intersubjetiva, propondo que o foco de análise no campo da comunicação seja colocado também na tentativa do processo, ultrapassando assim o limite das tentativas dos participantes. No nível social, as tentativas de ajustes necessários para que as regras e condições se adaptem aos objetivos e os objetivos às condições gera, localmente e a partir das necessidades, dispositivos interacionais (BRAGA, 2010b; 2011; 2016). O conceito de dispositivos interacionais é proposto por Braga como um heurístico. O proibido de exaltação do crime, na medida em que vai se transformando como espaço-sistema no qual se transformam também seus participantes, funciona como um dispositivo interacional e como uma tentativa social. Veremos isto mais detalhadamente.

2.5. O proibido como dispositivo interacional

O conceito de dispositivo interacional foi proposto por Braga (2011) em um encaminhamento que pudesse oferecer, na pesquisa em comunicação, um lugar de observação dos processos comunicacionais. Essa hipótese inscreve-se em uma concepção processual da comunicação entendida como processo basilar na constituição dos sistemas humanos. Alguns conceitos e teorizações desenvolvidas por Braga foram discutidos brevemente nas seções anteriores, mas retomo-as aqui de modo organizado para obter uma maior sistematização. As proposições formuladas por Braga estão numeradas e comentadas a seguir:

1. A comunicação é sempre uma ação

O modo pelo qual a sociedade produz seus variados processos interacionais viabiliza o funcionamento de ambientes de articulação, dando espaço (parcialmente normatizado) para os participantes sociais exercerem suas estratégias.
(BRAGA, 2011, p. 4)

Isto nos situa na discussão anterior sobre as ações como objeto das ciências sociais em contraposição aos eventos como objeto das ciências naturais. A comunicação, como processo constitutivo dos sistemas humanos, é produto da atividade humana e não se faz em bruto, mas como processo pertinente e incidente sobre seus contextos (BRAGA, 2016). Por esta razão,

do ponto de vista metodológico, compreendê-la no interior de uma situação problema empiricamente formulada como proposto na Análise Situacional (CLARKE, 2005) representa ganhos para a compreensão dos processos e interações em diferentes direções e dimensões.

Em uma mesma situação concreta (em um mesmo contexto de ocorrência), diferentes aspectos do fenômeno são iluminados, em articulação com variáveis assinaladas por outras áreas de apreensão: há uma imbricação entre o que é propriamente comunicacional e o que é pertinente a fenômenos outros, enfocados pela área de interface. (BRAGA, 2016, p. 131)

A localização da ação de *representar o crime* no mapa situacional construído empiricamente a partir do proibido ilumina diferentes processos interconectados por interações que são comunicativas na medida em que produzem transformações na linguagem em uso (BRAGA, 2010a; 2010b) e aproximações e trocas entre mundos sociais (BRAGA, 2016). A construção do mapa situacional (CLARKE, 2005) que representa a situação empírica a partir dos dados que incluem as visões dos participantes da situação e processos interativos proporciona um ambiente de articulação (BRAGA, 2016) no qual os participantes e a sociedade exercem suas estratégias.

Outra questão relevante no que respeita à concepção da comunicação como ação é que, ao concebê-la como processo basilar na configuração dos sistemas humanos, entende-se que a comunicação é sempre performativa. Dizer que a comunicação é performativa significa, como já afirmei antes, que a ocorrência de comunicação transforma o estado de coisas anterior à interação. Esta concepção está alinhada às teorias da performatividade da linguagem, desenvolvidas no contexto do Giro Linguístico, mais precisamente por Austin, que abriu caminho para que as ciências sociais e humanas assumissem o papel ativo da linguagem na constituição dos fenômenos que estudam (IÑÍGUEZ, 2005).

A expressão Giro Linguístico designa o conjunto de mudanças que ocorreram na filosofia e nas ciências humanas e sociais que conduziram a uma maior atenção ao papel da linguagem tanto no projeto dessas disciplinas quanto na concepção de seus objetos de estudo. Entre os desdobramentos decorrentes do Giro Linguístico destaca-se a concepção sobre a natureza do conhecimento. Isso conduziu a reformulações sobre o que se costuma entender por realidade, seja ela social, cultural, física ou natural (IÑÍGUEZ, 2005).

O impacto do Giro Linguístico nas ciências humanas deu-se progressivamente e em várias direções, podendo-se identificar três linhas principais: (1) o impacto da linguística estrutural (Saussure, Chomsky); (2) o impacto da corrente analítico-logicista (Círculo de

Viena e filósofos de Oxford); (3) o impacto da corrente analítica focada na linguagem cotidiana (Oxford, com destaque para os trabalhos de Wittgenstein em sua etapa posterior ao abandono da filosofia analítica).

A crítica dos filósofos de Oxford focados na linguagem cotidiana representou uma virada na própria concepção de linguagem. Em primeiro lugar, a crítica à concepção representacional da linguagem conduziu a uma reformulação da relação entre conhecimento e realidade, que conduziu à própria redefinição da ideia de realidade. Para Iñíguez (2005), essa crítica, que colocou em xeque os pilares cartesianos de certeza e verdade, de certa forma permitiu a revitalização do legado da filosofia pragmatista, bem como o surgimento de um neopragmatismo estimulado por pensadores como, por exemplo, Richard Rorty (1931-2007).

Em segundo lugar, a insistência entre os filósofos de Oxford em considerar a linguagem como um instrumento para fazer coisas e não somente para representar a realidade, estimulou o surgimento das correntes construcionistas no seio das ciências humanas e sociais. As contribuições de John Austin (1911-1960) e sua teoria da performatividade da linguagem levaram a considerar que:

A linguagem não só nos diz como é o mundo, ela também o institui; e não se limita a refletir as coisas do mundo, também atua sobre elas, participando de sua constituição. (IÑÍGUEZ, 2005, p. 39)

Se a linguagem que usamos para nos comunicar pode ser compreendida como ação sobre o mundo, desprende-se também que é ação sobre os demais, incidindo finalmente também na conformação e desenvolvimento das relações e das práticas sociais. Situando a comunicação na base dos processos sociais, tanto no nível intersubjetivo quanto no nível intermediário das relações sociais, Braga (2011) chama a atenção para o aspecto performativo da comunicação e formula uma teoria heurística dos dispositivos interacionais como tentativas sociais de compor espaços e modos de uso para comunicar.

Os dispositivos, como espaços de interação e sistemas de relações, são constituídos localmente, nas práticas sociais, refletindo e instituindo as práticas comunicacionais. Todo dispositivo de interação é, portanto, produto da atividade humana, incide sobre ela e é transformado continuamente no uso. É nesse sentido que situo o proibido de exaltação do crime como um dispositivo de interação, acionado e adaptado em casa posta em uso para atender a certas necessidades comunicativas e relacionais do *mundo do crime*. No uso, incide sobre a constituição de matrizes, códigos e espaços de transformação.

2. A comunicação é tentativa

Braga concebe a comunicação como tentativa (BRAGA, 2010b), o que se pode observar, propõe, desde dois ângulos. Em primeiro lugar, a comunicação é tentativa desde o ponto de vista probabilístico. Em cada episódio comunicacional, espera-se que "alguma coisa relativamente previsível pode acontecer" (BRAGA, 2010b, p. 79). Em segundo lugar, o processo de comunicação é aproximativo, sinalizando a ausência de controle total. Isto equivale a dizer que a comunicação ocorre com algum grau possível de êxito, entre a total ausência de certeza e o momento auspicioso da comunhão entre as partes. Essa concepção probabilística não sugere uma aproximação estatística - focaliza o processo de tentativas sucessivas para reduzir a incerteza.

No jogo dinâmico de certezas e incertezas, Braga identifica dois elementos básicos que comparecem em todo processo comunicacional: o código e a inferência. O código, previamente compartilhado, proporciona certo grau possível de certeza à interação. Os espaços de incerteza são preenchidos por processos de inferência (BRAGA, 2010b; 2016; WILSON; SPERBER, 2004), nos quais comparecem elementos situacionais e extralinguísticos. Este aspecto foi discutido anteriormente quando abordei a ambiguidade e os jogos de camuflagem no proibido de exaltação do crime.

A relação entre certeza e potencial de comunicação (potencial de transformação) é inversa. Quanto mais cristalizado está o código, menor é o grau de inferência. Quanto menor o grau de inferência, maior o grau de ritualização e de normatização. As formas menos codificadas podem ser mais eficazes em termos de capacidade de transformação (BRAGA, 2010b). Esse aspecto é central no proibido com seus jogos de camuflagem necessários na vida clandestina, na situação na qual o proibido floresce como espaço-sistema e para interagir com diferentes mundos sociais e dispositivos, bem como para interferir no sistema político de partilhas.

Os dispositivos construídos socialmente, bem como os jogos de sentido acionados nas interações sobrevivem e fenecem por seleção natural: aqueles que melhor atendem às necessidades específicas em um contexto dado são reproduzidos, evoluindo, transformando-se, sobrevivendo, originando outros jogos e dispositivos melhor adaptados. A sobrevivência evolutiva do proibido, suas transformações e usos podem ser pensadas nesses termos. O aspecto tentativo do código e dos dispositivos é destacado por Braga: "(...) os códigos são também tentativos - pois se produzem e desenvolvem através de interações concretas e pelas estratégias acionadas" (2010b, p. 77).

Esse aspecto darwinista que está nas bases do pensamento pragmatista é recuperado, por exemplo, por Rorty em sua teoria causal do conhecimento, que Ramberg (2004) nomeia como "Naturalismo Pragmático": um lugar alternativo ao fisicalismo reducionista e ao comportamentalismo (COSTA, 1997). A linguagem que os seres humanos utilizam é compreendida aqui tão somente como uma habilidade natural da espécie, fruto da evolução. As estratégias e os jogos de sentido são constituídos no uso.

No pensamento pragmatista, a razão não é dotada de um peso ontológico superior a outras habilidades. Nem esquemas mentais são considerados aprioristicamente. Nas interações cotidianas, diferentes aspectos são acionados em cada episódio. Desde uma perspectiva intersubjetiva, uma maneira possível de compreender a forma como lidamos com os códigos e inferências passa por uma formulação relacional da subjetividade e da natureza humana:

As chamadas "intuições indubitáveis" sobre "o que somos" nascem da participação numa cultura, num jogo de linguagem ou forma de vida que nos impõe, pela variação imprevista de experimentos morais e pela seleção retentiva de alguns destes experimentos, um modo contingente de lidar ou estar no mundo responsável pelas crenças que nos modelam. (COSTA, 1997)

A perspectiva da comunicação como tentativa proposta por Braga inclui tanto as tentativas dos participantes em interações intersubjetivas como tentativas sociais. Assim como no nível interpessoal, a sociedade tenta continuamente, no nível social, movimentos dirigidos a reduzir a imprevisibilidade. As tentativas sociais que se constituem assim no uso são nomeadas por Braga "dispositivos interacionais" (BRAGA, 2010b; 2011; 2016).

3. A sociedade produz dispositivos interacionais

A sociedade tenta diferentes modos de sucesso comunicacional e de sintonia. Essas tentativas não devem ser identificadas com as tentativas dos participantes: Braga refere-se aqui às tentativas no nível social que produzem padrões, formas que *modelam* a interação e o funcionamento comunicacional. A sociedade conta com uma grande quantidade de táticas-padrão e modelos reconhecidos que podem ser acionados pelos participantes a serviço da comunicação. São processos desenvolvidos para viabilizar a própria interação. Para efeitos operacionais, Braga (2016) define os dispositivos interacionais:

Trata-se de matrizes socialmente elaboradas e em constante reelaboração - através do processo mesmo e interações tentativas - que geram, por aproximação sucessiva, modos e táticas na busca de uma efetividade comunicacional ampliada, desenvolvendo, na prática, objetivos e critérios indicadores de sucesso. Um dispositivo interacional é um modelo desenvolvido pela prática experimental (tentativa) que estabiliza articulações entre processos "de código" e os espaços não codificados solicitadores da inferência dos participantes.
(BRAGA, 2016, p. 136)

Braga considera que este conceito é especialmente útil para estudos dos processos de mediatização, já que ultrapassa a referência exclusiva aos meios, às formas de seus produtos ou a circunstâncias concretas de apropriação no pólo da recepção. Nas interações midiáticas, uma das características centrais é a ancoragem da fala no pólo da escuta, o que se faz tendo a lógica das mídias como referência para as interações (BRAGA, 2010b). O proibido de exaltação do crime pode ser compreendido como dispositivo acionado com ancoragem no pólo da escuta, tanto se considerado sob o aspecto da expressão estética como sob o aspecto político ou da transgressão. Em qualquer uma dessas perspectivas, a expectativa de escuta está clara, assim como a ideia de *medium*, pois o proibido vai adaptando a forma, a linguagem, o lugar de fala, as nomeações explícitas à escuta.

Tratar de "dispositivos", sinaliza Braga (2016), permite incluir diferentes formas de incidência na interação: incidências institucionais, mediações próprias do usuário, expectativas sobre a escuta, os processos próprios da circulação midiática, assim como os diferentes contextos de produção, apropriação e de resposta social. No que diz respeito às incidências institucionais, o proibido de exaltação do crime está muito próximo de dois lugares instituintes que, em certo grau, estão confinados: a instituição carcerária e o *mundo do crime*, onde as rupturas podem conduzir à incomunicabilidade da experiência social (MISSE, 2010). As mediações e as expectativas de escuta estão imbricadas nessas condições instituintes: a exaltação do comando e do crime como forma de vida celebra o empoderamento, a conexão social, o pedido de legitimidade.

O elemento central na ideia de dispositivo é a noção de "sistema de relações", sinalizada por Foucault (1977¹⁹, apud BRAGA, 2011). A flexibilidade da expressão e as possibilidades de uso em diferentes contextos solicitam que a palavra "dispositivo" seja acompanhada de adjetivo, e para o viés comunicacional, Braga propõe o adjetivo interacional, concebendo o dispositivo interacional como lugar de observação das interações comunicativas.

¹⁹ FOUCAULT, Michel. The confession of the flesh (1977), entrevista. In: **Power/knowledge selected interviews and other writings**. Ed. Colin Gordon, 1980, p. 194-228.

4. O episódio interacional aciona os dispositivos e lhes dá forma

O episódio comunicacional, que é o da interação de comunicação concreta, ocorre no interior de dispositivos interacionais produzidos localmente, situados no tempo e no espaço. É o episódio interacional que dá forma ao dispositivo ao acioná-lo, dotando-o de sentido, de direcionamento. Poderíamos estabelecer paralelos entre esta formulação em Braga (2011), proposta para o nível social, e a Teoria dos Jogos de Linguagem de Wittgenstein (1999 [1953]). Assim como os dispositivos interacionais operam no nível social, no nível intersubjetivo os Jogos de Linguagem evocam, em cada interação, elementos do imaginário, mediações subjetivas, aspectos situacionais, lugares de fala, a expectativa de escuta. No nível social, os jogos e estratégias recorrentes geram espaços-sistema, dando-lhes forma:

Podemos então considerar que “dispositivos de interação” são espaços e modos de uso, não apenas caracterizados por regras institucionais ou pelas tecnologias acionadas; mas também pelas estratégias, pelo ensaio-e-erro, pelos agenciamentos táticos locais – em suma – pelos processos específicos da experiência vivida e das práticas sociais. (BRAGA, 2011)

Em cada episódio são acionados também processos inferenciais únicos, situados, com fins específicos. Tais processos podem incidir sobre o dispositivo, transformando-o tanto no nível do código quanto no nível sistêmico. Os dispositivos interacionais, propõe Braga (2011), são gerados, mantidos, transformados, desenvolvidos em episódios interacionais que acionam tais modelos e matrizes com o fim de viabilizar as interações e maximizar os resultados. Tais processos estão, como dissemos antes, inscritos em ambientes mais abrangentes que podem impor lógicas específicas. No proibido, ao menos as seguintes forças instituintes o modelam em um primeiro plano: (1) o *mundo do crime* como lugar normativo e instituinte nas *comunidades*, com pedaços nas *muralhas* e nas ruas, sob influência do PCC; (2) a lógica da tipificação de delitos e processos de criminalização do proibido e de sujeição criminal de certos grupos sociais; (3) o lugar de incomunicabilidade da experiência vivida do sujeito criminal submetido à sujeição criminal e ao encarceramento.

2.6. Oitava tradição ou metateoria?

Iniciei este capítulo procurando situar o funk carioca no cenário cultural e social, abordando o proibido como um subgênero que se configura no lugar da transgressão em interações com os dispositivos legais e usos sociais. A caracterização do proibido que exalta o crime como um subgênero que coloca o funk em uso como produto e como vetor estético me

levou à teorização do funk como um dispositivo interacional seguindo o heurístico proposto por Braga (2011, 2016) como espaço-sistema no qual é possível entrever processos comunicacionais. Minha leitura dessa abordagem da comunicação como processo que age nas bases da constituição da vida social me levou às teorias pragmatistas da comunicação. Esta seção está dedicada à discussão da comunicação sob o viés pragmatista.

Afirmar anteriormente que a metodologia que adotei para analisar o proibido (Análise Situacional) e a perspectiva da comunicação como processo tentativo e probabilístico que me proporciona embasamento teórico e epistemológico compartilham, segundo minha leitura, pilares teóricos e epistemológicos que podemos situar no pensamento pragmatista. A filosofia pragmatista surgiu nos Estados Unidos no final do século XIX, estendendo-se como escola filosófica aos inícios do século XX. Entre seus pilares estão o pluralismo (existem diferentes pontos de vista que podem ser igualmente válidos de diferentes maneiras), a orientação a problemas de ordem prática e uma avaliação das ideias em termos de posta em uso e não em função de um padrão apriorístico universalista (CRAIG; MULLER, 2007).

Em 1999, Craig apresentou em artigo um metamodelo constitutivo para o campo da comunicação, concebendo a teoria da comunicação como um campo de estudo que integra sete tradições de pensamento que compartilham, cada uma delas, uma visão específica sobre problemas comunicacionais de ordem prática (CRAIG, 1999; CRAIG; MULLER, 2007). O metamodelo está inscrito em um projeto de teorização da comunicação, pensado como um projeto prático que emerge de uma expansão consciente das próprias experiências comunicacionais para pensar o problema no nível social.

Em uma contribuição ao metamodelo proposto por Craig (1999;2006), Russil (2004, 2005) localizou uma concepção específica de comunicação no cerne do pensamento pragmatista a partir do pensamento de John Dewey (1859-1952), rastreando suas bases nas ideias de William James e Geroge H. Mead. Orientado pelos princípios compartilhados pela Filosofia Pragmatista, Dewey concebe a comunicação como uma resposta prática da sociedade pluralista. Os problemas da comunicação surgem, nessa perspectiva, da incomensurabilidade, entendida como a impossibilidade de se traduzir ou medir diferentes pontos de vista a partir de um único padrão comum.

O problema da incomensurabilidade tem raízes no empirismo radical de William James (1904). O Empirismo, sinalizava James, é conhecido como o oposto do Racionalismo. Em um momento no qual o Racionalismo tendia a enfatizar os universais e o Empirismo a enfatizar as partes, James propõe que a descrição das coisas começa nas partes e, o todo, desenvolve-se

como um ser de segunda ordem. Contudo, James definia seu Empirismo, diferente do proposto por Hume e criticando a Locke, como um Empirismo Radical, reagindo contra o atomismo e o foco empirista nas disjuntivas:

Para ser radical, um empirismo não pode admitir em suas construções nenhum elemento que não seja diretamente experimentado, nem excluir nenhum elemento que seja diretamente experimentado. Para tal filosofia, as relações que conectam as experiências devem ser em si mesmas relações experimentadas, e qualquer tipo de relação experimentada deve ser considerada "real", como qualquer outra coisa dentro do sistema. Os elementos podem ser efetivamente redistribuídos, o lugar originário das coisas pode ser disposto corretamente, mas deve-se encontrar um lugar para cada tipo de coisa experimentada dentro da ordem filosófica final.
(JAMES, 1904, tradução minha)

Para James, o esforço do pensamento para resolver a visão de mundo onde as coisas estão separadas orientou-se, através do Racionalismo, pela introdução de elementos trans-experimentais e universais. Esta é sua crítica a Locke, por exemplo, quem postulava que a experiência perceptiva era interpretada por faculdades racionais inatas. Um Empirismo Radical procuraria tratar as coisas simplesmente em si mesmas, sem recorrer a corretivos baseados em ordens de verdade e abstração apriorísticos e externos. Em outras palavras, sem recorrer a "intermediários epistemológicos" como, por exemplo, qualquer elemento metafísico e esquemas inatos.

Convém destacar que esta visão naturalista e holística que James introduz está situada no contexto do pensamento Ocidental marcado pelo racionalismo e pelo realismo naturalista, bem como pela ética e pensamento cristãos. O conceito de incomensurabilidade está presente no pensamento Oriental, incluindo os Yoga sutras de Pátanjali (150 a.C.) e ensinamentos budistas. A desidentificação do eu com a experiência é um aspecto relevante nessas correntes de pensamento, e a experiência é compreendida como uma totalidade que inclui pensamento e também corporeidade. A dualidade sujeito-objeto é compreendida apenas como um exercício volitivo quando nos propomos a observar a própria experiência, por exemplo, através de práticas meditativas. A corporeidade é um aspecto central na teoria das emoções formuladas por William James (1884).

Um dos desdobramentos imediatos do pensamento de James diz respeito à compreensão da natureza do conhecimento sobre o mundo e sobre nós mesmos. A experiência de apreensão da realidade material é tão variada quanto o número de sujeitos e circunstâncias em que a experiência ocorre. Poderíamos adicionar, aqui, tão variada também quanto o número de

estados possíveis do sujeito em suas contingências. É nessa concepção empirista radical do conhecimento que reside a formulação de James sobre o problema da incomensurabilidade:

Praticamente, então, nossas mentes se encontram em um mundo de objetos que compartilham, que estariam aí, ainda que uma ou várias de nossas mentes fosse destruída. Não posso ver objeção formal alguma para que esta suposição não seja literalmente certa. De acordo com os princípios que estou defendendo, uma "mente" ou "consciência pessoal" é o nome para uma série de experiências que correm juntas mediante certas transições definidas, e uma realidade objetiva é uma série de experiências similares tecida mediante diferentes transições. Se uma e a mesma experiência pode figurar duas vezes, uma vez no mental e outra em um contexto físico (como tratei em meu artigo sobre "Consciência", para mostrar que pode), não há como pensar que não poderia figurar uma terceira vez, ou qualquer número de vezes, contraindo igual número de contextos mentais diferentes, e no mesmo sentido, situando-se em sua intersecção, possa ser continuada em linhas muito diferentes. Abolindo qualquer número de contextos não se destruiria a experiência em si mesma ou o resto dos contextos, não mais do que abolindo algumas das continuações lineais da questão se destruiriam as outras, ou destruiriam a própria questão. (JAMES, 1904, tradução minha)

Para o que nos ocupa aqui, podemos nos perguntar, então, como as diferentes perspectivas que não seguem um padrão comum podem formar uma comunidade. A vida está nas partes e nas conexões, dizia James, e se manifesta mais enfaticamente nas conexões do que nas partes. Para James, o fato de que duas pessoas possam ter a mesma ideia sobre a mesma coisa no mesmo momento é algo temporal e uma questão de perspectiva. Algo suficientemente amplo em possibilidades para considerá-lo incomensurável. A questão sobre a validade de qualquer perspectiva perde interesse quando se renuncia ao dualismo artificial entre sujeito e objeto.

O desenvolvimento de uma teoria da comunicação a partir da incomensurabilidade deu-se posteriormente com Mead e suas formulações interacionistas sobre a constituição do sujeito e a sociedade. Com essa ponte, Dewey desenvolve também uma teoria da comunicação em *Experience and Nature* (1925) e *The Public and Its Problems* (1927). Para o que nos ocupa aqui, face ao problema situado no nível social, a Teoria dos Públicos de Dewey (1927) propõe uma solução orientada aos ideais democráticos, propondo que a sociedade pluralista se realiza na comunicação livre.

Em seu metamodelo, Craig (2006) situa a teoria da comunicação no interior dos processos comunicativos da sociedade que constituem e regulam a comunicação como prática social. A partir de uma concepção baseada no uso e no entendimento prático da comunicação, Craig propõe um modelo constitutivo no qual a comunicação é compreendida como o processo social básico através do qual construímos um mundo comum. Em seu metamodelo, o

campo da comunicação é postulado como uma comunidade pluralista na qual as Teorias da Comunicação correspondem a diferentes tradições que se diferenciam a partir do entendimento do problema da comunicação, um vocabulário inicial e argumentos distintivos para fazer valer seu ponto de vista.

Em crítica ao metamodelo proposto por Craig, Russill (2004, 2005) propõe a inclusão de uma tradição pragmatista à matriz proposta originalmente por Craig, que inclui sete tradições (Retórica, Semiótica, Fenomenológica, Cibernética, Sociopsicológica, Sociocultural e Teoria Crítica). Por outro lado, Russil sinaliza que o metamodelo proposto por Craig é em si mesmo um modelo construído com base em princípios pragmatistas. Essa discussão, tratada por Craig (2006) e por Craig e Muller (2007) levanta questões epistemológicas: a tradição pragmatista seria em si mesmo uma metatradição basilar que define o próprio campo ou sinaliza apenas a posição situada na constituição de um modelo teórico? (CRAIG; MULLER, 2007, p. 500).

Os estudos que tratam da propriedade constitutiva da comunicação utilizam diferentes metáforas conceituais. Em artigo que discute os aportes de Russill, Craig (2006) resgata como exemplo as metáforas da negociação e do ritual. As metáforas que assumem como base os princípios pluralistas associados aos ideais democráticos produzem teorizações com um corte político, muitas delas inspiradas no pensamento de John Dewey. A metáfora do processo tentativo e probabilístico proposta por Braga (2011; 2016), adotada nesta tese, não segue esses caminhos. A meu ver, aproxima-se mais do problema da incomensurabilidade sem precisar recorrer à previsão de pontos de chegada ou, em outras palavras, a aspectos normativos. Aproximo-a, em minha leitura, das formulações empiristas de James.

Os trabalhos de Russill que originaram este debate teórico-epistemológico tratam especificamente sobre a Teoria dos Públicos de Dewey, ressituando-a como uma teoria democrática da comunicação. Em seu projeto, Russill redescreve a teoria de Dewey usando como referência as regras estabelecidas para a identificação de tradições distintivas na matriz constitutiva do campo da comunicação proposta por Craig. Russil o faz identificando um entendimento específico do problema da comunicação em Dewey como solução prática para o problema da comunidade democrática (CRAIG, 2006).

A comunicação, na tradição pragmatista, é uma resposta ao problema da incomensurabilidade. Na interpretação proposta por Russill (2004, 2005), tomando como base o pluralismo de James e o interacionismo de Mead, a teoria de Dewey apresenta-se como uma teoria reflexiva da comunicação ao desenvolver uma "tripla contingência" (RUSSILL, 2004,

p. 98). A tripla contingência de Dewey situa a comunicação completamente no universo indeterminado da incomensurabilidade de James (CRAIG, 2006).

No artigo no qual discute os aportes de Russill, Craig (2006) expõe que os modelos lineares da comunicação são modelos de contingência única, que pode ser representada por $A \rightarrow B$. Nesse modelo linear, A seleciona a mensagem para influir em B. São exemplos desse modelo as teorias comportamentalistas e as teorias informacionais do modelo matemático. Os modelos baseados no interacionismo, por sua vez, são modelos de dupla contingência, e podem ser representados por $A \leftrightarrow B$. Nessa concepção bidimensional, A e B influenciam-se mutuamente, a partir de suas próprias perspectivas. O eventual encontro entre ambos é temporal. As perspectivas intersubjetivistas baseadas na co-construção de significados são exemplos destes modelos.

O modelo da tripla contingência, diferentemente, inclui um terceiro elemento na relação: o público. Isto equivale a dizer que os participantes são conscientes da escuta de outro que não está presente na relação. É uma perspectiva reflexiva, na qual os participantes partem de suas perspectivas incomensuráveis, mas com a expectativa de escuta do outro e de um terceiro. Na Teoria dos Públicos de Dewey, esse terceiro é representado pelo público pluralista, que cobre diferentes grupos de interesses. No nível social, a comunicação depende da visão de uma comunidade pluralista como contexto das interações através de diferentes perspectivas incomensuráveis (CRAIG, 2006).

A discussão proposta por Russill caminha em direção à incorporação de ferramentas teóricas que permitam lidar com a tripla contingência, comumente evitada nas teorizações sobre a comunicação (RUSSILL, 2004; 2005, CRAIG, 2006). Esse direcionamento poderia se dar através de articulações com o pensamento de Foucault (1926-1984). Craig, ao criticar a proposta de Russill de uma oitava tradição pragmatista no campo da comunicação, chama a atenção para o fato de que os princípios pragmatistas não podem ser realizados no nível social sem a formação de instituições que constituam rituais e rotinas.

O proibido de exaltação do crime não surge como uma forma baseada em cânones, mas como resposta social a uma situação e problema específicos. As discussões sobre a criminalização do proibido como prática apologética que pode incitar a adesão ao crime ou aliciar jovens para o tráfico residem em entendimentos lineares da comunicação. Uma concepção que incorpore a tripla contingência e que entenda a comunicação como processo constitutivo possibilita uma porta de entrada para o proibido como prática social complexa.

Os espaços e modos de uso que Braga nomeia como dispositivos interacionais surgem inscritos em lógicas institucionais, conectados às tecnologias disponíveis e também caracterizados pelas "estratégias, pelo ensaio-e-erro, pelos agenciamentos táticos locais - em suma - pelos processos específicos da experiência vivida e das práticas sociais" (BRAGA, 2016, p. 137). O aspecto prático e local, enfatizado por Braga, situa-se para além da imediatez intersubjetiva, incorporando aspectos instituintes e uma formulação para o nível social.

Compreender o proibido como um dispositivo interacional implica assumir os princípios pragmatistas discutidos aqui: (1) a concepção da comunicação como processo constitutivo das práticas sociais, (2) o desenvolvimento do dispositivo interacional como tentativa social de resposta prática a um problema, (3) os movimentos aproximativos em resposta ao problema da incomensurabilidade, inscritos em forças de sociabilidade mas também nas necessidades humanas, (4) a consciência da existência de escuta com a consequente ancoragem, nela, do pólo da fala (5) o uso e transformação contínuo do código como linguagem em uso, (6) a abdução como mecanismo de inferência.

CAPÍTULO 3 - MENTE FIRME E CORAÇÃO BLINDADO: O SUJEITO NO MUNDO DO CRIME

Couraçado: preparado, à espera do confronto. Mente firme, com a certeza de agir pelo certo e capaz de resistir à invasão psicológica do outro. Coração blindado, em busca de fortaleza emocional e da estabilidade necessária para permanecer na luta. A blindagem configurando-se como uma reação exagerada, quem sabe, necessária. O lugar de fala escorregadio da voz que se assume autora qualificada e testemunha de um mundo clandestino, ao mesmo tempo elevando-se pública e proibida, reta e camuflada, demonstrando disposição para fazer o certo onde o errado faz o que é certo e o que era para ser o certo faz o errado.

O mapa situacional apresentado neste capítulo é o mapa da situação empírica na qual a análise da prática de *representar o crime* no proibido está enraizada. A ação *representar o crime* constitui em minha análise a categoria central, como especifiquei na **Introdução** e nas seções dedicadas às decisões metodológicas. Ao se tratar de uma prática comunicacional que neste caso se expressa em um vetor estético, apesar de ocorrer também no nível das relações interpessoais, a prática de *representar o crime* é tomada como um ponto de chegada de outros processos sociais. No mapa, foram mapeados os processos identificados nas músicas analisadas.

Este capítulo está dedicado à apresentação do mapa situacional construído a partir das letras de música e de documentos atribuídos ao PCC submetidos a codificação aberta. O mapa, que configura a situação analítica na qual a análise é fundamentada, pode ser lido através de diferentes caminhos. A leitura do mapa é conduzida através da figura do couraçado, o sujeito de mente firme e coração blindado que se configura inscrito no *mundo do crime*, sujeito de *disposição e proceder*, que *representa* em qualquer lugar e em qualquer missão. O couraçado nos leva à prática de *representar o crime* que, como prática comunicacional, conecta mundos sociais e incide sobre a realidade na qual está inscrita. Percorro então, quatro grandes áreas do mapa: o *mundo do crime*, a lógica do *proceder*, o mundo das *muralhas* e o PCC, e a paz armada nas comunidades vinculada à presença do PCC como instância reguladora da violência fora do sistema prisional.

Além disso, sugiro também outros caminhos analíticos possíveis que eu não segui, e que poderiam originar outras pesquisas neste campo.

3.1. A história do couraçado

O nó *Ser disposição*, conectado a *Representar o crime* no mapa, é a porta de entrada para o caminho analítico que eu optei por percorrer. Minha decisão de usar esse nó como porta de entrada está relacionada aos efeitos que certas músicas que apresentavam o sujeito do crime produziram em mim desde a fase exploratória. A amostragem teórica em minha coleta de dados, como expus, foi conduzida por dois eixos: o processo de subjetivação no crime registrado em *Ser disposição* e o processo *Representar o crime* como prática comunicativa.

Os elementos recolhidos no nó *Ser disposição (estar estruturado no Comando, ter a mente mente firme e ter o coração blindado)* configuram uma tríade atitudinal associada à construção do sujeito do crime como é cantado no proibido, incluindo elementos comportamentais, cognitivos e afetivos. *Ser disposição*, como categoria analítica, situa-se no pólo que qualifica o sujeito a partir de um elemento valorizado no *mundo do crime*, a *disposição* para agir por e pelo crime. Os sujeitos que mostram *ter disposição* sempre, em qualquer circunstância, são sujeitos de disposição. São, eles mesmos, *disposição*.

O sujeito do crime cantado no proibido é o sujeito que *representa o crime* e também aquele cuja voz é reivindicada como voz qualificada para retratar a realidade do crime como modo de vida vinculado a um *proceder*, uma enunciação que estabelece regras prescritivas de convivência e que, em última instância, classifica os sujeitos entre aliados e inimigos. Nessa disjuntiva, o sujeito que *é disposição* e *proceder* permanece protegido e ao mesmo tempo ameaçado ao firmar um compromisso com crime. O sujeito do crime precisa estar blindado para não se deixar abater fisicamente e nem se deixar invadir psicologicamente, e é nas urdiduras dos tecidos sociais e das tramas instrumentais do crime como mundo social que nasce o couraçado.

Usei a metáfora do couraçado que eu expus na abertura deste capítulo para nomear a forma expressiva do sujeito do crime no proibido que produziu em mim a “irritação”, conforme Peirce (1878), que motivou este trabalho a partir do vetor estético da música, no qual a experiência da produção se expressa para encontrar outra experiência na escuta, a de fruição. É minha experiência com a expressão desse sujeito que solicita de mim o uso de uma metáfora, a do *couraçado*, aqui, para prosseguir.

Parto da crença de que a necessidade de usar metáforas novas para descrever um objeto está associada a necessidades de reordenamento do código linguístico que usamos para descrever e dar sentido às coisas. A razão pela qual eu voltei inúmeras vezes sobre certas músicas foi porque nelas, o couraçado blindado vinha se comunicar com uma força incisiva, de quem chama junto para *bater de frente*, reivindicando o status de real, blindado ele, invadindo o Outro. Posso conceber, agora, a fissura que essa enunciação incisiva produziu em mim como um desejo de invasão mesmo, pois as mentes *fechadas pelo certo* no crime são tão mais valiosas e potentes quando são capazes de invadir a mente do outro.

Desde o início percebi que várias de minhas crenças, intermediários intencionais entre o desejo e a ação (DAVIDSON, 1982), tiveram que ser suspensas ao menos temporariamente nesse processo. E que em qualquer caso, rastrear suas origens, por exemplo no senso comum,

era necessário para não me deixar conduzir por caminhos circulares. Essa dança é complicada porque, muitas vezes, o elemento que se dispõe como barca para transitar entre mundos situados aos dois lados da fronteira que regula a passagem entre os legítimos e o legal são valores compartilhados nos dois lados. Por isso é confuso transitar entre o certo e o errado, penso que tanto daqui quanto de lá.

A *disposição*, no *mundo do crime*, pode ser compreendida como uma preparação para a ação, um estado de alerta associado a uma tendência para agir de uma forma determinada. Apresenta-se como uma configuração aberta, comunicante, na qual são evocados fatores como desencadeantes situacionais, crenças e elementos do imaginário, afetos e desejos, sejam eles imediatos ou profundos. Em outras palavras, trata-se de uma constelação que evoca a ação situada do sujeito imerso em suas contingências, mediada por suas crenças, pautada pelo apetite e pela vontade de agir.

Uso aqui os termos apetite e vontade como desejo, no sentido que Davidson (1982) dá ao objetivo da ação, no contexto de uma descrição pragmatista do sujeito. Para Wittgenstein, Austin e Ryle, por exemplo, todo o vocabulário que define o mundo empírico do sujeito está associado à ação intencional, diferentemente do vocabulário e dos fatos que dizem respeito ao corpo. Os acontecimentos subjetivos são passíveis de serem interpretados em termos intencionais. Ao contrário dos reflexos, os acontecimentos intencionais visam uma finalidade, e essa finalidade, ou o desejo, “é sempre a de alterar estados mentais do sujeito ou estados de coisas da realidade” (COSTA, 1994, p. 23)²⁰.

O sujeito do crime cantado no proibido está preparado para agir em qualquer momento, em qualquer lugar, em qualquer missão. A prontidão fica inscrita na mente e no corpo, disposto e preparado para agir e também para resistir. A inscrição da prontidão no corpo é visível nas imagens escolhidas para confeccionar os cliques artesanais que circulam na Internet ao som do proibido que *representa* o crime: jovens vigilantes, fortemente armados, contrapondo o arsenal bélico ao corpo muitas vezes seminu, com o peito desprotegido e o rosto coberto apenas com uma camiseta.

Faz refletir sobre essa couraça, que não está feita de tecidos altamente resistentes. O Kevlar²¹ que protege o peito do couraçado é a própria pele, a blindagem do coração, a firmeza da mente. São os componentes da atitude de prontidão, que prevê um curso provável para a

²⁰ Os fatos que dizem respeito ao sujeito não requerem dados físicos: são suficientes as palavras que usamos para descrevê-los.

²¹ Nome de material empregado na fabricação de armaduras humanas anti-bala e anti-metralhadora para proteger os combatentes de perigos como projéteis balísticos e fragmentos de explosivos.

ação. Qualquer movimento titubeante pode ser definitivo e custar caro. *Estruturado* no crime e no Comando, com o *coração blindado* e com a *mente fechada pelo certo no proceder*, o couraçado se fortalece e dá sentido à sua existência no crime.

Para além do corpo, a prontidão fica também inscrita no discurso, recorrente, insistente, na voz que *representa* em qualquer missão, reiterando o compromisso, demonstrando fortaleza psicológica para agir e para resistir, e reivindicando para si o lugar de autoria do discurso que representa. No vetor estético, autor e personagem se confundem. Talvez por isso a insistência frequente na veracidade do que dizem, a insistência em que esses sujeitos mesmos são reais, seja tão recorrente nas músicas.

Essa força pode ser uma reivindicação de potência de voz para a linguagem ordinária, tal como defendia Wittgenstein (1999 [1953])²². Um pedido para que a linguagem ordinária do sujeito, também ordinário, tenha status e força de enunciação para apresentar um testemunho que possa ser escutado como válido. Um pedido para o reconhecimento da capacidade de influir e transformar, mesmo que os jogos propostos na linguagem só tenham conseguido transitar através da permeabilidade do vetor estético. Conferir a essas vozes um lugar epistemológico equivalente ao que outras vozes podem ter é algo que a pesquisa em ciências sociais pode fazer, já que os sentidos das palavras e dos jogos de linguagem divergem sobre a própria base de significação, imersos em diferentes conjuntos de crenças nas quais se assentam a constituição de atores sociais díspares, e que neste caso implicam o *crime* e o Estado como guardiões da *paz, justiça, liberdade e igualdade* (FELTRAN, 2013).

As crenças são os intermediários em direção à finalidade, à ação do sujeito. Podem ser compreendidas como regras para a ação na medida em que supõem a existência de hábitos configurados em torno de regras empíricas de causa e efeito²³. No *mundo do crime*, as regras para a ação emanam do *proceder* e do PCC. Nas músicas, o desejo vem por conta do sonho, da ampliação e atualização da descrição de si mesmo como *estruturado* no Comando. Vem por conta da revolta e da raiva, narrada em relatos biográficos e cantada. Vem por conta do medo que impõe a tensão de luta. Afinal, qualquer movimento em falso pode constituir uma quebra do *proceder* e a reinscrição social do indivíduo sendo que, dependendo de como seus atos forem julgados, terminará com sua execução.

²² Wittgenstein, ao abandonar os caminhos da filosofia analítica, defendia que a linguagem ordinária, posta em uso, era perfeita em si mesma.

²³ A ideia de crenças como regras para a ação foi proposta por Bain (1865), e retomada em escritos pragmatistas por James (1948) e Peirce (1878).

Por isso a mente é tão valorizada no *mundo do crime*. A mente é onde residem os intermediários entre o desejo e a ação. Os intermediários, crenças que para o crime podem ser resumidas no *certo*, fortalecem porque possibilitam a resistência a necessidades e desejos em benefício do grupo. Ou, porque protegem contra a destruição pelas regras do grupo. A crença quase religiosa no Comando, a irmandade que protege, e que também pune, é acompanhada pela crença no poder divino, a quem se pede proteção na *caminhada* e para a irmandade.

A mente firme, ancorada nas crenças, é capaz de resistir aos desejos e às necessidades. É também a mente capaz de resistir ao *psicológico* do outro, ou à invasão que intimida para fazer sentir que se está indo *pelo errado* (MARQUES, 2007). E a mente capaz de resistir é a mente capaz de invadir, de influir na mente do outro. Marques, apoiando-se em Foucault²⁴ (FOUCAULT, 2006, apud MARQUES, 2007), descreve o processo relacional de ataque e defesa das mentes como tecnologias associadas aos estados descritos por Sêneca como *tranquillitas* (calma interior) e *securitas* (proteção dirigida ao exterior).

Há tensão em muitos proibidos que exaltam o crime, tanto nos que se propõem a *representá-lo* quanto nos que se propõem unicamente a exaltá-lo. Essa tensão pode ser incrementada com elementos sonoros com valor afetivo negativo, mas há algo mais. Não são necessárias imagens marcantes, muitas vezes, para sentir essa tensão. Nas músicas que produziram a irritação eu senti essa tensão, às vezes associada ao medo que pairava nelas, outras vezes simplesmente a um estado nervoso. Medo não é uma palavra usada no proibido, mas nervoso, sim. *Nervoso, caô, neurose*, esta tantas vezes grafada com z.

O medo está na origem das blindagens, do coração e da mente. Quando o que está em jogo é a própria vida, a própria existência, o estado de medo e de vigilância permanente torna-se necessário. Com o medo ativado, é o instinto quem deve guiar. Foco estreito, sentidos aguçados, adrenalina no corpo para tomar decisões rápidas e certeiras. A blindagem é um estado exagerado, uma reação extrema. Daí que a palavra *nervoso* faça total sentido. Já a neurose é caos, coloca em risco a firmeza da mente. A atmosfera de tensão que é possível notar em certas músicas tem correlato nas descrições que detentos fazem do *psicológico* (MARQUES, 2007). A *psicologia* é concebida como um clima, como uma atmosfera no crime, resultante como descreve Marques dos “mil possíveis psicológicos”, ou invasões à mente, que podem ser deflagrados em qualquer momento.

²⁴ FOUCAULT, Michel. *Hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Como disse na introdução, o lugar do proibido, e também o lugar da voz do crime no proibido, é um lugar difícil, escorregadio. Não cabe no campo dos protestos sociais respaldados pela lógica democrática. Também não cabe no lugar da vítima das injustiças sociais e nem é isso o que solicita. Solicita um lugar próprio. E foi esse pedido, essa tentativa aproximativa que apresenta como sujeito do crime, blindado, fechado ao extremo, que me conduziu na pesquisa, e que é o meu ponto de partida para percorrer caminhos analíticos no mapa situacional.

Nas próximas seções me detenho em alguns nós e subnós do mapa, nós que eu percorri para localizar esta análise na situação empírica. O sujeito do crime é compreendido nas urdiduras do *mundo do crime*, cujas partes dentro e fora das *muralhas* estão conectadas nas periferias pela presença do PCC, que atua como guardião na comunidade de valores justos e de uma paz armada.

3.2. Mundos em interação no proibido

Situei o nó *ser disposição* no mundo aberto, nomeado como *mundão*. No proibido que *representa o crime*, há uma divisão primordial entre dois mundos: as *muralhas* (cárcere) e o *mundão* (liberdade). Essa divisão é clara e inevitável: o mundo das *muralhas* é um mundo estabelecido no confinamento, com regras estritas e restrições à comunicação com o mundo externo. O *mundão* apresenta-se como espaço aberto onde ocorre uma grande variedade de fenômenos. Mas, conforme a realidade percebida que circula no proibido, no *mundão* há outras divisões. A mais importante é a distinção entre *mundo do crime* e *sociedade*, termo usado para designar tudo aquilo que não faz parte do crime.

O termo *sociedade* é empregado nas músicas com a mesma acepção registrada por Biondi, como "categoria que faz referência aos que não são do 'Crime', não estão 'em sintonia', não participam do PCC" (BIONDI, 2013, p. 244). Convém lembrar aqui que as músicas analisadas em minha pesquisa fazem referência explícita ao PCC, celebrando seus valores, exaltando o Comando, estabelecendo uma equivalência entre *crime* e *Comando*. Por isso os registros etnográficos de termos que compõem o vocabulário usado pelos membros do PCC podem ser somados aqui como referência.

No mapa situacional, situei o *mundo do crime* no *mundão*, dentro da *comunidade*. A *comunidade* é um mundo aberto, mas que é narrada no proibido como oposto ou às vezes distanciado da *sociedade*. É cantada como o lugar de origem de quem é do crime e celebrada

principalmente pela beleza da humildade do povo. A tríade *Respeito, dignidade e lealdade* é cantada como o lema da comunidade. A função do MC de lutar pela dignidade e pelo respeito da *comunidade* é mencionada nas mesmas letras nas quais o MC se posiciona também como a voz do crime, estabelecendo uma continuidade entre *representar o crime* e *representar a comunidade*.

O *mundo do crime* tem parte de si nas *muralhas*, às que dá acesso. Nem todos os habitantes das *muralhas* são, contudo, habitantes do *mundo do crime*. A distinção entre pertencer ou não pertencer ao *mundo do crime* dentro das *muralhas* foi registrada já na década de 1970 por Ramalho (2008) em seu trabalho pioneiro sobre o sistema prisional brasileiro realizado na Casa de Detenção de São Paulo²⁵. Situado como oposto ao mundo do trabalho, o *mundo do crime* era descrito pelos presos entrevistados por Ramalho como o mundo formado por sujeitos criminosos (marginais, bandidos, traficantes, malandros). Os presos faziam distinções entre quem era do crime e quem, mesmo sendo criminoso sob os critérios do Código Penal, não pertencia àquele mundo. Essa divisão estava relacionada à ideia do *nato* (criminoso nato), irrecuperável por sua origem (pobre) e pela continuidade no crime mesmo depois de sair da prisão.

O mundo das *muralhas* e o *mundo do crime* são mundos que, sem ser estanques, apresentam certo grau de confinamento. No caso das *muralhas*, o confinamento é dado pelo encarceramento e pela retirada do sujeito do convívio na sociedade. No *mundo do crime*, o confinamento ocorre nos laços de reciprocidade e solidariedade confinada que se constituem no isolamento decorrente das rupturas produzidas pelo ingresso no crime. No *mundão*, o *mundo do crime* diferencia-se de outro mundo onde o crime opera, o mundo do crime dos colarinhos brancos, associado ao *sistema*. O termo *sistema* é empregado de forma ampla no proibido para fazer referência aos detentos, ao sistema correcional, ao sistema capitalista e ao governo.

Na distinção entre os mundos *muralha* e *mundão* está a primeira articulação que *representar o crime* no proibido estabelece. Através de uma prática estética como a música, a voz do crime faz circular vivências, subjetivações possíveis (cronista da favela, revolucionário, o crime), racionalidades locais, discursos e narrativas. Mas além de fazer circular esses elementos, o proibido, em uso como um dispositivo interacional, estabelece uma ponte entre as *muralhas* e o *mundão*. Apesar da separação imposta pelos muros,

²⁵ O trabalho de Ramalho foi pioneiro no campo da criminalidade no Brasil ao deslocar o foco da discussão das causas da criminalidade para os processos de criminalização na sociedade.

permanecem o vínculo e as trocas comunicativas. No *mundão*, o mundo social que mantém o vínculo com as *muralhas* é o *mundo do crime*.

O couraçado, sujeito de *disposição*, surge na precariedade, entre os efeitos da vida clandestina, das rupturas produzidas pelo ingresso no *mundo do crime* e pelos processos de subjetivação e de sujeição criminal. Podemos chegar ao sujeito de *disposição* iniciando o percurso no mapa pelo *mundo do crime*, pela prática *representar*, pelo *proceder* do crime ou pelo *proceder* prisional. Podemos também chegar a ele através do posicionamento público do PCC e da mobilização da *disposição* nos ataques de 2006; ou ainda pelas funções sociais que o PCC desempenha na *comunidade*.

1,1 (1x1)

Figura 4 - Mapa situacional resumido

O percurso da viagem pode levar ao mesmo destino, mas dependendo do caminho percorrido, a paisagem, a duração e a experiência serão diferentes. Assim, uma análise da *disposição* que se concentrasse no nó *Posicionamento público do PCC* poderia se ocupar do surgimento e consolidação do PCC no mundo prisional, e pelo acionamento dos sujeitos de *disposição* para atuar por e pelo Comando. A situação mais emblemática são os ataques do PCC em 2006. Neste caso, a *disposição* pode ser pensada como um elemento que conecta a ação das *muralhas* e a ação do *mundo do crime* nas ruas com um propósito concreto.

Figura 5 Detalhe do nó Posicionamento público do PCC

Outro caminho analítico poderia ser iniciado nas *muralhas*. Esse caminho permite enlaçar com trabalhos de pesquisadores que utilizaram a etnografia para estudar centros prisionais. O elemento *disposição* foi descrito por Biondi (2010), por exemplo, como elemento central para seu entendimento de como o PCC pôde chegar ao formato que veio a ter e com possibilidades de transformações. O PCC é descrito por Biondi como um movimento. No movimento, *disposição* e *apetite*, quando ganham velocidade, podem oferecer "resistência ao poder que incide sobre os corpos, aquele que modula e limita" (BIONDI, 2010, p. 181). A *disposição* possibilita que os membros do PCC atuem por e pelo Comando com criatividade, em qualquer missão, em qualquer circunstância.

Figura 6 Detalhe do nó Muralhas

A *disposição* está registrada no mapa também no nó *Guerra para a paz*, onde está associada à ação coletiva de *representar o crime* e o Comando na música para instalar o debate político. O nó *Guerra para a paz* foi incluído no mapa como um eixo discursivo que traça uma extensão do subnó *Demanda pelo cumprimento digno da pena* defendido pelo PCC, das *muralhas* para o espaço público, dando continuidade à intenção de revolucionar o *sistema*,

mas através de um discurso de legitimação do PCC e do debate público. No eixo *Guerra para a paz*, o crime de colarinho branco (o crime da política) é colocado em igualdade, lado a lado, com o crime comum (do *mundo do crime*), com um questionamento central: quem mata mais no Brasil? Aquele que empunha uma arma ou a política corrupta, incluindo, por exemplo, a bancada da bala?

Em 2015 o grupo *Trilha Sonora do Gueto* lançou o rap W2 proibida, um salve em forma de canção, “da caverna para a geral”, para levar ao espaço público um dossiê da realidade prisional, denunciando o *sistema* e propondo à sociedade um debate entre a inteligência do PCC e o governo federal:

*Tô chamando pro debate, tipo assim de bate pronto
Com o tema principal qual bandido fica solto
30 Minuto (sic) de ideia, passo em rede nacional
Inteligência PCC vs governo federal
O povão brasileiro ia ver quem é você
Facção legalizada disfarçada de poder
O que é que deu se encobriu, pra sociedade esquecer
E achar que criminoso é só nós do PCC
(W2 PROIBIDA, 2015)*

Estas são portas de entrada para caminhos analíticos possíveis. Em todos eles é preciso percorrer diferentes pontos do mapa, porque os processos mapeados estão interconectados, imbricados no funcionamento social. Para situar o sujeito do crime retratado no proibido e acionado para *representar o crime* na música, é preciso avançar para a região mapeada como *mundo do crime* e para os efeitos do ingresso no crime como mundo social, unido às rupturas sociais impostas por esse processo. A subjetivação no crime é um dos efeitos do compromisso com o crime, que conecta com as *muralhas* através do encarceramento ou através do *proceder* do crime, uma continuidade do *proceder* prisional hoje em grande parte moldado pela existência e funcionamento do PCC tanto nas prisões quanto no mundo das ruas.

Pensar nas dinâmicas dos processos de subjetivação no crime nos leva a ter em conta a figuração das classes perigosas e a humilhação social que podem derivar da desigualdade. A desigualdade social produz e reproduz precondições para o indivíduo que não são apenas materiais, mas afetam principalmente a maneira de sentir e de compreender, como formula com sensibilidade Souza em “A ralé brasileira: quem é e como vive” (2009). A população encarcerada no Brasil está formada principalmente por jovens do sexo masculino e negros. Esse é também o perfil demográfico da maior parte das vítimas de homicídio doloso no país. Trata-se dos mesmos jovens que habitam as periferias e que são os mais expostos à

criminalidade. Em outras palavras, é como se houvesse uma parcela da população deixada para cair desde cedo no *movimento* do crime e, depois, no encarceramento. E no crime e nas prisões, deixados também para morrer. Para Misse (2010), isto configura uma espécie de extermínio velado.

A percepção de pertencer a uma parcela da população escolhida para deixar cair no crime e no encarceramento está registrada nos documentos do PCC, com expressões de revolta, ódio e humilhação:

Enquanto crianças morrerem de fome, dormirem na rua, não terem oportunidade de uma alfabetização, de uma vida digna, a violência só se tornará maior. As crianças de hoje, que vendem “doces” no farol, que se humilham por uma esmola, no amanhã bem próximo, através do crime, irá (sic) por todo ódio, toda rebeldia para transformar seus sonhos em realidade, pois o oprimido de hoje será, o opressor de amanhã. O que não se ganha com palavras se ganhará através da violência e de uma arma em punho.
(CARTA PCC, 1997 em SOUZA, 2007, p. 24)

Tudo isto leva a pensar o mundo que, no proibido, configura o mundo social das *comunidades*. Apesar da riqueza e multiplicidade que as *comunidades* entranham, como qualquer mundo social, no proibido que celebra o crime as descrições da *comunidade* são parcas. Por isso há muitos silêncios no mapa da região *comunidade*, que não pretendi preencher na representação gráfica dos elementos acionados no proibido. As descrições no rap, por exemplo, são mais ricas e narradas em letras longas que têm uma estrutura narrativa e contam uma história. Talvez isto seja um sintoma: a simplificação cognitiva²⁶ do relato apresentado pela voz do crime sobre a *comunidade* no proibido não explica como as coisas chegaram ao ponto no qual chegaram. Ou não é isso o que querem as vozes que falam em nome do crime, e que reivindicam o lugar social de guardião das comunidades sob o amparo do crime.

No proibido que *representa o crime*, pode-se obter mais dados sobre a *comunidade* das imagens selecionadas para editar os clipes para publicar no YouTube do que propriamente nas letras. Nas letras, a *comunidade* aparece mais como o lugar de origem a ser exaltado e *representado*. *Representado*, aqui, no sentido de assumir um compromisso também identitário e disposicional. A *comunidade*, descrita como linda pela humildade do seu povo, precisa de paz e de ser respeitada. O crime, no proibido, *representa* assim a comunidade, lutando para

²⁶ A simplificação cognitiva pode ser compreendida como a falha em reconhecer a existência de soluções concorrentes e, portanto, ausência de tentativas de integrá-las.

ela por respeito e dignidade, exaltando-a, por exemplo, com tríades que formam lemas como *paz, respeito e dignidade*, mas garantindo-lhe uma paz armada.

O crime defende a paz na *comunidade*, para seus habitantes e para os *ladrões*. Paz para conviver pacificamente nas urdiduras sociais que são atravessadas pelo crime, movimento fluido que se dirige para onde vão os *ladrões*, por vezes para fortalecer e somar-se aos *irmãos*. O crime, uma força em movimento que na *comunidade* se configura como instância reguladora da violência e como instância da qual emanam normas de conduta, bem como uma ética e uma paz específicas, armadas. Uma norma que faz o *certo pelo certo*, intimamente relacionada ao *proceder* do Comando, que é o *proceder* do crime e também o *proceder* nas prisões. O *proceder*, que valoriza quem é *disposição*, sempre pronto para *representar* em qualquer lugar e em qualquer situação. *Representar* também na música, dispositivo que o crime aciona de diferentes maneiras em suas tentativas sociais.

O proibido parece ser um dispositivo adequado para fazer a interface entre o *mundo do crime* e seus pedaços nas *muralhas* e nas ruas, entre o crime e a *comunidade*, entre o crime e a *sociedade*. O proibido é ele mesmo escorregadio e transgressor. É ele mesmo permeável e maleável em sua forma às pressões sociais. No proibido, a transgressão é a norma. No proibido, o jogo da antropofagia brinca o tempo todo com o código, ingerindo, digerindo, produzindo novos códigos a partir dos outros que circulam disponíveis. No proibido, o espaço de inferência gerado pela ambiguidade necessária ao posicionamento clandestino lhe confere potência comunicacional. O proibido é ideal para fazer a interface entre mundos que não se comunicam através de códigos previamente compartilhados e através do reconhecimento mútuo do poder de fala.

Representar o crime no proibido, nas músicas que eu analisei, é muitas vezes *representar* o PCC. E *representar* o PCC é agir por e para o PCC, muitas vezes apenas exaltando seus valores. E os valores e princípios do PCC não são nada mais nada menos do que os valores que integram seu lema: *paz, justiça, liberdade, igualdade e união*²⁷. E o proibido, ao ser acionado como dispositivo interacional, faz circular coisas que vêm das *muralhas*. As *muralhas* são o lugar onde tudo começou. Bem, onde tudo começou a ganhar visibilidade pública, porque foi dentro das *muralhas* que nasceu o PCC. Foi de dentro das *muralhas* que o PCC organizou ações como a megarrebelião de 2001 no sistema prisional e os

²⁷ Há indícios de que a palavra *união* esteja sendo incorporada ao lema do PCC. Biondi descreve em sua etnografia como o princípio de *Igualdade* não foi incorporado nem ao lema e nem ao funcionamento do PCC do dia para a noite. Foi um processo gradual e que transformou o registro político do PCC e sua forma de funcionamento. É possível que a palavra *união* seja incorporada gradualmente (DIAS, 2011; entrevista com Karina Biondi em FAGUNDEZ, 2017).

ataques de 2006 que paralisaram São Paulo, deixando a sociedade estupefata. É das *muralhas* que em 2017 rolam cabeças literalmente e escorrem rios de sangue na crise da guerra entre os comandos com epicentro em presídios do Norte do país. Mas foi também nas *muralhas* onde ocorreu o Massacre do Carandiru, em 1992, marco lembrado nas narrativas de fundação do PCC. E é nas *muralhas* que vão parar centenas de milhares de pessoas que talvez não tenham que estar lá, ou pelo menos não da maneira como estão. Hoje, cerca de 210 mil pessoas que habitam as *muralhas* estão em estado provisório²⁸.

As *muralhas* albergam uma parte do *mundo do crime*. E o *mundo do crime* captura parte da *comunidade*, e ao mesmo tempo a cuida, lhe proporciona serviços, lhe proporciona uma forma de *paz*. O Estado é demonizado no discurso do crime: é o opressor, encarnação do Mal. O Estado envia seus *robôs de preto* para as prisões e seu *braço armado opressor*, a polícia, à *comunidade*. E a *comunidade* tem que desenvolver formas de conseguir uma convivência pacífica com o crime e com seu *proceder*. O proibido que representa o crime faz tudo isso circular.

Cada um desses processos, cada uma das regiões do mapa, merece análise em profundidade. Como disse na introdução, descanso meu olhar sobre *representar o crime* como ação e como prática de um coletivo que ocorre no plano das tentativas sociais, de uma perspectiva que procura compreender as interações comunicativas que *representar* possibilita para além da tentativa do indivíduo. Não se trata, então, de constatar que os conteúdos sejam em ocasiões apologéticos, declarem guerra contra o governo e contra a polícia, ou que algum MC ou o gênero musical sirvam ao crime. Importa que esses conteúdos trazem em si, através do dissenso, uma luta por reconfiguração social. Importa que esses conteúdos produzam nós na garganta e no estômago sinalizando uma vontade de redescritção, de recuperação de uma subjetividade mais livre e segura.

Vejamos então como podem ser concebidos os elementos centrais para poder situar o sujeito do crime e a ação de representar no proibido.

²⁸ A política de encarceramento massivo é um dos principais fatores relacionados ao surgimento e consolidação de comandos no meio carcerário, vinculado à superlotação e ao endurecimento da ação policial. Entre 1999 e 2014, o número de pessoas encarceradas no Brasil triplicou. O total de encarceramentos em 2015 chegou a 607.373 detentos (90.000 detentos em 1990), sendo 584.361 detentos em 2016. O equivalente a 36% desse total encontra-se em detenção provisória, o que significa que 212.178 casos não foram julgados. O custo da política de segurança pública somando-se a União, estados e municípios totaliza 76,3 bilhões de reais, apresentando um crescimento de 62% entre 2002 e 2015. Apesar do encarceramento massivo, o número de crimes violentos e de homicídios no país aumentou entre 1999 e 2014 (FBSP, 2016, p.9).

3.2.1. O mundo do crime

A palavra crime, conforme é usada no proibido, não se refere necessariamente às atividades ilícitas tipificadas no Código Penal. De uma forma ampla, a palavra adquire nos contextos associados ao *mundo do crime* conotações muito mais abrangentes (BIONDI; MARQUES, 2010; FELTRAN, 2011) do que a definição das atividades imputáveis e reconhecidas como criminais. A palavra crime expressa ao mesmo tempo movimento e uma metodologia de vida, que inclui as dimensões subjetiva, econômica, social e política do indivíduo. Na música, a palavra é usada principalmente para designar o mundo social e a voz do crime, descrevendo a forma de vida à que o indivíduo pode ser arrastado ou à que ele se une para se estruturar, para se fortalecer, para realizar sonhos.

Em etnografia realizada em Sapopemba, bairro da região periférica de São Paulo, Feltran (2008; 2011) empregou a expressão *mundo do crime* emprestada do uso nativo entre jovens da periferia para fazer referência ao "conjunto de códigos e sociabilidades em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos e furtos" (FELTRAN, 2008, p. 31). Essa formulação serve-nos para fazer referência ao *mundo do crime* incorporando sua dimensão simbólica de mundo imerso em materialidades e tensões cotidianas, destacando o aspecto referente aos códigos e formas de sociabilidade possíveis que se apresentam desde cedo às crianças e jovens brasileiros. Serve-nos também para pensar nas forças de sociabilidade e relações de poder, mas também nas conexões pautadas pela necessidade de segurança, afiliação, proteção (para uma distinção entre sociabilidade e conexão, ver DEPUE; MORRONE-STRUPINSKY, 2005²⁹, apud GILBERT, 2015).

Como mundo simbólico, Feltran (2011) situa o *mundo do crime* a um dos lados das fronteiras entre o mundo do trabalho inscrito na legalidade e o mundo dos negócios ilícitos. A fronteira entre esses mundos é uma fronteira de tensionamentos contínuos que Feltran descreve em termos comunicativos. Toda fronteira, diz, implica comunicação entre as regiões por ela separadas. Nas periferias, Feltran observa no *mundo do crime* um movimento de expansão simbólica, que não diz respeito unicamente ao aumento de delitos, mas a lutas por legitimação. O *mundo do crime* se constitui, assim, a partir de movimentos exógenos marcado pela figuração de classes perigosas, muito próximas da sujeição criminal dirigidos a certas parcelas da população (ver também MISSE, 2010), e a partir de movimentos endógenos de busca de legitimidade. A ideia de fronteira preserva a ideia de atravessamentos e fluxos.

²⁹ DEPUE, R.A.; MORRONE-STRUPINSKY, J.V. A neurobehavioral model of affiliative bonding, *Behavioral and Brain Sciences*, vol. 28, p. 315-395, 2005.

Preserva também a noção de conflito, que permanece latente quando a linha de fronteira permanece estável, mas que pode se tornar violento quando a linha é objeto de disputa efetiva (FELTRAN, 2011, p. 336).

A palavra crime é usada nas músicas não para fazer referência ao delito, mas para nomear uma forma de sobrevivência e uma força que arrasta o indivíduo. Como forma de sobrevivência, o crime é exaltado no proibido como o lugar de união, de reestruturação, de empoderamento, de segurança e proteção. É o lugar onde estão a amizade, a lealdade e a irmandade de uma família. Não é a família de sangue, mas é uma família que fica *tatuada no peito e no coração*. Não há menções a outras conexões na vida do sujeito. A única figura que conecta o sujeito do *mundo do crime* à vida anterior mencionada nas músicas é a mãe, evocada em músicas que desencorajam os jovens a ingressar no crime, mas não nas que o exaltam. Nas músicas que exaltam o crime, a ruptura do sujeito com as redes sociais legítimas (dentro da lei e frequentemente associadas ao mundo do trabalho) já está instalada. No crime estão os *irmãos*, os *primos*, as *crias*, e os inimigos³⁰. Está também a dor das perdas de *reliquias*, pessoas queridas que perderam a vida no crime.

³⁰ No vocabulário do PCC, irmãos são os membros batizados. Primos são aqueles que são aceitos para a convivência mas não são membros batizados, filiados. Nas músicas, as crias são aspirantes para o mundo do crime, que apresentam moral compatível com o proceder e que podem se desenvolver como bandidos. Os inimigos são todos aqueles que são oposição: rivais, delatores, agentes de segurança e do sistema.

Figura 7 – Detalhe da região Mundo do crime no mapa situacional

A ideia teórica de *mundo do crime* pode ser compreendida a partir da ideia de mundos sociais constituídos como universos discursivos, desenvolvida inicialmente por Mead (1938) e entendida como principal mecanismo de construção da vida social. Para os teóricos herdeiros do Interacionismo Simbólico e das Teorias Ecológicas da Escola de Chicago, os mundos sociais geram perspectivas compartilhadas que estabelecem as bases para a ação coletiva, e as identidades, individuais e grupais, são construídas com base em compromissos assumidos com mundos e arenas sociais (CLARKE, 2005). O compromisso pode ser considerado uma combinação de construção identitária e predisposição para agir (STRAUSS et al, 1964; STRAUSS, 1978). Este aspecto está diretamente conectado à descrição do sujeito do crime como *disposição*.

O *mundo do crime* se constitui como mundo social a partir do movimento que atravessa vidas e territórios. A ideia de movimento para descrever o crime foi registrada por Marques (2009) em mapeamento realizado sobre os usos da palavra crime entre presos no sistema prisional paulista. Marques identificou que seus interlocutores usavam a palavra crime para expressar algo em movimento, que não possui delimitação temporal e nem demarcação espacial. O crime é percebido como anterior ao indivíduo e como uma corrente que atravessa as vidas e territórios. É por isso que é possível entrar no crime e nele seguir uma *caminhada*, porque o crime já existia antes do indivíduo chegar e move-se por territórios seguindo o mover dos “ladrões”. E também o mover da guerra, narrada nas músicas, visível em momentos de crise em que a guerra do tráfico é destaque na mídia ao ganhar intensidade e relevância social³¹.

A expressão “estar no movimento” como sinônimo de “estar no crime” é usada nas periferias de São Paulo não somente por quem está nesse caminho, mas também por quem observa de fora, ao lado ou em cruzamentos. Negociações locais cotidianas tentam incidir sobre as direções que o movimento pode seguir, tentando impedir seu atravessamento. Em comunicação pessoal, um professor de capoeira que dá aulas em uma comunidade na periferia de São Paulo me contou como tem que pedir aos jovens que “estão no movimento” para levarem sua mercadoria para outro ponto um pouco mais distante e assim não atravessar o espaço dedicado ao esporte e as vidas dos que estão lá treinando. A ideia de movimento está implícita também nas referências que os presos em cadeias do PCC fazem ao Comando, conforme registrado por Biondi, que descreve o PCC em si mesmo como um movimento.

Na música, a ideia de movimento faz parte do código linguístico, do vocabulário associado ao crime. Nas comunidades, o movimento do crime que *representa* se dirige para atender necessidades na guerra pela *paz, justiça e dignidade*:

*nossa união é à vera, pode acreditar
se eles precisar (sic) nós vai daqui prá La
da mesma forma prossegue
se a gente precisa aqui eles vêm de lá prá cá
(SÓ FALCÃO na contenção)*

³¹ No momento em que escrevo este texto o país é atravessado pela guerra entre comandos criminais no sistema prisional, com estopim no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj) em Manaus, mas que reflete uma guerra do tráfico e dos comandos no território brasileiro.

Além de não ter uma delimitação espaço-temporal, a ideia de crime mapeada por Marques (2009) entre detentos apresenta uma terceira característica: o crime conecta e desconecta:

“Com efeito, o “crime” não se define, fundamentalmente, pela distinção entre aqueles que cometeram infrações penais e aqueles que não cometeram. Antes, trata-se de um “movimento” que efetua considerações acerca das “caminhadas” de “ladrões” e de outros – “trabalhadores”, policiais, estupradores, “justiceiros” -, definindo quem são os “aliados” e quem são os “inimigos”. Nisso, fundamentalmente, consiste o “crime””. (MARQUES, 2009, p. 94)

A função de conexão-desconexão que o crime desempenha é observável na referência que se faz aos casos limítrofes. Entre os exemplos assinalados por Marques, estão o estuprador, que não pode ser considerado “do crime”, nem os policiais, e também as pessoas que, sem se envolver em atividades ilícitas, mostram consideração com os bandidos e ladrões, sentando-se à mesma mesa, ajudando algum membro de sua família ou visitando o colega na cadeia. É possível, assim, *correr com o crime* sem efetivamente fazer parte do *movimento*, sem cometer delitos. No trecho abaixo, fica claro que é preciso ser amigo:

*tem que ser assim, sabe por quê?
porque se não for amigo você se complica
tu tá ligado qual é (nomes dos MCs), tá ligado,
é nós na fita
(JUIZ liberte o réu)*

Este é um aspecto especialmente importante em minha pesquisa, já que reivindicar para si o lugar da voz do crime na música mistura atores e personagens em uma prática que incide sobre a constituição das relações sociais. *Representar o crime* é uma expressão possível de *correr com o crime*, que permite estar lado a lado ou até mesmo celebrar o crime como guardião de valores em pró da vida em comunidade. No trecho a seguir, a voz do *primo*³² leal (e portanto, *de proceder*) faz o mal que vem para bem, que não é apologia, é rap real:

*Males que vêm pro bem, não é apologia, é rap real
Nada disso me importa, eu sou ódio e amor, eu sou primo leal
É melhor tú pensar, raciocinar, e não ter conflito
Mas se tú der um milho, tu vai é cavar seu próprio abismo (sic)
(O RETORNO é cruel)*

³² *Primos*, no vocabulário usado pelo PCC, são presos que residem no espaço do *convívio* de cadeias comandadas pelo PCC, mas que não são seus membros *batizados* (BIONDI, 2010, p. 243).

Retomando a questão do crime como movimento, no interior dos centros prisionais o conceito adquire um uso ainda mais específico. A partir das percepções espaciais e temporais mencionadas pelos presos, Marques (2009) observa que a palavra crime é usada para fazer referência a um movimento e fluxo que conecta e desconecta aquilo que se diz de alguém (*ter proceder*) daquilo que é visível (habitar o convívio ou o seguro nas prisões). Essa divisão se extrapola para a criação de conjuntos de aliados e inimigos (MARQUES, 2009). Isto sinaliza um uso local que estabelece um sistema complexo de categorizações que nas prisões está associado ao *proceder* prisional, e que nas ruas associa-se a uma extensão de um *proceder* para o *mundo do crime*.

Vejamos como o *proceder* opera como um sistema classificatório que determina quem pode conviver no *mundo do crime* ou *correr* com ele lado a lado, não apenas no contexto prisional, mas também nas ruas.

3.2.2. O certo pelo certo

O *proceder* do crime é cantado amplamente no rap e no funk da periferia que retratam o *mundo do crime*, nomeado também como *o certo*, *o certo pelo certo*, *papo reto*, *o errado que faz o certo*, ou *o lado certo da vida errada*. Agir *pelo certo* permite o enquadramento dos indivíduos que transitam no universo de sociabilidade do *mundo do crime*, estabelecendo uma forma de agir e de estar em relação aos iguais. O *proceder* pode ser compreendido como uma ética e um código de conduta que estabelece divisões entre quem *tem proceder* e quem não o tem.

Representar o crime na música tem a ver com o *proceder*. Fazer sempre o *certo* implica *representar* em qualquer circunstância, o que significa que quem *representa*, ou seja, quem assume e exerce o compromisso, é capaz de agir *pelo certo* e proteger-se contra a invasão do inimigo. O *papo que é reto* invade a mente, e invade para fortalecer. E a mente é um bem valioso, pois a mente, diferentemente do corpo, não pode ser aprisionada. Mas é preciso blindá-la, protegê-la da invasão do Outro, da *oposição*. E quem não *corre com o crime* é *oposição*. No proibido, o *proceder* cantado está também associado ao PCC, que emerge como responsável pela ordem nas periferias e como conexão entre os pedaços do *mundo do crime* nas ruas e nas prisões:

*E salve, salve, ladrão
esse funk eu vou começar
como sempre envolvido pro certo (sic)
e mando bolado vamos expressar
só pros irmão
que representam em qualquer missão
todos regem do crime maluco
prá oposição aqui não tem perdão
(E O partido falou)*

O segmento das músicas que analisei sinaliza de maneira significativa o diálogo entre interlocutores dentro e fora do sistema prisional, mostrando a comunicação que conecta partes do *mundo do crime* separadas pelos muros das *muralhas*, indicando a fonte do código ético normativo que se instala nas periferias. Os MCs são vozes. Em certas ocasiões, a voz pode narrar em primeira pessoa, testemunha direta da experiência de encarceramento e do ingresso no crime. Os rappers Dexter e Kaskão são exemplos disso. Em outros casos os MCs são vozes nas quais ator e personagem se confundem, testemunhas diretas das urdiduras em que o crime está instalado no tecido social, vozes que *representam* na missão de elevar a voz do crime para o próprio *mundo do crime*, mas também para o espaço público.

O *proceder* prisional, registrado por Ramalho (2008) já na década de 1970, foi descrito por Marques como “uma enunciação que orienta uma parte significativa das experiências cotidianas” (MARQUES, 2010, p. 315) nos presídios e que estabelece um regime político singular com divisões entre os presos que possuem os atributos necessários para viver no espaço de convívio, e os que devem ser exilados no espaço seguro ou morrer por decisão deliberada de acordo com regras éticas e de disciplina. O *proceder* prisional é anterior ao surgimento de organizações ou formações, como o PCC, por exemplo, e estabelece no interior das prisões uma divisão moral, uma divisão populacional e uma divisão espacial (MARQUES, 2007).

Tomando como base teórica a sociologia do conhecimento de Durkheim (DURKHEIM; MAUSS, 1981³³, apud MARQUES, 2007), Marques formula a partir de registros etnográficos em presídios uma teoria sobre o *proceder* prisional que o define como um sistema classificatório que:

³³ DURKHEIM, Émile & MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação. In: MAUSS, Marcel. **Ensaio de sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 1981, p. 399-455.

(...) ordena hierarquicamente o mundo prisional em diferentes espaços, tempos, grupos etc., separados nitidamente por linhas demarcatórias que são do conhecimento de todos aqueles pertencentes a esta população.
(MARQUES, 2007, p. 1).

A partir de entrevistas e conversas com ex-presidiários, presidiários e seus familiares, e da análise de letras de rap, Marques observa que os acordos e regras formulados no *proceder* prisional mudaram ao longo do tempo, mas conservaram sua capacidade para organizar a experiência cotidiana dos presos e a divisão do espaço nas prisões, estendendo-se também para as ruas. Em condições de encarceramento, regras de convívio rígidas nas quais o bem coletivo é situado acima do bem individual estabelecem os procedimentos que acabam por determinar a possibilidade de permanecer no convívio.

O registro anotado por Marques (2007) sobre condições de encarceramento na segunda metade da década de 1970, quando as celas não dispunham de água potável, sinaliza que uma das condições para permanecer no convívio (e sobreviver) era conseguir se adaptar às exigências da coletividade, o que implicava anular, para o bem comum, as próprias necessidades fisiológicas. A água distribuída por um carcereiro por sua própria conta ao terminar seu turno era armazenada na latrina limpa tampada com uma bola de meia. Somente quando a água tivesse sido totalmente consumida ao anoitecer é que os presos podiam urinar e defecar. A “disposição para permanecer na bola de meia” era naquele então uma das condições para “ter proceder” (MARQUES, 2007; p. 5).

O ideal de autocontrole como medida para quem está em dificuldades foi localizado por Feltran (2013) também na música, e registrado em seu trabalho etnográfico em campo. Blindar a mente, tantas vezes cantada no proibido, é uma estratégia de convivência e de sobrevivência, tanto física quanto psicológica. A mente blindada é mencionada também por Marques (2007), Biondi (2010), entre outros pesquisadores que abordaram o mundo prisional. A música tem encomendada essa função: invadir a mente para fortalecer, como já mencionei anteriormente, principalmente se envia o *papo reto*, que em si mesmo é suficientemente poderoso para invadir a mente.

é o rap das três letras³⁴ invadindo sua mente para fortalecer
(O RETORNO é cruel).

A divisão que o *proceder* estabelece nas prisões cria o espaço de *convívio*, entendido como espaço habilitado por aqueles que se consideram cumpridores do *proceder*

³⁴ As três letras correspondem a PCC, Primeiro Comando da Capital.

(MARQUES, 2007). Quem não tem *proceder* não pode permanecer no *convívio*. Configura-se então um espaço pertencente aos que denominam a si mesmos “ladrões” e “bandidos”, um espaço:

(...) investido de sacralidade, onde a honra de cada indivíduo que ali habita é constantemente provada, ou, dito de outra forma, onde a opinião pública está, a todo instante, julgando as ações de cada indivíduo (MARQUES, 2007, p. 3)

O lugar oposto ao *convívio* no interior das prisões é o *seguro*, uma espécie de esconderijo, como descreve Marques, criado pela administração penitenciária para albergar os presos que não podem ir para o *convívio* quando ingressam na prisão ou que, por quebrar as regras do *proceder*, não podem permanecer no *convívio*. A ascensão do PCC ao domínio da maioria das cadeias do estado de São Paulo é acompanhada pelo aumento da população prisional enviada ao *seguro* (MARQUES, 2007). É por isso que aparentar *disposição* e um histórico adequado no crime é tão importante no momento em que o indivíduo é preso, pois o que se pode dizer sobre sua história no crime, pode significar o envio ao *seguro*, sendo que os que habitam o *seguro* são candidatos a serem usados como reféns ou executados em rebeliões, por exemplo. Na iminência da captura, contabilizar mortes pode contribuir para a construção da *disposição* e do *proceder* (informação pessoal)³⁵.

A divisão moral gerada pelo *proceder* prisional estabelece a divisão entre quem tem *proceder* e quem não o tem. Marques menciona como exemplos os atributos “ser pedreira”, “ter atitude”, “ser cabuloso”, “ser sujeito homem”. Esses atributos morais geram uma divisão populacional entre os “ladrão”, os “cabuloso”, e os “safados”, “pilantras”, “caguetas” (MARQUES, 2009). A terceira divisão derivada do *proceder*, a divisão espacial, é “efetivada por meio de debates” (MARQUES, 2010, p. 316) que deliberam sobre a permanência no *convívio* ou *seguro*, podendo também gerar a condena de morte.

No proibido que *representa* o crime, atributos como *ser sangue bom*, *ser braço fiel*, *ser humano verdadeiro*, *ser disposição*, *ser pureza de alma e de coração* são utilizados como características de quem é do crime e do Comando. Esses atributos, valorizados no *mundo do crime*, possibilitam também formas de agir ao lado do crime sem se implicar em delitos. As divisões produzidas pelo *proceder* prisional encontram correlatos no espaço estético do proibido como divisões também no *mundo do crime*. Atributos morais associados à

³⁵ Durante minha participação na disciplina Humilhação Social - Alguns Elementos para o Exame Psicológico de um Sofrimento Político (Instituto de Psicologia - Universidade de São Paulo): PST5802-4/1, colegas que residiam na periferia de São Paulo contavam sobre como o conhecimento que circula sobre o *proceder* prisional pode conduzir à atuação violenta no ato da captura e prisão para garantir o envio para o *convívio*.

disposição possibilitam a aceitação no *mundo do crime* (e no Comando), criando-se uma distinção entre os *sangue bom*, os *disposição* e os inimigos (*vermes, coisas, talaricos*).

Nas ruas, o debate do *proceder* encontra expressão nos tribunais do crime, identificados como fator explicativo para a redução da taxa de homicídios nas periferias de São Paulo (FELTRAN, 2010). A proibição de acertos de contas e de matar sem o consentimento dos tribunais do crime está relacionada a um novo ordenamento imposto pela presença do PCC nas periferias. A morte só se decide em debates coletivos, legitimados por instâncias (tribunais) compostos por pessoas respeitáveis e respeitadas no *mundo do crime*.

Podemos observar que o *proceder* entranha uma expectativa sobre o olhar do outro, sobre o escrutínio do olho público. As condutas pautadas pelo *proceder* devem, portanto comunicar a adesão ao conjunto de regras, o cumprimento de um compromisso, o posicionamento público que permitam que o sujeito seja definido como indivíduo de *proceder*. Daí que a honra nesse contexto possa ser compreendida como cumprimento dos compromissos, conduta digna e preservação do próprio nome. A demonstração do *proceder* requer uma posição reflexiva e consciente de um olho público, sob uma tripla contingência nos modos de uma teoria dos públicos (ver DEWEY, 1927).

As regras do *proceder* prisional mudaram ao longo do tempo e, com o domínio conquistado pelo PCC nas prisões paulistas, traduziram-se em duas ordens principais: a paz no *convívio*, o que significava a proibição de acertos de contas e assassinatos sem a autorização dos *irmãos*, e a obrigação de todos no propósito comum de “quebrar a cadeia” (fugas) e “bater de frente com a polícia” (MARQUES, 2007). Esses dois projetos, registrados por Biondi como “paz entre os ladrões” e “guerra contra os polícia” (sic) (BIONDI, 2010), dão sentido à existência do PCC nas prisões.

O *proceder* prisional é hoje o *proceder* do PCC, que domina as prisões do estado de São Paulo e que, junto ao Comando Vermelho, exerce domínio na maior parte do sistema prisional do país. O *proceder* circula pelo *mundo do crime* conectando as *muralhas* ao *crime* nas ruas através da *disposição* para *representar*, para fazer valer o compromisso com o crime e, mais especificamente, com o PCC. O PCC, assim como outros comandos criminais no Brasil, surgiu no sistema carcerário.

As mazelas do sistema carcerário no Brasil são bem conhecidas: superlotação das unidades prisionais, higiene e saúde precárias, morosidade do sistema judicial (uma grande porcentagem dos presos estão em condição provisória, sem julgamento), incumprimento da

Lei de Execução Penal, maus tratos aos detentos, tratamento vexatório para as visitas dos presos, violência entre os internos (SILVEIRA, 2007). O PCC nasce no interior das *muralhas*, assim como o Comando Vermelho e outras facções, como uma forma de defesa, uma maneira de se proteger, como uma metodologia de vida e de sobrevivência.

Para Biondi, é justamente por isso, por ser mais uma ideia do que uma estrutura, que o PCC pode acontecer sem que exija necessariamente um vínculo com as pessoas (FAGUNDEZ, BBC Brasil, 08/01/2017), como um “comando sem comando” (BIONDI, 2010). A *disposição* para agir por e para o PCC, por e para o crime, é central para a manutenção do PCC como movimento. Essa *disposição* para agir é potencializada pelo princípio de Igualdade que rege o PCC, e pela ideia de união.

*transparente que nem água
que não se mistura ao óleo
porque nós somos guerreiros
e prá fechar com nós
você tem que se mostrar que é digno,
braço fiel, humano verdadeiro
pureza de alma e de coração
(FALCÃO na contenção)*

Lealdade, humildade e *proceder*. A união dos irmãos, braço fiel, humano verdadeiro. Sujeitos em Igualdade, unidos pela lealdade e pelo *proceder*. Irmandade de fé, na pureza, fé na proteção de Deus e do Comando. A seção seguinte trata da presença do PCC no espaço público.

3.2.3. Da caverna para a geral: paz, justiça, liberdade, igualdade e união

O trecho de uma carta atribuída ao PCC, escrita e enviada em 1997 para a jornalista Fátima Souza pelos então líderes Cesinha e Geléia (SOUZA, 2007, p. 23), foi incluído na introdução feita no *salve* que abre algumas versões editadas da música “E o partido falou”, disponível no YouTube em diferentes canais como uma das faixas do disco “Não há vitória sem luta”, dos MCs Claudio e Ratinho. A gravação original é anterior ao lançamento do YouTube em 2005 e essa faixa circula editada no YouTube também como Hino do PCC:

*Aqui quem fala é o crime. Somos representantes de um comportamento
carcerário bem diferente, aonde irmão ajuda irmão, nunca deixando cair sobre
(sic) o peso da opressão. E a nossa palavra é verdade, dignidade, lealdade, paz,
justiça e liberdade.
(E O PARTIDO falou³⁶)*

Figura 8 –Capa do disco Não há vitória sem luta, obtida de captura de tela no YouTube

O Primeiro Comando da Capital (PCC), também cantado no proibido como Partido, 1533 ou “as três letras” surgiu no início da década de 1990 para fazer frente ao poder público e à administração prisional, mas também para regular a violência entre os detentos. Naquele então, o *Partido*, como era comumente chamado, reivindicava a reação a qualquer forma de opressão, fosse do *sistema* contra os presos ou dos próprios presos, uns contra os outros.

Embora o PCC em si não seja aqui objeto de análise, ocupa um lugar importante no mapa situacional no qual a ação *representar o crime* está enraizada. Procuro situá-lo nesta discussão como ponte entre o mundo prisional e o *mundo do crime* externo às *muralhas*, como instância normativa e lugar de constituição do sujeito do crime. Sua trajetória se inicia nos centros prisionais paulistas em condições de encarceramento precárias, para desenvolver-

³⁶ Esta faixa existe em diferentes versões no YouTube, sob os títulos Hino do PCC e E o partido falou. Correspondem à mesma gravação. Há também outras versões da mesma música ao vivo também sem a introdução com *salve* no qual o trecho da carta dos líderes do PCC foi incluído.

se ao longo do tempo no contexto das políticas de segurança baseadas no encarceramento massivo, fortalecendo-se e estendendo-se para fora das prisões, onde atualmente situa-se como instância de poder legitimada.

Ainda que não seja possível afirmar com precisão a data e as circunstâncias nas quais o PCC surgiu, existe uma versão amplamente aceita que situa sua fundação em 1993, no Anexo da Casa de Custódia de Taubaté (130 km de SP), o Piranhão, à época tida como a prisão mais segura do estado. A narrativa de fundação comumente aceita e amplamente divulgada pela imprensa localiza o surgimento do PCC em 31 de agosto de 1993 durante um jogo de futebol entre o Comando Caipira e o Primeiro Comando da Capital, no Anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté³⁷.

A história narrada conta que a briga entre os grupos terminou com a morte de dois membros do Comando Caipira e que, para proteger-se dos castigos que viriam dos funcionários da instituição, os jogadores do PCC firmaram um pacto segundo o qual todos reagiriam caso algum deles fosse punido (BARROS, 2006³⁸ apud BIONDI, 2010, p. 70). Com apoio de outros presos, Mizael, um dos fundadores, redigiu o estatuto no qual manifestavam a intenção de se organizar para se protegerem dos maus tratos que diziam sofrer no sistema penitenciário e regular as relações entre os detentos.

O nó que cobre o posicionamento público do PCC foi situado no mapa fora das *muralhas* e fora do *mundo do crime* porque recolhe as ações que possibilitaram que se tornasse público, dando visibilidade às suas demandas no espaço público. A existência do PCC na esfera de visibilidade pública é um fator importante para sua configuração como ponte entre o *mundo do crime* nas *muralhas* e no *mundão*, e também para a circulação de discursos sobre o PCC na sociedade.

A legitimação do PCC nos centros prisionais foi conquistada a partir de uma política de contenção da violência entre os detentos. Ações como estupro entre presos e assassinatos considerados injustos foram proibidas. Posteriormente, outras normas foram adicionadas, como a proibição do consumo de crack ou o uso de palavrões. O posicionamento do PCC como interlocutor entre os presos e a administração se consolida a partir do momento em que a disciplina imposta nas unidades prisionais pelo PCC mostrou funcionar (FELTRAN, 2013).

³⁷ Biondi registrou a existência de narrativas alternativas, uma situando o surgimento do PCC em 1989 na Casa de Detenção do Carandiru; outra em 1991 em Araraquara, a partir dos grupos Serpente Negra ou Guerreiros de David; e em 1993, durante um jogo de futebol em Taubaté (BIONDI, 2010).

³⁸ BARROS, João de. A construção do PCC. **Caros Amigos**, São Paulo, edição extra, ano X, n. 28, p. 3-13, 2006.

O símbolo oriental yin-yang, que representa forças opostas e complementares, era utilizado inicialmente junto com o lema Paz, Justiça e Liberdade em meio a narrativas que remetiam à luta dos oprimidos contra os opressores, fruto de injustiças, miséria e violência. Nos documentos que analisei em minha pesquisa, a união entre *irmãos* é apresentada como meio para superar essa condição, como forma de sobreviver na adversidade. O trecho abaixo, retirado de uma carta escrita em 1997 exemplifica esse aspecto:

Nascemos num momento de opressão em um campo de concentração, sobrevivemos através de uma união, a semente foi plantada no asfalto, no cimento, foi regada a sangue, a sofrimento, ela gerou vida, floresceu, e hoje se tornou o "braço forte" que luta a favor de todos oprimidos que são massacrados, por um sistema covarde, capitalista e corrupto, um sistema que só visa massacrar o mais fraco (SOUZA, 2007, p. 23).

Desde sua fundação no início da década de 1990, o PCC vem buscando formas de se comunicar com mundo externo às muralhas, sendo que sua comunicação passou por diferentes momentos. No início da década de 2000, o uso da violência para obter publicidade foi central para o estabelecimento de uma comunicação com o mundo externo aos muros das prisões. A megarrebelião de 2001 foi o primeiro acontecimento de impacto. Embora parte de suas dimensões possa ter sido resultado de efeitos de contágio, a organização de rebeliões simultâneas em todo o sistema prisional e por todo o território nacional estava anunciada no Estatuto de 1993:

16. Partindo do Comando Central da Capital do KG do Estado, as diretrizes de ações organizadas simultâneas em todos os estabelecimentos penais do Estado, numa guerra sem trégua, sem fronteira, até a vitória final. (ESTATUTO do PCC, 1993)

A rebelião de 2001 conferiu ao PCC notoriedade, o que teve como consequência o endurecimento da resposta repressiva por parte do Estado, que deu lugar à criação do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) no marco da Lei de Execução Penal (Lei 10.792 de 1 de dezembro de 2003). Por outro lado, os acontecimentos de 2001 finalmente levaram o PCC à esfera pública, inaugurando uma etapa de publicização. As ações atribuídas ao PCC assumiram naquele então um formato próprio do terrorismo político, com colocação de bombas em lugares públicos e notas assumindo a autoria dos ataques³⁹. No Estatuto, o PCC

³⁹ Durante o início da década de 2000 vários atentados foram atribuídos ao PCC, incluindo o uso de explosivos em edifícios públicos, como ocorreu no prédio da Receita Federal no centro de São Paulo ou o prédio da Secretaria da Administração Penitenciária, alvo de três ataques consecutivos em fevereiro de 2002.

descrevia-se como o *braço armado* que revolucionaria o país de dentro das prisões, o *terror dos poderosos* (ESTATUTO, 1993).

Os ataques de 2006 representam o auge no uso de estratégias e táticas violentas, que culminaram com o pronunciamento público de um porta-voz do PCC em cadeia nacional de televisão viabilizado pelo sequestro e ameaça contra a vida de um repórter da Rede Globo. O PCC não é uma organização terrorista. Nem sequer pode-se dizer com clareza que se trate de uma organização: a literatura sobre o PCC aponta para concepções que destacam sua característica fluida, concebendo-o como uma formação, ou também como um movimento (BIONDI, 2013).

A violência é apenas uma das expressões do PCC, que conquistou legitimidade dentro e fora das prisões através do refreamento de ações indesejadas de atores externos, o que fora das prisões se expressa nos tribunais do crime. Contudo, é a violência, sem dúvida, o que lhe confere visibilidade, principalmente em momentos de crise, como a megarrebelião de 2001 e os ataques de 2006 em São Paulo. A *cartilha*, nome dado ao *salve geral* pronunciado em novembro de 2006 depois dos ataques em São Paulo⁴⁰, pretende ser “um salto em busca de águas mais tranquilas” (BIONDI, 2010, p. 150), e mostra consciência do desejo de busca de mecanismos para obter visibilidade:

Como fazer para lutar e superarmos (sic) nossas dificuldades e conquistarmos nossos direitos como presos? Usando as mesmas armas que eles usam contra nós, a propaganda da divulgação, a mídia. Vamos maciçamente nos expressar à Sociedade e mostrar esse lado esquecido e cenário de tantas injustiças e violência.
(BIONDI, 2010. P. 152)

A busca de legitimidade é apontada por Feltran (2011) como a primeira dimensão na expansão do *mundo do crime* como mundo simbólico. Na esfera pública, contudo, essas vozes de legitimação ganham visibilidade apenas em circunstâncias limitadas, quando pela intensidade ou especificidade dos fatos adentram o *mainstream*. Uma dessas circunstâncias deu-se em 2006 durante os ataques do PCC em São Paulo, demonstrando a conectividade entre mundos sociais nas ruas e nas prisões.

⁴⁰ Biondi analisou parte da *cartilha* em seu trabalho etnográfico sobre o PCC no sistema prisional. O documento da *cartilha* é de acesso público no sistema prisional, já que ao constituir um *salve geral* está destinado a toda a população carcerária. A autora qualifica a *cartilha* como uma reflexão e ao mesmo tempo de um documento informativo e educativo (BIONDI, 2010, p. 149-152).

Figura 9 – Vídeo do comunicado do PCC veiculado em 2006 pelo Plantão da Globo, obtida do vídeo que circula no YouTube

As ondas de ataques culminaram em agosto de 2006 com a veiculação de um comunicado do PCC em cadeia nacional de televisão, assumindo publicamente uma identidade associada ao crime em representação de um coletivo amplo, reivindicando o cumprimento da Lei de Execução Penal (Lei 7.210) e posicionando-se frente à polícia e ao governo do estado de São Paulo (FSP, 13/08/2006; COMUNICADO do PCC (clipe)). Os acontecimentos sinalizaram que a violência, apesar de manifestar o fim do diálogo, é também um ponto de inflexão para novas aberturas para a comunicação (SCHOLLHAMMER, 2013). Os ataques de 2006 mostraram que as *muralhas* não separavam o *mundo do crime*, que estava conectado nas ruas e nos presídios pelo PCC. E abriram, na esfera pública, debates em torno da segurança pública, das políticas de encarceramento, do trato que se dá ao encarcerado no Brasil, da morosidade e da desigualdade da Justiça.

As expressões variadas em torno da defesa do cumprimento digno da pena, envolvendo denúncias sobre as mazelas do sistema prisional e injustiças no sistema judicial, vêm ganhando visibilidade desde o final da década de 1990 (SALLA, 2006), com ponto de inflexão na megarrebelião de 2001. Em 2006, a continuidade entre os mundos interno e externo aos muros das prisões tornou-se evidente, e assumir publicamente a identidade do *crime* ganhou uma expressão sem precedentes. As rebeliões prisionais, as megarrebeliões e os ataques constituem um contínuo nas tentativas interacionais do coletivo carcerário no espaço público.

*A guerra ia começar
 porque o acordo não quiseram aceitar
 então resolveram assim
 todos os presídios vão se levantar
 porque a família é unida
 é todos por um numa grande união
 sempre representando onde esteja
 nunca deixando o crime na mão
 (E O partido falou)*

O mundo prisional é um mundo confinado, mas não isolado. O subnó *Comunicação* no nó *Muralhas* recolhe diferentes formatos e dispositivos acionados no interior do sistema prisional para a comunicação entre os detentos e também para a comunicação com o mundo fora das *muralhas*. A camuflagem necessária para a existência possível desses dispositivos e o caráter violento de alguns formatos, como as rebeliões massivas anunciadas já no estatuto redigido em 1993, muito antes da rebelião de 2001, desenvolvem-se no contexto de rigidez próprio das instituições prisionais.

Figura 10 – Mapa de dispositivos de comunicação acionados nas *muralhas*

Os meios e dispositivos acionados para a comunicação pelas *muralhas* constituem-se em tentativas. Alguns permanecem em uso porque oferecem bons resultados. Outros são abandonados porque já não são tão eficazes, seja porque já cumpriram sua função ou porque não chegaram a ser funcionais. Os suplícios, por exemplo, foram amplamente utilizados no período inicial de consolidação do PCC, entre sua fundação e as rebeliões de 2001. Apesar de terem caído em desuso, as decapitações e mutilações podem ser reativadas como dispositivo em situações de crise, como ocorreu na guerra entre PCC e Comando Vermelho, iniciada em 2015 (ALESSI, EL PAÍS, 21/10/2016).

O aspecto comunicacional das ações violentas com fins políticos é discutido na literatura sobre o terrorismo. O uso do terror como tática ou estratégia não configura uma organização como terrorista. Para Jackson (2009), existe uma dimensão comunicacional na violência com fins políticos que não pode ser confundida com a obtenção de publicidade para atingir fins específicos. É a comunicação com seus públicos (e não apenas publicidade), diz, o que caracteriza o formato terrorista como expressão de violência política. Atores sem penetração social podem buscar publicidade para chegar aos seus públicos. Este é o caso quando o PCC conquista a veiculação de seu comunicado em 2006 durante o sequestro do repórter Guilherme Portanova da Rede Globo (FOLHA ONLINE, 14/08/2006), ou nos atentados produzidos nos dois primeiros anos da década de 2000. A ação baseada no terror tem o potencial de reorganizar as relações ao produzir uma fenda no tecido das relações sociais.

Para atores estatais ou poderes paralelos, a publicidade não é necessária para que a mensagem de terror chegue aos destinatários. Sequestros, execuções, suplícios em lugares públicos são suficientes para que observadores locais saibam o que se quer comunicar, para quem e por quem (JACKSON, 2009). Este é o caso na comunicação do *mundo do crime* com comunidades locais, quando práticas e ações recaem na linguagem da violência e dos tribunais do crime. É o caso também da linguagem do suplício nos castigos nos centros prisionais, que incluem em momentos de crise e luta pelo domínio decapitações, mutilações e esquartejamentos. É também a linguagem da celebração do crime quando a proteção contra uma realidade hostil e violenta em contextos de desconfiança recíproca depende de fazer parte de um *comando*.

Biondi (2010) trata a questão das estratégias ao discutir os projetos que dão sentido de existência ao PCC no interior do sistema prisional, identificados também por Marques (2010): a “guerra contra os polícia” e a “paz entre os ladrões”. O termo projeto é usado por Biondi

como um termo próximo ao que Clausewitz nomeia de "propósito da guerra" (CLAUSEWITZ, 1976, p. 177⁴¹, apud BIONDI, 2010). Os projetos do PCC, para Biondi, estão abertos a qualquer estratégia, sobrevivendo independentes das estratégias usadas, estratégias que não são constituintes dos projetos.

O terror, portanto, é uma estratégia (FERNÁNDEZ, 2016) que pode ser usada no projeto "guerra contra os polícia", ou em sua versão mais abrangente, na “guerra contra o opressor” (guerra para a paz). Esses aspectos podem ser observados no rap “Fala que é nós” (Trilha Sonora do Gueto, 2015), que descreve a situação, em um *salve* em forma de canção:

*Nossa luta é em prol (sic) paz, justiça e liberdade
Os atentado (sic) é pra mostrar que o comando é de verdade*

*E o governo fica achando que nós somos os coitados
Somos aqui no Brasil consequência do Hamaz (sic)
Da Al-Qaeda, da Camorra, das FARC, dos FARTAC*

*É nós que tá, Primeiro da Capital
Tá lutando com o sistema pra acabar com esse mal
Nóis (sic) sabemos que o diabo ta imperando aqui na terra
É pela paz que o Comando faz a guerra*

A estratégia, contudo, não é inerente ao projeto e nem ao grupo. As estratégias, continua Biondi, aparecem como "planos de execução desses projetos e comportam inúmeras táticas, que defino como dispositivos por meio dos quais se pretendem colocar as estratégias em operação" (BIONDI, 2010, p. 162). Ela continua, destacando que em sua pesquisa observou que é frequente que uma tática se transforme em estratégia ao comportar planejamentos, passando a conter assim outras táticas, já que a criatividade é um elemento importante no desenvolvimento do PCC.

Faço estas distinções relacionadas ao uso do terror ao lado de Biondi porque publiquei artigos discutindo o posicionamento político do PCC e o uso de estratégias terroristas especialmente nos ataques de 2006. O uso do terror como estratégia contém em si mesmo um elemento comunicacional que lhe é inerente. O terror não tem sentido sem o efeito no público. De fato, o terror, quando praticado sistematicamente, pode ser concebido como um

⁴¹ CLAUSEWITZ, Carl von. **On war**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1976.

dispositivo interacional muito específico, que entranha em si um jogo que transforma as relações pela imposição da força.

As estratégias e táticas podem ser também pacificadoras. Para Dias (2011), o PCC conquistou uma posição hegemônica no interior dos centros prisionais que não requer mais o uso do terror, que pode além do mais ser contraproducente ao incrementar as respostas repressivas. A construção de um discurso de legitimação é um dos fatores que possibilitou o fortalecimento e expansão do PCC, para Dias, um discurso que

(...) procura reduzir e encobrir os aspectos arbitrários e violentos da sua dominação e do seu controle social, político e econômico, cobrindo-o com uma capa de justiça, paz, união, coesão e igualdade (DIAS, 2011, p. 255).

O princípio de Igualdade foi incluído no lema do PCC na segunda etapa de sua consolidação, quando Marcola, que sempre rejeitou a nomeação de líder, distribuiu a liderança conquistada com a exclusão dos fundadores que chefiavam o PCC naquele então, desfazendo a estrutura piramidal fundacional em 2002 (BIONDI, 2010). A forma que o PCC adquire hoje é fluida. Para Biondi, isso é consequência da inclusão do princípio de Igualdade ao lema do grupo. O princípio de Igualdade é compreendido como distintivo entre o PCC e o Comando Vermelho.

Os acontecimentos de janeiro de 2017 no sistema carcerário do norte do Brasil convergem para esse mesmo ponto. A “paz entre os ladrões” foi rompida com a guerra entre o PCC e o Comando Vermelho. O projeto de guerra contra toda forma de opressão, seja por parte do sistema ou da polícia, apresenta-se neste momento como possível aglutinador entre grupos rivais para uma luta comum. No *salve* apreendido em 10 de outubro de 2016 no Centro de Detenção Provisória (CDP) de Mongaguá, município da Baixada Santista, litoral de São Paulo, a Sintonia do PCC insiste que na luta do PCC, o alvo é o opressor (o sistema) (AMORIM, 2016).

O projeto de guerra contra o *opressor* conecta no mapa com o nó *Guerra para a paz*, conduzido no discurso de legitimação baseado na noção de guerra justa, no vocabulário jurídico e na legitimação da luta contra o sistema opressor e corrupto. O *salve* em forma de canção, o dossiê que escapa para o espaço público através da música aciona, uma vez mais, o dispositivo estético.

3.2.4 A paz armada na comunidade

Representar o crime no proibido é muitas vezes *representar* o PCC. Nas periferias das cidades, o *mundo do crime* constitui-se atualmente como uma instância normativa. Essa condição, no estado de São Paulo, está associada à configuração do Primeiro Comando da Capital (PCC) como uma instância de poder instituinte (FELTRAN, 2013) cuja origem localiza-se no sistema prisional, mas que se estendeu para além das *muralhas*. Quem ingressa no *mundo do crime* deve assumir o compromisso e aderir à ética e às normas de conduta que emanam desse universo social. Deve aderir, portanto, ao *proceder do mundo do crime*.

A vida na comunidade narrada no proibido que representa o crime está marcada por dificuldades, como condições de habitação precárias, a vivência de um conflito armado e de violência cotidiana que resultam em um elevado número de mortes por homicídio, a presença da polícia no cotidiano, as intersecções com o *mundo do crime* que as atravessa, as forças exógenas das figurações discursivas sobre as classes perigosas em tensionamento com as forças endógenas de conquista de respeito e dignidade. A presença do PCC, nomeado também como *Comando*, 1533, irmandade, partido ou mesmo PCC, é também cantada no proibido.

Figura 11 - Mapa da região Comunidade no proibido

As condições materiais e de habitação precária nas comunidades incluem a pobreza, bairros que evoluem de assentamentos irregulares, que enfrentam dificuldades de acesso, precariedade nos serviços urbanísticos, de saneamento básico, insuficiência dos serviços de educação, saúde, segurança. A precariedade do espaço urbano, naturalizada, não é um tema destacado nas letras de proibido, mas está presente nas imagens escolhidas para os vídeos que retratam cenas do cotidiano das *comunidades*.

O estado de precariedade do espaço urbano nas periferias de São Paulo é descrito por Gonçalves Filho como um estado de impedimento. Diferentemente dos lugares que chegam a realizar-se e são posteriormente destruídos por catástrofes ou por conflitos bélicos, os bairros e favelas das periferias de São Paulo (e de outras cidades do Brasil) são bairros cujo processo de realização pode ser considerado impedido ou interrompido. Gonçalves Filho os descreve

como bairros mantidos em estado de inanição, como “ambientes que mal puderam nascer para o tempo e para a história” (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 3). Faltam os instrumentos, os materiais, os recursos que suportam o trabalho humano para a realização do bairro.

Pelos bairros interrompidos circulam as crianças cuja infância também é interrompida, às vezes na forma da morte prematura, no caso extremo da desapareição, ou na mudança de rumos que as sociabilidades submetidas às lógicas do crime impõem. Nas letras que representam o crime no proibido, faz-se menção à revolta gerada na infância sofrida e às vidas que se perdem. Mas faz-se menção, também, à existência de um contingente disposto para substituir os que caem, como soldados convictos que se alistam para a guerra.

Os índices de homicídio no Brasil estão entre os mais altos do mundo, e seu motor propulsor está na população jovem, com picos entre os 14 e 21 anos (WASELFISZ, 2014). A violência letal é apenas a ponta do iceberg em um contexto de violência prevalente, endêmica e estruturante. De acordo com a décima edição do Anuário publicado pelo Fórum de Segurança Pública, durante o ano de 2015 o país registrou em média um assassinato cada nove minutos, o que beira um total de 60 mil mortes violentas intencionais (FBSP, 2016). Os números de mortes e os índices de encarceramento são maiores em jovens do sexo masculino e negros, e a população juvenil é a mais vulnerável para o ingresso na criminalidade, sendo que muitas crianças são incorporadas ao tráfico desde cedo em funções auxiliares para tornarem-se, depois, soldados do tráfico. Os jovens que ingressam no crime expressam ter clareza de que, para eles, a expectativa de vida é curta. A probabilidade de morte prematura parece encontrar conforto na promessa de continuidade dos soldados que substituem os caídos na guerra:

*Essa minha história não acaba assim
Se daqui eu for vai vim (sic) outro por mim
A nossa guerra, eu sei, vai ter final feliz
Mais (sic) minha vontade de viver só depende de mim
(RESPEITO não se compra)*

Para Zaluar (2011), o Brasil vive conflitos armados sem que seu passado guarde traumas indelévels e irreparáveis gerados por conflitos étnicos, religiosos ou ideológicos que possam justificá-los. O número de mortes por homicídio no país são mais altos do que os números de mortes registrados em países em conflito armado declarado. A grandeza de tais números é tal que, entre 2008 e 2011, o total de homicídios (206.005 vítimas) foi muito superior aos números registrados nos 12 conflitos armados mais importantes no mundo entre os anos de 2004 e 2007 (GLOBAL Burden of Armed Violence, 2015). Se comparados com a

Guerra na Síria, o Brasil registrou mais vítimas de mortes violentas intencionais em 5 anos (2011-2015), 256.124 mortos na Síria e 279.567 mortos no Brasil no mesmo período (FBSP, 2016).

Neste aspecto também são relevantes as imagens escolhidas para os vídeos artesanais, ainda que sejam imagens recicladas que circulam pela Internet, usadas e reusadas uma e outra vez. As imagens mostram jovens com o peito nu, rosto coberto com camisetas, armamento pesado nas mãos e chinelo de dedo nos pés. Uma contradição na imagem do couraçado com peito aberto e pés descalços, o soldado pela metade. Crianças com as palmas das mãos segurando balas e munição. As cenas que se somam às letras não são necessariamente locais. Somam-se, por exemplo, cenas de crianças africanas armadas com fuzis, em cenas de guerra, reforçando a menção ao estado bélico e à fragilidade da infância onde há conflitos armados. A guerra, da qual a *comunidade* está cansada, guerra que castiga, também é narrada no proibido.

*nossa comunidade é linda,
e a humildade do povo é mais bonita ainda
o dia a dia nessa guerra,
mas eles a paz esperam,
que ainda mude a sua vida
mas enquanto isso
os falcão aqui não dormem, não
(FALCÃO na contenção)*

Ainda que não haja dados precisos sobre a presença do PCC nas ruas de São Paulo, o PCC é mencionado frequentemente entre os moradores das periferias da cidade, cantado na música, representado em grafites e em camisetas. O PCC é apontado por moradores das periferias como responsável pela redução da violência e como regulador da ordem local (BIONDI; MARQUES, 2010; MARQUES, 2009; FELTRAN, 2009; 2013). O PCC instalou-se no tecido social, distribuindo-se nas capilaridades das redes e práticas sociais. O comércio ilícito de drogas é regulado pelo Comando, que o organiza congelando preços e cuidando de sua distribuição. Vinganças e mortes não autorizadas são interditas. Uma paz e uma justiça específicas instalam-se com o *proceder* e com os *debates* e deliberações entre os *irmãos*, legitimados para tomar decisões em tribunais do crime. O PCC instala-se como instância reguladora, como organizador social local e que se ocupa de prestar serviços à comunidade, reservando para si o monopólio da violência armada e a justiça local.

Não há dados precisos tampouco sobre a presença do PCC nos negócios ilícitos em outros estados. Sabe-se de sua presença, como foi dito anteriormente, no Rio Grande do Sul,

Paraná, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Bahia, Alagoas, Pernambuco e Ceará (DIAS, 2011). No Rio Grande do Norte e no Ceará, o PCC e o Comando Vermelho atuaram na regulação da violência entre grupos locais. As músicas a partir das quais a região do mapa *comunidade* foi construída referem-se explicitamente a São Paulo, mencionando bairros da capital paulista e regiões como a Baixada Santista.

Valores considerados legítimos tanto no mundo da legalidade quanto no mundo do crime funcionam como passagens para transitar de um lado a outro das fronteiras que separam esses mundos sociais. O princípio de Igualdade incorporado ao lema do PCC é uma dessas portas, que permite seu trânsito e também sua capilaridade. A igualdade, bem como a união e a lealdade, são valores morais e éticos válidos para além do Comando, e para além do *crime*. A humildade é considerada como característica distintiva do indivíduo que não se posiciona acima dos outros, que não exerce a dominação e se subscreve, portanto, à igualdade.

Em modo de ensaio, Feltran (2013) faz uma análise de músicas dos Racionais MC's e a música de Jorge Benjor, estabelecendo uma continuidade na linha do tempo entre a figura protetora do Anjo construída nas músicas de Jorge Benjor e o papel dos *irmãos* filiados ao PCC no zelo pelo bem-estar da comunidade. Nesse eixo de continuidade, valores como “respeito” e “humildade” estão presentes a partir de uma matriz de elaboração cristã. Esse é um dos pontos de saturação na análise das letras das músicas de proibido que *representam* o crime, e que sinaliza um paralelo entre fé em Deus e fé no Comando: Deus no céu e Comando na Terra.

O apelo à fé vincula-se à percepção de solidão só remediada pela irmandade da família do crime e pela crença em Deus: *só temos a Deus para agradecer*. O vocabulário religioso se mistura com o vocabulário empregado para descrever o Comando e a irmandade em uma tríade que inclui o *humano verdadeiro*, a igualdade na família, um poder superior no qual Deus e o Comando não se confundem, mas ocupam, ambos, lugar de instância protetora.

Para Feltran (2013), o tratamento cotidiano respeitoso e humilde, contrário ao tratamento humilhante, é considerado central na valoração do caráter dos sujeitos nas periferias. Essa centralidade, que vem sendo apontada pela literatura recente, embora não seja nova vem sinalizando uma radicalização ao mesmo tempo em que se acentuam as desigualdades nas margens do social, como um “chamamento moral (necessário) a valores tradicionais” (FELTRAN, 2013, p. 66). No *mundo do crime*, o princípio de *Igualdade* estabelece no plano discursivo a intolerância a qualquer forma de tratamento desigual ou

humilhante, ainda que desigualdades, incluindo a mais extrema na forma de execuções, possam ser toleradas em outros planos.

A humilhação é mencionada nos proibidos como um sentimento que gera revolta. Nos documentos que analisei, está mais presente nos textos atribuídos ao PCC redigidos em centros prisionais, mas é mencionada também associada à infância e ao processo de ingresso no crime. A experiência de humilhação é narrada como a base da luta do PCC contra a opressão, sendo o sistema (prisional e governamental), o opressor. O sentimento de humilhação vivenciado pelo sujeito pertence ao âmbito da intimidade. Contudo, a humilhação é sempre relacional, nunca existe sem o sentimento de vergonha que se configura a partir de um juízo crítico de si mesmo ou a partir do outro. Mesmo quando se configura a partir de si mesmo, a vergonha e a humilhação pressupõem a vivência de uma desaprovação que vincula o sujeito ao mundo que ele habita e no qual ele se constitui efetivamente como sujeito.

A humilhação, quando adquire dimensão política, é um fenômeno que ultrapassa os indivíduos que a sofrem e que a causam no plano individual. Para Gonçalves Filho (2007), a humilhação que se estabelece como humilhação social é configurada no tempo com o rebaixamento de um pelo outro, pressupondo processos de dominação e assujeitamento. No plano social, a humilhação, tal como Gonçalves Filho discorre sobre ela, atinge o sujeito como um golpe que vem de longe, que atinge com a força do grupo e do tempo. Não é um fenômeno gerado por um único protagonista e uma única vítima. Daí que se possa conceber como um problema situado no nível social.

A humilhação quando vem de longe e é dividida entre os “irmãos de destino” (GONÇALVES FILHO, 2007, p. 7) nunca é uma dor individual. Seus efeitos, quanto mais chegam de longe os ataques, ferem, paradoxalmente, mais de dentro e no presente. Porque sendo distantes e antigos, parecem não ter sentido. Produzem efeitos difíceis de integrar do ponto de vista psicológico do indivíduo, que precisa formular teorias e hipóteses para compreender a falta de conexão entre o sofrimento e suas causas. Nesse hiato entre o acontecimento pontual e local e as explicações que viajam no tempo é que é possível, por exemplo, sentir o ódio cego a quem nem sequer conhecemos.

Este paradoxo oferece uma possibilidade explicativa para o fenômeno multideterminado da radicalização de segundas e terceiras gerações na violência política. A literatura sobre terrorismo político vem se ocupando deste problema a partir do ódio e dos ataques perpetrados por lobos solitários e por membros de grupos reticulares que são filhos de imigrantes radicados nos lugares onde os atentados são produzidos. Embora o problema do

radicalismo no terrorismo tenha uma matriz diferente do problema da criminalidade no Brasil, a literatura sobre violência política sugere caminhos instigantes que apresentam pontos de contato com o fenômeno da legitimação de valores pró-sociais resguardados pelo crime no Brasil. Cabe destacar que nas periferias do Brasil, o ingresso no *mundo do crime* pode ser uma continuidade entre gerações submetidas aos mesmos processos instrumentais e de sujeição.

Esta não é, contudo, a discussão que pretendo acionar aqui. Pretendo chamar a atenção para o fato de que na configuração de um *mundo do crime* que vai se legitimando ao longo do tempo como instância reguladora e como guardião de valores pró-sociais, um problema social e político ganha um novo registro. Esse processo de configuração entre mundos sociais tem um de seus eixos em processos de sujeição e subjetivação criminal, de configuração das classes perigosas e do sujeito que compartilha sua socialização com grupos de referência vinculados ao *mundo do crime*. Tem como ambiente uma sociedade que autoriza uma seleção social que amplia a probabilidade de que os membros de certos grupos sociais sejam submetidos à conversão em sujeitos criminais. Tem como conjunturas a vigência de políticas públicas que pretendem conter a criminalidade através do encarceramento massivo, que tem reproduzido e agrandado o problema do crime no país.

A motivação inata de conexão e afiliação social precisa estimular um afeto positivo na mente dos outros, o que possibilita desenvolver competências cognitivas para a avaliação de si mesmo. Contextos marcados pela forte desigualdade social tendem a produzir estigma. São muitos os efeitos possíveis da vergonha e da humilhação. Podem produzir uma avaliação negativa de si mesmo, acompanhada de inibição e de sentimentos de depressão e ansiedade. Mas podem, também, ser compreendidas através do sentimento de injustiça, despertando raiva, desejo de vingança e ódio. A justificativa de ingresso no crime para ser idealista e revolucionário atende a uma descrição positiva do sujeito do crime, energizada pela raiva transmutada em luta por justiça ou vingança.

Na luta por uma superioridade moral, o que antes era compreendido como ilegitimidade vai ganhando alguma legitimidade em certos âmbitos e segmentos sociais, até transformar-se em uma ordem legítima paralela à ordem legítima dominante. Misse (2010) descreve este processo de transformação da ordem da ilegitimidade sistêmica a uma ordem legítima paralela ou alternativa como um processo contínuo e paulatino no qual a linguagem vai possibilitando a expansão da criminalidade. Códigos e linguagens que antes pertenciam a um mundo à parte ganham uma circulação expandida, ampliando seu alcance. A banalização de uma linguagem

usada no *mundo do crime* poderia dissolver-se, desaparecendo como um mundo separado, produzindo uma zona cinzenta. Contudo, sinaliza Misse, ordens legítimas paralelas coabitando em regiões de sociabilidade violenta produziria uma zona cinzenta, terminando por limitar a sujeição criminal a um núcleo forte de práticas mais duras.

As vozes do proibido apresentam-se frequentemente como as vozes da favela, da *comunidade*. *Representar o crime* está associado a *representar* também a *comunidade*, mostrando que o posicionamento de compromisso com o crime serve à *comunidade*:

*sempre pronto pra combater
pela paz, justiça e liberdade, pelo respeito da comunidade
(FALCÃO na contenção)*

A guerra na qual o *mundo do crime* está implicado é a guerra do tráfico e a guerra contra a polícia. No plano discursivo, como é possível observar no trecho acima, é também a guerra pela *comunidade*. A tríade de valores, *paz, justiça e liberdade*, à que hoje somam-se *igualdade* e possivelmente *união*, constrói um ideal normativo para regular a violência nas periferias. O *crime* ergue-se, assim como o Estado, como instância legitimada localmente e apta para monopolizar o emprego das armas para resguardar valores justos e pró-sociais em territórios específicos. Os inimigos são os policiais, quando se está nas favelas, ou os bandidos, quando se está em outros territórios urbanos (FELTRAN, 2013). Para o crime, os inimigos são a polícia e os rivais.

3.3. Hipérbole: a guerra

A história da guerra do *mundo do crime* tem seus inícios com o surgimento dos comandos no sistema prisional na década de 1990, quando ocorreu uma partidarização das disposições heterogêneas entre os coletivos que lutavam pelo domínio das cadeias e por um embate de forças contra as agências estatais de segurança (BIONDI; MARQUES, 2010). Uma parte significativa dessa guerra foi travada em rebeliões prisionais, que viabilizaram a consolidação e o domínio de alguns desses grupos, entre eles o PCC e o Comando Vermelho.

Para Salla (2006), a história das rebeliões prisionais no Brasil poderia dividir-se em três grandes períodos. O primeiro, correspondente à história das prisões brasileiras até o início de 1980, que se caracterizou pela ocorrência de rebeliões como forma de protesto contra as condições de encarceramento duras e precárias. O segundo período, que abrange o início da

década de 1980 até 1992, ano em que ocorreu o Massacre do Carandiru, pode ser compreendido como um período no qual a democratização, então recente, provocou uma política de humanização dos presídios, que gerou resistências por parte das administrações prisionais. O terceiro período estende-se do Massacre do Carandiru até os dias atuais, marcado pela incapacidade e ausência do Estado na gestão dos presídios e na contenção dos grupos criminosos em seu interior.

Durante o período em que eu escrevia esta tese, meu trabalho foi atravessado por uma das crises mais importantes do sistema prisional brasileiro até a data. Em janeiro de 2017, duas rebeliões prisionais sangrentas e macabras foram interpretadas amplamente na imprensa como uma consequência da ruptura do acordo de paz entre o Comando Vermelho e o PCC. O primeiro sinal dessa ruptura ocorreu em outubro de 2016, quando presos ligados ao PCC mataram 10 presos do Comando Vermelho na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, o maior centro prisional de Roraima⁴². A *paz* entre os dois principais comandos que dominam os presídios e o tráfico de drogas no país rompeu-se quando o Comando Vermelho aliou-se à Família do Norte (FDN), grupo que controla a chamada Rota do Solimões do narcotráfico na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, e presídios no norte do país.

No dia 1 de janeiro de 2017, uma rebelião no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj) em Manaus⁴³ deixou 56 mortos, fruto de conflitos entre o PCC e a Família do Norte (FDN), que domina o sistema penitenciário do Amazonas e que está presente também em outros estados do Norte do país, como Rondônia, Roraima e Acre. A maior parte dos presos assassinados no dia 1 de janeiro pertencia ao PCC. O episódio ficou registrado como a segunda rebelião mais sangrenta do sistema prisional brasileiro, depois do Massacre do Carandiru em 1992, quando 111 presos foram mortos pela polícia.

Um segundo acontecimento na madrugada de 6 de janeiro, apenas cinco dias depois, deixou outros 31 presos mortos na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, que havia sido palco dos assassinatos de outubro de 2016. Vídeos das execuções do dia 6 de janeiro que circularam na Internet, mencionados na imprensa, sugerem que as mortes, na maioria de membros do Comando Vermelho, ocorreram por um acerto de contas do PCC pelas matanças ocorridas em Manaus. O poder público refutou a tese, afirmando que as mortes foram resultado de um acerto de contas interno (ALESSI, G; BENITES, A., El País, 06/01/2017). As

⁴² A Penitenciária Agrícola de Monte Cristo albergava em janeiro de 2017 aproximadamente 1400 presos, cerca do dobro de sua capacidade.

⁴³ O Compaj é o maior presídio do Amazonas e abriga uma população carcerária de aproximadamente 1200 detentos, o que totaliza quase o triplo de sua capacidade. Segundo dados da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), apenas 12% da população carcerária masculina em regime fechado dispõe de assistência jurídica independente. O restante, 88% da população encarcerada depende de assistência jurídica pública.

matanças em Roraima situam-se como a terceira maior matança em presídios no sistema prisional brasileiro.

As matanças de janeiro em Manaus e Roraima podem ser compreendidas como mais um capítulo na guerra do tráfico instalada no território brasileiro, travada entre comandos e grupos criminais que controlam o comércio de drogas, e que conectam o mundo prisional ao *mundo do crime* nas ruas. A FDN, assim como o PCC e o Comando Vermelho, exerce poder no sistema prisional e também nas periferias. A guerra entre comandos no sistema prisional, assim como em territórios nos quais exercem influência, é ponto de chegada de processos mantenedores como o combate ao crime baseado em políticas de encarceramento massivo, a incidência dessas políticas sobre uma parcela específica da população e a exaustão da população castigada pelo crime e pela violência.

O índice de encarceramentos no Brasil aumentou 575% entre 1990 e 2014 segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional – Ministério da Justiça, 2014). O encarceramento afeta principalmente homens jovens, negros e pobres, como já foi discutido aqui, sendo que cerca de 40% encontram-se em situação provisória, ou seja, estão presos sem condenação e mantidos em unidades prisionais superlotadas. O encarceramento provisório está associado (1) ao dispositivo de prisão em flagrante que encarcera sem julgamento e sem considerar a gravidade do crime, fazendo equivaler, por exemplo, assassinato e porte de pequenas quantidades de droga; (2) à morosidade no sistema judicial de encaminhamento para a instância de competência para analisar o caso e julgar a necessidade de encarceramento; (3) a falta de recursos econômicos do detento (e sua família) para fazer valer seus direitos constitucionais.

O encarceramento massivo fortalece os comandos. O jovem sem recursos e sem meios de resistência, quando ingressa na prisão, ingressa em um mundo hostil, no qual a proteção física e psicológica é obtida na adesão aos comandos. O compromisso contraído durante o período de encarceramento estende-se posteriormente para fora das *muralhas*, quando o sujeito, agora criminoso, ex-detento e estigmatizado, provavelmente prossiga nas urdiduras do crime, nos fios condutores do *proceder* e com conexões ainda mais profundas com o *mundo do crime*.

Um documento interno da polícia circulou em janeiro de 2017 mencionando que um comunicado entre membros do PCC informava sobre a distribuição de armas de fogo para possíveis ataques do comando ainda em janeiro. Independentemente da veracidade das

ameaças, o documento permite entrever a disposição para ativar um exército armado por parte dos comandos criminais, que em 2006 se concretizou nos ataques do PCC em São Paulo.

A ruptura da paz entre o PCC e o Comando Vermelho e a crise no sistema prisional gerou preocupações sobre o impacto que a guerra poderia ter, para além das *muralhas*, em territórios submetidos à paz dos comandos. Várias cidades do Norte e Nordeste do país como, por exemplo, Rio Grande do Norte ou Fortaleza, tiveram suas periferias pacificadas pela presença do PCC e do Comando Vermelho. A pacificação dos comandos é uma paz armada. E a paz armada dos comandos não é apenas paz, é também medo. A *paz* do mundo do crime é uma paz específica, baseada no *proceder* e na atuação dos tribunais do crime, muitas vezes fundada no terror.

Além de colocar em risco a *paz* dos comandos nas periferias, os confrontos nas ruas poderiam ser ainda mais impactantes do que a guerra dentro do sistema prisional: por um lado, as mortes nas ruas aproxima a população do problema, incrementando o potencial de terror. Por outro lado, a sociedade brasileira está acostumada a ver o detento como portador de uma perversidade essencial que o transforma em monstro criminoso, de forma que a guerra nas prisões é menos impactante ou pode ser facilmente compreendida como uma mera consequência de uma monstruosidade prévia ou merecida.

As mortes no Compaj foram utilizadas como cenas de suplício, com decapitações e esquartejamentos. Fotos e vídeos circularam pela Internet com as cenas atrozes, ficando disponíveis para qualquer internauta. Corpos decapitados foram arremessados para fora das instalações. O acontecimento foi também contado em forma de funk em uma peça artesanal que circulou em nome da Família do Norte (FDN) pelo Whatsapp, no Facebook e na Internet, e que foi nome da na imprensa como “Funk do Massacre FDN” (SOUZA, BBC Brasil, 10/01/2017; AFFONSO; MACEDO, OESP, 05 Jan 2017).

Cenas semelhantes às que foram divulgadas na Internet retratando os massacres de janeiro mostram o saldo de tantas outras rebeliões no sistema prisional brasileiro, ocorridas também em outros momentos: pedaços de corpos em caixotes de madeira ou corpos decapitados, dispostos lado a lado no chão. Além das fotos, vídeos gravados com celulares nas cadeias circulam nas redes mostrando cenas em pleno desenvolvimento: cabeças recém cortadas erguidas como troféus ou ainda mais humilhadas, já sem corpos, se é que é possível humilhar ainda mais, usadas no pátio como bola de futebol (VEJA, 19 Out 2016).

As grandes cenas de suplício que se desenrolaram nos séculos XVII –XVIII foram descritas por Foucault (2002) como uma repetição, uma atualização dos crimes que eram punidos através do suplício. O crime que chegava ao ponto de intensidade suficiente para ser considerado atroz merecia a atrocidade da pena, materializada em castigos destinados a responder, a repetir em si as atrocidades do crime, mas triunfando sobre elas e anulando-as. Na atrocidade da pena, a atrocidade do crime deveria reverter no excesso do poder triunfante. O suplício era, assim, uma réplica do crime atroz, e não uma medida, onde o castigo sempre superava o crime. O castigo nos presídios brasileiros, dadas as condições de encarceramento, ultrapassa a dimensão das medidas correcionais. E o suplício nos presídios, na forma que é cometido em momentos de crise como a de janeiro de 2017, é uma expressão de poder inscrita em uma lógica perversa, configurada em uma dimensão macabra do potencial comunicativo da cena hipertrofiada.

No interior confinado e massificado das *muralhas* há dor e revolta. Em seu interior, detentos assumem há tempos a descrição de *monstros*, que identificam como uma nomeação empregada fora das *muralhas* para descrevê-los como portadores de perversidade. As expressões emocionais nos textos do PCC produzidos dentro das *muralhas* incluem relatos de sentimentos de revolta que golpeiam o indivíduo, a indignação que nasce da violência assassina, a humilhação na infância que gera ódio, a opressão por parte do sistema e a dor de perdas e sacrifícios. O ingresso no crime, que conduz às *muralhas*, é explicado nos documentos fundacionais do PCC como um meio para realizar sonhos, uma forma de ser subversivo e idealista, de conquistar oportunidades, um meio de sobreviver.

*não somos criminosos por opção e sim (sic) somos o que somos por uma sobrevivência somos subversivos e idealistas
(CARTA PCC, 1997 em SOUZA, 2007, p. 24).*

As descrições que os sujeitos fazem de si mesmos evoluem, nos documentos, da resistência às nomeações externas como *monstro*, *antissocial*, *marginal*, para assumi-las como uma forma de não se dobrar ao que consideram manipulação do *sistema*, sinalizando o efeito da sujeição criminal que leva o assujeitado, na figura do criminoso, a assumir a identidade que lhe é posta (MISSE, 2010):

O sistema insiste em nos desmoralizar com calúnias e difamações, nos rotulam como monstros, como antissociais, mas tudo isso é parte de uma engrenagem que só visa esconder uma realidade uma verdade, ou seja, o sistema precisa de um bode-expiatório (CARTA PCC, 1997 em SOUZA, 2007, p. 24)

Nos chamam de marginais e assim aceitamos caso este seja o adjetivo aos que não se curvem diante da insensatez (CARTA PCC, 2001)

No trecho a seguir, de um funk do início da década de 2000, as descrições de sujeito *monstro*, *guerreiro* e *disposição* são exaltadas e colocadas lado a lado:

*Lá no Parque dos Monstros a chapa está quente
Lá no Parque dos Monstros a chapa fica quente
É melhor respeitar sou do bonde dos 3
Só tem guerreiro sem vacilação
Enforca você, tira seu coração
Tá ligado que é disposição
(PARQUE dos monstros, 2002)*

A probabilidade de ingresso no crime e nos comandos está associada à probabilidade de encarceramento, criando-se um processo circular. A insuficiência dos recursos do Estado para lidar com o sistema carcerário massificado criou as condições que favoreceram a formação e consolidação de organizações criminosas nas prisões. As condições de encarceramento e as regras de convívio estabelecidas no confinamento e na hostilidade impõem logo de entrada o acionamento de estratégias de sobrevivência, baseadas muitas vezes na imposição do medo. O sistema carcerário brasileiro vivenciou banhos de sangue em várias ocasiões, com crises e rebeliões associadas aos processos de organização das relações de poder em um ambiente confinado, hostil e abandonado pelo Estado.

Campo de concentração, parque dos monstros, faculdade, muralhas são denominações que os presos dão aos centros prisionais no Brasil. O inimigo é *verme*, *coisa*. Não é humano. A guerra dos *monstros* contra os *vermes* emerge discursivamente também na guerra dos *terroristas* contra o *sistema*, ou na guerra pela paz para territórios castigados pela força bruta, pela violência e pelo conflito social, e regidas pela lógica instrumental do crime. Os problemas prisionais e os problemas do *mundo do crime* são cantados na música, que é usada não apenas para lidar com a dor e como vetor de uma experiência estética, mas também como dispositivo para interações comunicativas no *mundo do crime*, com caráter instrumental.

Na guerra entre os comandos e facções criminais, a luta contra a *opressão* e contra o *sistema* é posta no *salve geral* emitido pela Sintonia do PCC apreendido em 10 de outubro de

2016 no Centro de Detenção Provisória (CDP) de Mongaguá, São Paulo, como aglutinador para a união entre rivais contra um inimigo comum, na forma do arqui-inimigo (o *sistema*). No *salve*, o PCC faz um apelo à união no *mundo do crime* contra a *opressão* e contra todo aquele que não respeite sua ideologia, prometendo ação implacável contra aqueles que por fraqueza e falta de objetivo no crime matam inocentes “sem escrúpulos e sem razão”.

A tabela a seguir oferece um panorama das dez principais organizações criminais existentes no sistema prisional brasileiro na atualidade, construída a partir do número de transferências de líderes para prisões federais:

Total de líderes transferidos para prisões federais	384
Primeiro Comando da Capital (PCC)	113
Comando Vermelho (CV)	95
Família do Norte (FDN)	30
Alkaida (Okaida)	23
Sindicato do Crime do RN	23
Bonde dos 13	20
Primeiro Grupo Catarinense (PGC)	16
Amigos dos Amigos (ADA)	10
Bonde dos 40	10
Liga da Justiça	6
Outras facções	38

Fonte: DEPEN- Ministério da Justiça (OESP, 14/01/2017)

O PCC emitiu seu comunicado para o *mundo do crime* em outubro de 2016 na forma de um *salve geral* procurando a aproximação entre os grupos contra o inimigo comum. Em Manaus, em janeiro de 2017, a FDN compareceu com o funk que circulou para *representar o crime* em união com o Comando Vermelho. O trecho abaixo da letra do “Funk do Massacre FDN” deixa explícito que as matanças no Compaj em janeiro de 2017 vieram *representar o crime*, exercendo o *proceder* (o certo), *fechados* (comprometidos) com o crime, cientes da escuta da mídia e do público para além do destinatário direto para quem o recado era enviado:

*Nós aqui é pelo certo e não aguenta safadeza (sic)
 Foi mídia no mundo todo, arrancamos várias cabeças
 Um aviso eu vou dar, então fica ligado
 Somos FDN e CV lado a lado
 Respeito bota o respeito, ao irmão quer fechamento
 Aqui só os terroristas pesadão (sic) neste momento
 Armamento de pistola, de 12 e de granada
 Jogamos no seguro e não sobrou foi mais nada
 Papo reto meu parceiro pode crer nós tá no pique
 Dia 1º de janeiro representamo (sic) o crime
 (FUNK do massacre)*

O “Funk do Massacre FDN” não é o primeiro funk que circula em nome da Família do Norte, por exemplo, para comunicação entre o grupo e seus membros fora das prisões ou para enviar recados para a sociedade ou para seus desafetos. Um funk que circulou em 2015 dirigido ao grupo rival 300 Espartanos mostra como a traição, *fugir pelo errado* (também nomeada como *golpe de estado*), *é cobrada pelo certo*. A função de *representar o crime* na música está explícita: *general bateu o martelo / eu não posso conspirar / mandou fazer o funk / e eu vim representar*:

*Tentou pagar de esperto
 Mas olha que absurdo
 Fugiu pelo errado
 Agora tá no seguro
 O teu golpe de estado
 Agora caiu o castelo
 O aviso está sendo dado
 A cobrança é pelo certo
 Aqui do fechado
 Eu vou te falar agora
 Se o bonde te pegar
 Vai descarregar as pistola (sic)
 General bateu o martelo
 Eu não posso conspirar
Mandou fazer o funk
E eu vim representar
 (FDN recado para 300 espartanos)*

Não há espaço aqui para uma análise em profundidade sobre a Família do Norte e nem das relações entre comandos e facções criminais. Contudo, o caso FDN traz à luz, em plena crise, uma vez mais o uso da música para *representar o crime*, obrigando-nos a fazer uma distinção necessária entre o acionamento do dispositivo comunicacional como vetor estético para aproximar a experiência vivida no crime e no encarceramento ao pólo da escuta na sociedade, e o acionamento instrumental da música para estabelecer uma comunicação específica das *muralhas* com o *mundo do crime*.

CAPÍTULO 4 – REPRESENTAR O CRIME: TORNAR PRESENTE A DISPOSIÇÃO E O COMPROMISSO

*Modernizar o passado
É uma evolução musical
Cadê as notas que estavam aqui?
Não preciso delas!
Basta deixar tudo soando bem aos ouvidos
O medo dá origem ao mal
O homem coletivo sente a necessidade de lutar
O orgulho, a arrogância, a glória
Enchem a imaginação de domínio
São demônios os que destroem o poder
Bravio da humanidade
Viva Zapata!
Viva Sandino!
Viva Zumbi
Antônio Conselheiro!
Todos os panteras negras
Lampião, sua imagem e semelhança
Eu tenho certeza, eles também cantaram um dia*

*(MONÓLOGO ao pé do ouvido (vinheta),
faixa de abertura do álbum Da Lama ao Caos (1994),
Chico Science, Nação Zumbi).*

A palavra *representar* é empregada nas músicas fazendo referência ao sentido encontrado em centros prisionais dominados pelo Primeiro Comando da Capital, como mencionei na introdução, para fazer referência a “firmar adesão ao PCC” (BIONDI, 2010, p. 243), ou seja, firmar o compromisso com o Comando. É empregada também nas ruas para fazer referência ao compromisso com o *mundo do crime*. Para além da adesão em si, a palavra *representar* inclui a expectativa de uma função de presentificação que se entrevê na linguagem em uso com a inclusão de termos como “sempre”, “em qualquer momento”, “em qualquer missão” ou “em qualquer lugar”, que costumam acompanhar a palavra *representar* no proibido.

Por presentificar refiro-me a tornar presente, tornar atual, tornar manifesto, reunindo no acontecimento presente rememorações do passado e expectativas de futuro. Espera-se daquele que *representa* que esteja disposto para *representar* em qualquer circunstância, sendo ele mesmo um exemplo vivo do compromisso assumido com *o certo*, o que implica ao mesmo tempo apetite e força para poder fazer valer o pacto firmado, e uma descrição de si mesmo que possibilite assumir e manter o posicionamento coerente com a ética e disciplina do crime.

Nas peças que analisei, a *disposição* para *representar* em qualquer momento e em qualquer lugar é confirmada reiteradamente. *Disposição* na forma de apetite para enfrentar as circunstâncias da vida no crime; na forma de força para enfrentar a guerra; na forma de uma descrição de si mesmo ampliada e estruturada para resistir. No trecho a seguir de uma das músicas, pode-se observar a expectativa sobre *representar* o Comando pelos *monstros* (palavra usada pelos próprios detentos para fazer referência a si mesmos), unida ao *proceder*:

Na cadeia, no mundo, seja em qualquer lugar
Os monstro segue firmão (sic) sempre a representar
qualquer molho que seja, qualquer situação
o certo é o certo, não perde a razão
(HINO do P.C.C.)

Esboço aqui, minha tese de trabalho: *representar o crime* no proibido constitui uma ação temporal que torna presente, uma e outra vez, a *disposição* para fazer valer o *compromisso* e para ter *consideração* com o crime, reunindo em cada (re)apresentação momentos anteriores e a expectativa de futuro, aumentando ao mesmo tempo a probabilidade de manter e de transcender o movimento através da reiteração. O gesto comunicativo de *representar* qualifica e situa o sujeito, pondo de manifesto, reiteradamente, os aspectos

disposicionais e identitários vinculados ao compromisso. *Representar*, como ação, reitera o desejo, o apetite, e a identidade. Dois elementos, identidade e disposição, portanto, vinculados à esfera da subjetividade.

4.1. **Reiteração: a condição de eficácia das tentativas do proibido**

Representar na música pode cumprir várias funções: autodefesa e adaptação, permitindo ao sujeito *correr com o crime* sem ser do crime; estabelecer uma ponte entre o *mundo do crime* nas ruas e os seus pedaços nas *muralhas*; fazer valer o compromisso, na demonstração de *ser disposição* e *ter proceder*; interferir no sistema de partilhas políticas elevando um sujeito político em nome do *crime* através do dissenso, um sujeito que reivindica para si legitimação assumindo o lugar de defensor da *comunidade* com base em valores justos.

Uma tese, diz Braga (2010b), corresponde à defesa de uma visão teórica sobre determinados aspectos da realidade. A tese, que pode ter sido elaborada em maior ou menor parte a partir de raciocínios hipotético-dedutivos, tem por finalidade oferecer um aporte explanatório. Contudo, continua, para ampliar seu valor explicativo, é preciso que além de ter rigor conceitual, a tese possa ser acionada como uma “hipótese heurística” (BRAGA, 2010b, p. 78) capaz de gerar questões abrangentes, perguntas de pesquisa que possam abrir caminho para novas percepções e implicações, para além de proporcionar uma explicação pronta sobre o mundo.

A tabela a seguir oferece alguns exemplos de trechos de letras de proibido nos quais a palavra *representar* foi codificada usando-se o método de codificação linha por linha, que originou a categoria “representar (em qualquer lugar e em qualquer situação)”. A codificação linha por linha guiada pelos princípios da Teoria Fundamentada nos Dados foi descrita na seção 1.2. **Decisões e efeitos da condução** pela sensibilidade teórica, no **Capítulo 1 - O percurso e a construção da sensibilidade teórica**. As linhas codificadas abaixo ilustram o processo de construção da categoria *Representar* como ação para a qual há expectativa de onipresença, em diferentes dimensões de tempo, lugar e situação (missão).

Linhas das letras das músicas	Codificação aberta
então represento, não importa o momento	representar em qualquer momento
sempre representando onde esteja	representar em qualquer lugar
irmão (sic) que representam em qualquer missão	representar na missão
na cadeia, no mundo, seja em qualquer lugar os monstro segue irmão sempre a representar	representar na cadeia e no mundo representar sempre o monstro representa

Como é possível observar, a ação de *representar* como prática comunicativa aciona a *disposição*, a vontade e a força para exercer o compromisso independentemente de tempo e lugar. Na cadeia, e no mundo. Em qualquer momento e em qualquer lugar. *Representar* nas missões encarregadas pelo crime. *Representar* sempre, em um compromisso vitalício que só pode ser desfeito sob circunstâncias muito concretas regidas pelo *proceder*. *Representar* para *correr lado a lado* e acumular, assim, recursos para mostrar *consideração* e para lidar com o *mundo do crime* sem estar inscrito nele⁴⁴.

A codificação das letras de proibido que *representam* o crime levaram-me à identificação da ação *representar* como categoria central na análise. *Representar* é descrita no proibido como uma ação coletiva executada pelo sujeito anônimo, de quem o MC é porta-voz. É o caso, por exemplo, quando o MC que *representa* se posiciona como “o gueto em ação”. É descrita também como ação individual do falante, neste caso o MC, que “faz o que pode para acabar com os inimigos”, seja *lado a lado*, seja *envolvido até os ossos*. Essas duas direções apontam para duas dimensões principais de *representar* como ação: uma dimensão intersubjetiva e uma dimensão política no nível intermediário das ações sociais.

Por um lado, a ação *representar* na música implica, em certas circunstâncias, o acionamento do dispositivo interacional estético para cumprir funções instrumentais, como enviar comunicados de e para o *mundo do crime*, atendendo a encomendas dos chefes e líderes do crime. O funk da FDN para a facção 300 Espartanos mencionado antes é um exemplo dessa função, explícita na letra:

*General bateu o martelo
Eu não posso conspirar
Mandou fazer o funk
E eu vim representar
(FDN recado para 300 espartanos, 2015)*

O trecho abaixo da letra de um rap da Trilha Sonora do Gueto, liderado pelo rapper Kaskão citado anteriormente, também especifica a encomenda da missão para cantar para os *irmãos*, um *salve* para quem é leal com o PCC:

*So lembrando de citar que esses salve é pra você
Companheiro que é leal com o nosso PCC
Que saiu de São Paulo, migrou para os estado*

⁴⁴ Um caminho produtivo para abordar a acumulação de recursos para poder mostrar *consideração* poderia ser trilhado a partir da Teoria do Capital Social, mais especificamente através da noção de capital social negativo. Contudo, este caminho me conduziria para outras direções diferentes das que eu trilhei, por isso menciono-a aqui como uma possibilidade analítica produtiva. Ver MATOS, Heloiza. **Capital social e comunicação: interfaces e articulações**. São Paulo: Summus, 2009 e MATOS, Heloiza. O lado escuro do capital social: implicações sociais e políticas. **LÍBERO**, vol. 12 n.23, 2009, p. 53-62.

*E o governo fica achando que nós somos os coitados
Somos aqui no Brasil consequência do Hamaz
Da Al-Qaeda, da Camorra, das FARC, dos FARTAC
O Edinho, Cangaíba, me ligou numa missão
Pra cantar pra mulecada lá do morro dos irmão
(FALA que é nós)*

Ao mesmo tempo, precisamos retomar aqui o fato de que a ação *representar* ocorre no interior de um dispositivo interacional estético para viabilizar trocas comunicativas entre mundos sociais. Há várias implicações a serem consideradas neste ponto. A primeira delas é que, através de um vetor da experiência estética como a música, na voz do emissor misturam-se autor e personagem. Por isso, não é possível estabelecer a intencionalidade dessas vozes e nem qualificar o que dizem com base nas regras que definem o que é ou não normativo. A segunda é que, ao se inscrever nas lógicas da mediatização, o vetor estético, com as potenciais repetições e transformações da peça posta em uso, situa-se como tentativa social, mais do que como tentativa individual. A música, independente do gênero (neste caso, o proibido), oferece-se como dispositivo de interação, portanto, como espaço e modo de uso (BRAGA, 2016, p. 137), um sistema de relações (BRAGA, 2011, p. 6) configurado nas tentativas sociais sucessivas. Cabe, então, perguntar:

*Que tentativas sociais transcendem as metas comunicacionais singulares dos
participantes? O que a sociedade encaminha nos processos dos dispositivos?
(BRAGA, 2010b, p. 78).*

É preciso fazer uma distinção entre ao menos dois tipos de uso para o proibido no que diz respeito a essas tentativas sociais: de um lado, a tentativa de emancipação política através da conquista de potência enunciativa, que permite ao sujeito do crime reivindicar e posicionar sua voz no sistema social de partilhas, seguindo aqui com Rancière (2009). De outro, a tentativa instrumental do crime, para fins específicos, no plano intersubjetivo e grupal⁴⁵, onde a música pode ser acionada para *representar o crime* mediante encomendas⁴⁶ ou mediante o exercício do *proceder para correr com o crime*.

Na próxima seção sinalizo os direcionamentos (usos) que identifiquei a partir dos elementos registrados no mapa situacional, correspondentes ao acionamento do proibido para responder a problemas relacionais no *mundo do crime*. Esses direcionamentos apontam para

⁴⁵ Com dimensão grupal refiro-me aqui ao grupo imediato e também à coletividade e aos mundos sociais que se desprendem, do grupo local ao comando, do comando ao *mundo do crime*.

⁴⁶ As encomendas podem adotar a forma de missões, envios de salves dentro e fora do grupo, ou mesmo usar a música para *fortalecer* a mente.

diferentes usos do proibido, em diferentes planos sociais. As encomendas podem materializar-se em missões, em envios de *salves* para os membros do *comando* ou para enviar recados para os desafetos e para a sociedade, bem como para fortalecer *a mente pelo certo*, disseminando e consolidando os valores dentro do próprio grupo para resistir na luta (no crime e no encarceramento) e também energizando para a ação. Além das encomendas, outro direcionamento corresponde ao posicionamento do MC para lidar ele mesmo com o crime *lado a lado*, ou para exercer de porta-voz de um coletivo social. Neste último aspecto, um dos direcionamentos procura negociar novos lugares políticos para o coletivo a partir do sofrimento social.

4.2. Representar para responder a problemas de ordem relacional

A comunicação, como toda prática e toda ação, está inscrita nas suas condições de existência. Se partirmos da noção de que aquilo que não produz resultados fenece por deixar de ser posto em uso, podemos postular que toda prática recorrente permanece em uso porque tem uma finalidade. Se aceitamos que o processo comunicacional está na base da constituição da vida social, podemos considerar que as ações e práticas comunicativas recorrentes e que prosperam servem para resolver problemas de ordem relacional que o sujeito e a sociedade enfrentam em seu cotidiano.

Que tentativas sociais transcendem as metas comunicacionais singulares dos participantes, neste caso funkeiros que cantam proibido para *representar o crime*? O que o *mundo do crime*, como mundo social, quer ao acionar o proibido como dispositivo para suas interações comunicativas? O que aqueles que não pertencem ao *mundo do crime*, mas *correm junto* com ele, querem encaminhar no proibido?

Na seção anterior apresentei a tese de trabalho que formulei a partir da análise dos dados. No mapa situacional, podemos observar que a ação *representar o crime* está orientada a diferentes direções, que permitem formular as seguintes hipóteses heurísticas, encaminhadas a abrir caminhos interpretativos:

Hipótese heurística 1

A prática de representar o crime aciona o proibido como dispositivo interacional para estabelecer trocas comunicativas através da aproximação entre os gestos de

produção e de fruição estética entre mundos sociais confinados, possibilitando trocas internas ao mundo do crime (no sistema carcerário e nas ruas), e entre o mundo do crime e a sociedade.

O proibido é acionado para estabelecer trocas comunicativas entre mundos sociais cujos habitantes não desfrutam de força enunciativa no espaço público - o *mundo do crime* e as *muralhas* - e outros mundos sociais. Entendendo que há uma continuidade entre o *mundo do crime* e as *muralhas*, o *mundo do crime*, ao atravessar também o *mundão*, estabelece uma ponte entre o mundo confinado das *muralhas* e o mundo aberto. Através da música, o *mundo do crime* aciona um espaço-sistema para estabelecer trocas comunicativas entre o mundo confinado das *muralhas* com o *mundo do crime*, e também entre as *muralhas* e o *mundo do crime* com o *mundão*.

A tentativa social pode se desdobrar aqui na expressão estética da experiência vivida no *mundo do crime*, para compartilhá-la para além do indivíduo, transcendendo também seu espaço de confinamento social. As músicas que tratam das vicissitudes do crime e da experiência de encarceramento permitem lidar com o sofrimento e dar à vivência um significado compartilhável, registrado em um suporte que transforma a experiência em um documento estético que pode ser compreendido como registro em uma “história social dos efeitos” (CARDOSO FILHO, 2016, p. 43), tanto no eixo sincrônico de suas manifestações em um mesmo tempo como no eixo diacrônico.

Hipótese heurística 2

A ação de representar o crime aciona e atualiza o proibido como dispositivo interacional para exercer funções instrumentais entre o mundo do crime no sistema prisional e nas ruas, e entre o mundo do crime e a sociedade.

As trocas entre as *muralhas* e o *mundo do crime* podem cumprir funções instrumentais, entre elas, funções informativas na forma de encomendas e comunicados para circular no próprio mundo do crime, no grupo ou entre rivais, e também para circular na sociedade. O proibido é acionado para um uso diferente do

uso estético inicialmente previsto para a música. É, portanto, posto em funcionamento e atualizado para usos instrumentais específicos do *mundo do crime*.

Um exemplo de trocas com fins informativos através da música são os *salves* em forma de canção. Os *salves*, neste caso, são comunicados que circulam no *mundo do crime* (nas *muralhas* e nas ruas), ou também entre as *muralhas* e o *mundão*. Estas trocas podem ocorrer em jogos linguísticos de camuflagem necessários para proteção no lugar clandestino, onde a variabilidade do código e dos lugares de fala é necessária.

Dois exemplos mencionados anteriormente sobre o acionamento da música sob encomenda do crime ilustram dois usos instrumentais do proibido. O funk encomendado para *representar* o crime e enviar um comunicado aos rivais 300 Espartanos ilustra o uso instrumental do proibido dentro do *mundo do crime*. O Funk do Massacre FDN também ilustra esta função, neste caso para a comunicação das *muralhas* para o *mundo do crime*, com consciência da existência de escuta na sociedade, por exemplo, através da cobertura da mídia (consciência da tripla contingência).

O rap da Trilha Sonora do Gueto também mencionado anteriormente sinaliza, igualmente, o fluxo comunicacional interno ao *mundo do crime*, quando o *salve* é dirigido aos *irmãos*. Outro exemplo também de um rap da Trilha Sonora do Gueto, que circulou a partir de 2015, situa-se no fluxo das *muralhas* para o *mundão*, em um *salve* dirigido à sociedade. O *salve* convoca o governo federal para um debate público com a inteligência do PCC.

A música sinaliza nestes casos o sentido da comunicação que se estabelece como fonte normativa da ética do crime, disseminada das *muralhas* para as ruas, bem como o fluxo do *movimento* do crime, que atravessa e flui por onde encontra passagem.

Hipótese heurística 3

A ação de representar o crime no proibido procura interferir no sistema de partilhas políticas através da expressão estética da experiência de dissenso, procurando viabilizar a subjetivação política do sujeito criminal.

A experiência subjetiva de vincular-se ao crime e de encarceramento possuem caráter íntimo e privado. Através da linguagem e da comunicação, a experiência subjetiva ultrapassa os limites do sujeito, levando consigo as fragilidades, contingências e transformações que ele experimenta na configuração de si mesmo, nas suas interações com o mundo.

Representar o crime na música possibilita, através da experiência estética, tentativas de aproximação que produzem uma experiência dissensual e que permitem reivindicar para o sujeito o lugar de voz qualificada para falar em nome do coletivo *mundo do crime* como um mundo social que atravessa o *mundão* e mantém compromissos com os pedaços de si que estão nas *muralhas* e com a *comunidade*.

A voz do crime reivindica para si um lugar próprio nas partilhas do social, o que para Rancière (2009) sugere vontade de exercer uma subjetividade política, que implica conquistar ou alterar a potência da voz e mudar o lugar social imposto ao corpo e ao sujeito pelas partilhas consensuadas. A voz do crime não solicita o lugar de outros atores sociais, mas o direito de exercer sua própria voz, de falar em nome do coletivo do qual faz parte, e para isso reivindica o lugar de guardião de valores tidos como justos e que possibilitam a vida em comunidade. Os valores compartilhados aos dois lados da fronteira que separa os mundos que estão dentro e fora da lei permitem que as vozes transitem de um lado a outro (FELTRAN, 2013).

Hipótese heurística 4

A ação de representar no proibido cumpre a função de exercer o proceder, atualizando e colocando de manifesto a disposição para agir por e para o mundo do crime, tornando presente o compromisso.

A ação *representar* está associada à construção de si *ser disposição*, redescritção identitária que o sujeito faz de si mesmo mostrando seu apetite e vontade de fazer valer o compromisso firmado com o crime em qualquer circunstância. Os sujeitos que *são disposição* são sujeitos *de proceder*, sujeitos válidos para serem aceitos no *mundo do crime*.

Representar o crime no proibido pode configurar-se como uma expressão do *proceder*, exercendo-o em missões de natureza comunicacional, mas também posicionando o sujeito que representa com relação ao próprio *mundo do crime* e também aos inimigos, à comunidade, à sociedade.

Hipótese heurística 5

A ação representar o crime na música configura-se como um Jogo de Linguagem que permite conviver com o crime, mostrando-lhe consideração e disposição, sem necessariamente cometer atos criminais.

No mundo externo às *muralhas*, o *proceder* do *mundo do crime* se configura também nas ruas. O *crime*, como já disse anteriormente, não se define pelo delito tipificado, mas como um movimento no qual é possível estar sem necessariamente cometer atos criminais. Assim, a *disposição para representar* poderia ser uma maneira de *correr com o crime*, de conviver, compreender e até sobreviver ao crime, uma maneira de lidar com os efeitos da existência de um *movimento* e de um *mundo do crime*.

Em todos os direcionamentos é possível entrever como diferentes expressões de subjetividade são postas em circulação, em um sistema particular de regras relacionais e de significação, que implicam diferentes lugares de fala e a inscrição da ação em contextos que impõem demandas específicas. A posta em funcionamento recorrente da ação de *representar* configura versões de uma mesma prática comunicacional que leva em conta a escuta de partes externas à interação em si. Vejamos como essa prática pode ser pensada nos termos da Teoria dos Jogos de Linguagem de Wittgenstein (1999 [1953]), já abordada anteriormente nos capítulos 1 e 2 tanto como ferramenta heurística quanto como ferramenta conceitual.

4.3. Um jogo de linguagem adaptativo baseado na tripla contingência

*Não é a mais forte, nem a mais inteligente das espécies,
a que sobrevive, mas sim aquela que
melhor se adapta às mudanças. (Charles Darwin)*

A prática de *representar o crime* no proibido pode ser teorizada como um Jogo de Linguagem recorrente, praticado no nível intersubjetivo por indivíduos e também no nível das interações sociais pelo coletivo que reivindica o lugar de falante qualificado para fazer circular a voz do *mundo do crime*. Neste ponto utilizo a palavra “prática” para fazer referência ao emprego recorrente, não apenas pontual, da ação de *representar* na música. A ação de *representar*, vinculada ao *proceder*, é configurada primeiramente como uma metodologia de sobrevivência para lidar com o cotidiano influenciado pela presença do crime, seja dentro dele ou apenas correndo lado a lado. A prática de *representar* como forma de sobrevivência no plano intersubjetivo é anterior, portanto, ao acionamento do proibido como dispositivo interacional para *representar o crime* no plano social.

As palavras adquirem significado no uso, propunha Wittgenstein (1999 [1953]), com a Teoria dos Jogos de Linguagem, que ele desenvolveu depois de abandonar seus trabalhos com a filosofia analítica. O conceito de Jogos de Linguagem implica uma radicalização que faz desaparecer os limites entre o sujeito, a linguagem e o mundo. Se para o racionalismo e para a filosofia analítica havia uma separação lógica entre sujeito cognoscente, linguagem representativa e objeto de conhecimento, na Teoria dos Jogos de Linguagem o sujeito se constitui no próprio emprego da linguagem, que é compreendida como o todo formado pela habilidade natural que os humanos possuem para se comunicar e pelas atividades nas quais a linguagem está imbricada.

A palavra *representar*, quando empregada no *mundo do crime* para fazer referência a um compromisso, configura um Jogo de Linguagem na medida em que implica o acionamento de uma série de regras de ação e de significação negociadas localmente para usos concretos, o que por sua vez solicita que os sujeitos envolvidos assumam lugares de fala (ou de enunciação) específicos. O sujeito configura-se assim dentro do próprio Jogo, quando se posiciona e joga conforme as regras então pautadas ou introduzindo variações possíveis. A significação atribuída aos atos e às palavras é dada no contexto, na ação. Por isso é tão relevante jogar esse jogo insistentemente e de diferentes formas, em circunstâncias variadas, já que as regras que o pautam podem colocar a vida em risco e é preciso encontrar os lugares seguros.

Qualquer deslize pode ser compreendido como a quebra do *proceder* que impõe regras ao jogo *representar* no crime. O *proceder* opera como uma matriz construída socialmente através de processos comunicativos. É uma matriz móvel, submetida a atualizações constantes provenientes dos processos de interpretação dos fatos e objetos submetidos aos *debates* pelos

irmãos considerados como qualificados para decidir conforme o *proceder*. A disciplina do crime não está escrita: é aplicada circunstancialmente, em termos de causa e efeito, ação e consequência. As atualizações da matriz implicam, portanto, atualizações contínuas das palavras e do código linguístico usado para interpretar e dar sentido aos objetos submetidos a *debate* em cada momento, e para fazer referência a esses mesmos objetos.

As palavras são, para Wittgenstein (1999 [1953]), ferramentas para fazer coisas. O significado que podemos atribuir às palavras é estabelecido no uso, sendo um ponto de encontro de dinâmicas situacionais e relacionais, crenças compartilhadas, rupturas produzidas pelo desacordo, posicionamentos relativos assumidos pelas partes. O código posto em uso nas relações é fruto da posta em prática de Jogos de Linguagem. O sujeito, ou a ideia que o indivíduo pode desenvolver de si mesmo em cada momento, configura-se no próprio jogo, sem que se postule para ele, na Teoria dos Jogos de Linguagem, uma identidade independente do ato ou um “si mesmo” (*self* ou *eu*) essencial e permanente. A ideia de sujeito para Wittgenstein está sempre imersa na prática, ganhando o protagonismo que cada situação possibilita. O sujeito do crime se constitui inscrito em Jogos de Linguagem em tensionamentos que acionam, por exemplo, processos de sujeição e de subjetivação.

No plano intermediário das relações sociais, o acionamento do proibido para *representar o crime* vai se estabelecendo como uma tentativa de um coletivo, uma tentativa de aproximação através da estética como vetor que possibilita a veiculação da experiência vivida e também a apresentação reiterada de lógicas e racionalidades que não são facilmente apreendidas pelos discursos representativos, e aqui me refiro especificamente ao *proceder* do crime. A posta em prática do jogo no nível social transcende a ação no plano intersubjetivo, por um lado interferindo na construção do tecido do comum e aproximando-se assim da escuta social, e por outro lado construindo uma forma de habitar o crime ou lidar com seus efeitos a partir de um lugar social respeitado no próprio *mundo do crime* e que pode garantir a sobrevivência.

Para Wittgenstein (1999 [1953]), os Jogos de Linguagem guardam entre si semelhanças de família. As diferentes formas de jogar o jogo *representar* configuram membros dessa família. E *representar* na música é uma das formas de jogar o jogo *representar o crime*. Assim, nas peças de proibido que *representam o crime* há exaltação e celebração do *mundo do crime* e do Comando, de seus valores, feitos e poder; a expressão de vivências; a demonstração de *disposição*; o cumprimento do *proceder*. Há também formas de *representar* que não implicam um compromisso com o crime, mas que demonstram *consideração*, algo

muito valorizado. Há um conjunto flexível de regras que configuram o jogo na música, envolvendo o lugar de fala, a expectativa de escuta, a saudação e a celebração, os valores compartilhados e a finalidade que persegue.

A prática de *representar*, ao se repetir, pode ir se tornando uma metodologia para lidar com o cotidiano. Os Jogos de Linguagem que o sujeito repete de forma recorrente e reiterada configuram o que Wittgenstein (1999 [1953]) denominou “formas de vida”. Aquele que *representa*, repetindo o Jogo de Linguagem reiteradamente em qualquer circunstância, habita e exerce uma forma de vida (e de sobrevivência) que lhe permite lidar com os problemas práticos que enfrenta no ambiente em que vive. E assim como as espécies, os Jogos de Linguagem podem sobreviver ou desaparecer com o passar do tempo. Os jogos que permanecem em uso são aqueles que cumprem funções adaptativas, que garantem a sobrevivência:

*Assim que é bom, ter consideração
Na pura calma, mostrar disposição
Ser cidadão, seguir o meu destino
Cantor de rap, artista ou bandido
(A BALA come)*

No trecho acima, “assim que é bom ter consideração, na pura calma, mostrar disposição”, há um aviso. É melhor agir com calma, ter *consideração* e mostrar *disposição* para poder seguir o caminho ao lado do Outro, seguindo o próprio destino: *cantor de rap, artista ou bandido*. Cantores de rap, artistas e bandidos aqui *correm lado a lado*. O artista e o cantor de rap caminham com *consideração* ao lado do crime. A ação *representar o crime* na música configura-se como um Jogo de Linguagem que permite conviver com o crime, mostrando-lhe *consideração* e *disposição*, sem necessariamente cometer atos criminais, sem necessariamente assumir o compromisso com o crime.

Vemos aqui uma expressão da ideia de crime como movimento que atravessa ou avança na mesma direção que outros caminhos, que se expressa em *seguir o meu destino*. O pronome possessivo em primeira pessoa, “meu”, estabelece uma diferenciação entre o meu destino e o destino do Outro. Ao mesmo tempo, estabelece também uma identificação. “Ser cidadão, seguir o meu destino: cantor de rap, artista ou bandido” são três destinos possíveis para diferentes pessoas, ou para a mesma pessoa, um cidadão. O destino, *correr com o crime*, seja dentro dele ou lado a lado.

Nas regiões afetadas pela presença direta do crime, as pessoas veem-se obrigadas a encontrar formas de lidar com o crime, seja para defender-se de seus efeitos, para encontrar formas de convivência pacífica ou para acompanhar histórias de pessoas próximas que adentraram o *mundo do crime*. Essas pessoas veem como conhecidos e seres queridos *caem* no crime. Veem-se, elas mesmas, expostas às forças do crime. Estão expostas também à presença frequente da polícia em seus bairros, seja em ações repressivas de rotina, em operações extensivas ou na contenção de crises. O conflito entre grupos rivais que disputam o controle dos negócios ilícitos, especialmente do narcotráfico, soma-se à ação da polícia, frequentemente violenta. A polícia brasileira está entre as que mais matam e mais morrem em serviço no mundo (FBSP, 2016), embora a discrepância entre o número de policiais e civis mortos seja suficientemente grande para sinalizar algo mais que meros efeitos do conflito legal (MISSE, 2010), configurando uma situação de conflito armado que afeta de maneira diferencial as parcelas mais vulneráveis da população.

Os Jogos de Linguagem são configurados e postos em uso nas situações nas quais estão inscritos, e a situação das populações expostas ao crime nas periferias das cidades brasileiras é uma situação de vulnerabilidade subjetiva, econômica, social e política. Os jogos eficazes, que permitem a adaptação às circunstâncias, às contingências e ironias que impõem muitas vezes mudanças no percurso previsto das expectativas, são jogos que permitem a sobrevivência. No *mundo do crime*, a palavra sobrevivência pode representar literalmente garantia de vida. Ou, ao menos, uma convivência pacífica com o crime e uma maneira de lidar com seus efeitos.

Retomo aqui o caso específico da adesão ao PCC como problema (e, às vezes, solução, ainda que a solução em si possa se converter em problema) que o sujeito inscrito no crime ou submetido ao encarceramento tem que enfrentar. A adesão ao PCC é descrita em etnografias realizadas em centros prisionais e em depoimentos pessoais de ex-presidiários como um processo voluntário. A decisão voluntária, como já se sinalizou aqui, precisa ser compreendida como uma decisão a ser tomada em contextos fortemente hostis, como pode ser o ambiente carcerário que, no caso do Brasil, está controlado por grupos criminais. Decisão, portanto, livre e, ao mesmo tempo, determinada. A recusa do convite não deve, em princípio, acarretar represálias ao convidado a fazer parte do PCC. Dependendo de sua posição no *mundo do crime*, o convidado que recusou a filiação poderá participar de parcerias em negócios e empreitadas, ou formar grupos e quadrilhas para ações individuais, sempre e

quando suas ações estejam de acordo com a *disciplina* do Comando (DIAS, 2011). Disciplina que opera dentro e fora do sistema prisional.

O rapper Dexter conta que um dos atributos pessoais valorizados pelo PCC nas prisões para estender o convite para formar parte do Comando é a inteligência. É também a inteligência que possibilita negar o convite de uma maneira que não gere implicações. Se aceito, o convite gera *compromisso*, com obrigações não apenas no plano das ações, mas também no plano moral (ENTREVISTA UOL – Rapper Dexter fala sobre o P.C.C.). A inteligência e a destreza da palavra permitem que o sujeito que nega o convite, e também trabalhadores e sujeitos que não pertencem ao crime, possam ser considerados *cabulosos*⁴⁷, capazes de manter a *mente blindada* e ainda de influir na mente dos demais (MARQUES, 2009).

A mente é um bem precioso no *mundo do crime*, como já disse antes. O corpo pode ser preso e restringido, mas não a mente, ideia que inspira músicas que lembram a frase atribuída a Mahatma Gandhi: “Vocês podem me acorrentar, me torturar. Podem até mesmo destruir meu corpo, mas nunca irão aprisionar a minha mente”. A capacidade de manter a *mente firme*, a *mente blindada*, é um atributo valioso. A *mente firme*, blindada e tranquila, pode se proteger da influência psicológica, que pode vir do *opressor* ou do *lado errado*. Mas, além disso, a mente blindada pode, também, influir em outras mentes. A mente que é capaz de *invadir* a mente do Outro é valiosa e a inteligência que permite lidar com o código linguístico em Jogos de Linguagem dinâmicos como os que caracterizam o código no proibido é uma habilidade natural que potencializa a sobrevivência do indivíduo, mas também do grupo.

No plano intermediário das relações sociais, o *mundo do crime* põe o proibido em uso para suas tentativas comunicacionais de maneiras que permitem entrever, no nível do senso comum, uma ideia de comunicação que serve para produzir efeitos, para transformar o estado de coisas e criar outras novas. Podemos observar que apesar do acionamento funções instrumentais e informacionais como a encomenda de *salves* em forma de canção, os direcionamentos do proibido para *representar o crime* pressupõem uma ideia reflexiva da comunicação, que implica a consciência de escuta de atores externos à interação comunicativa em si mesma. A reflexividade pode ser percebida na ancoragem da fala na escuta tanto no nível intersubjetivo, se pensamos nas relações imediatas dentro do *mundo do crime* e adjacências (por exemplo, no posicionamento para *correr lado a lado* com o crime sem se

⁴⁷ O emprego da palavra *cabuloso* foi registrado por Biondi para fazer referência ao sujeito que não deixa ninguém subjugá-lo, “entrar em sua mente”. Sujeito que é “senhor de si”. (BIONDI, 2010; 238). A *cabulosidade* como atributo foi também registrada por Marques (2009).

envolver em suas atividades), quanto no nível social se pensamos no direcionamento político (reivindicação da voz do crime).

Além disso, em alguns desses direcionamentos, a tripla contingência é o elemento central. O acionamento do proibido para *representar o crime* como um Jogo de Linguagem que permite conviver com o crime lado a lado, lidando com seus efeitos, está assentado na consciência de escuta do Outro que não está presente na interação. Essa consciência prevê as diferenças de pontos de vista e de necessidades únicas e locais, incomensuráveis em si mesmas. Existe ao mesmo tempo expectativa de escuta no Outro a quem é dirigida a interação, mas também a expectativa de escuta de um terceiro, às vezes a sociedade, e outras vezes o próprio *mundo do crime*.

Esses usos são perceptíveis nas justificativas que as letras dirigem para esses “terceiros em escuta”. Há menções, por exemplo, à revolta que golpeia o sujeito do crime ou ao ódio cultivado desde a infância, dirigido à sociedade em uma espécie de apelo à humanidade anterior ao atravessamento pelo crime. Essas menções são, contudo, mínimas em quantidade e intensidade nas músicas se comparadas com a exaltação da força, força para lutar, unida à *disposição* que confere propulsão. Força que pode ser pensada como uma “vontade de potência” nos termos formulados por Nietzsche, vontade de transcender a si mesmo, e força necessária também para resistir.

A consciência de escuta e da tripla contingência está presente também nas justificativas da posição de quem canta, em movimentos necessários para proteger da perseguição sob a acusação de crime de apologia. Também está presente na consciência da escuta pela *comunidade*, com a que o crime mantém uma relação íntima. Cronista da favela, voz da favela, defesa da *comunidade*. Consciência também da escuta do próprio *mundo do crime* em sua abrangência, que valida o ato de *representar* em sua expressão como *compromisso* e também como *consideração*.

Em algumas músicas, o MC explica que faz o que pode para colaborar na luta, ou conta como um telefonema faz a encomenda do *salve* em forma de canção. O lugar de fala reivindicado, e em alguns casos encomendado, não é o da vítima de injustiças sociais, mas sim o da voz do crime como voz qualificada em si mesma. Mas ao mesmo tempo em que se reivindica o lugar político para a voz do crime, busca-se justificar para o público, para a sociedade, as razões do ingresso no *mundo do crime*.

O acionamento do proibido pelo crime ganha forma, sentido, substância, direcionamento na posta em prática. Por isso é possível observar diferentes usos e direcionamentos tentativos para o proibido acionado como dispositivo interacional para *representar o crime*. Esses direcionamentos apontam para as trocas entre *muralhas* e *mundo do crime*, a transmissão de recados e comunicados, a demonstração do *proceder*, a negociação de posicionamentos locais, a interferência no tecido de partilhas políticas.

Como ação comunicativa, *representar o crime* no proibido aciona o dispositivo repetidamente para ajustes sucessivos. A própria ideia subjacente à onipresença de *(re)presentar* pressupõe a repetição. Quem representa, representa *geral*. Representa sempre. Representa em qualquer lugar. Representa em qualquer situação. *Representar* é repetir e reiterar o compromisso, numa espécie de confirmação continuada, neurotizada na medida em que se repete em si mesma, por isso mesmo sinalizando o conflito e a tensão subjacentes à vida no crime, no fio da navalha.

Ao acionar o proibido repetidamente e em diferentes circunstâncias, a voz do crime atualiza as formas de uso, adaptando o lugar de fala para gerar melhores ajustes e possibilitar uma maior aproximação, desenvolvendo discursos mais eficazes como discursos de legitimação baseados em textos jurídicos, na teoria da guerra justa, no discurso dos direitos humanos e constitucionais, ou discursos afetivos ou baseados no hiperrealismo. Por outro lado, a repetição está intimamente ligada à iteratividade da linguagem. A reiteração da palavra, para Derridas (1991⁴⁸, apud COSTA, 1994) é a condição de sua eficácia semântica. A palavra repetida jamais é a mesma, repete-se de maneira diferencial. A reiteração instala uma diferença de espaço e tempo, entre dois empregos em dois momentos diferentes.

Empiricamente, o contexto que dá sentido à palavra nunca é o mesmo, e nem os jogos de linguagem acionados são jogados da mesma forma em cada repetição. A possibilidade de eficácia derivada da reiteração poderia se ampliar, então, na medida em que o Jogo de Linguagem *representar* é jogado de tantas maneiras. Assim, a *(re)presentação* do crime, a apresentação reiterada, possibilita por um lado maior eficácia comunicacional ao ampliar as probabilidades de sucesso e, ao mesmo tempo, atualiza incessantemente o compromisso, tornando-o vivo e manifesto, inteiro, polivalente, onipresente na medida em que a cada reiteração do jogo é presentificado em situações empiricamente diferentes, atestando sua pervasão e transcendência.

⁴⁸ DERRIDAS, Jacques. **Limited Inc.** Campinas: Papyrus Editora, 1991.

4.4. Tornar-se sujeito no crime

O lugar do sujeito no crime e suas construções de si mesmo nos jogos relacionais nos quais está envolvido é um aspecto central para compreender o processo de enunciação da voz do crime no proibido. Retomo aqui a discussão sobre tornar-se sujeito no crime, passo prévio à busca de um posicionamento público para suas vozes. O que foi discutido até este ponto diz respeito ao desenvolvimento e posta em uso de um jogo intersubjetivo e de uma prática social que servem para lidar com os efeitos do envolvimento ou proximidade do *mundo do crime*, tendo o sujeito criminal como ponto de partida.

Até aqui usei a expressão *voz do crime* no singular. Inicialmente, porque é assim como essa expressão aparece em muitas músicas que analisei: “aqui quem fala é o crime”; “é o crime que está falando”; “o partido falou”. Em parte, isso está relacionado com o fato em si de elevar a voz do crime, de torná-la pública e de reivindicar para seu dono coletivo um lugar social próprio. Mas é necessário pontuar aqui que o uso do termo *voz* é também posto em Jogos de Linguagem inscritos em condições específicas, relacionados à busca da realização do princípio de Igualdade que confere ao PCC e ao *proceder* no crime um registro político concreto, que pode ser pensado, como propõe Feltran (2013), como o lugar de guardião de valores pró-sociais (e igualitários), ainda que respaldados pelo crime.

Ao tratar da política local que o PCC desenvolve nas prisões, Biondi (2010) registrou que a noção de *voz* é evitada pelos presos por ser considerada totalizante, entranhando o risco de calar a multiplicidade de vozes que deveria compô-la. No âmbito específico das celas, a noção de *voz* foi abandonada em sua acepção relacionada a posições de liderança porque “não dá para falar uma voz só (...). Se um é o voz, parece que só ele fala, mas olha só quanta gente aqui tem pra falar” (BIONDI, 2010, p. 146). Isso implica, como diz Biondi, a consciência entre os presos da inexistência de consenso. Ou, em outros termos, consciência da incomensurabilidade no encontro das vozes. Nas músicas, a *humildade* e o *respeito* são cantados reiteradamente como atributos valorizados no *mundo do crime*, onde no plano discursivo, qualquer forma de opressão ou dominação entre iguais é repudiada, embora validada quando se considera necessário eliminar um foco de ameaça, o que se materializa, na forma mais extrema, em execuções.

Parte das músicas nas quais eu identifiquei o uso da expressão “voz do crime” data do início da década de 2000. São anteriores à disseminação capilar do princípio de Igualdade no próprio corpo do PCC. Pude registrar que as músicas mais recentes são menos incisivas ou

mais ambíguas no posicionamento como “a voz do crime”, o que em parte está relacionado à prevenção contra a perseguição por apologia. Mas é possível que a multiplicidade de lugares de fala reivindicados esteja relacionada também às variações que vão sendo construídas na posta em prática do Jogo de Linguagem *representar* no proibido, informado pelo princípio de Igualdade associado ao *proceder*, o que implica especificações variadas no lugar de fala e no posicionamento da voz. Portanto, um acionamento múltiplo de vozes e lugares de fala, expressando uma vontade de subjetivação política (RANCIÈRE, 2009), de descolamento da identidade cristalizada em outras subjetividades possíveis.

Dito isto, retomo aqui a discussão sobre a construção da subjetividade no *mundo do crime*, processo que está inscrito no campo dos efeitos do ingresso no crime com as rupturas que isso implica; no campo dos efeitos dos processos sociais de sujeição criminal e a incomunicabilidade que o assujeitamento pode acarretar; nos jogos de constituição da subjetividade nas contingências do sujeito, inscritas em circunstâncias históricas nas quais o sujeito está situado entre padecer e agir. Retomo a discussão sobre o sujeito que se redescobre *estruturado* no crime, com mente e coração blindados, o coraçoado que reitera insistentemente sua condição no proibido, e o sujeito que em ocasiões contadas consegue se redimir, reconvertendo-se, transformado de sujeito do crime em sujeito político, como abordo mais adiante.

A experiência de tornar-se sujeito do crime cantada no proibido e de emergir na música como voz qualificada é resultado de um movimento de atualização a partir das interações entre descrições que o sujeito faz de si e processos identitários postos de fora para dentro. A tríade *Estruturar-se*, *Blindar a mente* e *Blindar o coração* reflete um processo de redescção do sujeito a partir de seu ingresso no *mundo do crime*, redescção que implica também um reordenamento, no plano linguístico, da compreensão que ele faz de si e de seu lugar no mundo. Essa tríade se condensa na nomeação que o sujeito faz de si como *sujeito de disposição*, ou simplesmente *(ser) disposição*, como disse anteriormente.

A *disposição* foi descrita por Biondi (2010) como um elemento central para a reprodução do PCC como um movimento fluido, que se assemelha a uma metodologia de vida desenvolvida para sobrevivência e autoproteção. Para Biondi, é justamente o fato de ser mais uma forma do que uma estrutura o que permite ao PCC acontecer independentemente de que haja pessoas comandando (FAGUNDEZ, BBC Brasil, 08/01/2017). Todo o vocabulário empregado pelos membros do PCC remete à ideia de fluxo e movimento. A própria palavra

comando é preferida a outras para fazer referência ao grupo, remetendo à ideia de condução pelo “caminho certo” (BIONDI, 2010, p. 146).

Em seus registros, Biondi (2010) encontrou que os termos *disposição* e *apetite* são empregados pelos presos para expressar as vontades e impulsos que alimentam ações e permitem a elaboração de estratégias, projetos e objetivos cuja execução não é impedida por obstáculos, mas viabilizada pela capacidade de improvisação e criatividade (BIONDI, 2010). A *disposição* e o *apetite* sinalizam a intensidade das vontades, como uma força propulsora para as ações. Podem ser pensadas como o desejo nos termos propostos por Davidson (1982) e, portanto, como objetos do mundo empírico do sujeito, intencionais. E como partes integrantes do sujeito, definido por Rorty (1989) como rede de crenças e desejos.

Ser disposição é um passo além da posseção do atributo, de *ter disposição*. Trata-se de um processo de identificação no qual o sujeito, ao se redescrever, se iguala àquilo que é considerado valioso para o grupo de afiliação. Em termos psicológicos, a identificação implica uma espécie de fusão cognitiva, na qual a compreensão que o sujeito faz de si incorpora um produto da cognição como sendo ele mesmo. Esse processo de incorporação de atributos como adjetivos do sujeito, no extremo da identificação com o atributo valorizado no crime, ocorre como movimento contrário ao movimento de identificação com atributos negativos provenientes de descrições externas, impostas especificamente na sujeição criminal (MISSE, 2010).

Muitas das contribuições teóricas mais destacadas sobre a subjetivação nas Ciências Sociais sugerem que a experiência de tornar-se sujeito é resultado da resposta ao assujeitamento. O sujeito é compreendido nessas perspectivas teóricas como o efeito de ser posto pela estrutura (assujeitamento), e de emergir como contraposto reflexivo (potência). Misse, ao tratar da construção do sujeito criminal, encontra tais perspectivas nas obras de autores como Althusser (1972), Butler (1997, 2005), Foucault (1977, 1984, 1988, 2006), Das et al (1997) (MISSE, 2010).

O sujeito que surge da subordinação, do assujeitamento, é comumente estudado, pontua Misse (2010), como sujeito que emerge como revolucionário, como sujeito que aporta novos valores para superar sua condição de assujeitado. Raramente, contudo, contempla-se o sujeito que emerge como efeito do assujeitamento como o sujeito que subordina e subjuga, que não aporta valores democráticos. Misse chama a atenção para o fato de que, chegando-se a esse ponto, o sujeito simplesmente não é pensado, habitualmente, na sociologia convencional, que relega seu estudo à psicologia, à psicanálise, à filosofia, aos estudos culturalistas. Com isso,

situa-se no plano micro a decisão individual de inscrever-se em processos sociais como, por exemplo, o ingresso no *mundo do crime*. Não é possível pensar o processo de tornar-se sujeito apenas em um desses dois planos, macro ou micro.

Para Misse, existem várias formas de subjetivação que processam um sujeito não revolucionário e não igualitário. Para o autor, o mais conhecido desses sujeitos é aquele que no Brasil é chamado de bandido, o “sujeito criminal que é produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais” (MISSE, 2010, p. 17). Não se trata do sujeito que cometeu um crime, mas do agente de práticas criminais e criminalizáveis para as quais se reserva uma reação moral e a punição mais forte, seja em sua anulação física ou em sua reconversão à sociedade. Existe, para esse sujeito, uma expectativa social de ingresso no crime, que termina por se confirmar em processos circulares e cumulativos.

A reação ao crime singular do sujeito que reúne as condições para ser sujeito criminal está inscrita em um processo social que Misse nomeia de “acumulação da violência”, um processo circular no qual a acumulação de desvantagens se soma à incriminação preventiva de certos tipos sociais. O deslocamento da punição do crime para a punição do sujeito como portador de uma subjetividade criminosa materializou-se no Brasil em esquadrões da morte, grupos de extermínio e no tratamento que se dá ao detento. Historicamente, o processo de sujeição criminal presente ao longo do tempo ganhou uma nova dimensão quando o narcotráfico substituiu outras atividades ilegais tradicionais, como por exemplo o jogo do bicho, despertando também menor reação moral local do que as atividades criminais convencionais (MISSE, 2010).

Os conflitos sociais que no Brasil causam dor, humilhação, revolta e sofrimento cotidiano a milhões de pessoas tornam-se invisíveis quando se pensam as misérias, e não apenas as misérias econômicas, unicamente como produto das contingências do indivíduo. A acumulação de privilégios é paralela à acumulação de desvantagens, e as possibilidades e capacidades para superar condições limitadoras não são pensadas tendo-se em conta que as precondições modelam nossas formas de perceber o mundo e a nós mesmos. E nem as saídas são percebidas da mesma maneira. Ao chamar a atenção para as precondições sociais que precedem o indivíduo como modeladoras do funcionamento afetivo e cognitivo, Souza (2009) situa-se para além da limitação identificada na Sociologia por Misse (2010) para pensar o sujeito do crime.

O compromisso com o crime implica uma necessidade de invisibilidade e possivelmente abandono do lugar de origem (BIONDI, 2010; DIAS, 2011), impondo rupturas ou ao menos a

frouxidão, como propõe Dias (2011), com outros mundos sociais, principalmente os vinculados ao *sistema*, ou seja, com a sociedade e os compromissos associados à filiação ao mundo do trabalho (posse de documentos, carteira de trabalho assinada, endereço etc.). Ao ingressar no crime, o sujeito passa a viver uma vida clandestina, distanciando-se ou separando-se das pessoas que antes faziam parte de sua vida, ocultando seu paradeiro e a própria identidade.

Mesmo o bandido que conquista status e dinheiro na favela, apesar de permanecer inserido na lógica da sociedade de consumo, não desfruta dos privilégios que esta pode proporcionar. Além de não poder usufruir plenamente de bens de consumo, vive em ameaça permanente de morte. Seus bens e dinheiro podem ser expropriados em qualquer momento por policiais corruptos ou por grupos rivais (SALLES, 2015). Seu lugar de poder é clandestino. Seu lugar de segurança e de afiliação é confinado. Quando convicto, tem a voz como detento assujeitada.

Todas essas rupturas, quando vividas de forma extrema na experiência de sujeição criminal, produzem um sujeito-limite ou sujeito-em-ruptura com a ordem legítima, o que aprofunda sua individuação e desafiliação (MISSE, 2010). No extremo, esse processo pode chegar a conduzir o sujeito à impossibilidade de comunicar sua experiência social, adentrando a invisibilidade e a perda da voz. O encarceramento, como consequência do ingresso no crime, agudiza os efeitos desse processo.

Misse compara o estado de incomunicabilidade que a pessoa submetida ao processo de sujeição criminal pode experimentar ao estado do místico ou do esquizofrênico, por exemplo, estabelecendo uma analogia arbitrária, mas que possibilita que nos situemos nos limites que a incomunicabilidade impõe. Na condição de incomunicabilidade, a participação no registro das intersubjetividades pode parecer “desnecessária, superficial ou mesmo impossível” (MISSE, 2010, p. 30). Em outras palavras, constituir-se como sujeito na interação com o Outro passa a ser algo sem sentido. A incomunicabilidade de que fala Misse vai além da ruptura advinda da busca de invisibilidade necessária na vida clandestina, estando associada a uma impossibilidade de escapar dos fios complexos da teia da sujeição criminal.

O sujeito do crime encontra, então, no *mundo do crime* e nos comandos, um lugar para uma redescritção identitária que o amplia e atualiza. Amplia porque reinscreve o sujeito em um novo tecido social, movimento que permite revisitar a si mesmo em outro aspecto, outra expressão de si, agora *fortalecida, pesada, estruturada*. Atualiza porque o faz emergir novamente, em um novo espaço intersubjetivo, o *mundo do crime*, com sua rede de

experiências ampliada. Não é à toa que a palavra *estruturado* seja usada nesse processo de redescrição de si, que atualiza o sujeito revoltado com suas condições, com sua infância, com seu sofrimento, com o lugar social que lhe é dado. O termo usado não é reestruturado, mas *estruturado*. Como se por primeira vez encontrasse estrutura, ou como se a ruptura tivesse sido tão violenta que não era possível reestruturar, sendo necessário criar uma estrutura em um processo totalmente novo.

De uma perspectiva pragmatista, Rorty (1989) propõe conceber o sujeito como uma rede de crenças e desejos, rede que é efeito da posta em uso da linguagem como meio para lidar com as experiências de causa e efeito vividas. O sujeito é sempre, ao mesmo tempo, livre e determinado, livre para tomar decisões, mas inscrito em suas contingências imediatas e nas suas condições de existência. Encontro a formulação de Rorty produtiva para pensar o processo de subjetivação no crime como uma resposta à sujeição, pois permite precisamente o desdobramento sinalizado por Misse, do sujeito que emerge como sujeito dominador mas que é produto de suas contingências, sem ter que reduzi-lo a uma perversidade intrínseca e nem ao determinismo do meio. É possível ser *humano verdadeiro* e *monstro* ao mesmo tempo.

Nas formulações de raiz estruturalistas, tornar-se sujeito associa-se à superação de uma condição prévia e posta externamente. Daí que o sujeito seja considerado um efeito de ter sido posto pela estrutura, pelo poder. Uma reação que supera e transcende a situação anterior, como uma espécie de salto que permite revelar o sujeito oculto para situá-lo em um novo patamar. Diferentemente, a formulação proposta por Rorty está assentada no que Ramberg (2004) nomeou na obra do filósofo americano como Naturalismo Pragmático. Para Rorty, o sujeito não emerge: é constituído em um processo reticular nas interações, pela *via di porre*⁴⁹, acrescentando experiências à rede de crenças e desejos que conforma a subjetividade.

O sujeito existe sempre como um efeito das descrições que ele faz de si, resultantes das experiências de causa e efeito que vivencia no ambiente, e das experiências relacionais com outras pessoas. Como efeito do uso da linguagem para referir-se ao mundo empírico da ordem das crenças e desejos, o sujeito é concebido como um particular, como algo único que pode ser descrito e redescrito continuamente, sem deixar de ser o que era. Ele é ao mesmo tempo filho, irmão, cidadão, disposição, artista, bandido. Não há nada oculto a ser revelado ou elevado a um novo nível. O sujeito se amplia e se atualiza, não se revela, nem emerge. Ele é

⁴⁹ Referindo-se às belas artes, Leonardo da Vinci formulou o contraste entre a *via di porre*, pela qual trabalha a pintura, acrescentando substâncias (cores) à obra, e a *via di levare*, pela qual a escultura constrói removendo da pedra bruta aquilo que cobre a superfície, revelando a estátua nela contida. Essa metáfora é recuperada por Jurandir COSTA, através de Freud, para referir-se à ideia pragmatista de subjetividade em Rorty, que operaria pela *via di porre*, em contraste com as teorias essencialistas e estruturalistas que trabalham pela *via di levare* para chegar ao sujeito oculto e que pode ser revelado.

livre para escolher, mas inscrito nas suas contingências, que configuram suas limitações e possibilidades.

Pensado como rede de crenças e desejos, o sujeito que se *estrutura* no crime ou no Comando não deixa de ser o que era, mas se reorganiza e desenvolve possibilidades a partir das condições de sua existência e das decisões que toma em cada momento. A rede de crenças e de desejos que Rorty (1989) concebe como a causa do comportamento linguístico singular, ou seja, como a causa do comportamento intencional que faz referência a um particular irrepetível, que é o sujeito, se amplia, com novos nós. Por isso é possível voltar aos nós anteriores, embora sua potência enunciativa só se possa manifestar quando atinge o campo da intersubjetividade para além do espaço confinado. Daí a relevância dos processos que Misse (2010) descreve como processos de reconversão, que discutirei mais adiante, que requerem a posta em público do testemunho da transformação para a reinserção social.

Não é preciso pensar aqui em valores justos ou democráticos para conceber a existência do sujeito, inclusive de um sujeito que emerge da dominação e do assujeitamento para também assujeitar, para também dominar. Porque essas são as lógicas instrumentais do contexto que ele habita. Porque os jogos de sentido que podem garantir sua existência são construídos sobre essas bases. A redescrição que o sujeito faz de si, transmutando em atributos positivos aquilo que de outra perspectiva é nomeado como monstruosidade, é uma ampliação, uma atualização que reorganiza crenças e desejos, humanos, na singularidade de uma biografia, irrepetível.

Vemos como a *disposição* cantada nas músicas está intimamente ligada à experiência de descrever-se como sujeito no crime. A *disposição*, como desejo, ou como apetite e força propulsora, quando se repete e permanece passa a fazer parte da descrição que o sujeito faz de si mesmo. E isso é assim porque a *disposição* nos termos do *mundo do crime* é a porta de entrada para um novo mundo de afiliação social no qual o sujeito, limite ou quase incomunicável, se reorganiza e se amplia criando uma nova estrutura reticular onde aquilo em que acredita e aquilo que deseja podem configurar pacotes coerentes para agir com outra potência, empoderado, estruturado, blindado. Daí a passagem de ter *disposição* a *ser disposição*.

Além do aspecto dinamizador da *disposição*, a redescrição do sujeito no crime implica também força para resistir e para lutar nas guerras que essa forma de vida impõem. A blindagem do coração é autoexplicativa: submeter sentimentos e emoções à blindagem serve para evitar o alvoroço interno. Não sentir para não titubear. Não abrir espaço para sentimentos

e paixões para não confundir. A “calma” interna no plano emocional que a blindagem solicita precisa de crenças fortes. Crenças que permitam manter a mente firme, também ela blindada. E crenças e desejos operam em pacotes, pois uma crença requer outro pacote de crenças coerentes entre si que lhe dê consistência e direcionamento, para poder prosperar. Crenças e desejos, ao contrário das impressões e das ideias pontuais, operam em pacotes (DAVIDSON, 1982; RORTY, 1989).

A existência de um pacote prévio de crenças nas quais uma crença singular pode prosperar (e o mesmo pode-se dizer dos desejos) é especialmente relevante se pensamos nas condições afetivas e cognitivas, mencionadas por Souza (2009) como condições do sujeito. A criança que cresce sentindo-se inferior, fadada para o crime, por exemplo, incapaz de obter bons resultados na escola ou incapaz de prever um futuro no mundo do trabalho, quando é narrada como sujeito criminal em potência conta com condições totalmente diferentes das condições de uma criança de classe média, por exemplo, para considerar-se sujeito no crime como um desenrolar previsível para sua vida. Algo que para uma criança da classe média provavelmente seja impensável.

Pensar o sujeito em termos de um conjunto plausível de crenças e desejos permite que no mesmo corpo habite mais de um “eu” que, na forma de pedaços da rede (de crenças e desejos), assuma o controle em diferentes situações (na família, no crime, na música, na sociedade). Essa flexibilidade facilita a compreensão de muitas falas no proibido que de outra forma poderiam ser descritas como ambíguas ou escorregadias. Retomando aqui que toda ação intencional à que se pode atribuir intensidade (apetite, vontade, disposição) pode ser pensada em termos de desejo como finalidade da ação, e que crenças são regras para a ação, o sujeito cantado no proibido pode ser então muitas coisas ao mesmo tempo, ainda que o “particular” que é a causa do comportamento não perca sua forma única (o eu) entre descrições e redescrições.

Assim, *representando* reiteradamente o crime, o sujeito se redescreve continuamente, às vezes *envolvido até os ossos*, compartilhando destinos na forma de *cantor de rap, artista ou bandido*, expondo as causas de seu comportamento que são razões na medida em que são causas das quais o sujeito é consciente. Como disse no início deste capítulo, não podemos esquecer que o proibido é um vetor estético, acionado para possibilitar que a vivência transcenda o nível íntimo através do gesto estético, mas também para usos instrumentais. Em ambos os casos, ator e personagem se confundem porque o vetor estético possibilita essa dissolução do sujeito. Por isso as redescrições contínuas do sujeito que *representa* o crime na

música, sendo ele a voz ou o porta-voz, podem ser compreendidas unicamente como postas em circulação da subjetivação no crime. Não por isso, contudo, uma subjetividade menos real ou menos significativa. Esse é, de fato, o elemento de passagem para o emprego do gesto estético para a configuração do sujeito político, tema da próxima seção.

4.5. O gesto estético para romper a incomunicabilidade

As músicas de proibido nas quais os MCs se posicionam como a voz do crime ou como porta-vozes para *representar o crime* e, de forma específica o PCC, estabelecem um canal afetivo entre as *muralhas* e o mundo da liberdade, celebrando o vínculo da irmandade e a solidariedade entre pessoas que vivem ou viveram experiências no crime e no encarceramento. Quando o proibido é acionado como vetor estético para compartilhar experiências, a voz do crime faz circular as vivências e o sofrimento associados à ruptura social e com a família, à perda dos amigos, às emoções destrutivas experimentadas na vida no crime e na prisão. Os *salves*⁵⁰ e as mensagens de esperança ou recados são comuns na estrutura dessas músicas, situados como elemento de abertura e de fechamento do corpo das letras, que narram as vivências no crime e na prisão. É comum a saudação e a nomeação (ou convocação) de *irmãos* detentos ou que estão *na luta*.

A experiência está encravada em condições históricas, e estabelece para o sujeito uma intersecção entre padecer e agir (DEWEY, 2005), entre aquilo que o antecede e as suas escolhas situadas. Ao passar por uma experiência, o indivíduo nunca mais é o mesmo: a experiência entranha transformação, que pode conduzir a uma reinvenção de si mesmo e das suas relações com os outros. Mas para ganhar forma e sentido, a experiência precisa ser submetida à ação da linguagem – precisa ser contada para si mesmo e para o Outro. É a experiência narrada, que ultrapassa os limites da vivência íntima, que tem potencial para transformar produzindo rupturas nos processos recorrentes e repetitivos do cotidiano. A experiência fica inscrita nos corpos e nas mentes dos sujeitos, e pode ser acessada, por exemplo, através do gesto expressivo documentado em vetores estéticos.

O vetor estético possibilita uma expressão da experiência em um gesto coerente e unificado, que inclui aspectos afetivos e históricos, vinculados a construções sociais, culturais e políticas que podem ser compreendidas como um ambiente de produção e de recepção

⁵⁰ A palavra *salve* é empregada com diferentes acepções no proibido. Em primeiro lugar e mais comumente, como saudação. As saudações são incluídas no início e no final das músicas e transmitem mensagens de ânimo e solidariedade. Os *salves*, além da saudação, são também acionados para transmitir comunicados e recados para os *irmãos* ou para a *sociedade*. A celebração da irmandade no PCC está presente nos *salves*, bem como a citação de nomes de irmãos presos ou em liberdade.

(CARDOSO FILHO, 2016). O sujeito inscrito no *mundo do crime* não tem a mesma potência enunciativa que os sujeitos inscritos nas redes sociais legítimas associadas ao mundo da legalidade e do trabalho. Para além do seu lugar de rupturas e também do seu lugar de sofrimento, o que esse sujeito tem a dizer está respaldado por um modo de vida (ou de sobrevivência) situado no lado oposto à lei e ao bem comum.

O proibido, como vetor estético, é acionado para compartilhar a vivência no crime, nas ruas ou nas *muralhas*, para que o falante possa se fazer sentir pelo Outro, sejam eles os Iguais ou a sociedade. E para que a experiência vivida possa ser elaborada e contada, é necessário que haja consciência dela em algum grau, consciência da vivência e de que se produziram, através dela, transformações. O gesto de produção estética permite que a experiência seja então compartilhada, transcendendo os limites da vivência íntima. A experiência estética ultrapassa, assim, o âmbito psicológico do indivíduo. O aspecto estético situa-se precisamente “na relação interacional ou comunicativa” (BRAGA, 2010c, p. 83) da experiência, sendo que a experiência de expressar a vivência é, em si mesma, experiência vivida.

A experiência íntima não é suficiente. O ser humano precisa dar sentido àquilo que lhe rodeia e também a si mesmo por razões que são próprias da sua espécie, já que usamos a linguagem como uma habilidade natural para lidar com as nossas vivências empíricas no ambiente, principalmente buscando compreendê-las para poder prever o curso das coisas e decidir como agir em cada momento. O cérebro humano é um órgão desenvolvido para interpretar o ambiente, prever acontecimentos e guiar para a sobrevivência, sendo que a linguagem desempenha funções adaptativas nas nossas relações como o meio. E a experiência, a vivência, ao transformar o sujeito, só se realiza finalmente, com sua expressão, situando-o para si mesmo e para os outros.

Provavelmente isso seja assim porque através da expressão da experiência e dos efeitos que podemos recolher ao compartilhar nossas vivências, podemos chegar a pertencer ou até mesmo não caber em mundos e condições. Em outras palavras, se houver coerência ou sintonia entre a experiência vivida e as reações que obtemos ao compartilhá-la, temos nosso lugar garantido naquilo que Rancière (2009) nomeia como sensível, âmbito onde se estabelece o que é comum para uma comunidade, o que merece sua atenção. Mas se não houver sintonia ou coerência, se não coubermos, podemos ficar fora do lugar ao que pertencíamos, ou ser arremessados para outro lugar onde pensamos não caber. Ou ainda ser lançados ao lugar onde as coisas não são vistas e, portanto, não se fala delas.

Meu ponto de partida para dar continuidade a esta discussão é o lugar da invisibilidade ou, se preferirmos, da incomunicabilidade. A incomunicabilidade não é necessariamente derivada da incapacidade de falar. Pode vir também da impossibilidade de ser ouvido ou da ausência de escuta, de uma escuta disponível e disposta. Misse (2010) especifica como a sujeição criminal, entendida como processo social, pode arremessar o indivíduo à incomunicabilidade da sua experiência social na medida em que ele é aprisionado nas narrativas e nomeações consensuadas que circulam sobre ele. Quando as narrativas estão cristalizadas, quando a composição é harmônica, as mudanças de tom soam como ruídos.

A noção de sujeição criminal que aciono aqui é formulada por Misse (2010) como resultado de um processo de constituição de subjetividades, identidades e subculturas em uma categoria⁵¹ de indivíduos. Para Misse, para que haja sujeição criminal é preciso que estejam presentes três fatores: (1) existência de designações sociais que produzem uma “exclusão criminal”, através de acusações e incriminações, de sujeitos que caiam na categoria do que é delito (seleção social do indivíduo criminalizável); (2) atribuição à pessoa de uma tendência a cometer crimes, de seguir um curso de ação incriminável (baseada na crença de que sua trajetória confirma regras de experiência, como ter relações com outros bandidos ou ser encarcerado); (3) autorrepresentações, no sujeito, ou representações naqueles que o rodeiam (familiares, grupo social de referência ou lugar onde vive) que ora demandam ou tentam explicar suas escolhas, ora as atribuem à sua singularidade ou concluem pela impossibilidade da explicação das razões que o conduzem à sua trajetória (MISSE, 2010, p. 25).

A sujeição criminal inscreve o crime no próprio sujeito, não nas ações. Daí que sair do *mundo do crime*, diz Misse (2010), torne-se algo quase inverossímil. A sujeição criminal liga o sujeito ao crime e à expectativa de reiteração, à expectativa de que o sujeito seguirá seu curso na criminalidade, atualizando-se repetidamente. Como se esse fosse o seu lugar previsto e de destino. Mas, para que a sujeição criminal ocorra, é preciso que tudo isso se dê em determinadas condições sociais, o que para Misse configura uma seleção prévia de pessoas criminalizáveis e passíveis de serem submetidas ao processo de sujeição criminal. Daí a incomunicabilidade, a impossibilidade de comunicar a experiência social de habitar o crime. Tomo esta discussão articulada por Misse (2010) como ponto de partida para discutir a busca de estratégias de comunicação como tentativas oriundas do *mundo do crime*, tentativas de

⁵¹ Uso aqui a palavra categoria no sentido durkheimiano em que as formas de classificação sociais, sem ser universais ou apriorísticas, são arbitrárias na medida em que são objetivações das determinações estabelecidas na sociedade.

configurar e colocar em uso uma linguagem (ou Jogos de Linguagem) para “romper o isolamento” (ver BRAGA, 2010b, p. 69).

A humilhação social e desvalorização moral podem implicar dessocialização e danos ao sujeito, que afetam as relações que ele pode manter consigo mesmo e com os outros. Tais condições podem produzir “um eu cada vez mais isolado, privado de referências, de contatos, dependente e perdido, impotente, desorientado e, por isso, incapaz de se associar a outros (HAROCHE⁵², 2008, p. 169 apud MARQUES; MARTINO; COÊLHO, 2016, p. 60). O sofrimento social, vivido e sentido subjetivamente, mas de origem social, é atrelado, para Renault (2004), a experiências sociais desqualificantes (ou mesmo ausência de socialização), e da destruição das relações construídas intersubjetivamente (RENAULT, 2004⁵³, apud MARQUES; MARTINO; COÊLHO, 2016, p. 60). O sofrimento e a humilhação social podem produzir, assim, o sombreamento do sujeito (GONÇALVES FILHO, 2007), um mutismo pela supressão da palavra, que pode conduzir à inexistência (ou impossibilidade de aparição) na esfera da legitimidade.

A discussão que pretendo conduzir a partir daqui aborda o acionamento da música como vetor da experiência para interferir no sistema político de partilhas. Situo então o emprego da música como tentativa social movida pela vontade de subjetivação política sob a luz das teorias de Rancière (2009), entendendo a reivindicação da voz do crime no proibido como caminho para dotar o sujeito do crime de poder de enunciação e de um novo lugar social. Em primeiro lugar, abordo vozes que ultrapassaram os limites das *muralhas*, concentrando a discussão em dois exemplos de pessoas que passaram pela prisão, e que usam a música de duas formas diferentes: os rappers Dexter e Kaskão.

O trabalho de Dexter é um exemplo do emprego da música como vetor estético para compartilhar as vivências do encarceramento, e que se desdobra em uma voz política que recupera a subjetividade do ex-detento tanto através de seu próprio posicionamento como voz qualificada de quem viveu o encarceramento e conquistou espaço no cenário artístico, quanto na construção da subjetivação do detento que circula nas suas músicas. Kaskão posiciona-se como voz qualificada de ex-detento que *representa* o crime, fazendo circular, através do rap, o discurso que registrei no mapa situacional no nó *Guerra para a Paz*, um caminho para a revolução que dá continuidade ao projeto de guerra contra o *sistema* formulado nas *muralhas*, mas sem cometer crimes, cuidando a integridade da vida. Em ambos os casos o movimento de

⁵² HAROCHE, Claudine. **A condição sensível**: formas e maneiras de sentir no Ocidente. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008, 240 p.

⁵³ RENAULT, Emmanuel. **L'expérience de l'injustice**: reconnaissance et clinique de l'injustice. Paris: La Découverte, 2004.

aproximação é feito por homens que transcenderam sua condição anterior, tendo suas vozes qualificadas para falar pelo crime e pelas *muralhas* em um momento posterior à transformação e reinserção.

Continuo a discussão, depois, retomando o proibido como vetor estético que *representa* o crime como vontade de aproximação que busca reconfigurar as relações, reivindicando para o sujeito inscrito no *mundo do crime* capacidades enunciativas e demonstrativas para alterar as relações entre o que é visível e dizível, nos termos de Rancière (2009, 1996), alterando a relação entre palavras e corpos. Uma política do dissenso, portanto, contra a polícia, entendida aqui não como força disciplinadora, mas como conjunto de regras de aparição plasmadas no consenso (RANCIÈRE, 1996).

Toco os casos de Dexter e Kaskão somente a título de exemplo de caminhos possíveis, já que uma discussão em profundidade de suas trajetórias através da música exigiria uma análise sistemática de suas obras e também do rap como gênero. Ainda que haja pontos de contato entre o funk e o rap, poderíamos avançar algumas diferenciações de base, muito superficialmente. O rap sempre teve, desde suas origens, um fim marcadamente político, pautado na crítica, procurando seu registro no protesto social. O funk, por sua vez, é algo que aprendeu a sobreviver em diferentes contextos, fazendo uma política às avessas, provocando polêmica e dissenso em uma espécie de escárnio. Mas esta é uma apreciação, como disse, superficial. A isto é preciso somar que o proibido, especificamente, pertence a um registro político e social diferente na medida em que se configurou como clandestino, seja pela perseguição criminal ou por assumir o lugar de enunciação transgressor.

4.5.1. A voz que ultrapassa as muralhas

Em entrevista para o UOL, o rapper Dexter conta como seu desejo e projeto de tornar-se músico, que foi o que o levou de fato ao encarceramento, acabou por se realizar a partir de sua experiência prisional (ENTREVISTA UOL – Rapper Dexter fala sobre o P.C.C.). Apoiado pelo projeto “Talentos Aprisionados”, Dexter fundou juntamente com Afro-X o grupo 509-E (número de sua cela no Carandiru) quando ainda cumpria pena, e gravou seu primeiro CD, Provérbios 13, que recebeu o prêmio revelação em 2000 no Hútuz, prêmio brasileiro do hip-hop idealizado pelo produtor Celso Athayde. O grupo 509-E destacou-se com o clipe “Só os Fortes” (2000), que narra a experiência do encarceramento. Em 2005, em carreira solo, Dexter gravou seu primeiro álbum em estúdio, o CD “Exilado sim, Preso não”, com participação de

Mano Brown, vocalista do grupo de rap Racionais MC's. O álbum conquistou a categoria Álbum do ano na sexta edição do prêmio HútuZ, em 2005.

O fato de que o desejo de ser artista (e talvez com isso realizar o sonho da redenção emancipadora através da palavra e de um testemunho público de transformação) possa ser ele mesmo porta para o crime é cantado, por exemplo, por MC Lano:

*Muitos entram pro crime querendo ser artista
Querem mais fama que dinheiro e quando aperta chora
Facilitou já era, perdeu a sua vida, menor do morro
guarda o seu pulso, a visão de cria
(RESPEITO não se compra)*

Dexter considera a si mesmo um caso pouco habitual, pois conseguiu refazer sua vida fora do crime e apesar do encarceramento e do estigma que isso impõe. A população carcerária brasileira é majoritariamente uma população carente de educação, de cultura, de informação, de oportunidades. A carência é ainda mais aguda na saída da prisão devido às rupturas que o encarceramento representa com suas próprias redes sociais. Dexter sabe usar as palavras e encontrou o caminho comercial do rap, um dos pilares da cultura hip-hop⁵⁴, que possibilitou sua reintegração social e o posicionamento de sua voz como uma voz política.

É pelo isolamento e pela incomunicabilidade que o ingresso no *mundo do crime* somado ao encarceramento produz, juntamente com a nomeação social do sujeito como bandido criminoso, que a possível reinserção, propõe Misse (2010), ocorra frequentemente como uma espécie de reconversão que reintegra o indivíduo como alguém especial, dono de uma história incomum que lhe permitiu acessar um registro ontológico de existência pouco habitual. Contudo, como observa Misse, a reconversão em si não basta para a reintegração, que requer que se dê ao indivíduo o testemunho público. Nesse processo de tornar pública a conversão, o estigma negativo converte-se em estigma positivo. Daí que essas reintegrações possam ocorrer transformando o ex-bandido “no seu tipo oposto, em pastor, sacerdote ou mesmo em ‘santo’” (MISSE, 2010, p. 30). E também em artista que narra sua própria experiência ontológica ou uma realidade da qual ele fez ou faz parte, redimido, reconvertido e transformado. Ele é dotado, então, de capacidade enunciativa e demonstrativa que pode alterar a relação entre o que pode ser dito e visto.

⁵⁴ O fato de que o rap e o hip-hop tenham conquistado espaço comercial para um gênero que contém em si a busca de lugar para vozes marginais permite conduzir a lugares sociais diferentes dos lugares aos que o proibido pode conduzir. Esta discussão ultrapassa os limites desta tese, mas é relevante para pensar como o rap ou o funk proibido, na qualidade de dispositivos interacionais, podem ser acionados por quem e para quê.

A gravação de testemunhos de ex-presidiários em CDs é comum em produtoras evangélicas, constituindo-se em um gênero discursivo que possibilita o reposicionamento do sujeito através da redenção religiosa. Um caso destacado é o testemunho de Aldidudima Salles, hoje Pastor Salles, que gravou um CD com seu testemunho antes que YouTube e os serviços de nuvem existissem na Internet⁵⁵. Salles, ex-líder do Comando Vermelho cuja condena ascendia a 300 anos⁵⁶, conta com detalhes sua trajetória na gravação cuja estética é própria dos relatos evangélicos. O Pastor Salles foi entrevistado em várias ocasiões pela grande mídia, por exemplo, para opinar sobre a guerra entre o Comando Vermelho e o PCC (ALESSI, ELPAÍS, 19/10/2016).

O rapper Kaskão, líder do grupo Trilha Sonora do Gueto desde sua criação em 1999, também gravou seu testemunho de conversão evangélica, seguindo o gênero com narrativa biográfica, em primeira pessoa, com música melódica de fundo, não sem ensaiar algumas rimas em forma de rap⁵⁷. Kaskão conta em entrevista para o UOL que começou a trajetória que ele mesmo nomeia como infratora aos 13 anos no bairro em que morava, Capão Redondo, e que foi preso aos 18 anos depois de várias passagens pela FEBEM, cumprindo 8 anos de pena. Posteriormente estudou Direito e Teologia, segundo ele para não fazer uso indevido do Evangelho (ENTREVISTA UOL, Kaskão 2015), e atualmente se dedica ao rap.

Suas músicas são polêmicas. Discute, por exemplo, a quebra da corrente de transmissão da criminalidade entre membros da mesma família, da constituição do sujeito criminal geração após geração. Nas periferias brasileiras, trabalhar no crime atravessa gerações, sendo frequente que dentro da mesma família haja *zé povinho* e *bandidos* (ver FELTRAN, 2011). A instalação do PCC como instância normativa e de sociabilidade nas periferias proporciona um ambiente social no qual crianças e adolescentes estão expostos a uma socialização inscrita na ética e no *proceder* do *Comando* como referência. O filho de Kaskão, que canta com o pai, encarna no rap o exemplo vivo de que “filho de peixe” não tem por que ir para o *arrebento*:

*Estamos aqui a familia junto pra fortalecer
Pode passar 30 anos, tô junto com você
Estou e firme na escola, tô tentando ser exemplo
Que nem sempre filho de peixe tem que ir para o arrebento
(CALIX-SE, Trilha Sonora do Gueto)*

⁵⁵ A gravação com o testemunho de Salles está disponível no YouTube. SALLES, Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=E6H5ln4-yeI>>. Acesso em 08 de jan. de 2017.

⁵⁶ Salles, que nos tempos do crime era conhecido como Ligeirinho, foi um dos líderes do Comando Vermelho. Em 1985, participou da fuga mais ousada da história do sistema prisional brasileiro. Ele estava no helicóptero que pousou no pátio do presídio Cândido Mendes, na Ilha Grande, para resgatar José Carlos dos Reis Encina, conhecido como Escadinha (ALESSI, ElPaís, 19/10/2016).

⁵⁷ TESTEMUNHO de Djalma Oliveira Rios, CASCÃO TRILHA SONORA DO GUETO. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BAS3wSgf8mk>>. Acesso em 08 de jan. de 2017.

Kaskão fala abertamente sobre sua trajetória, sobre a passagem pelo crime e sobre o encarceramento, e sobre as coisas que acontecem no *mundo do crime* e das *muralhas*. Dizer a verdade, sem medo, mesmo que fira ou desconcerte, para romper o *stablishment* (parresía) é uma técnica que permite ao sujeito apropriar-se de si, de seu próprio script. Para Foucault (1995), novas formas de subjetivação surgem quando o indivíduo se arrisca a falar de si e a desvelar mecanismos que produzem assujeitamento. Implica coragem e um relato que é “voltado ao mesmo tempo para a auto-revelação, a auto-transformação e configuração dos termos e esquemas de inteligibilidade que definem quem fala” (MARQUES; BIONDI, 2016, p. 173).

Em entrevistas, vídeos de produção amadora e na introdução de seus clipes, Kaskão retrata cenas típicas do dia-a-dia nas periferias, com o crime atravessando a vida das pessoas, aproximando delas suas *caminhadas*. No clipe oficial da música Calix-se, disponível no canal da Trilha Sonora do Geto no YouTube, Kaskão intervém em uma negociação para afastar seus colegas da *caminhada*, nome dado aqui para uma encomenda de serviço para o crime, falando como voz qualificada porque viveu a experiência de cair no crime e cumprir pena em prisão.

O Pastor Salles, Dexter e Kaskão são três exemplos bastante diferentes de transcendência através do testemunho público. Salles ergue-se como voz qualificada através da redenção religiosa. Seu uso da palavra como veículo de transformação está vinculado à transformação religiosa, à reconversão que não apenas recupera, mas transcende elevando-se na figura do pastor evangélico dono de uma história de vida incomum. Voz qualificada, acionada pela mídia para opinar sobre conflitos entre comandos criminais. Voz qualificada para falar aos seus fiéis sobre a vida no crime e sobre a redenção.

Dexter transcende através da música. Encontrou o caminho qualificado do rap e do hip-hop, com canais configurados no cenário da indústria da cultura. No clipe de “Oitavo Anjo”, do grupo 509-E, Dexter canta na letra a fortaleza da mente e do coração de quem não precisa se esconder nem dos fatos e nem na Bíblia:

*Assim, sigo em frente
Deus está comigo
Não preciso virar crente
(OITAVO Anjo, 509-E)*

As músicas do grupo 509-E e de Dexter já em carreira solo contam o cotidiano prisional em letras longas com a estrutura narrativa própria do gênero rap. Não realizei uma análise sistemática de sua discografia, mas de um modo geral a voz que é possível apreender de suas

letras é a voz humanizada do sujeito que entra no crime e passa pelo encarceramento. O vetor estético é acionado aqui para situar esse sujeito, em retratos da população encarcerada, compartilhando a vivência, aproximando-a da escuta de uma sociedade que habitualmente vira o rosto para o outro lado, também castigada e cansada da violência social e criminal. Uma vez mais, uma história incomum.

Kaskão também transcende através da música, mas passando antes pela redenção da religião. Mas seu lugar de fala é polêmico e marcadamente político. Em 2015, a música “W2 proibida”, um *salve* em forma de canção dirigido da *caverna* para a *geral*, ou seja, do sistema prisional para a sociedade, gerou cobertura na mídia (CARVALHO, Carta Capital, 17/06/2015). Kaskão diz na música que o *salve* foi encomendado pelo PCC, inaugurando um novo movimento na comunicação das *muralhas* para a sociedade.

4.5.2. O *salve* geral em forma de canção

O título da música, “W2 proibida”, faz alusão à Penitenciária de Presidente Venceslau II, chamada de “proibida” entre os membros do PCC porque é uma unidade de segurança máxima. A penitenciária de Presidente Venceslau II abriga membros da cúpula do PCC. A encomenda do *salve geral* (comunicado aberto) em forma de canção representa um acionamento da música como dispositivo interacional para a comunicação das *muralhas* com a sociedade, neste caso, seguindo a linha branda que o PCC vem construindo em torno de seu discurso de legitimação.

O discurso de legitimação do PCC está assentado, nas *muralhas*, na defesa do cumprimento digno da pena, um discurso que utiliza vocabulário jurídico e critica o sistema correcional e, por extensão, as injustiças sociais e o sistema político. A crítica central assenta-se sobre o incumprimento da Lei de Execução Penal (Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984), sendo que a música apresenta-se como a veiculação de um dossiê que denuncia publicamente as irregularidades e maus tratos no sistema prisional. Esse posicionamento é um desdobramento do projeto do PCC de guerra contra a polícia e contra o *sistema*, desenvolvido no interior das *muralhas*. A música é acionada aqui para informar e denunciar, e para alertar o governo sobre a precariedade da *paz* no sistema prisional, onde os direitos dos presos continuam sendo violados.

A encomenda situa o músico como porta-voz e como cronista que relata a realidade. Como cronista da realidade das populações que habitam as periferias, e que têm suas vidas

atravessadas pelo crime. Cronista da realidade nas cadeias, que em sua extensão, para além da penitenciária de segurança máxima onde está a cúpula do PCC, abriga os *irmãos* em condições ainda mais precárias. Neste sentido, o PCC, ao impor a *paz entre os ladrões* e impedir rebeliões não autorizadas no sistema carcerário, contribuiria para a reprodução do abandono por parte do Estado (ver entrevista com Camila Dias em CARVALHO, Carta Capital, 17/06/2015).

*Nós não tá pedindo arrego, nós tá aí pra guerrilhar (sic)
É o primeiro, é o 15, que veio pra alertar
(W2 proibida, Trilha Sonora do Gueto, 2015)*

O *salve geral* em forma de canção, além de denunciar as mazelas do sistema prisional, convida, em última instância, a sociedade para assistir ao debate que o comunicado convoca entre a inteligência do PCC e o governo federal para discutir quem são realmente os bandidos que matam o(na) país:

*Tô chamando pro debate, tipo assim de bate pronto
Com o tema principal qual bandido fica solto
30 Minuto (sic) de ideia, passo em rede nacional
Inteligência PCC vs Governo Federal
O povão brasileiro ia ver quem é você
Facção legalizada disfarçada de poder
O que é que deu se encobriu, pra sociedade esquecer
E achar que criminoso é só nos do PCC
(W2 proibida, Trilha Sonora do Gueto, 2015)*

O *salve* convida a sociedade também para assumir posições, já que trabalhador que paga os impostos que financiam o governo em suas ações corruptas e opressoras colabora com o *sistema*, assim como quem compra drogas e objetos roubados contribui para alimentar o crime. Quem é facção, afinal, o PCC, os políticos ou VOCÊ, que colabora com o sistema pagando impostos?

*Não adianta reprimir, o 15⁵⁸ retalia, nossa luta é em prol (sic)
De mostrar pro mundão, quem é criminoso na história
E quem é facção, se é PT, PCC, se é PSDB, se é Marcola
Beira-Mar, Alckmin ou é você?
Seu dinheiro dos impostos, que foi gasto por aqui
Eles usam pra maldade, deposita nesse GIR⁵⁹
Grupo de Intervenção Rápida na covardia
Que não tira toca ninja pra viver no outro dia
(W2 proibida, Trilha Sonora do Gueto, 2015)*

Os crimes da política são igualados na música ao crime comum, como crimes que matam cidadãos através das carências, por exemplo, na saúde e na segurança pública. O estado corrupto é considerado igualmente assassino, e grupos de interesses como a Bancada da Bala, frente parlamentar que advoga pelo direito de autodefesa individual, por exemplo, são posicionados lado a lado com o crime. Quem mata mais, quem empunha a arma ou a bancada da bala? Quem são as facções, os comandos criminais ou os partidos políticos que destroem o país?

Em 2012, a música “Fala que é Nós” também situou o rapper como porta-voz do PCC. Em entrevista para o UOL, Kaskão explica que suas letras são sobre o PCC (não para o PCC) e pretendem tornar pública uma realidade que é conhecida, mas muitas vezes ignorada ou negada (ENTREVISTA UOL, 2012). O refrão da música faz referência à *Guerra para a Paz*, uma versão do discurso da guerra justa, pelo qual o fim justifica os meios. O maniqueísmo que opõe o Bem contra o Mal, encarnado no *sistema*, iguala o Bem ao Comando:

*É nós que tá (sic), primeiro da capital
Ta lutando com o sistema pra acabar com esse mal
Nós sabemos que o diabo tá imperando aqui na terra
É pela paz que o Comando faz a guerra
(FALA que é nós, 2012)*

O nó *Guerra para a Paz* reúne os desdobramentos dos projetos do PCC de paz entre os ladrões e guerra contra a polícia. Das *muralhas para a geral*, para o *mundão*, o *salve* em forma de canção atualiza um desses projetos na guerra do Comando contra o *sistema*. O PCC aqui, e o *mundo do crime*, posicionam-se como revolucionários, remetendo às origens do Comando.

⁵⁸ O 15, aqui, é o mesmo que PCC.

⁵⁹ O Grupo de Intervenção Rápida (GIR) é uma força especial da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) do Estado de São Paulo, criada no início da década de 2000. Sua função é atuar em motins, rebeliões, fugas e como apoio aos demais agentes prisionais. Atualmente sua atuação é dirigida também à contenção do crime organizado no interior das prisões. No jargão prisional, são chamados de *robôs de preto*, braço opressor do *sistema* (governo) nas prisões.

*Toda revolução tem um preço a ser pago
Uns morre, uns mata outros vai para prisão (sic)
(CALIX-SE, Trilha Sonora do Gueto)*

A revolução, contudo, pode ser feita de muitas maneiras, uma delas através da voz, *representando* na missão revolucionária, mas de uma forma legal:

*Sou igual a você, não jogo conversa fora
Eu sou mais um da missão tipo revolução
Só que de forma legal para não ir para a prisão
(CALIX-SE, Trilha Sonora do Gueto)*

A ação de *representar o crime* é novamente posta em prática, neste caso acionando o rap, atualizando-se na posta em circulação de um discurso marcadamente político, acionado por uma encomenda das *muralhas*, dirigida para a sociedade. Kaskão empresta sua voz em primeira pessoa nas letras, ora como cronista, ora como artista, ora como voz que *representa*.

O papel social do PCC é posto de manifesto nas letras:

*Vocês devia (sic) agradecer, nós do pan da capital
Que deixamos todas vilas e cadeias na moral
Já não morre mais ninguém, nós que fez acontecer (sic)
(W2 proibida, Trilha Sonora do Gueto)*

São os fatos do sistema prisional, da vida nas comunidades, da política nacional que são postas em manifesto nas letras. Esses fatos e esse discurso ressoam nas periferias, nas cadeias, no *mundão*. O eixo *Guerra para a Paz* situa-se entre dois mundos onde o crime opera: o *mundo do crime*, do qual tratamos aqui, e o mundo dos colarinhos brancos, no qual os crimes são cometidos sob o amparo do *sistema*, mas que pertencem a outro mundo social, o da política.

O crime de colarinho branco foi abordado em revisões da Teoria da Anomia, acionada pela sociologia clássica para tratar o problema da criminalidade. Durkheim associava as condições desestabilizadoras geradas pelas mudanças sociais na modernidade à anomia, sentimento de ansiedade e desorientação resultante da ausência de regras e padrões que orientem claramente o comportamento. Robert Merton (1938)⁶¹ adaptou o conceito de anomia para a pesquisa empírica sobre crime e desvio, formulando a Teoria da Anomia Institucional, considerando que a anomia existe quando as pessoas experimentam tensão social entre os objetivos compartilhados socialmente e a capacidade individual para atingi-los (MERTON, 1938, apud GIDDENS; SUTTON, 2015).

O que Merton propunha, dito aqui de uma forma bastante resumida e simplificada, é que uma sociedade desigual promove objetivos que só podem ser alcançados efetivamente por uma parcela limitada da população. Para Merton, os crimes de aquisição material constituem inovações nos meios para atingir objetivos culturalmente valorizados. A resposta para a existência de índices de criminalidade nas sociedades nas quais mesmo os indivíduos mais pobres desfrutam de condições de vida melhores do que as de seus pais e avós poderia estar, assim, na própria sociedade.

Para os críticos da Teoria da Anomia sobre o crime e o desvio, Merton teria se concentrado demais no papel do indivíduo, superestimando o volume de crimes praticados nas classes baixas e subestimando os crimes das classes média e abastadas. Estudos posteriores sobre crimes de colarinho branco e crimes corporativos indicaram prevalência elevada dos índices de criminalidade. Contudo, a Teoria da Anomia Institucional de Merton tratou um problema de pesquisa importante, que diz respeito ao aumento do crime ainda quando a sociedade como um todo enriquece, tratando assim do que poderia ser chamado de “privação relativa” (GIDDENS; SUTTON, 2015, p. 274).

Um estudo conduzido por Baumer e Gustafson (2007) sobre dados oficiais dos Estados Unidos identificou que os índices de crimes instrumentais continuam sendo altos onde há “forte comprometimento com o sucesso financeiro” paralelamente a “um fraco comprometimento com meios legais” (BAUMER; GUSTAFSON, 2007⁶², apud GIDDENS; SUTTON, 2015, p. 274-275). Seus dados vão ao encontro de aspectos da teoria da tensão e da

⁶¹ MERTON, Robert H. Social structure and anomie. *American Sociological Review*, vol. 3, n.5, p. 672-82, 1938.

⁶² BAUMER, E.P.; GUSTAFSON, R. Social organization and instrumental crime: assessing the empirical validity of classic and contemporary anomie theories. *Criminology*, 45(3), 2007, p. 617-63.

anomia de Merton. Waring, Weisburd e Chayet (2000)⁶³ lembram que Merton não estabeleceu um vínculo direto entre pobreza e crime, e que sua teoria poderia ser ampliada, considerando-se os criminosos de colarinho branco como “inovadores” que aceitaram os objetivos de sucesso material culturalmente propostos.

Considero oportuno mencionar aqui estes aspectos sobre uma teoria sociológica do crime e do desvio não apenas porque oferecem uma perspectiva teórica clássica para o problema da criminalidade, mas principalmente porque a contraposição entre *mundo do crime* e *crime de colarinho branco* é abordado no proibido como um divisor de águas entre dois mundos localmente legitimados. O Estado e o Comando são instâncias das quais emanam princípios éticos, regras, normas, leis. Mas são mundos diferentes. Na percepção dos membros do *mundo do crime*, a expectativa de vida no crime é curta. O único crime que permite levar uma vida longa é o crime de colarinho branco, diz Salles, ex-chefe do Comando Vermelho:

*Dei sorte, escapei; mas bandido morre jovem, é ilusão pensar que um pobre pode
trilhar o caminho do sucesso no crime. Só colarinho branco vive muito tempo
nesse pecado. (SÁ; CARVALHO, FSP, 05/02/2002)*

O que foi discutido até aqui sinaliza caminhos analíticos que podem ser aprofundados, por exemplo, através de uma Análise Crítica do Discurso das letras dessas músicas, da etnografia do rap, ou de estudos de caso que abordem artistas da periferia. Deixo esta discussão aqui para registrar essas possibilidades, abertas como rotas sinalizadas no mapa situacional, como expus no **Capítulo 3 - Mente firme e coração blindado: o sujeito no mundo do crime** ao tratar dos mundos sociais em interação. Na seção seguinte caminho com a voz do *mundo do crime* no proibido, nas *muralhas* e no *mundão*.

4.5.3. A voz do crime como guardião de valores justos

O *salve* em forma de canção discutido na seção anterior é um aprimoramento da comunicação das *muralhas* para a sociedade através da música. Exemplos de músicas que falam explicitamente das *muralhas*, datadas do início da década de 2000, têm um discurso menos elaborado do ponto de vista político⁶⁴. O discurso de posicionamento do PCC

⁶³ WARING, E.; WEISBURD, D.; CHAYET, E. White collar crime and anomie. In: LAUFER, W.S. (ed). **The Legacy of Anomie Theory**. New Brunswick, N.J.: Transaction, 2000, p. 207-77.

⁶⁴ Além da evolução do discurso político do PCC, observa-se também aqui diferenças entre os temas e as maneiras como as letras são construídas no funk, em comparação com o rap. Este caminho analítico ultrapassa os objetivos deste trabalho, mas podem também ser produtivos.

aprimorou-se ao longo do tempo, principalmente a partir dos ataques de 2006 em São Paulo, quando a forma de apresentar as demandas tanto pelo tom jurídico quanto pelo formato baseado na intimidação ganharam outro registro, mais próximo de um discurso de legitimação e da luta política assimétrica.

O CD “Parque dos Monstros” (2002), dos MCs Renatinho e Alemão, oferece exemplos de como a voz do crime, associada ao PCC, fazia-se circular no proibido quando o PCC apenas havia ganhado existência pública com a megarrebelião de 2001. Segundo matéria publicada à época na Folha de São Paulo, o CD teve uma tiragem inicial de 3000 cópias (CARAMANTE, FSP, 15 de dez. de 2002). Ao lado das faixas que celebram o PCC e *representam o crime*, outras faixas do mesmo disco são melódicas, tratando temas românticos, enquanto outras aconselham os jovens a não entrarem no crime ou falam de Deus. A matéria da Folha afirma que nos presídios, as músicas eram então reverenciadas como hinos do PCC e que rádios-pirata as veiculavam a pedido dos presos. O CD foi gravado quando o YouTube ainda não estava disponível para os internautas, mas atualmente todas as suas faixas podem ser ouvidas no canal de Renatinho e Alemão.

O *salve* a seguir, por exemplo, abre a faixa “Parque dos Monstros”, incluída no CD. O *salve* evoca os valores *respeito* e *humildade*, solicitados como necessários para manter a *paz* na prisão, lugar carregado de ódio, lágrima e destruição. Ancorada na dor do encarceramento, e ainda muito próxima do discurso fundacional do PCC, a mensagem, que diz que enquanto houver respeito e humildade por ambas as partes (*ladrões* e autoridades) a *paz* será mantida, serve para as autoridades e também para os rivais e inimigos. A *paz* nos lugares onde o PCC opera é uma *paz* baseada em um ordenamento e pacificação vinculados ao *proceder*, separando inimigos e aliados.

*Salve rapaziada do mundo moderno. É só lágrima, ódio e destruição neste lugar.
Mas a nossa perseverança leva a paz.... por enquanto (sic) houver respeito e
humildade de ambas as partes, haverá paz, pois não queremos ser os primeiros a
serem lembrados, mas os últimos a serem esquecidos.
Esta é a nossa mensagem verdadeira.
(PARQUE dos monstros, 2002)*

No trecho abaixo, de outra faixa do mesmo disco, a ação de *representar o crime* na música entranha um aspecto de presentificação e reafirmação da posição sintonizada com o *proceder*. O lugar de fala deixa entrever o reposicionamento contínuo do falante que é cronista, do falante que reage negando o assujeitamento que lhe é imposto, do falante que é artista, revolucionário e aquele que, através da música, *representa* fazendo o que pode.

também agradecimentos ao Comando nos encartes. Com a criação do YouTube em 2005 e dos serviços de nuvem na Internet mais recentemente, a distribuição, veiculação, reprodução e reinvenção das peças de proibido é muito mais simples e abrangente, ficando muito mais exposta, também, à repetição continuada, repetição que não é necessariamente exata (e nem pretende sê-lo), sendo muitas vezes reeditada, permitindo o reposicionamento do falante em diferentes tentativas ao longo do tempo.

Nas músicas anteriores à perseguição do funk sob as leis de apologia do crime e de incitação ao crime (artigos 287 e 286, DL/2848-40) gerada pela Lei do Funk (L3410 de 29 de maio de 2000, resultante da CPI do Funk), a reivindicação da voz do crime e da voz do PCC é explícita no proibido. Posteriormente, essas vozes vão se reposicionando, e depois da elevação do funk a patrimônio cultural em 2009, reivindicam nas músicas, muitas vezes logo no início, o lugar de fala do artista, de cronista da favela e da realidade, indicando uma tentativa de aproximação agora mais eficiente, capaz de lidar com o aparelho legal.

A nuvem a seguir foi construída a partir de outro disco que, assim como o “Parque dos Monstros”, é anterior ao surgimento do YouTube. Neste caso, o centro da nuvem é ocupado pela palavra *comando*, seguida de *sistema* e depois de *crime* e *irmãos* aproximadamente na mesma frequência. Esta nuvem foi construída a partir de uma lista de reprodução com um *medley* (compilação) das faixas do CD “Não Há Vitória sem Luta”, dos MCs Claudio e Ratinho, com músicas gravadas também ao vivo. As músicas cantam principalmente os valores do *mundo do crime*:

Começando assim nós vamos dizer qual é
dessa forte união
fé em Deus prá nós então
Rua da Lama, Sétimo Céu tá no peito,
tatuado, no fundo do coração
tem que ser assim, sabe por quê?
porque se não for amigo você se complica
(MEDLEY das antigas)

Já logo na abertura, estabelece-se o lugar de fala: “tem que ser assim (união) / sabe por quê? Porque se não for amigo você se complica”. O trecho permite entrever a fala imbricada na lógica instrumental do *mundo do crime*, na qual operam a solidariedade confinada e as forças contingentes do *proceder*. As palavras de maior frequência na nuvem estão rodeadas das outras palavras que constroem o contexto, remetendo ao *mundo do crime* e ao mundo das *muralhas*.

música que energiza e que dá força não é passado por alto. A mente blindada no *proceder* pode se fortalecer deixando-se invadir pelo *certo*. A celebração do crime no proibido cobra sentido porque fortalece:

*É o rap das três letras
Invadindo a sua mente para fortalecer
(O RETORNO é cruel)*

Este aspecto pode gerar caminhos analíticos no campo dos estudos de recepção. O efeito dinamogêneo da música, principalmente da música com base fortemente rítmica e células melódicas minimalistas, é facilmente percebido em situações cotidianas. Um exemplo poderia ser o uso da música eletrônica nos esportes para dinamizar as sessões de treinamento e energizar os participantes, principalmente nos momentos mais duros nos quais é preciso foco, gestão emocional e resiliência. O baile funk, que não o ponto de interesse aqui, pode ser comparado às raves, por exemplo. O aspecto dinamogêneo da música, e especialmente da percussão e cantos simples, está presente desde nossos ancestrais, podendo contribuir para o transe em rituais.

Chamo a atenção para o aspecto energizador da música aqui porque não raramente senti euforia durante sessões de codificação e análise. A sensação de euforia gerou perguntas, principalmente encaminhadas em duas direções: Estou me concentrando em algum ponto que está viabilizando em mim esse efeito? Se sim, qual? No som ou no conteúdo das letras? Que parte da sensação de euforia é derivada do efeito dinamogêneo da música e que parte é gerada pelos conteúdos fortemente afetivos das letras, que apesar de duras e agressivas celebram a irmandade, a união, o respeito? As palavras carregam valência afetiva, e há carga energética nos vocábulos agressivos. Os sons usados, como gritos, pancadas, tiros são sons que o International Affective Digital Sounds (Sistema Internacional de Sons Digitais Afetivos)⁶⁵, por exemplo, utiliza como unidades de estimulação acústica para a produção de emoções.

Como exemplo de peças que geraram alterações emocionais intensas e que eu situei em um caminho de amostragem teórica diferente do que eu persegui nesta tese posso citar a montagem “Se Brotar no Manguinho nós vai matar polícia”⁶⁶ e “Aviso do Marreta pro Playboy: tá aberta a temporada para caçar os ADA, 2015, Jorge Turco”⁶⁷. Essas duas peças

⁶⁵ O IADS é um banco de dados de 111 sons organizados em três dimensões afetivas: ativação, valência e dominância. Trata-se de um banco de dados disponível para a pesquisa básica e em saúde, adaptado para diferentes países. A pesquisa realizada com o IADS indica que não há diferenças significativas na forma como as pessoas percebem alterações emocionais por esses estímulos auditivos.

⁶⁶ SE BROTAR no Manguinho, nós vai matar polícia (clipe). 2min10. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KNqiXiL8fMc>>.

⁶⁷ AVISO do Marreta pro Playboy, tá aberta a temporada prá caçar os ADA (clipe). 3min55. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AMOUmQBI4X4>>. Acesso em 19 de mar. de 2017.

sinalizam um caminho trilhado por outro coletivo diferente do que optei por analisar e situado em outro território (Comando Vermelho). São exemplos de peças que produzem emoções intensas tanto pelo conteúdo das letras quanto pela sonoridade.

A música para fortalecer e para dar sentido à ação foi acionada, por exemplo, no assalto ao Banco do Brasil em Machadinho do Oeste, em 2013. Durante o roubo, os assaltantes dirigiram-se à emissora de rádio, onde tomaram o microfone para enviar um recado à polícia ameaçando que haveria mortos se impedissem a fuga, e pediram para emitir uma música dos Racionais MC's, que deveria repetir enquanto durasse a ação. Para garantir que a música seria tocada, o assaltante no comando da ação manteve reféns duas funcionárias da rádio (FREDERIC, H.; DAMASCENO, I., G1 RO, 09/08/2013).

As músicas não comportam sempre mensagens das *muralhas* para o *mundo do crime* no *mundão* ou para a sociedade. Muitas tratam simplesmente da vida no *mundo do crime*, e nelas é possível entrever a expectativa de escuta da sociedade ou da comunidade, lugar de origem dos funkeiros e também, frequentemente, de quem entra para o *mundo do crime*. A exaltação da união é o Jogo de Linguagem que mais se repete nas músicas que falam pelo crime e para o crime, união que é o meio para lidar com as dificuldades das *muralhas* e nas ruas. A lealdade aos iguais e aos *irmãos* é cantada reiteradamente, atualizando-se continuamente, e as descrições do sujeito que vive no *mundo do crime* propõem constelações de atributos valorizados.

Assim, o sujeito *disposição* é o sujeito *sangue bom, braço fiel, humano verdadeiro, pureza de alma e de coração*. Atributos que, como foi discutido no **Capítulo 3 - Mente firme e coração blindado: o sujeito no mundo do crime**, possibilitam a inscrição do sujeito em um espaço de sociabilidade que lhe confere estrutura, afiliação e proteção, depois das rupturas e riscos vitais impostos pelo ingresso no próprio crime. O compromisso firmado com o crime é provavelmente o compromisso firmado com a mesma violência da qual o sujeito é vítima, mas uma vez instalada a ruptura e possivelmente a incomunicabilidade, o *mundo do crime* é o mundo social que o acolhe.

A nuvem de palavras a seguir recolhe todas as músicas incluídas na codificação. A região central é ocupada pela palavra “não”, seguida de *irmãos*, e depois de *crime*, *monstros*, *coração*, *liberdade*. São as palavras significativas de grandes domínios de significação: a união (irmãos), o crime (mundo social e instância de socialização), as muralhas (onde moram os monstros, fábrica de monstros), coração (o afeto), liberdade (o desejo). A palavra “não” aparece em frases variadas. Não deixa de ser curioso, de qualquer modo, que apareça ao

errado. E onde o que era para ser o errado quer fazer o certo, embora tudo fique muito misturado. Os valores compartilhados em ambos os lados dessa fronteira que separa o crime como instância normativa da Lei são a ponte para transitar. Por isso o discurso ressoa. Por isso *paz, justiça, liberdade e igualdade* são para os dois lados, mas produzem uma fenda pela qual é preciso olhar. Daí que o desdobramento disso entranhe vontade de interferir nas partilhas políticas.

4.6. O caminho da vontade de subjetivação política

Como disse anteriormente, o proibido é acionado pelo crime para diferentes fins. Um desses direcionamentos busca fazer circular a voz do crime como voz qualificada em si mesma. Não para ser reconhecida como alguma das outras vozes sociais, mas para poder "ser" ela mesma voz qualificada para falar de si, na busca da realização de potências transformadoras. A reivindicação de um lugar específico para uma voz que rompe o consenso a partir da sinalização de injustiças é compreendida, por Rancière (2009), como vontade de subjetivação política, entendida como o processo de nomear constrangimentos de poder e injustiças, tornando manifesto o espaço entre a identidade que é posta em processos sociais e a vontade de interferir na distribuição de papéis, lugares e status na ordem vigente.

Na prática de *representar o crime*, é possível entrever essa vontade nos gestos de narrar-se a si mesmo como sujeito do crime apesar dos efeitos disso, compartilhando as experiências afetivas, narrando a forma de vida no crime, sinalizando as contingências, situando-se em relação aos pares, inimigos e à escuta do público. Continuo esta discussão então a partir da vontade de potência de ser e da vontade política de interferir no sistema de partilhas. Situo essas vontades como pontos de chegada da experiência de conviver com o crime *lado a lado*, e ter que lidar com isso mesmo sem pertencer ao crime de fato, e também na experiência de incomunicabilidade à que a subjetivação no crime pode conduzir, que pode ser rompida através do ingresso nos comandos, de maneira específica no *mundo do crime* que se rege pelas regras do PCC como instância normativa⁶⁹, sob o lema *paz, justiça, liberdade, igualdade (e união)*, que aciona valores legitimados dentro e fora da lei.

⁶⁹ Não me detenho sobre territórios em minhas análises por uma razão simples: o material com o que trabalhei circula na Internet. Circula amplamente, sendo apropriado, modificado, transformado, posto em circulação novamente. A grande maioria das músicas que circulam em vídeos no YouTube, onde colhi meus dados, exalta o PCC ou o Comando Vermelho. As músicas que falam em nome do crime para defender valores pró-comunitários e que portanto servem-nos de fonte para a vontade política, fazem referência ao PCC. Por isso não faço distinção sobre territórios. E porque o discurso do *mundo do crime* é desterritorializado, apesar de que a territorialização seja um fator importante nas guerras entre comandos.

Não é meu objetivo discutir aspectos éticos da vida no crime, e nem como se dá a inscrição do sujeito no crime. Coloco o foco no duplo movimento de subjetivação do sujeito que adentra o crime. Primeiramente, pelo efeito do rompimento das suas conexões com as redes sociais às que pertencia e também as conexões sociais associadas à legalidade. Tais rupturas, como foi discutido antes, podem produzir o isolamento, mas também um novo movimento de conexões intersubjetivas, neste caso no seio dos comandos, na afiliação ao *mundo do crime*. Este segundo movimento produz uma redescritção do sujeito agora *estruturado* no crime, *fortalecido*, blindado. Dessa associação no *mundo do crime*, vinculado no caso que examinamos à configuração do PCC como força instituinte, configura-se outro movimento orientado à sociedade, não mais confinado no *mundo do crime*, que permite entrever a vontade de interferir no sistema social de partilhas, com vontade de subjetivação política.

As experiências estéticas, e a música das periferias entre elas, podem revelar convenções sobre a apreensão do sensível nas sociedades (CARDOSO FILHO, 2016). O sensível, em Rancière, é concebido como o âmbito no qual se configura aquilo que é comum para uma comunidade. É o lugar onde se questiona o que deve ser observado e quem são os sujeitos qualificados para observar essas coisas, julgá-las e decidir sobre elas (RANCIÈRE, 2009). O sensível aproxima-se, assim, da noção de esfera pública como espaço social gerado no agir comunicativo⁷⁰. Trata-se do espaço do comum de uma comunidade, portanto, o lugar de exposição e onde podem surgir possíveis fendas capazes de produzir, eventualmente, novas formas de partilha. A partilha política é compreendida em Rancière como dissensual porque é produzida a partir do desentendimento, que rompe o consenso e produz aberturas em sistemas e práticas rotinizadas do cotidiano.

A ideia de partilha do sensível é descrita por Rancière como um “sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas” (RANCIÈRE, 2009, p. 15). A repartição de partes e lugares sociais depende da distribuição de espaços, tempos e atividades que determinam como diferentes formas de participação e como os diferentes sujeitos podem ou não tomar parte na partilha. A partilha determina o lugar social para o sujeito, sendo que os lugares diferem no grau de potência política, poder de voz, e capacidade de influenciar a composição do espaço comum.

⁷⁰ A esfera pública, para Habermas (1992), configura-se como espaço social no agir comunicativo, assumindo as formas de esferas públicas menores, de fronteiras porosas, capazes de se conectar umas às outras, constituídas por meio da linguagem comum e ordinária (HABERMAS, 1992).

Quando alguém é recusado como membro de uma comunidade política, nega-se a ele a possibilidade de ser ouvido como falante. Abrir fendas na partilha do sensível, espaço-sistema que é em si mesmo constituído em processos comunicacionais, é o mesmo que abrir espaço para introduzir, no âmbito do comum (o lugar de exposição e visibilidade), novos sujeitos dotados de voz, novos objetos, tornando audíveis e visíveis aqueles que estavam silenciados ou eram percebidos apenas como ruído que designa prazer ou dor, consentimento ou revolta.

O sujeito do crime cuja voz anônima circula no proibido situa-se na região cinzenta onde as vozes pronunciadas são percebidas, na esfera do sensível, apenas como ruído. Inscritos no *mundo do crime* e imobilizados por processos de sujeição criminal e pelo encarceramento, esses sujeitos têm suas vozes interditadas e destituídas de potência enunciativa e política para lutar contra as injustiças sociais e legais às que são submetidos. Com o crime inscrito em si mesmo, o sujeito criminalizado é posto em um lugar social no qual sua voz é invalidada pela condição de criminoso. Mesmo que sua inscrição no crime ocorra como resultado de sua vulnerabilidade social, não pode recorrer ao estatuto de vítima para situar-se em um novo lugar. Sua voz permanece na qualidade de ruído, e seu status não é o status de falante.

O lugar da vítima é um lugar social, normativo e político. O sujeito comum encontrou nas redes sociais a possibilidade de narrar suas experiências vitais, para declarar suas verdades e agregar em torno de si seguidores. “A construção da pessoa como vítima no mundo contemporâneo é pensada como uma forma de conferir reconhecimento social ao sofrimento, circunscrevendo-o e dando-lhe inteligibilidade” (SARTI, 2011⁷¹, p. 54 apud MARQUES; BIONDI, 2016, p. 170). Ao contrário do estatuto de vítima no período moderno, onde a vítima é nomeada por um movimento externo da regra jurídica ou moral, no mundo contemporâneo a vítima se autodeclara nas redes, com “força declarativa própria que maneja um estatuto que lhe é pressuposto com base na vivência anunciada das circunstâncias de dor e sofrimento que são compartilhadas em público” (MARQUES; BIONDI, 2013, p. 170).

Esta não parece ser uma via produtiva para o sujeito do crime, pois ele mesmo situa-se no lugar do infrator, do agressor, daquele que produz a vítima. Ainda que sua entrada no crime tenha sido ela mesma produto de condições de precariedade, ainda que sua trajetória tenha sido conduzida também pelos efeitos da reação social ao seu crime, o sujeito criminal não conta com reconhecimento para o estatuto de vítima e, portanto, uma das formas

⁷¹ SARTI, Chyntia. **A vítima como figura contemporânea**. Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. 61, p. 51-61, jan. abril, 2011.

contemporâneas que viabilizam a conquista de potência política no mundo contemporâneo lhes é interdita. O sujeito do crime, se for vítima, tem sua vitimização proibida.

O dissenso, como abertura que possibilita o estranhamento e a polêmica, pode promover a invenção de outra forma de partilha do sensível, capaz de desconectar significados e visibilidades. Criar dissenso e ruptura constitui para Rancière (1996) uma estética da política, onde a estética é compreendida como ação realizada por homens dotados de capacidade de fala. A fala interfere no sistema de partilhas, pois os atos de fala são atos performativos, capazes de transformar a realidade. O proibido é acionado como espaço-sistema para fazer circular e reproduzir o jogo de linguagem *representar o crime*, que configura uma forma de sobrevivência no interior do *mundo do crime* e uma forma de posicionamento na sociedade, buscando fendas no tecido social. E isso é feito, às vezes, da maneira como o crime sabe fazer: coagindo.

A voz do crime, a voz que reivindica para si o lugar de sujeito que constitui o que descreve, não reivindica para si o lugar dos outros, ser ele mesmo igual aos outros. Não reivindica para si o status do trabalhador, e nem o lugar de vítima. Propõe, ao contrário, outra ordem, um lugar para si e só seu “como seres falantes, repartindo as mesmas propriedades daqueles que as negam a eles” (RANCIÈRE, 1996, p. 38). Comportam-se como seres que têm nome, como sujeitos. Propõem para si outra partilha na ordem do sensível, um lugar de falante capaz de exercer influência, de *invadir a mente* do outro para expor seus objetos. A vontade de exercer uma subjetivação política pode ser identificada quando o sujeito sinaliza os constrangimentos que lhe são impostos através da atribuição de uma identidade consensuada. A voz do crime não pede para ser outra coisa que a voz do *mundo do crime*, de um *mundo do crime* que se legitima como guardião de valores justos e que se opõe, por exemplo, a outro mundo do crime não nomeado como tal, o mundo da política e dos colarinhos brancos.

A estética, para Rancière, pode ser compreendida como ação, sendo os homens considerados seres dotados de fala, que tomam a palavra para interferir na ordem do sensível que divide o mundo comum entre política (dissenso) e polícia (consenso) (RANCIÈRE, 1996). A polícia não é tanto uma “disciplinarização” dos corpos, mas uma regra sobre as possibilidades de aparição:

“A polícia é assim, antes de mais nada, uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e a outra como ruído.”
(RANCIÈRE, 1996, p. 42)

Por oposição à polícia entendida como consenso e configuração cristalizada, Rancière (1996) reserva o termo política para designar uma atividade totalmente distinta, que rompe e cria fendas na configuração do tecido do sensível. Essas fendas são criadas através de atos que reconfiguram o espaço onde as partes, as parcelas e as ausências de parcelas se definiam. A política permite deslocar um corpo para ocupar outro lugar diferente do que para ele havia sido designado, ou mudar o destino de um lugar, permitindo ver o que não podia ser visto, instalando novos jogos de sentido e de lugares, fazendo surgir como discurso o que antes era apenas ruído.

Este é o problema prático de ordem política no nível social que a produção do dissenso por aqueles que reivindicam para si o lugar de fala da voz do crime procura solucionar. A voz do crime fala no proibido através do MC, esteja ele sintonizado por sua sensibilidade e escuta ao drama da vida no crime e do encarceramento, ou alinhado com o crime por forças coercitivas ou necessidades de sobrevivência. O MC é o sujeito situado na fronteira, às vezes sobreposta, entre a *comunidade* e o *mundo do crime*. Narra *realidade* como representante da *comunidade*, lugar de origem compartilhado com o *ladrão* e como os *irmãos*. O *crime* também se situa como representante da *comunidade*, onde assume o papel de esteio. Este é o problema prático que o proibido que *representa o crime* vem encaminhar no nível social: interferir na partilha dos papéis, lugares, e status, dotando de voz coletivos que se configuram no espaço social de sujeição criminal.

O sujeito, ao nomear os constrangimentos e injustiças que vivencia, busca produzir um hiato entre a identidade que possui em uma ordem consensuada (aquilo que se diz dele) e seu desejo de subjetividade política (aquilo que ele quer ser, vontade de interferir). A noção de subjetivação em Rancière (1995, 1996, 2009) nomeia esse duplo processo, o de tornar-se sujeito e o de produzir dissenso em torno da identidade que é posta na partilha. O processo de tornar-se sujeito político implica o desprendimento da identidade que é imposta, ou seja, a criação de uma fenda entre a identidade da ordem vigente e outra subjetividade política possível, da qual o sujeito emerge como agente, como dono de voz, agindo sobre suas possibilidades de aparição (apresentação diante do Outro).

Os enunciados estéticos tratam de sujeitos anônimos. Abrem fendas que podem criar espaços, derivações, modificar maneiras e trajetos (RANCIÈRE, 2009). No cotidiano, o sujeito é situado em condições que estabelecem suas possibilidades e limitações, inscrito em suas próprias contingências e ironia (RORTY, 1989). Contingências que são estabelecidas por suas condições. Ironia dos acontecimentos inesperados que o submete à redescritção de si mesmo continuamente, nunca estável, nunca definitivo. A conexão entre padecer e agir (DEWEY, 2005) derivada da experiência produz alterações no sujeito e no ambiente que o rodeia. A emancipação que a vontade de subjetivação política busca obter circunscreve-se, assim, às possibilidades e limitações das contingências do sujeito. Os posicionamentos do sujeito do crime no proibido permitem entrever esses movimentos tentativos, buscando o melhor ajuste, o melhor resultado. E esses movimentos são feitos através da linguagem.

A linguagem é a ferramenta da qual dispomos para descrever-nos a nós mesmos e tudo aquilo que nos rodeia. É também a linguagem que o mundo utiliza para descrever-nos quando somos narrados pelos membros dos diferentes mundos sociais. E o que pode ser descrito ou visto é fruto da seleção de coisas sobre as quais uma comunidade pode e deseja tratar. O âmbito do sensível é, ele mesmo, gerado em processos comunicativos. Por isso “as matrizes comunicacionais de sensibilidades hegemônicas podem ser questionadas em seus respectivos contextos” (CARDOSO FILHO, 2016, p. 38). O mapa situacional construído a partir das letras de proibido apresenta muitos pontos de silêncio. Isso mostra que o espaço de sensibilidade que é possível entrever nessas músicas implica processos de seleção que configuram uma esfera local, permeável a outras esferas, mas vinculada ao mundo social que a origina.

Podemos observar pontos de contato entre a teoria dos Jogos de Linguagem de Wittgenstein (1999 [1953]) e a teoria da Partilha do Sensível de Rancière (2009). A estética da política é um jogo no qual os atos de subjetivação política buscam redefinir o que é visível, o que se pode dizer sobre o que é visível, e que sujeitos são dotados de capacidade enunciativa para falar e para julgar sobre o que pode ou não configurar o comum. Trata-se, portanto, de uma dinâmica na qual alguns Jogos de Linguagem praticados no nível social, que implicam selecionar temas, assumir lugares de fala e dotar as palavras de significado no uso, prosperam, enquanto outros, fenecem. Os gestos de subjetivação política que prosperam podem, eventualmente, reconfigurar a partilha política do sensível (lugares e modos de performance e exposição), incidindo sobre sua configuração através de processos de comunicação.

Contudo, a voz do crime é uma voz interdita, e produzir fendas na ordem vigente a partir de um lugar de interdição moral e jurídica pode solicitar a ação da força. Por isso a situação do encarceramento no Brasil, embora conhecida, só tornou-se relevante a partir de ações violentas perpetradas pelo PCC. Por isso somente quando os ataques do PCC em 2006 assinalaram a continuidade entre o *mundo do crime* nas ruas e nas *muralhas* é que a sociedade, estupefata, reconhece que o problema da criminalidade havia ultrapassado o âmbito do comportamento desviante.

A voz do crime reivindica, no proibido, o lugar de voz com valor testemunhal, assumindo a responsabilidade ética sobre seus relatos, ainda que seja através da voz do MC. O MC, ao *representar* no proibido, assume também uma responsabilidade ética, procurando esclarecer para o interlocutor o lugar de fala tenso que ocupa, atravessado pelo artista, pelo cronista, pelo bandido. A reivindicação de valor testemunhal pode ser observada nos chamados reiterativos para a veracidade não tanto do que é narrado, mas principalmente para a veracidade de existência desse sujeito anônimo, o sujeito do crime cantado no proibido. Sinalizei isto na seção **2.5. O proibido como dispositivo interacional**, mencionando expressões usadas repetidamente como *bate de frente, vem ver se sou de verdade, não é brincadeira, não é cinema*.

Situo esse chamado para a veracidade como uma reivindicação de visibilidade e de aparição. Não é cinema, brincadeira de polícia e ladrão, um personagem. O sujeito do crime, o corajoso blindado, é o anti-herói que reafirma que é real, que se enuncia a partir de seu modo de vida e estratégias de sobrevivência cotidianas, encontra no dispositivo estético a possibilidade de aparição e de nomeação de si entre vários nomes, atravessado por um excesso de palavras. Com vários nomes, fica mais difícil controlá-lo: *monstro, bandido, ladrão*, que assume esses nomes em um ato que não se assemelha à confissão, mas ao ato testemunhal de sua condição, orientado à auto-transformação, transcendendo em *sangue bom, humano verdadeiro, braço fiel, irmão de fé, sujeito de proceder, disposição*⁷². O proibido, configurado como lugar e dispositivo que possibilita uma experiência sensível do dissenso. Uma guerra política contra a polícia, agora nos termos de Rancière (1996; 2009), na luta através do desentendimento contra a cristalização e a sujeição.

⁷² O excesso de palavras (literaridade) é descrito em Rancière (1995) como princípio de desordem, mostrando o poder que o sujeito político tem de alterar a distribuição de palavras dentro da ordem do comum, da ordem consensual. A literaridade é o mecanismo, ligado à acessibilidade e à disponibilidade da escrita, pelo qual mesmo o sujeito que não tem acesso à ordem do discurso, que não tem força enunciativa ou voz, pode se expressar. A escrita não pode ser controlada e escapa para lugares onde não deveria estar. Os meios digitais são uma ampliação dessa capacidade e o proibido, ao circular no meio digital, permite o exercício da literaridade, viabilizando caminhos de emancipação pela palavra.

NOTAS FINAIS

Notas do Caderno de Viagem

Decidi incluir estas notas do meu caderno de viagem antes das notas finais para dedicar espaço, neste ponto de chegada, à sensibilidade teórica, nome que Glaser (1978) deu ao processo de *insight* conceitual que corresponde ao aspecto criativo da pesquisa conduzida pela Teoria Fundamentada nos Dados, concebida inicialmente como uma habilidade do pesquisador para reconhecer dados relevantes e formular uma teoria conceitual, que ultrapasse o aspecto descritivo. Considero que a sensibilidade teórica, posta em funcionamento como processo de articulação, está presente no ponto de partida e também de chegada. Por isso emprego-a aqui como fio condutor deste capítulo, com o fim de oferecer notas finais sobre as decisões teóricas e metodológicas que tomei.

O trabalho com problemas humanos brinda oportunidades de autoconhecimento. Não é possível desempenhá-lo sem sofrer transformações, o que implica, resgatando aqui a Dewey (2005), padecer e agir, ser afetado e conduzir um processo, tomando decisões, agindo imerso em contingências. No processo de trabalhar sobre dados para poder estruturar um relato sobre um fenômeno, considero que o desenvolvimento da sensibilidade teórica inclui transformações pessoais naquilo que chamei, aqui, de “subjetividade do pesquisador”, uma parte da rede que é o sujeito (RORTY, 1989) em seu papel de pesquisador, e que se transforma na interação com o objeto de conhecimento, ambos imersos em uma unidade maior, a situação submetida a investigação.

Charmaz (2014) descreve o processo de teorização como um movimento de parar, ponderar e pensar. O fluxo da experiência em estudo é suspenso em certos momentos, para possibilitar a “observação da vida estudada de diferentes ângulos, fazer comparações, seguir pistas e formular ideias” (CHARMAZ, 2014, p. 244, tradução minha). Como o direcionamento da pesquisa é conduzido através dos atos de teorizar, não é possível vislumbrar antecipadamente os pontos de chegada ou os pontos de parada no caminho. Charmaz continua, especificando que as ações implicadas na teorização envolvem vislumbrar

possibilidades, estabelecer conexões e formular perguntas. São ações, considero, que o ser humano não pode separar do próprio processo de interação com o problema, mas que podem ser guiados pelo método, evitando empacotar e aplicar respostas rápidas e automáticas. Daí por exemplo a importância de codificar usando verbos, lembra Charmaz (2014), para que nos aproximemos ao máximo das ações e processos.

A expressão “sensibilidade teórica” parece-me insuficiente para descrever o alcance das alterações e transformações que ocorrem na interação com os dados, pois essas alterações ultrapassam o âmbito do acionamento teórico. A tradução do inglês *theoretical sensitivity* talvez seja infeliz e pudesse ser ampliada em outra expressão como sensibilidade para a teorização, por exemplo. É possível também que a expressão arraste o ideal original da Teoria Fundamentada nos Dados de que o pesquisador pudesse manter-se neutro e a revisão teórica pudesse ser adiada até o final da pesquisa. Apesar de que a impossibilidade da neutralidade e da suspensão teórica estejam assumidas, raramente os textos sobre Teoria Fundamentada nos Dados discutem como lidar com elementos subjetivos.

Clarke (2005), a esse respeito, sugere que os operadores do pesquisador sejam também mapeados e explicitados (ainda que não necessariamente publicados), para que deixem de ser operadores silenciosos. Eu não incluí na representação dos meus mapas os operadores subjetivos, mas optei por sinalizar neles a porta de entrada para o relato analítico e teórico que decidi contar a partir dos efeitos que a apresentação do sujeito do crime, blindado, produziu em mim. Essa porta de entrada para pensar os processos de subjetivação no *mundo do crime* e de subjetivação política conduziram, a partir da aplicação dos métodos, à categoria central, *representar*, nomeada aqui com a etiqueta do código *in vivo*, e que constitui a prática comunicacional teorizada a partir do mapa situacional.

“A subjetividade do pesquisador proporciona uma forma de ver, encadear e interrogar os dados” (CHARMAZ, 2014, p. 247, tradução minha). No cômputo geral, considero que acionar a sensibilidade teórica da forma como é compreendida através do método equivale a desativar o piloto automático para assumir uma condução consciente, atenta à paisagem, aos obstáculos, aos imprevistos, à rota, aos possíveis caminhos sem saída e pontos de retorno, para chegar a um lugar que ainda não havia sido visitado. A habilidade de condução vai se aprimorando ao mesmo tempo em que se conhece melhor o veículo e o caminho. Implica também a auto-observação, consciente e atenta, com um grau de desidentificação entre o sentido de si mesmo e o ordenamento linguístico da experiência. Trata-se de um processo de

redescrição do objeto, mas também do pesquisador, que passa a incluir em sua rede subjetiva uma experiência, fruto de um processo interativo e também comunicativo.

Eu comecei a partir de uma “irritação” visceral, como expressei em vários momentos ao longo do meu relato. Uma irritação, tomada aqui nos termos de Peirce (1878), que indica a abertura produzida pela dúvida, uma fenda a partir da qual as crenças podem ser reformuladas, crenças que são pontos de chegada e ao mesmo tempo pontos de partida para mais pensamento. A relevância desta discussão para compreender a sensibilidade teórica é que tal “irritação” (ou mudança no estado de coisas) pode acionar o pensamento consciente, direcionando-o para novas buscas (FERNÁNDEZ, 2014). Assim, a menos que seja possível agir a partir de algum hábito previamente adquirido na matéria, ou seja, com base em crenças sobre como devemos conduzir as coisas nesse caso específico, a alteração gerada pela dúvida produzirá um processo de decisão.

Um processo assim imbricado ultrapassa a experiência de observar e descrever dados e fenômenos. As razões pelas quais ferramentas e métodos são acionados não previamente, mas para atender à natureza do problema, as razões pelas quais determinados conceitos são descartados ou considerados úteis para serem usados como conceitos sensibilizadores, os motivos pelos quais a amostragem é conduzida através do problema e não antes dele manifestam-se através do fio condutor do pensamento, que é guiado por regras continuamente expostas a alterações racionais mas também, e em grande parte, emocionais.

Recorri à meditação de concentração (atenção focalizada em um único objeto) e à meditação de campo aberto (observação atenta e desidentificada dos objetos da consciência) em diferentes fases do processo de pesquisa. Utilizei essas ferramentas durante e depois das sessões de observação e de codificação, assim como durante as sessões de análise uma vez construído o mapa situacional. Ambas foram ferramentas úteis, sendo que a meditação de campo aberto possibilitou *insights* que me ajudaram a identificar portas analíticas e a tomar decisões, enquanto que a meditação focalizada me ajudou a convergir o pensamento.

A meditação foi uma ferramenta útil também para “limpar o campo mental” da ansiedade que em alguns momentos esteve presente, e para encontrar caminhos alternativos quando processos circulares em torno de um único aspecto faziam-se predominantes. Em vários momentos experimentei “irritações” intensas, nem sempre de valência negativa. Houve sessões de codificação que me fizeram sentir euforia, por exemplo. Nessas ocasiões, parei para me reorganizar e compreender como se produzia esse efeito e para onde poderiam conduzir o processo de interpretação. Pude compreender que uma sessão de codificação

poderia produzir um efeito emocional cumulativo pelos conteúdos fortemente afetivos e pela sonoridade ritmada e unidades melódicas mínimas. Isso gerou perguntas que não posso responder nesta tese, como por exemplo qual poderia ser o efeito do aspecto dinamogêneo da música baseada na percussão para a estimulação e energização no momento de realizar *missões* ou dos efeitos da celebração e exaltação da irmandade, da solidariedade, da humildade, da força e, ao mesmo tempo, do crime, para *fortalecer a mente*.

A voz do crime que falava através das músicas que eu analisei continha revolta. Continha também medo e fé, misturados. Declarava-se, ao mesmo tempo, ser a voz do *monstro* e do *humano verdadeiro*. O apelo nas entrelinhas, contudo, estava respaldado pelo crime, ostentava armamento pesado, e falava em defesa da *comunidade*, celebrando valores pró-sociais e justos, misturando as vozes do crime com as vozes dos artistas da periferia. Não cabia tudo em um lugar só, a menos que esse lugar fosse definido como um ponto de encontro.

Por isso, partir da Análise Situacional como metodologia foi produtivo do ponto de vista analítico, pois me permitiu construir o terreno sólido do qual eu precisava, e no qual pude situar o que a própria voz do crime chama de *representar*: uma demonstração reiterada da *disposição* para fazer valer o *compromisso* com o *mundo do crime*, e também a *disposição* para *ter consideração* e assim *correr junto*, lado a lado com o crime. Processos que são disposicionais e identitários que, na dimensão comunicacional, configuram um jogo adaptativo e de sobrevivência, no plano intersubjetivo, e no plano social, um jogo comunicacional e político.

O mapa situacional que construí a partir dos dados funcionou como um campo para a observação focalizada, um campo sobre o qual dirigir e sustentar a atenção e conduzir o pensamento. Seguindo a proposta de Clarke (2005), ensaiei diferentes conexões e caminhos analíticos possíveis até definir como foco principal a ação de *representar*, que como toda ação é ponto de chegada de muitos processos. No **Capítulo 1 - O percurso de construção da sensibilidade teórica**, expus a trajetória das minhas decisões metodológicas. A Análise Situacional mostrou-se especialmente útil para abordar um problema complexo que posteriormente passei a tratar como um problema comunicacional e com uma importante dimensão temporal, que pôde ser teorizada a partir de uma torção do conceito de presentificação, não para trazer para discussão a teoria de conhecimento da fenomenologia de Husserl, mas para aplicá-lo no nível social à construção do fio condutor que une as reiteraões do posicionamento do sujeito ao longo do tempo no processo comunicacional. Tratarei do

problema de pesquisa propriamente dito e da teorização fundamentada formulada nesta tese nas **Notas finais**.

Retomo neste ponto o desenvolvimento da sensibilidade teórica para dedicar espaço também aos conceitos acionados. Decidi construir um mapa situacional “não-ortodoxo”: misturei no mesmo mapa os mundos sociais em interação e os elementos situacionais conforme o ponto de vista das vozes que circulam no proibido porque a ação que estava sendo estudada era uma ação comunicacional. Por isso situei a ação *representar* na posição de interface entre mundos sociais, ou entre pedaços de um mesmo mundo social abrangente, o *mundo do crime*, separados pelas *muralhas*.

O primeiro foco analítico para abrir esse caminho foi a teorização do funk como produto estético. Tratei do proibido como produto estético no **Capítulo 2 - O proibido como dispositivo interacional**, e descrevi minhas percepções sobre o movimento no funk proibido na seção **2.4. Serpenteando como peixe ensaboado: ambiguidade e inferência**. O proibido é algo muito concreto no universo funk, e o proibido artesanal que celebra o crime representa um segmento minoritário. Sua configuração é resultado das interações com o dispositivo legal que persegue o crime de apologia, com as associações culturais que lutaram pela proteção do funk como patrimônio cultural e pela comunidade que o coloca em uso. O funk proibido que celebra o crime é resultado de tensionamentos e do posicionamento em um lugar que eu nomeei como escorregadio e difícil, que não cabe bem no âmbito do produto cultural de crítica social, nem no campo dos protestos e movimentos sociais e nem no âmbito dos valores pró-sociais. Depois da Lei do Funk (Lei 5543 de 22 de setembro de 2009), seu lugar legal passa a ser uma espécie de zona franca, onde é possível dizer e fazer coisas “proibidas”.

O proibido como gênero vai se configurando, sendo modificado e atualizado ao longo de um processo de acionamentos contínuos, configurando-se como espaço para vozes vetadas porque estão situadas fora da lei. Não me refiro à voz do MC, mas à voz do crime que circula no proibido. Essa distinção entre vozes e os movimentos dentro do proibido mostram que ocorre algo “dentro” do proibido, algo que para que possa ocorrer atualiza o proibido ajustando-o para si. Isso me levou a considerar o proibido principalmente, então, não apenas como gênero musical ou produto cultural, mas como um Dispositivo Interacional (BRAGA, 2011), como um espaço-sistema configurado em modos e estratégias de uso.

Adotar o conceito de Dispositivos Interacionais conferiu flexibilidade à análise, flexibilidade que era necessária para não encaixar o proibido como gênero, os MCs como porta-vozes e nem as vozes do crime como apologéticas ou em lugares fixos e prévios.

Funcionou para visualizar processos e ver circular lógicas, valores, subjetividades, assim como crenças e desejos individuais e coletivos. Cito como exemplos disso o *proceder*, a racionalidade local do crime que circula no proibido, e o desejo do MC de separar sua voz da voz que circula através dele, a voz do crime.

Eu vinha trabalhando desde a análise exploratória com o conceito de Jogos de Linguagem de Wittgenstein porque não queria perder a articulação dos elementos por seus próprios atores. Escrevi sobre o emprego da Teoria dos Jogos de Linguagem como heurístico para codificação na pesquisa conduzida pela Teoria Fundamentada nos Dados (FERNÁNDEZ, 2015d). Mas a Teoria dos Jogos de Linguagem, que me permitiu posteriormente avançar na codificação focada e dar forma à teorização sobre a ação *representar*, não era suficiente para lidar com o problema no nível social, em um produto estético. Estava muito próxima da interação intersubjetiva, embora o heurístico de Wittgenstein permita entrever a articulação de aspectos sociais na configuração dos jogos. O conceito de Dispositivos Interacionais (BRAGA, 2011) possibilitou o salto para o nível social, mantendo a continuidade com o nível intersubjetivo, mas sem misturar-se a ele.

A leitura que eu fiz da teoria heurística de Braga (para uma visão sintetizada, ver BRAGA, 2016) me proporcionou um dispositivo de nível intermediário, que também funcionava como heurístico para acessar lógicas locais e as articulações desenvolvidas na sociedade. Não seriam as minhas articulações, então, mas as articulações postas em uso nas práticas sociais. Era disso que eu precisava como continuidade depois de aceitar a Teoria dos Jogos de Linguagem. Por isso o proibido, entendido como um dispositivo interacional acionado pelo *mundo do crime* para falar através de outros corpos, já que sua voz é vetada, serviu como lugar de observação também de Jogos de Linguagem que são articulados nas interações locais, como o jogo de *representar o crime*, que nasce e prospera no nível intersubjetivo e é depois acionado como prática comunicativa no nível social através da música, em um dispositivo configurado socialmente.

A Teoria de Wittgenstein é compatível com a ideia de incomensurabilidade e com a ideia de contingência. Ambas, necessárias para compreender um objeto comunicacional, situando-o no paradigma da tripla contingência (CRAIG, 2006; RUSSIL, 2004; 2005). Essas noções foram organizadas através do fio condutor da concepção da comunicação como processo probabilístico e tentativo (BRAGA, 2010a; 2010b; 2011; 2016), que transforma linguagens para reduzir o isolamento. Eu estava tratando de coletivos vetados e imobilizados no lugar social de “sujeitos do crime”, condenados pela lei e pela moral, que assumem a

responsabilidade ética de falar com a voz do crime, e que no Brasil estão expostos, em um momento anterior à inscrição no mundo dos negócios ilícitos, a uma seleção social para ser população de risco que pode “cair” no crime (MISSE, 2010), crime que atravessa as vidas como um movimento (MARQUES, 2009) que arrasta e que conduz à ruptura e ao isolamento, à incomunicabilidade da experiência no plano social.

Contingência, ironia e solidariedade (ainda que confinada na irmandade). Três elementos que dão título à obra de Richard Rorty (1989), para quem o sujeito, a partir de uma perspectiva naturalista e pragmática (RAMBERG, 2004), herdeira do empirismo radical (JAMES, 1904; 1976 [1912]), pode ser concebido como uma rede de crenças e desejos que se configura nas vivências empíricas. Sujeito livre para tomar decisões e ao mesmo tempo determinado pelas suas precondições e contingências. Sujeito que se constrói descrevendo-se e redescrivendo-se continuamente, sendo ele a causa do ordenamento da experiência do plano linguístico, plano no qual damos sentido a quem somos e àquilo que nos rodeia imersos em jogos que se repetem localmente e também no nível social.

O sujeito de Rorty (1989) é um sujeito móvel, que se redescreve, imerso em jogos de linguagem, acionados e repetidos também no plano coletivo, configurando dispositivos e matrizes, cristalizando códigos e relatos, reconfigurando-se nas aberturas do tecido social (RANCIÈRE, 2009). O proibido está configurado em uma fenda e por seu próprio funcionamento, abre fendas o tempo todo. Por isso o código e os lugares de fala são movediços e escorregadios, abrindo espaços para a inferência o tempo todo. Por isso é um dispositivo acionável pelo sujeito proibido. Por isso era preciso situá-lo em um mapa que configurasse um terreno. Por essas razões a combinação da Análise Situacional com a noção de Dispositivos Interacionais, a concepção da Comunicação como processo basilar tentativo e probabilístico, e a Teoria dos Jogos de Linguagem foram acionados para lidar com a voz do crime no proibido.

No proibido, a ação de *representar o crime* configura-se como prática social na medida em que é reiterada pelo coletivo do *mundo do crime*, como discuti no **Capítulo 3 - Mente firme e coração blindado: o sujeito no mundo do crime**, capítulo no qual parto do sujeito inscrito no crime para analisar o mapa situacional. A prática de *representar o crime* na música é formulada, então, como prática social inscrita no *mundo do crime*, que tem partes de si confinadas nas *muralhas*, e que nas *comunidades* instala-se como instância da qual emanam normas de conduta e uma paz específica. Tal estado de coisas está relacionado, nas periferias de São Paulo, com a presença do PCC, guardião de valores como paz, justiça, liberdade,

igualdade e união com o respaldo do *mundo do crime*. Foi preciso acionar, então, teorias recentes sobre o *mundo do crime* e o PCC, proveniente de estudos etnográficos realizados nas periferias e nas prisões paulistas (BIONDI, 2010; 2013; MARQUES, 2009; 2007; 2010; FELTRAN, 2008; 2010; 2011; 2013).

Há continuidade no processo de subjetivação como construção da ideia de si no grupo de iguais e como construção de si como sujeito com vontade política, com desejo de potência enunciativa e de visibilidade. Esse aspecto, que é possível entrever no proibido através de como a voz do crime sinaliza injustiças, o lugar social precário e processos de assujeitamento, é interpretado por Rancière (2009) como vontade de subjetivação política, que pode ser exercida na estética da política através da produção de fendas e hiatos que possibilitem uma reconfiguração do sistema social e político de partilhas.

Esse é o aspecto desenvolvido ao final do último capítulo, **4.6. O caminho da vontade de subjetivação política**, um ponto de chegada desejado para o sujeito anônimo da voz do crime. Sujeito que apresenta-se com vontade de ter potência para falar e ser visível no lugar de exposição, no espaço do comum de uma comunidade. Vontade, portanto, de uma nova subjetividade. Vontade de redescrever-se e de perceber-se capaz, de adentrar novamente o domínio do registro da intersubjetividade, onde a identidade é negociada no contato com o outro, não no isolamento ou no confinamento. A música oferece-se como lugar para a manifestação dessa vontade, pois o produto estético é permeável na medida em que é veículo da experiência estética, que na sociedade mediatizada ancora-se na escuta, buscando aproximar-se do outro, atingindo-o quando produz o efeito de fruição.

Dediquei estas linhas a alinhar pontos que permitem traçar uma trajetória das escolhas metodológicas à teorização, passando pelo acionamento de ferramentas, métodos, conceitos e teorias, explicados com maior detalhe nos Capítulos 1 e 2, dedicados ao percurso metodológico e teórico. Nas linhas que se seguem dou continuidade ao meu alinhar, concentrando-me na teorização fundamentada, formulada sobre a prática de *representar o crime* no proibido.

Notas sobre a teoria fundamentada

Quando eu era pequena, passava as férias na casa da minha avó. Eu não me lembro de quantos anos eu tinha quando alguém levou para lá um menino. Era um pouco mais velho do que eu e meus primos, e era um menino estranho. Não falava. Não brincava. Não olhava nos

olhos. Passava o tempo todo distante. Disseram que ele ficaria por lá por uns tempos, escondido. Eu fiz muitas perguntas que não foram respondidas direito. Alguém me disse apenas que ele não podia voltar para casa porque havia gente que queria matá-lo. Eu, que naquela época tinha medo de cangaceiro, fiz mais um monte de perguntas, mas no final tive que voltar para São Paulo sem aceitar como alguém poderia querer matar o menino com quem passamos as férias. Quando fui visitar novamente minha avó, o menino estranho não estava mais lá: havia voltado para São Paulo, onde em pouco tempo havia sido assassinado. Sempre considereei que as pessoas do *mundo do crime* foram primeiro meninos, talvez meninos que tenham ficado estranhos.

Não existimos sem a possibilidade de comunicar. Desde os primeiros instantes de vida, vamos nos constituindo em um processo contínuo em contato com a comunidade que nos recebe, escutando, ainda sem compreender as palavras, como nos percebem os outros e o que esperam de nós. A existência vai se constituindo como uma soma de momentos nos quais somos como podemos, pondo de manifesto em cada um desses instantes as fragilidades, as contingências, as alterações pelas quais passamos. A existência ocorre como se fôssemos sempre um ponto de confluência entre o que já foi e o que poderá ser.

Todo o processo do ciclo vital se dá, assim, como uma progressão de momentos. Implica, portanto, um fluxo, e todo fluxo flui por onde encontra passagem, por onde pode fazer caminho. Em grande parte, o que foi tratado aqui diz respeito à interrupção ou ao impedimento, causado pelo atravessamento do fluxo de uma existência por outro fluxo quando o crime, em movimento, invade a vida, arrastando-a e talvez conduzindo-a para o sombreamento e para becos sem saída. O sujeito que cai no crime, por mais que tenha seu destino anunciado nas expectativas sociais ou mesmo no desejo construído conjuntamente com o ambiente por onde transita, nunca sabe o que mudará o curso de sua vida. Ele nunca prevê quando ocorrerá a quebra, a fratura que o conduzirá às rupturas e ao isolamento, ameaçando a sua continuidade.

Não é meu papel julgar o sujeito anônimo cuja voz fala em nome do crime através do proibido. Contudo, é preciso lembrar que o Brasil é um dos países nos quais mais se mata no mundo, sendo que as mortes na população jovem são o motor propulsor desses números. Para compreender como e para quê a voz blindada e precária do crime busca ocupar o espaço público, é preciso escutá-la situando-a em seu contexto, imersa em tensionamentos e fluxos. Tanto o Jogo de Linguagem *representar o crime* quando o dispositivo interacional acionado para que essas vozes circulem (o proibido) situam-se em lugares escorregadios e fronteiros.

Portanto, parti do momento vital no qual os sujeitos reais donos dessas vozes estavam já inscritos em um lugar social problemático, marcado por rupturas e pelo registro intersubjetivo no *mundo do crime*.

O *mundo do crime*, é preciso lembrar, constitui-se em uma instância na qual se pratica uma metodologia de vida e de sobrevivência, organizada em torno do *proceder*, que integra uma ética e uma conduta prescritas, que divide as pessoas entre amigos e inimigos. Trata-se, em suma, de poder ou não poder confiar. A natureza humana, para Winnicott (1896-1971), estabelece uma disposição afetiva para confiar no Outro. Ainda que essa asserção possa parecer ingênua e prosaica, o que Winnicott vem a dizer é que sem essa disposição nata, a existência psicológica seria um inferno. Seria inviável. O ser humano procura, instintivamente, em quem e em quê confiar como condição para poder agir. Daí que o sujeito em ruptura ou fronteiro, por nomear a quebra de algum modo, buscará lugares de afiliação, ainda que seja através da solidariedade confinada.

Uma vez inscrito no *mundo do crime* pela combinação de sua ação e da reação social a ela, sua voz é interdita porque pertence a um sujeito que está imobilizado - ou ao menos sombreado - pelo status de sujeito criminal, ou porque seu corpo, mantido sob custódia, está impedido, encarcerado. Sua capacidade de comunicação, contudo, está intacta, assim como seu instinto de existência. Na prisão, a mente é o seu bem mais valioso, pois pode ser livre ainda quando o corpo está preso. E nas ruas, em liberdade, a mente suficientemente forte resiste, permitindo ao sujeito permanecer na luta, podendo até invadir o outro, fortalecendo-se e fortalecendo a irmandade. Interditado, ele precisa encontrar uma forma de falar com outra voz que não é a sua. E no proibido, ele o faz através de outro corpo, que não é o seu.

Retomo aqui a analogia que Misse (2010) estabelece entre a incomunicabilidade da pessoa submetida à sujeição criminal e a pessoa portadora de esquizofrenia ou em estado psicótico. Ao estabelecer essa analogia, Misse conecta com a quase impossibilidade de comunicar a experiência social (e eu adicionaria aqui, também, a experiência emocional) do assujeitamento quando nos é posta uma identidade à qual está associado um estigma, quando o domínio da intersubjetividade deixa de ser o campo da construção identitária, processo que é agravado ainda mais quando há institucionalização, seja penitenciária ou hospitalar. Concordo com Misse em sua analogia. Contudo, é preciso notar que a pessoa submetida à sujeição criminal está determinada pelas condenas moral e legal, por um lado, o que dificulta que possa conquistar escuta social principalmente em uma sociedade desconfiada, castigada pela violência. E, por outro lado, o sujeito do crime conta com suas faculdades mentais em

estado funcional e com seus processos emocionais submetidos a condições duras, o que quer dizer que perseguirá estratégias para superar sua condição com todas as suas forças.

O medo de não ser capaz de “influenciar a mente dos outros em favor próprio” é identificado por Gilbert (2015, p.109, tradução minha) como um medo básico, evolutivo e arquetípico, associado ao medo de rejeição. A necessidade de comunicação e de existir no outro é tão fundamental quanto a necessidade de segurança e proteção. O ser humano precisa produzir sentimentos agradáveis sobre si mesmo na mente dos outros para facilitar a afiliação social. Calcular a maneira como existimos para o Outro é central para sentir segurança diante do mundo. A vergonha externa está no centro do modelo evolutivo e biopsicossocial desenvolvido por Gilbert (2002⁷³; apud GILBERT, 2015, p. 106) sobre a vergonha, com duas formas de defesa principais: a resposta internalizada que conduz à subordinação e à submissão geradas por uma avaliação negativa de si mesmo, e a resposta externalizada de humilhação que conduz a movimentos de ataque, para criar um sentido de segurança pessoal através da agressão e da intimidação. Tais respostas variam de acordo com as predisposições do indivíduo e com as suas circunstâncias.

O gesto de *representar o crime* no proibido permite que o sujeito anônimo das vozes interditas e sombreadas acionem outros corpos, fazendo uso deles como condutos para poder falar. Pode-se dizer que o lugar do MC que *representa o crime* emprestando sua voz ou tendo-a comandada é um lugar precário. A pessoa precária é descrita por Lazzarato (2006) como aquela para quem as classificações, as designações, as identidades se misturam. Ocupa um lugar social no qual as relações não estão bem codificadas, sendo “ao mesmo tempo e de forma contraditória fonte de assujeitamento político, de exploração econômica e de oportunidades para construir as lutas para as identidades em devir” (LAZZARATO, 2006, p. 223⁷⁴ apud MARQUES; MARTINO; COÊLHO, 2016, p. 58).

As vozes do crime, interditas, perseguem a incorporação da sua linguagem nos meninos representativos da população da comunidade, com quem os membros do PCC compartilham suas origens. Meninos cujo destino traçado pela expectativa social anuncia sua preparação para ser soldado fiel, mas que nem sempre terminam entrando no crime. Ou, às vezes, entram e conseguem sair a tempo. Ou, sem entrar para o crime, adotaram caminhos inesperados, diferentes do que anunciavam as expectativas sociais. Ficam, em qualquer caso, vulneráveis na sua origem, na posição de serem convocados como porta-vozes para o crime.

⁷³ GILBERT, Paul. Evolutionary approaches to psychopathology and cognitive therapy, In: GILBERT, Paul (Ed). Edición especial: Evolutionary Psychology and Cognitive Therapy, **Cognitive Psychotherapy: An International Quarterly**, nº 16, p. 263-294, 2002.

⁷⁴ LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

O MC que canta proibido que *representa o crime* encontra-se em territórios submetidos à força instituinte do *mundo do crime*, instância da qual fazem parte os sujeitos de *proceder*, sujeitos *disposição*. O que define quem pertence ao *mundo do crime* não é o ato imputável tipificado no Código Penal, como discuti na seção 3.2.1. **O mundo do crime**, mas o fato de ter *disposição* e *proceder* para *correr junto com o crime*, ou *lado a lado* e, portanto, ser amigo. Quem não corre junto com o crime, é *oposição*, portanto, inimigo. Como vimos antes, alguns sujeitos *cabulosos*, cuja mente é suficientemente forte para manter-se firme, sendo ela mesma capaz de invadir, podem correr com o crime lado a lado sem firmar um compromisso.

Os MCs ocupam a posição estratégica para operar como torres de retransmissão situadas em territórios e lugares sociais expostos à força de comando do crime. O termo *comando*, como especifiquei anteriormente, diz respeito à condução *pelo certo*, não à imposição. Saber seguir *pelo certo* e ao mesmo tempo proteger-se dos efeitos do crime é um gesto de inteligência adaptativa que pode garantir um lugar social seguro nos termos que a lógica do crime impõe. Possuidor de voz e, ainda mais especificamente, do dom da palavra, o MC conta com recursos valiosos.

O MC pode exercer, assim, de conduto para que a voz do crime circule no proibido, que é acionado como um dispositivo que possibilita o estabelecimento de interações comunicativas entre grupos e mundos sociais. É certo que a retransmissão pelo MC não ocorre sem ruído, sem interferências. O MC, para diferenciar sua voz da voz para a qual é conduto, interfere sinalizando uma e outra vez seus diferentes lugares de fala possíveis. Assim, a voz do artista se confunde com a voz do crime, sem por isso fundir-se a ela. Através de seu corpo, o MC dá passagem à voz do crime, ainda que nem sempre de uma forma livre.

A torre de retransmissão, precária, situada em território comandado, pode permanecer sob o influxo de linhas de tensão. Esse aspecto é sinalizado por Essinger (2005), que publicou o depoimento de um funkeiro que explica como atendeu ao pedido (não à ordem) de um traficante para cantar a letra que ele havia composto para que o MC cantasse para a comunidade. As letras de algumas das músicas que analisei em minha pesquisa sinalizam, nessa mesma linha, o envolvimento tenso do MC, que procura colaborar como pode, sabendo que tem que ser amigo para não se complicar, declarando-se *primo fiel, sujeito disposição, envolvido até os ossos*.

O proibido é acionado para fazer circular a voz do crime, frequentemente, das *muralhas* para fora. O sentido da comunicação *muralhas* para os pedaços do *mundo do crime* em liberdade ou para a sociedade é explícito nas peças de funk proibido, principalmente naquelas

que são nomeadas como hinos do PCC⁷⁵. Essa mesma direção no fluxo comunicacional foi anunciada no rap dos Racionais MC's, no álbum do grupo “Nada como um dia após o outro dia” (2002), que foi descrito por Mano Brown como “um projeto para o que vai acontecer nos próximos dez anos” (FELTRAN, 2013, p. 64).

Mano Brown fala desde a posição de voz qualificada, reconhecida como um dos intelectuais influentes em toda uma geração de jovens em São Paulo. Como disse anteriormente ao tratar da obra dos rappers Dexter e Kaskão, não há espaço aqui para discutir as condições de emergência do movimento hip-hop e nem de acompanhar a trajetória desses músicos e, neste caso concretamente, situar a relevância dos Racionais MC's no cenário do rap nacional. Brown sinaliza o sentido da comunicação no *mundo do crime*, das *muralhas* para as *comunidades*. O MC que canta proibido artesanal, situado fora do circuito comercial e na condição de precariedade, faz mais do que “sinalizar” o sentido desse fluxo comunicacional: ele está imerso nele, dentro de seu movimento.

São várias as maneiras como a torre de retransmissão, situada fora das *muralhas*, pode sintonizar com as fontes de emissão para fazer circular a voz do crime. O MC pode ter a escuta aberta para o crime, porque conhece as vicissitudes do *movimento* como metodologia de sobrevivência, porque conhece o sofrimento e as suas precondições. Pode sintonizar e emprestar a sua voz e o seu corpo para *representar* e assim fazer circular a voz anônima, narrando o cotidiano prisional e a vida do crime, proporcionando um veículo estético para lidar com a dor, que talvez conheça de perto ou de primeira mão.

Mas a sintonia nem sempre se dá para situar o proibido como vetor da experiência estética que busca o encontro na fruição para mitigar a dor. Se dá, também, para o exercício da política local do crime; para envio de recados e *salves* dentro do *mundo do crime*; como estratégia de posicionamento baseada na intimidação e desmoralização na guerra contra os inimigos. Esse uso instrumental foi exemplificado de maneira contundente com o Funk do Massacre da FDN na seção 3.3. **Hipérbole: a guerra**, que circulou para descrever o ocorrido no interior das *muralhas* durante o massacre em Manaus e enviar um comunicado para os inimigos. O Funk do Massacre permite também entrever o jogo de forças na guerra entre os comandos e o que pode ocorrer ao PCC se deixa de se comunicar através da palavra ou mesmo através de atos de violência, fortalecendo e invadindo mentes.

⁷⁵ Não há um único Hino do PCC entre as músicas de proibido que circulam no YouTube. Algumas músicas, apesar de ter título, são publicadas em listas de reprodução e em canais do YouTube sob o nome de Hino do PCC.

A palavra *torre* é usada no sistema prisional comandado pelo PCC com conotações políticas, conforme registrou Biondi (2010). A *torre* é território político, e costuma estar localizada em penitenciárias, onde estão os presos que já passaram mais tempo cumprindo pena. Um território pode deixar de ser *torre*, ou voltar a ser *torre* depois de um tempo. É também uma posição política, de onde emanam as diretrizes e comunicados do PCC para todas as unidades, os *salves*. O *salves* partem das *torres*, não de pessoas, embora os *torres* operem as *torres*. Os *torres* são:

(...) irmãos com ampla experiência na vida prisional e cujo proceder fora sustentado por muito tempo, motivos de reconhecimento, respeito e solidariedade de seus companheiros dos CDPs. Mas eles são também, e principalmente, teóricos do universo prisional, teóricos políticos do cotidiano das prisões
(BIONDI, 2010, p. 124).

Não disponho de dados para verificar se o entendimento da comunicação a partir das *torres* que o PCC constrói nomeia de alguma forma específica os receptores potenciais da sintonia situados fora das *muralhas*. Os *irmãos* devem agir como exemplos vivos do *proceder*, dentro e fora do sistema prisional, e isso implica a *disposição* para exercer o compromisso sob qualquer circunstância, o que inclui propagar seus valores e cumprir as missões encomendadas. É significativo, do ponto de vista comunicacional, que os *torres*, além de operarem a emissão de comunicados, sejam também os teóricos políticos do cotidiano prisional e, portanto, do PCC.

Emprego a expressão “torre de retransmissão” como uma metáfora para descrever a posição do MC que transmite a voz do crime. Da mesma forma que a torre não é o sinal, o MC não é, ele mesmo, a voz do crime. Da mesma forma que a torre capta os sinais e interferências que atravessam o lugar onde ela se encontra, o MC está sujeito às forças e tensionamentos que se estabelecem no território onde ele está. Assim como a torre, o MC retransmite, modulando o sinal, agindo na linguagem.

A posição do MC como conduto entre mundos sociais torna-se visível quando o mapa situacional permite obter uma visão ampla da situação empírica. Dada a natureza do problema comunicacional, optei, como expliquei no **Capítulo 1 - O percurso de construção da sensibilidade teórica**, por criar um mapa híbrido e respeitar o vínculo entre os elementos situacionais mapeados e os mundos sociais aos que estavam associados. Isso possibilitou que a prática de *representar o crime* no proibido com prática comunicativa no nível social deixasse entrever seu aspecto de interface entre mundos em tensão e mundos conectados, ainda que confinados.

Aquilo que eu havia identificado inicialmente como um aspecto programático no texto do proibido, e que registrei como “violência programática” no mapa construído a partir da análise exploratória, sinalizava a inscrição da prática nas regras do *proceder*. Esse ponto no mapa inicial provisório abriu um caminho de amostragem teórica guiado a partir da *disposição* e do aspecto identitário, que me conduziram finalmente à categoria *representar o crime* no proibido, concebida como prática comunicacional inscrita no *mundo do crime* e como gesto político que reivindica para o crime o status de voz qualificada e com potência para interferir na vida comum.

A reiteração é o mecanismo central da dimensão comunicacional da prática de *representar o crime* na música, pois é através da reiteração que movimentos sucessivos de ajustes tanto dos lugares de fala quanto do código em si mesmo vão se constituindo. A reiteração é condição para a eficácia semântica da palavra e, se pensamos nos termos da Teoria dos Jogos de Linguagem, a reiteração torna-se também o mecanismo para o ajuste fino das posições e, portanto, da constituição das subjetividades. Afastando-nos um pouco mais para obter uma perspectiva ainda mais ampla, a reiteração possibilita que os rastros do passado e as expectativas sobre o futuro sejam evocados em cada ação singular no momento presente, tal como uma nota musical situa-se na linha melódica cobrando sentido na linha do tempo, dando continuidade ao tema, criando as aberturas para o que virá depois.

Desde o primeiro momento o aspecto reiterativo de *representar o crime* na música chamou minha atenção, embora minha compreensão de seu papel na prática social que eu estava observando só tenha sido possível depois de avançar na coleta, na codificação, na análise. Descrevi na seção 2.4. **Serpenteando como peixe ensaboado: ambiguidade e inferência** minha sensação de lidar com o elemento móvel, variável, repetitivo. Reiterativo, na verdade, porque reiteração não é o mesmo que repetição. Implica, como mencionei antes, a evocação dos elementos em contextos empíricos totalmente novos em cada ocorrência, uma evocação inscrita em uma linha temporal. Em um movimento que se assemelha ao de uma curva espiralada, a reiteração vai, afinando-se e ajustando-se cada vez mais, tentando aproximar os pontos, procurando sintonia.

A *sintonia*, no crime, foi documentada como o

regime de relações que permite que uma iniciativa, ideia, ato ou enunciado de alguém acione uma cadeia imitativa que ressoe, não sem resistências e adaptações, entre os que estão “na mesma caminhada” (BIONDI, 2010, p. 244)

Representar em qualquer lugar, em qualquer situação, em qualquer missão. Sempre. Independentemente do tempo e do espaço. Ser exemplo vivo do *proceder*, ou ter firmeza suficiente, coisa que somente quem tem a mente blindada consegue, para *correr lado a lado com o crime*, com *consideração*, mesmo sem ser do crime. Regimes de relações que possibilitam ajustes finos e ao mesmo tempo a polifonia, tornando manifesto e presente o caráter, o valor, a força e a coragem. Mente e coração. Unidos, na transcendência da rede de relações que ultrapassa o indivíduo, mas que encontra nele a ancoragem e capacidade material de executar atos singulares. Indivíduos unidos na coragem e na humildade, na irmandade de fé.

Os objetos temporais foram definidos por Husserl (1859 – 1938) como objetos que, além de serem eles mesmos unidades no tempo, contêm em si mesmos uma extensão temporal (CANALES, 2015, p. 81; WELTON, 1999). Husserl utiliza a nota musical como exemplo de objeto temporal em seus escritos filosóficos. A nota musical, isolada, possui unidade, tom, uma particularidade que a distingue de outras notas. Contudo, é somente na sucessão de notas da composição musical que ela se manifesta como tal. Somente no fio melódico da composição musical é que a nota pode ser apreendida como objeto temporal.

Representar, assim como as notas musicais, só ganha sentido na sucessão de acontecimentos a partir dos quais se alinham a rememoração de momentos passados e a expectativa de momentos futuros. Sujeitos *disposição* e que *representam* são sujeitos capazes de sustentar seu *proceder* ao longo do tempo. Para que isso se manifeste, é preciso que *representar* ocorra reiteradamente, mas não repetitivamente. É preciso que se manifeste como as notas musicais, que obedecem à armadura de clave, manifestando-se dentro da tonalidade proposta, em composições que podem ser inclusive polifônicas, em acordes que podem ser dissonantes, mas ainda assim, funcionam dentro da tonalidade.

No **Capítulo 4-Representar o crime: tornar presente a disposição e o compromisso**, discorri sobre a categoria *representar o crime* como uma ação no plano intersubjetivo e como uma prática coletiva no plano social. *Representar*, que diz respeito a fazer valer o compromisso com o crime, implica reiterar uma e outra vez a *disposição*, a vontade e o apetite para ratificar o compromisso. A ratificação, para ganhar potência, para ressoar, deve estar sempre atualizada, deve estar sempre presente. Reiterando-se ao longo do tempo, cada manifestação da vontade de *representar* ou de *ter consideração* recupera o momento anterior e a promessa de futuro, atualizando o gesto continuamente no momento presente, produzindo uma presentificação, no nível social, do jogo de *representar*.

A figura a seguir situa lado a lado dois processos diferentes inscritos na mesma situação de precariedade e de exposição aos efeitos da presença do crime, em torno da ideia de torre de retransmissão. O processo reiterativo da esquerda ilustra a ação de *representar* no proibido regido pela existência de compromisso com o crime. Neste caso, a presentificação procura reiterar a *disposição* para sustentar o *proceder*, cumprindo as *missões*, atendendo a encomendas, transmitindo comunicados das *muralhas*. A reiteração aqui procura garantir a sobrevivência e a afiliação social. Os sujeitos implicados neste processo *são* sujeitos de *proceder* e *disposição*. A identidade social é construída na reiteração da capacidade para *representar* independentemente do tempo e do espaço.

O processo reiterativo da direita ilustra a ação de *representar* no proibido quando não há compromisso firmado com o crime. A ação é regida então pela estratégia adaptativa de mostrar *consideração* e *correr lado a lado*. A *cabulosidade* é um atributo aplicado aos sujeitos de mente firme, senhores de si mesmos, capazes de impedir a invasão psicológica, por isso utilizo na figura a forma “ser cabuloso” para expressar o aspecto identitário. Os cabulosos, por sua força, podem conquistar certa independência, podendo agir sem adquirir compromissos com o crime. A estratégia de sobrevivência aos efeitos do crime pode incluir sintonizar e reverberar através da experiência estética a voz do crime. O grau de precariedade pode determinar o grau de envolvimento, por isso a presentificação aqui opera para construir a linha temporal para o sujeito que tem *consideração* e que sabe *correr lado a lado*, sem se misturar com o crime.

Os dois processos estão imersos na mesma situação precária, por isso são representados lado a lado. As flechas curvas sinalizam que os dois processos incidem sobre a situação e são retroalimentados por ela. Os processos podem também interferir um no outro. A precariedade pode conduzir em determinados momentos ao compromisso. Discorri anteriormente sobre os convites para aderir ao PCC dirigidos a sujeitos inteligentes e dotados do dom da palavra, e como é importante saber recusar o convite e ao mesmo tempo manter a consideração. Tendo em vista que no Brasil cerca de 40% dos encarcerados está em situação de detenção provisória, chegando a permanecer em prisão períodos que podem ultrapassar a pena em caso de condena, e que o PCC está presente na quase totalidade dos centros prisionais de São Paulo (e também em outros estados), a precariedade estende-se de forma contundente entre as comunidades e o mundo prisional.

Figura 16 – Representação gráfica do gesto de *representar o crime no proibido*

A *disposição para representar* (seja para fazer valer o compromisso ou para ter consideração com o crime) opera, portanto, como uma presentificação no plano social. Eu poderia elaborar aqui outra descrição ou dar a isto outro nome, já que a ideia de presentificação foi desenvolvida por Husserl para explicar o processo de conhecimento no nível do pensamento individual, aproximando-se da percepção, e não como uma categoria social. Contudo, considero produtivo propor aqui um desdobramento do conceito de presentificação, empregando-o como sensibilizador e não como uma descrição fechada, de modo que permita avançar no entendimento da *disposição para representar* como algo que é

percebido socialmente por meio da atualização e presença continuadas, através da linha temporal.

Há, de fato, uma continuidade entre a disposição individual para a ação de *representar o crime* e a disposição coletiva para a prática comunicativa de *representar* como sujeito anônimo no proibido. A ideia de *disposição* nos aproxima da presentificação no nível individual, pois o compromisso implica o encontro de processos disposicionais e identitários, processos próximos, portanto, dos mecanismos de percepção intrapsíquicos e da construção de conhecimento no plano intersubjetivo. Os processos disposicionais e identitários, na medida em que se reproduzem também no plano coletivo, configuram matrizes construídas socialmente nas práticas reiteradas. Há uma temporalidade no plano social que possibilita a configuração do sujeito *disposição* em gestos de presentificação, que se estende também ao sujeito anônimo do coletivo social.

Cada gesto de representar povoa o espaço e o tempo em um processo de imanência que discorre como uma sucessão na qual cada ocorrência no presente se constitui, ao mesmo tempo, de momentos de conversão no passado e das expectativas de sucessão que o agora-presente antecipa em seu próprio movimento. Os eventos singulares situam-se no espaço-tempo, que em si mesmo está em constante mutação. Tal é a natureza do âmbito no qual se configura o que é comum para uma comunidade (RANCIÈRE, 2009): trata-se de um espaço sensível no qual cada gesto é apreendido como momentos de percepção ao longo de uma continuidade, de forma que o acontecimento presente torna-se imediatamente passado, mas não desaparece por completo.

É possível pensar o sensível de Rancière (2009), então, como meio e, portanto, como ambiente que se amolda aos movimentos daquilo que está imerso nele. Cada performance altera o meio, o espaço que é em si mesmo também sensível, responsivo, e que por isso registra e memoriza os eventos, deformando-se, tentando voltar à forma anterior sinalizada na linha histórica, mas sensível à pressão do acontecimento. Uso o termo “sensível” aqui com liberdade para uma interpretação pessoal, em uma leitura e reflexão livres sobre como cada particular, cada acontecimento singular pode alterar o espaço constituído em processos comunicativos e que permite transformações a partir da palavra.

O acontecimento deixa rastro porque o espaço no qual ele se manifesta se transforma com a sua ocorrência. Todo evento singular é um particular (DAVIDSON, 1982) passível de descrição e de redescricao. O acontecimento em si pertence ao espaço-tempo, mas pode ser descrito e redescrito infinitamente, pois a única forma que temos de lidar com os

acontecimentos é interpretando-os e dando-lhes significado através do reordenamento linguístico. É através da redescrição linguística contínua que fazemos das coisas que cada gesto pode reafirmar ou reconfigurar as expectativas, conservando ou transformando o espaço de manifestação e visibilidade.

A prática de *representar* desenvolve-se, então, em um duplo sentido. No plano intersubjetivo, procura atender às expectativas, reiterando-se em cada ocorrência, buscando garantir a sobrevivência. No plano social, através da voz do sujeito anônimo, procura romper a expectativa e assim produzir fendas, criando um desvio ou interrupção na linha de imanência através da redescrição de si no espaço de visibilidade. São, portanto, como duas rodas que giram em sentidos opostos, por isso o sistema pode permanecer paralisado e só pode caminhar se o movimento de uma das rodas predominar. A primeira dessas rodas, a roda da sujeição criminal e da subjetivação no crime, conservadora, reitera o estado de coisas para garantir a sobrevivência, mas com isso submete o sujeito a um movimento viciado. A outra, que permite transcender, gira em um sentido que promete afastar o sujeito do movimento anterior através da potência enunciativa e de sua redefinição política.

Figura 17 – Representação gráfica das rodas dos processos de subjetivação

Os exemplos de reconversão do ex-detento através da religião ou, como vimos na seção 4.5.1. **A voz que ultrapassa as muralhas**, tornando-se músicos e, portanto, adquirindo o status de voz qualificada, são exemplos de pessoas que conseguiram transpor o movimento da

roda do crime redescrivendo-se e reinscrevendo-se no domínio da intersubjetividade, tornando-se também sujeitos políticos. Nesses exemplos, passa-se de uma roda para a outra ainda que girem em sentidos opostos.

O movimento de subjetivação no crime, que procura romper os efeitos da sujeição criminal através da reinscrição do sujeito no grupo, redescrivendo-se como bandido estruturado, pode funcionar como um passo intermediário para a redescrição política. O *mundo do crime*, que nas periferias de São Paulo é regido pelo PCC, é instância para outra subjetivação, inscrita no crime como guardião de valores justos e pró-sociais, o que contraria as expectativas e instala a possibilidade de abrir uma fenda no sistema de partilhas.

Cada ato singular de *representar* constrói uma presentificação no plano social, criando ao mesmo tempo uma rememoração do momento anterior e uma expectativa sobre o comportamento futuro. O MC que *corre lado a lado* fazendo o que pode está construindo uma linha no tempo que corre paralela com a linha do crime, encontrando-a em certos pontos, mas sem misturar-se a ela. Quem *corre lado a lado* apresenta em cada momento a *disposição para ter consideração*, rememorando a trajetória e fazendo uma promessa de futuro que lhe permita seguir seu caminho, protegendo-se de tê-lo atravessado.

A presentificação, que entranha a possibilidade de tornar manifesta a sustentação da *disposição* para exercer o *proceder* ou para caminhar *lado a lado*, reúne, no momento da realização, a rememoração de episódios anteriores, atualizando e reiterando a expectativa de *representar* também no futuro. Trata-se, em essência, de construir bases para alguma previsibilidade, alguma segurança, algum alicerce para poder confiar. Por isso, no fio da navalha, falhar na sustentação do *proceder* pode custar a vida. Por isso, conseguir estabelecer uma linha melódica que caminha ao lado da voz principal pode garantir um lugar seguro.

A fuga é um procedimento musical no qual ideias musicais, denominadas sujeitos, são superpostas. A fuga consiste em um procedimento polifônico no qual as diferentes vozes ou linhas, de igual importância, relacionam-se em contraponto baseado na reiteração de melodias em diferentes tonalidades e no desenvolvimento do tema proposto na composição. Na fuga, é frequente encontrar o contra-sujeito, uma voz que complementa o sujeito em termos harmônicos, melódicos e rítmicos. O contra-sujeito não deve, em princípio, limitar o sujeito. Contudo, há fugas livres nas quais o contra-sujeito oferece apenas uma reiteração parcial do motivo do sujeito. As vozes não se limitam a repetir-se: interagem e caminham juntas, embora às vezes divergentes ou mesmo contrárias, até o final da execução.

O encontro das vozes do crime e das vozes dos MC no proibido funciona assim, como as fugas. As vozes são superpostas e reiteram partes do motivo, quando não operam, claramente, em contrafuga. A voz do crime, que age como sujeito, reivindicando para si o lugar de quem assume a responsabilidade ética de seu discurso. A voz do MC, que se não está sintonizada, caminha lado a lado, ou reiterando apenas uma parte, adotando uma estratégia para *correr junto* sem ser ela mesma a voz do crime. Ou o MC que se assume revolucionário, que está na luta e assume também a responsabilidade ética de seu posicionamento, sem ser a voz do crime e, ao mesmo tempo, sem se limitar a ser um mero conduto.

O MC permite que, através de sua voz, seja presentificada a *disposição* para *representar*, rememorando e gerando expectativa, contribuindo para a produção dos diferentes fios melódicos. Às vezes, ele mesmo *representa*, sintonizado com o crime, transmitindo comunicados ou exaltando a irmandade e o crime. Outras vezes, serve de conduto para a voz do crime, e reiterando a *disposição* para *correr lado a lado*, mostrando *consideração*, garantindo um lugar seguro na polifonia da vida influenciada pela presença do crime que atravessa, rememorando ele também sua *disposição*, criando ele também as expectativas sobre as notas seguintes que há de tocar.

A música é temporal em sua realização. Podemos criar um registro que a documente, em suporte escrito ou em áudio, mas então já estará no passado. Ela só se realiza, realmente, no ato da execução, movimento após movimento, nota após nota. Na sinfonia da construção da subjetividade no crime, a precariedade vem antes de tudo. Abertura com movimento rápido, com exposição que conduz a um desenvolvimento imprevisto. É na precariedade que se desenvolve o couraçado, que no segundo movimento, mais lento, apresenta-se sem uma definição clara quanto à forma. A forma *estruturada* acontece no terceiro movimento, quando o círculo se estabelece, no *rondó* que repete a estrutura, agora sujeito do crime, reiterando-se, movendo-se na repetição do tema. O desenvolvimento no *finale* recupera a história, quando ele, inscrito em outro registro, parte da identidade em busca do hiato, para viver outra subjetividade possível.

Os procedimentos metodológicos da Teoria Fundamentada nos Dados buscam possibilitar a formulação de uma teoria, ou de uma teorização, enraizada em um conjunto de conceitos cuidadosamente fundamentados e organizados em torno de uma categoria central, integrados em uma hipótese, que ultrapassem o limite da descrição. A teoria fundamentada em dados, como teoria de nível intermediário, pode incluir um grupo limitado de suposições derivadas de hipóteses específicas que posteriormente poderão ser submetidas a confirmação pela pesquisa empírica.

Embora a vertente clássica da Teoria Fundamentada nos Dados continue advogando pela análise em torno de uma categoria central, outros desenvolvimentos críticos sinalizam que “o produto da teorização reflete como os pesquisadores agiram durante o processo” (CHARMAZ, 2014, p. 244, tradução minha) sobre pontos próprios do método tais como a atividade analítica contínua, os aspectos construcionistas da produção de conhecimento, as possibilidades de indução e abdução e a interação do pesquisador com o problema. Para Clarke (2005), a chave está na “teorização fundamentada através do desenvolvimento de conceitos sensibilizadores e integração da análise” (CLARKE, 2005, p. 29, tradução minha).

A partir da Análise Situacional de peças de música que celebram o crime, elaborei a tese de que *representar o crime* no proibido opera como uma ação temporal que torna presente reiteradamente a *disposição* para fazer valer o *compromisso* e para ter *consideração* com o crime. Esses dois processos reúnem aspectos disposicionais e identitários inscritos na lógica do crime, regida pelo *proceder*, um conjunto de enunciações que estabelece uma divisão entre amigos e inimigos, e que na sua expressão mais extrema, determina quem vive e quem morre.

A prática de *representar o crime* no proibido como estratégia de sobrevivência em espaços e territórios submetidos à influência do crime está fundamentada na reiteração, mecanismo que implica tornar presente, uma e outra vez, independentemente do tempo e do espaço, a *disposição* para sustentar o *proceder* ou a *consideração* com o crime. A reiteração põe de manifesto e atualiza a *disposição*, gerando no plano social uma presentificação que reúne em cada gesto de *representar* no momento presente a memória de gestos de *representar* anteriores e a expectativa de continuar *representando* no futuro.

O processo da presentificação opera no nível intersubjetivo como um Jogo de Linguagem elaborado localmente e no nível social como uma prática recorrente, reiterada pelos membros de um coletivo. Nos dois níveis, o gesto de *representar* só cobra sentido na linha temporal, daí a insistência nas letras das músicas de *representar* sempre, em qualquer lugar, em qualquer missão. O mecanismo opera vinculando o sujeito do crime cada vez mais

ao *mundo do crime* ao reiterar sua *disposição*, que é o que lhe garante a sobrevivência segundo as regras do *proceder*. No plano social, o mecanismo procura operar em uma direção contrária, buscando produzir fendas no espaço de aparição para o Outro, para emancipar o sujeito dotando-o de capacidade enunciativa e potência política, retirando-o do lugar de invisibilidade.

Daí que os MCs, seja porque mantêm compromissos com o *mundo do crime* ou porque são capazes de empregar estratégias de sobrevivência para lidar com os efeitos do crime sem se misturar em suas atividades, possam ser acionados como torres de retransmissão, contribuindo para a reprodução das lógicas do crime e para seu fortalecimento como instância que regula a ordem e a violência nas periferias e, ao mesmo tempo, abrindo para o sujeito do crime a possibilidades de transcender, reiterando caminhos de reconfiguração política.

A transposição do conceito de presentificação para o plano social permite explicar como a construção da subjetividade no nível social organiza-se em um processo que envolve dois movimentos: um movimento conservador, que se materializa nas repetições quando as expectativas são cumpridas, e um movimento com potência para transformação, que se materializa quando as expectativas não são cumpridas. Em outras palavras, ao reunir no acontecimento singular inscrito no momento presente a memória do passado e a expectativa de futuro, a presentificação no nível social possibilita tanto a manutenção das condições quanto a transformação e transcendência.

Esses movimentos não ocorrem em isolamento. São, antes, movimentos comunicativos, inscritos nas contingências e nas especificidades de cada acontecimento particular. O acontecimento particular, por mais que queira se repetir, ocorre sempre em um contexto empírico totalmente novo, portanto, suas possibilidades de êxito são apenas probabilísticas. A transformação pode vir através da abertura, daquilo que não encaixa, daquilo que não se cumpre. É na abertura que o sujeito pode ser retirado da posição na qual vai ficando cristalizado nas repetições, já que a construção da subjetividade é em si mesma uma construção temporal. Por isso a reiteração é a condição de eficácia, porque cria novos contextos e novos momentos de abertura para a redescrição do sujeito, tanto no âmbito local da construção de sua subjetividade quanto no nível social, onde operam processos identitários e de categorização do sujeito anônimo percebido como membro de um coletivo.

Por tudo isso acabei por integrar meus dados e análises em uma teoria da presentificação social sobre a construção da subjetividade na prática comunicativa, aqui especificamente na prática de *representar o crime* no proibido, onde *representar* significa

tornar presente e manifesta a *disposição* para continuar em uma linha temporal, mantendo o sujeito nos caminhos que pode ou quer trilhar. O desejo, contudo, pode estar submetido às contingências imediatas, e é aí onde o sujeito se repete, porque ele não pode se livrar de sua própria história. O desejo pode também estar vinculado às possibilidades de futuro, que é onde o sujeito pode se transformar e se emancipar de práticas sociais que impedem que seja dono de sua própria história. As descrições de si e os desejos não são donos dos efeitos, por isso a percepção temporal das apresentações do sujeito no nível social é um elemento relevante no processo. Daí que o couraçado se repita, blindado, ao mesmo tempo reivindicando ser ele *monstro e humano verdadeiro*.

REFERÊNCIAS

- A BALA come: Renatinho e Alemão (clipe). 5min32. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZXRHTOso5fw>>. Acesso em 15 de jan. de 2017.
- ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Revista de Estudos Avançados**, vol. 21, n. 61, p. 7-29, 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142007000300002>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 de set. de 2016.
- AFFONSO, Julia; MACEDO, Fausto. 'Foi mídia no mundo todo, arrancamos várias cabeças', diz funk da FDN. **OESP**, 05 de jan. de 2017. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/foi-midia-no-mundo-todo-arrancamos-varias-cabecas-diz-funk-da-fdn/>>. Acesso em: 22 de jan. de 2017.
- ALESSI, Gil. Norte e Nordeste são a linha de frente do embate entre PCC e CV. **El País**, 21 de out. de 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/19/politica/1476901434_489418.html>. Acesso em 10 de jan. de 2017.
- ALESSI, Gil. Família do Norte, a facção que fez a guerra entre o PCC e o Comando Vermelho. **El País**, 01 de nov. de 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/25/politica/1477406310_192891.html>. Acesso em 10 de jan. de 2017.
- ALESSI, Gil; BENITES, Afonso. Ao menos 31 presos morrem em Roraima em ação atribuída ao PCC. **El País**, 06 de jan. de 2017. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/06/politica/1483703548_179354.html>. Acesso em 12 de fev. de 2017.
- AMORIM, Carlos. A guerra das facções: PCC divulga comunicado para informar que está lutando contra outras organizações criminosas em vários estados. Site oficial do jornalista Carlos Amorim, 20 de out. de 2016. Disponível em: <<https://carlosamorim.com/2016/10/20/a-guerra-das-faccoes-pcc-divulga-comunicado-para-informar-que-esta-lutando-contras-outras-organizacoes-criminosas-em-varios-estados-o-salve-geral-informar-somos-mais-de-25/>>. Acesso em 10 de jan. de 2017.
- APOLOGIA FUNK. **Canal no YouTube**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/TheApologiaFunk>>. Acesso em 02 de out. de 2016.
- AVISO do Marreta pro Playboy, tá aberta a temporada prá caçar os ADA (clipe). 3min55. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AMOUmQBI4X4>>. Acesso em 19 de mar. de 2017.
- BAIN, Alexander. 1865. **The Emotions and the Will**. London: Longman & Green, 1865. Disponível em: <<https://archive.org/details/emotionsandwill03baingooq>>. Acesso em 13 de jun. 2014.
- BEZERRA Jr., Benilton. Descentramento e sujeito - versões da revolução copernicana de Freud. In: COSTA, Freire Jurandir. **Redescrições da Psicanálise: Ensaio Pragmáticos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 119-167.
- BIONDI, Karina. **Junto e misturado**. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.
- BIONDI, Karina; MARQUES, Adalton. Memória e historicidade em dois 'comandos' prisionais. **Lua Nova**, n. 79, p. 39-70, 2010.
- BIONDI, Karina. 2013. Entrevista: PCC: "Paz entre os ladrões". **Ciência Hoje**, 2013. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/revista-ch/2013/310>>. Acesso em 13 de jun. de 2015.
- BLUMER, Herbert. What is Wrong with Social Theory? **Sociological Review**, vol. 19, n. 1, p. 3-10, 1954.
- BLUMER, Herbert. **Symbolic Interactionism: Perspective and Method**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1969.
- BONDE NERVOSO 157: Menor do Chapa (clipe). 2min02. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QN88U3Bgctk>>. Acesso em 26 de mar. de 2014.
- BRAGA, José Luiz. Comunicação é aquilo que transforma linguagens. **Revista Alceu**, vol. 10, n. 20, p. 41-54, 2010a. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu20_Braga.pdf>. Acesso em: 30 de out. de 2016.
- BRAGA, José Luiz. Nem rara, nem ausente - tentativa. **Revista MATRIZES**, vol. 4, n. 1, p. 65-81, 2010b. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38276/41086>>. Acesso em 30 de out. de 2014.

BRAGA, José Luiz. Experiência estética & mediatização. In: LEAL, Bruno Souza, MENDONÇA, Carlos Camargos; GUIMARÃES, César (org). **Entre o sensível e o comunicacional**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010c, p. 73-87.

BRAGA, José Luiz. Dispositivos Interacionais. In: XX Encontro da Compós (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação), Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

BRAGA, José Luiz. Interação como contexto da comunicação. **MATRIZES**, vol. 6, nº1, p. 25-41, 2012. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/matrizes/article/viewFile/48048/51802>>. Acesso em 30 de out. de 2016.

BRAGA, José Luiz. Perspectivas para um conhecimento comunicacional. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo (org). **Epistemologia da Comunicação no Brasil: trajetórias autorreflexivas**. São Paulo: ECA, USP, 2016, p. 123-141. Disponível em: <http://www.assibercom.org/download/Epistemologia_Ibercom_2015.pdf>. Acesso em 10 out. 2016.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto Lei nº 2848 de 07 de dezembro de 1940. Artigos 286 e 287. Dispõem sobre a incitação ao crime e sobre o crime de apologia. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91614/codigo-penal-decreto-lei-2848-40#art-287>>. Acesso em 30 de out. de 2016.

BRASIL. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984. Dispõe sobre a execução penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210.htm>. Acesso em 30 de out. de 2016.

BRASIL. Lei nº 3410 de 29 de maio de 2000. Dispõe sobre a realização de bailes tipo funk no território do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/e9589b9aabd9cac8032564fe0065abb4/756831a75d413aa4032568ef005562d8?OpenDocument>>. Acesso em 31 de mar. de 2014.

BRASIL. Lei nº 5543 de 22 de setembro de 2009. Dispõe sobre o funk como movimento cultural e musical de caráter popular. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/78ac3b67ef30f23a8325763a00621702?OpenDocument>>. Acesso em 11 de set. de 2016.

BRASIL. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional – Ministério da Justiça, 2014. Disponível em: < <https://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em 12 de fev. de 2017.

CALIX-SE: Trilha Sonora do Gueto (clipe). 8min33. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xL2Vsel4GPw>. Acesso em 25 de fev. de 2017.

CANALES, Eduardo Mendoza. **Edmund Husserl: Phantasia e Imaginación**. Estudio sistemático del rol y la evolución de las presentificaciones intuitivas en el tránsito hacia la fenomenología trascendental. Tesis Doctoral. Universidad Autónoma de Barcelona. Barcelona, 2015.

CARAMANTE, André. Balada marginal. **Folha de São Paulo**, 12 de dez. de 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1512200211.htm>>. Acesso em 01 de jan. de 2017.

CARDOSO FILHO, Jorge. Uma matriz comunicacional da sensibilidade. In: MENDONÇA, Carlos Magno Camargo; DUARTE, Eduardo; CARDOSO FILHO, Jorge. (org). **Comunicação e sensibilidade: pistas metodológicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2016. Disponível em: <http://www.seloppgcom.fafich.ufmg.br/index.php/seloppgcom/catalog/book/24>. Acesso em 10 de jan. de 2017.

CARVALHO, Igor. PCC encomenda música e manda “salve geral”. **Carta Capital**, 17 de jun. de 2015. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/pcc-encomenda-musica-e-manda-201csalve-geral201d-3359.html>>. Acesso em 24 de mar. de 2017.

CHARMAZ, Kathy. Grounded Theory: Methodology and theory construction. In: SMELSER, Neil. J.; BALTES, Paul. B. (Ed.). **International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences**. Amsterdam: Pergamon, 2001, p. 6396-6399. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/B0-08-043076-7/00775-0>.

CHARMAZ, Kathy. **Constructing Grounded Theory: A Practical Guide through Qualitative Analysis**. London: Sage, 2014.

CLARKE, Adele. Situational Analysis: Grounded Theory Mapping After the Postmodern Turn. **Symbolic Interaction**, vol. 26, n. 4, p- 553-576, 2003.

CLARKE, Adele. **Situational Analysis: Grounded Theory After the Postmodern Turn**. California: Sage, 2005.

COMUNICADO do PCC (vídeo). Vídeo do comunicado exibido no plantãojornalístico da Rede Globo em 2006. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=enHhZ9F42Z8>>. Acesso em 20 de mar. de 2015.

COSTA, Jurandir Freire. Pragmática e processo analítico: Freud, Wittgenstein, Davidson, Rorty. In: COSTA, Jurandir Freire (org), **Redescrições da Psicanálise: Ensaio Pragmáticos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

COSTA, Jurandir Freire. A habilidade natural. **Folha de São Paulo**, Caderno MAIS!, 12 de out. de 1997, p. 5-10.

COSTA, Jurandir Freire. Transcendência e Violência. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria (org.). **Diálogos em Psicologia Social**. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2007, p. 89-10.

COUTINHO, Anamaria Ribeiro. Repensando a questão da subjetividade em uma perspectiva pragmática. In: COSTA, Jurandir Freire (org). **Redescrições da Psicanálise: Ensaio Pragmáticos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

CRAIG, Robert T. Communication theory as a field. **Communication Theory**, vol. 9, p. 119-161, 1999.

CRAIG, Robert T. Pragmatism in the Field of Communication Theory. Trabalho apresentado em **Annual Conference of the International Communication Association**, Dresden (Alemanha), 2006.

CRAIG, Robert T., MULLER, Heidi. L. **Theorizing communication: readings across traditions**. California: Sage Publications, 2007.

CYMROT, Danilo. Funk “Proibidão”: retrato da realidade ou apologia ao crime? In: COSTA, Maria Cristina Castilho; BLANCO, Patrícia (org). **Liberdade de expressão e seus limites**. São Paulo: ECA-USP, 2015.

DAVIDSON, Donald. Paradoxos da irracionalidade. Trad. de Marco Antonio Frangiotti. In: WOLLHEIM, Richard; HOPKINS, James (org.). **Philosophical Essays on Freud**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 289-305.

DEWEY, John. **The Public and its Problems**. New York: Holt, 1927.

DEWEY, John. **Art as experience**. 3ª ed. New York: Perigee Books. 2005.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ENTREVISTA. Rapper Dexter fala sobre o PCC. **Entrevista para o site UOL**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4ZlyLhxXkMg>>. Acesso em 8 de jan. de 2017.

ENTREVISTA UOL. Kaskão 2015. **Entrevista para o site UOL**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=a7VeW-DeKdG>>. Acesso em 9 de out. de 2016.

ENTREVISTA UOL. Rapper “Cascão” fala de música sobre o PCC. **Entrevista para o site UOL**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PS3UQSV0aa0>>. Acesso em 8 de jan. de 2017.

E O Partido Falou: Claudio e Ratinho (clipe). 3min36. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wELYdJygSBk>>. Acesso em 8 de jan. de 2017.

ESSINGER, Sílvio. **Batidão: uma história do funk**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

ESTATUTO do PCC prevê rebeliões integradas. **Folha de São Paulo**, 19 de fev. de 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u22521.shtml>>. Acesso em 14 de abr. de 2015.

EX CHEFE do Comando Vermelho conta como se tornou um pastor (clipe). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=E6H5ln4-yeI>>. Acesso em 8 de jan. de 2017.

FAGUNDEZ, Ingrid. PCC não precisa de líderes para acontecer, diz autora de livro sobre a facção. **BBC Brasil**, 08 de jan. de 2017. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2017/01/08/pcc-nao-precisa-de-lideres-para-acontecer-diz-autora-de-livro-sobre-a-facao.htm>>. Acesso em 10 de jan. de 2017.

FAIXA DE GAZA: MC Orelha (clipe). 3min02. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Zjm80Lhjupc>>. 2009. Acesso em 26 de mar. de 2014.

FAIXA DE GAZA 2: Mc Orelha (clipe). 3min15. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rwgmgaR-nCc>>. Acesso em 26 de mar. de 2014.

FALA que é nós: Trilha Sonora do Gueto (clipe). 8min15. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fLPmVaa6c3s>>. Acesso em 21 de jan. de 2017.

- FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Tese de doutorado, Universidade de Campinas, Campinas, 2008.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e Castigo na Cidade: os Repertórios da Justiça e a Questão do Homicídio nas Periferias de São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador vol. 23, n. 58, p. 59-73, 2010.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. Sobre anjos e irmãos: cinquenta anos de expressão política do "crime" numa tradição musical das periferias. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 56, p. 43-72, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i56p43-72>. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/68768>. Acesso em 05 de dez. de 2016.
- FERNÁNDEZ, Luciana Moretti. A interação entre pesquisador e dados: implicações para a constituição da sensibilidade teórica na GroundedTheory. **Questões Transversais** - Revista de Epistemologias da Comunicação. Vol. 2, n. 1, 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/8553>>. Acesso em 07 de jan. de 2015.
- FERNÁNDEZ, Luciana Moretti. Análise Situacional: alternativa metodológica para uma análise das vozes da integração nos comandos do crime. **Nova Perspectiva Sistêmica**, nº 51, p. 83-101, 2015a. Disponível em: <http://www.revistanps.com.br/index.php/nps/article/view/176>>. Acesso em 9 de dez. de 2016.
- FERNÁNDEZ, Luciana Moretti. La apología del crimen: la comunicación de los comandos criminales en Brasil. **Communication & Society**, vol. 28, n. 3, p. 83-97, 2015b. Disponível em: http://www.unav.es/fcom/communication-society/es/resumen.php?art_id=540>. Acesso em 09 de dez. de 2016. DOI: 10.15581/003.28.3.sp.83-97.
- FERNÁNDEZ, Luciana Moretti. PCC: Ações e Continuidades da Expressão da Violência Política no Mundo do Crime. **Ação Midiática**, n. 9. 2015c. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/40823>>. Acesso em 9 de dez. de 2016.
- FERNÁNDEZ, Luciana Moretti. A mídia do crime organizado: articulações metodológicas entre Análise Situacional e Jogos de Linguagem para uma teoria fundamentada. **Revista Fronteiras: Estudos Midiáticos**, vol. 7, n. 2, 2015d. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2015.172.04>>. Acesso em 16 de set. de 2016.
- FERNÁNDEZ, Luciana Moretti. Brazil: communicational and political dimensions in the world of crime. **Critical Studies on Terrorism**, vol. 9, n. 2, p. 356-379, 2016. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17539153.2016.1147762> >. Acesso em 9 de dez. de 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/17539153.2016.1147762>>.
- FREDERIC, Halex.; DAMASCENO, Ivanete. Durante assalto, bando vai a rádio, manda recado à polícia e pede música. **G1 Rondônia**, 09 de ago. de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2013/08/durante-assalto-bando-vai-radio-manda-recado-policia-e-pede-musica.html> >. Acesso em 26 de fev. de 2017.
- FOLHA ONLINE. Repórter da Globo é liberado após 40 horas sequestrado, 14 de out. de 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u125003.shtml>>. Acesso em 10 de jan. de 2017.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública (10ª edição)**. Disponível em http://www.forumseguranca.org.br/storage/download/anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf>. Acesso em 02 de jan. de 2017.
- FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. (eds.). **M. Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-239.
- FUNK do Massacre FDN (clipe). 2min44. Janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w194NH--1M>>. Acesso em 25 de mar. de 2017.
- GENEVA DECLARATION OF ARMED VIOLENCE AND DEVELOPMENT. **Global Burden of Armed Violence**, 2015. Disponível em: http://www.genevadeclaration.org/fileadmin/docs/GBAV3/GBAV3_Ch2_pp49-86.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2017.

- GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da Sociologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.
- GILBERT, Paul. **Terapia Centrada en la Compasión**: Características Distintivas. Desclée de Brower, 2015.
- GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm. Leonard. **The Discovery of Grounded Theory**. New Brunswick, Aidine Transaction, 1967 (reimpresso em 2006).
- GLASER, Barney. **Theoretical Sensitivity**. Mill Valley, CA: Sociology Press, 1978.
- GLASER, Barney. Constructivist Grounded Theory? **FQS Forum: Qualitative Social Research**, vol. 3, n. 3, 2002. Disponível em: <<http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/825>>. Acesso em 04 de abr. de 2014.
- GLASER, Barney. Remodeling Grounded Theory. **FQS Forum: Qualitative Social Research**, vol. 5, n. 2, 2004. Disponível em: <<http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/607/1315>>. Acesso em 13 de jun. de 2014.
- GONÇALVES FILHO, José Moura. A memória da casa e a memória dos outros. **Travessia** – revista do migrante. Publicação do CEM (Centro de Estudos Migratórios). Ano XI, n. 32, Setembro-Dezembro, 1998.
- GONÇALVES FILHO, José Moura. Humilhação social: humilhação política. In SOUZA, Beatriz de Paula (org). **Orientação à queixa escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. 2ª edição.
- HABERMAS, J. Further reflections on the public sphere. In CALHOUN, Craig. **Habermas and the public sphere**. MIT Press, 1992, p. 421-161.
- HINO P.C.C.: Claudio e Ratinho (clipe). 1min36. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LL9SyOjG-qo>>. Acesso em 08 de jan. de 2017.
- INÍGUEZ, Lupscínio (coord). **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- JACKSON, Richard. Critical Terrorism Studies: An Explanation, a Defence and a Way Forward. **BISA Conference**, Leicester University UK, 2009.
- JAMES, William. Un Mundo de Pura Experiencia, 1904. Disponível em: <<http://www.unav.es/gep/PuraExperiencia.html>>. Acesso em 23 de out. de 2016.⁷⁶
- JAMES, William. **Essays in Radical Empiricism**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1976 [1912].
- JUSTIÇA GLOBAL E INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS CLINIC - HARVARD. **São Paulo sob ataque**: Corrupção, Crime Organizado e Violência Institucional em Maio de 2006, 2011. Disponível em: <<http://global.org.br/programas/sao-paulo-sob-achaque-corrupcao-crime-organizado-e-violencia-institucional-em-maio-de-2006/>>. Acesso em 30 de jul. de 2015.
- HERSCHMANN, Micael. **O funk e o hip-hop invadem a cena**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2002.
- HINO PCC: Mc Smith (clipe). 3min33. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=PiUIL6VrxRc>>. Acesso em 19 de jun. de 2014.
- MANSO, Bruno Paes. Um debate sobre PCC: Entrevista com Camila Nunes Dias, Gabriel de Santis Feltran, Adalton Marques e Karina Biondi. **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, v. 1, n 2, 154-175, 2009. Disponível em: <<http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/05/rau2edicao-entrevista.pdf>> . Acesso em 28 de dez. de 2016.
- MARQUES, Adalton. Da “bola de meia” ao triunfo do “Partido”: dois relatos sobre o “proceder”. **Ponto Urbe**, 1, 2007. Disponível em: <<https://pontourbe.revues.org/1230>>. Acesso em 05 de dez. de 2016.
- MARQUES, Adalton. **Crime, proceder, convívio seguro**. Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Antropologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- MARQUES, Adalton. "Liderança", "proceder" e "igualdade": uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. **Etnográfica**, vol. 14, n. 2, p. 311-335, 2010.

⁷⁶ "Un mundo de pura experiencia" é o segundo capítulo da obra *póstuma* de William James *Essays in Radical Empiricism* publicada em 1912. Este artigo, que James intitulou *A World of Pure Experience* foi publicado por primeira vez em 1904 no *Journal of Philosophy, Psychology, and Scientific Methods* 1: 533-543, 561-570

MARQUES, Angela Cristina Salgueiro; BIONDI, Angie. A vítima enunciada em redes: o dissenso como experiência estética. In: MENDONÇA, Carlos Magno Camargo; DUARTE, Eduardo; FILHO, Jorge Cardoso. (org). **Comunicação e sensibilidade: pistas metodológicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2016. Disponível em: <http://www.seloppgcom.fafich.ufmg.br/index.php/seloppgcom/catalog/book/24>. Acesso em 10 de jan. de 2017.

MARQUES, Angela Cristina Salgueiro; MARTINO, Luis Mauro Sá; COELHO, Tamires Ferreira. Alteridade, sofrimento social e potência política em relatos de si no projeto “SP Invisível” no Facebook. **Intercom** – RBCC. São Paulo, vol. 39, n. 3, p.55-79, set/dez. 2016.

MATOS, Heloiza. **Capital social e comunicação**: interfaces e articulações. São Paulo: Summus, 2009a.

MATOS, Heloiza. O lado escuro do capital social: implicações sociais e políticas. **LÍBERO**. vol. 12, n. 23, p. 53-62, 2009b.

MEAD, George Herbert. **Mind, Self and Society**. C.W. Morris (ed). Chicago: University of Chicago Press. 1934/1972.

MEDLEY das antigas: Claudio e Ratinho (clipe). 10 min15. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LWs9bXANbaI>. Acesso em 23 de jun. de 2016.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010.

MIZRAHI, Milene. **A estética funk carioca**: criação e conectividade em Mr. Catra. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

OITAVO Anjo: 509-E. 2000. (clipe). 6min31. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PWWhp_gkpjaY. Acesso em 24 de fev. de 2017.

O RAPP. **Lado B Lado A**. Warner Music, c1999. 1CD.

O RAPP. Nó de fumaça. In: O RAPP. **Lado B Lado A**. Warner Music, c1999. Faixa 10. 3min45.

O RETORNO é cruel: Renatinho e Alemão (clipe). 3min18s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M1KRtpZeqow>. Acesso em 04 de jan. de 2017.

PARQUE dos Monstros: Renatinho e Alemão. (lista de reprodução). 2002. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLdspdB4oNp9wa40BUUY6aNEYCAojdNzxJ>. Acesso em 23 de jun. de 2016.

PEIRCE, Charles Sanders. How to Make Our Ideas Clear. **Popular Sciences Monthly**. 12, p. 286-302, jan. 1878. Disponível em: <http://www.peirce.org/writings/p119.html>. Acesso em 04 de ago. de 2014.

RAMALHO, José Ricardo. **O mundo do crime**: a ordem pelo avesso. Centro Edelstein. 2006. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/4dp27>. Acesso em 23 de jan. de 2017.

RAMBERG, Bjorn. Naturalizing Idealizations: Pragmatism and the Interpretivist Strategy. **Contemporary Pragmatism**. Editions Rodopi, 2, v. 1, p.1-66, 2004. Disponível em: <http://folk.uio.no/bjoerntr/english/naturalizing.pdf>. Acesso em 25 de mar. de 2014.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita**. São Paulo: Editora 34, 1995.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. Política e Filosofia. São Paulo: Editora 34. 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. A estética como política. Trad. Augustin de Tugny. **Devires** – Cinema e Humanidades, Belo Horizonte, vol. 7, n. 2, 2010.

RAP das armas: MC Cidinho e Doca (clipe). 4min34. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=2odzHABaG6w>. Acesso em 19 de jun de 2014.

RAP das armas: MC Júnior e Leonardo (clipe). 3min52. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V0mjrxXQ7Fs>. Acesso em 19 de jun. de 2014.

RAP do Comando Vermelho: MC Cidinho e Doca (clipe). 2min 17. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=el7qp8hYe3s>. Acesso em 12 de set. de 2016.

RECADO da FDN para 300 espartanos (clipe). 3min08. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=apYFXF1JRQQ>. Acesso em 25 de mar. de 2017.

- RESPEITO não se compra: Mc Lano. (clipe). 2min32s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=20&v=jR7s1M8Wq_Q>. Acesso em 20 de jan. de 2017.
- RODRIGUES, Andréa; FERREIRA, Rhaniele Sodré; ARRUDA, Angela. Representações sociais e território nas letras de funk proibido de facção. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 414-432, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682011000300006>. Acesso em: 25 de mar. de 2017.
- RORTY, Richard. **Contingency, Irony and Solidarity**. New York: Cambridge University Press, 1989.
- RORTY, Richard. **Essays on Heidegger and others philosophical papers** (vol. 2). Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- RORTY, Richard. **Objetividad, realismo y verdad: escritos filosóficos**, vol. 1. Barcelona: Paidós Básica, 1996.
- RORTY, Richard. Freud e a reflexão moral. In: RORTY, Richard, **Ensaio sobre Heidegger e outros: escritos filosóficos**, vol. 2. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- RUSSIL, Chris. **Toward a pragmatist theory of communication**. Tese doutoral. Pennsylvania State University, University Park, PA, 2004.
- RUSSIL, Chris. The road not taken: William James's radical empiricism and communication theory. **The Communication Review**, vol. 8, n. 3, p. 277-305, 2005.
- SÁ, Xico; CARVALHO, Marivaldo. Ex-bandidos lançam em CDs gravações de suas experiências no crime. **Folha de São Paulo**, 5 de fev. de 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u21064.shtml>>. Acesso em 02 de out. de 2016.
- SALLA, Fernando. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. **Sociologias**, n. 16, p. 274-307, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200011&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 30 de jul. de 2014.
- SALLES, Écio de. O bom e o feio do funk proibidão, sociabilidade e a produção do comum. **Revista Z Cultural**, Ano 3, 2015. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.uff.br/o-bom-e-o-feio-funk-proibidao-sociabilidade-e-a-producao-do-comum-de-ecio-p-de-salles/>>. Acesso em 12 de set. de 2016.
- SAVICKEY, Beth. **Wittgenstein's Art of Investigation**. London: Routledge, 2002.
- SCHOLLHAMMER, Karl Erik. **Cena do Crime: violência e realismo no Brasil contemporâneo**. Civilização Brasileira, 2013.
- SE BROTAR no Manguinho, nós vai matar polícia (clipe). 2min10. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KNqjXiL8fMc>>. Acesso em 26 de mar. de 2014.
- SIEGEL, Daniel. J.; HARTZELL, Mary. **Ser Padres Conscientes**. Barcelona: Ediciones La Llave, 2013.
- SILVEIRA, Pe. A realidade dos presídios na visão da Pastoral Carcerária: Entrevista com o Padre Valdir João Silveira. **Estudos Avançados**, vol. 21, n. 61, p. 209-220, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a14v2161.pdf>>. Acesso em 12 de set. de 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142007000300014>
- SÓ os fortes sobrevivem: 509-E, Provérbios 13. (clipe). 7min03. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YmeH6Ti7VNU>>. Acesso em 08 de jan. de 2017.
- SOM DE PRETO: Amilcka e Chocolate (clipe). 2min59. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Z4aai7Bj2NY>>. Acesso em 25 de mar. de 2017.
- SOUZA, Fátima. **PCC: A facção**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- SOUZA, Felipe. Funk atribuído à Família do Norte anuncia união com o Comando Vermelho e que guerra com o PCC 'só começou'. **BBC Brasil**, 10 de jan. de 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38544251>>. Acesso em 22 de jan. de 2017.
- SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: como é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- STEINER, Jurgen. **The Foundations of Deliberative Democracy**. Empirical Research and Normative Implications. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- STRAUSS, Anselm Leonard; SCHATZMAN, Leonard; BUCHER, Rue; EHRLICH, Danuta; SABSHIN, Melvin. **Psychiatric Ideologies and Institutions**. Glencoe, IL: Free Press, 1964.

STRAUSS, Anselm Leonard; CORBIN, Juliet. **The Basics of Qualitative Analysis: Grounded Theory Procedures and Techniques** (2ª ed.). CA: Thousand Oak, Sage, 1998.

TALIBAN da Baixada Santista: Renatinho e Alemão (clipe). 3min17. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tCquU6Hx8gI>>. Acesso em 8 de jan. de 2017.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. São Paulo: Argvmentvm/USP, 2011.

TESTEMUNHO de Djalma Oliveira Rios, CASCÃO TRILHA SONORA DO GUETO. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BAS3wSgf8mk>>. Acesso em 08 de jan. de 2017.

THOMAS, William Isaac. **The child in America: Behaviour problems and programs**, 1928

VEJA a íntegra do comunicado atribuído ao PCC. **Folha de São Paulo**, 13 de ago. de 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u124974.shtml>>. Acesso em 10 abr. de 2015.

VIANNA, Hermano. 2006. O funk como símbolo da violência carioca. Texto apresentado no **Ciclo de Debates Cidadania e Violência**, organizado pela Copea/UFRJ, e publicado no livro *Cidadania e Violência*, organizado por Gilberto Velho e Marcos Alvito, e lançado pelas Editoras UFRJ e Editora FGV, 2006.

VIANNA, Hermano. **O mundo funk carioca**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

VÍDEO mostra presos chutando cabeças após decapitação. **VEJA**, 19 de Out de 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/preso-futebol-decapitacao/>>. Acesso em 20 de jan. de 2017.

W2 proibida: Trilha Sonora do Gueto (clipe). 9min35. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D9S72snUGO0>>. Acesso em 21 de jan. de 2017.

WASELISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2014: Os jovens do Brasil**, 2014. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf>. Acesso em 11 de nov. de 2014.

WELTON, Donn. **The essential Husserl: Basic Writings in Transcendental Phenomenology**. Indiana: Indiana University Press, 1999.

WILSON, Deirdre; SPERBER, Dan. La teoría de la relevancia. **Revista de Investigación Lingüística**. Vol. VII, p. 233-282, 2004.

WINNICOTT, Donald Woods. **A natureza humana**. Rio de Janeiro; IMAGO Ed., 1990.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigaciones filosóficas**. Barcelona: Ediciones Altaya, 1999 [1953].

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. Desentranhar o comunicacional: a Comunicação segundo José Luiz Braga. **Questões Transversais** - Revista de Epistemologias da Comunicação, vol. 1, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/7662>>. Acesso em 30 de out. de 2016.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos Avançados**, vol. 21, n. 64, p. 31-49, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300003>. Acesso em 30 de out. de 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142007000300003>.